



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MURILO GONÇALVES DOS SANTOS

**A HISTÓRIA (DE)CODIFICADA:
PROLEGÔMENOS PARA UMA HERMENÊUTICA DIGITAL**

GOIÂNIA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Murilo Gonçalves dos Santos

3. Título do trabalho

A história (de)codificada: prolegômenos para uma hermenêutica digital

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.



Documento assinado eletronicamente por **MURILO GONÇALVES DOS SANTOS, Discente**, em 04/05/2022, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Sergio Duarte da Silva, Usuário Externo**, em 11/05/2022, às 06:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2878672** e o código CRC **E59B093C**.

MURILO GONÇALVES DOS SANTOS

**A HISTÓRIA (DE)CODIFICADA:
PROLEGÔMENOS PARA UMA HERMENÊUTICA DIGITAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva.

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Murilo Gonçalves dos
A história de(codificada) [manuscrito] : Prolegômenos para uma hermenêutica digital / Murilo Gonçalves dos Santos. - 2022.
204 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2022.
Bibliografia.

1. Hermenêutica. 2. Digitalização. 3. História. 4. Cultura. I. Silva, Luiz Sérgio Duarte da, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº **017/2022** da sessão de Defesa de Dissertação de **MURILO GONÇALVES DOS SANTOS**, que confere o título de **Doutor em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **dezoito dias de abril do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir da(s) **14h00**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Tese** intitulada **“A HISTÓRIA (DE)CODIFICADA: PROLEGÔMENOS PARA UMA HERMENÊUTICA DIGITAL”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Luiz Sérgio Duarte da Silva (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Manoel Gustavo de Souza Neto (UEG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Ulisses do Valle (PPGH/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Tiago Santos Almeida (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o Julgamento da Tese, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Luiz Sérgio Duarte da Silva**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **dezoito dias de abril do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Sergio Duarte da Silva, Usuário Externo**, em 28/04/2022, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno, Coordenador de Curso**, em 02/05/2022, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Santos Almeida, Usuário Externo**, em 02/05/2022, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Do Valle, Professor do Magistério Superior**, em 04/05/2022, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2760542** e o código CRC **EC591E27**.

Referência: Processo nº 23070.013327/2022-37

SEI nº 2760542

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, o professor Luiz Sérgio Duarte, pelo constante incentivo, pelo diálogo e por sua idiossincrasia acadêmica. Aos membros da banca, os professores Manoel Gustavo, Thiago Nicodemo, Tiago Almeida e Ulisses do Valle, não apenas pela leitura atenta e pelos apontamentos relevantes, mas pelos diálogos que antecederam e acompanharam a escrita desta tese e pelas indicações bibliográficas essenciais.

Aos professores e às professoras que marcaram a minha trajetória na UFG nos últimos dez anos, Marlon Salomon, Carlos Oiti, Cristiano Arrais, Adriana Vidotte e Ana Teresa Gonçalves. Aos professores Georg Bertram e Wolfgang Ernst, pela generosa acolhida em Berlim e pela leitura do meu projeto de pesquisa e pelos apontamentos.

Aos amigos e colegas de profissão, Rafael Fallone, Guilherme Siqueira, Marcello Assunção e Francesco Guerra, pelo interesse pela minha pesquisa, pelo diálogo, conselhos e angústias compartilhadas com a vida de pesquisador.

À minha família: meus pais, Bedmar Divina e Gilmar Gonçalves, e minha irmã, Marina Gonçalves.

À Sabrina Costa Braga, companheira, companhia que não apenas me acompanha, ao meu lado, mas que me guia pela estranheza da vida.

Resumo

Frente ao contexto global de digitalização da cultura humana e da produção cultural, a presente tese tem como objetivo apresentar os traços fundamentais de uma hermenêutica histórica digital. Para isso, parte-se da construção do problema a partir da hipótese de que a digitalização tem alterado de modo definitivo os fundamentos ontológicos e epistemológicos da ciência histórica, o que dá lugar a um novo conjunto de condições de possibilidade do conhecimento. Na era digital, a história deve renovar seu estatuto enquanto ciência da interpretação. Um dos sinais claros dessa necessidade se dá pela recorrência do uso do termo “crise” no discurso geral, e, por essa razão, tratar-se-á de examinar a história da disciplina histórica como a história de suas sucessivas crises, a fim de compreender em que sentido a questão da digitalização justifica essa utilização. Em um segundo momento, o paradigma hermenêutico moderno é examinado a partir de sua presença na reflexão histórica e, posteriormente, em sua elevação ao estatuto filosófico de ontologia. Os pressupostos do paradigma hermenêutico são confrontados com reflexões a respeito das teorias das mídias a fim de mostrar como a interpretação é um processo mediado e determinado pelas tecnologias disponíveis. Por fim, a possibilidade de uma hermenêutica digital é apresentada a partir de reflexões sobre a cultura digitalizada e sobre o engajamento da história e das ciências humanas com tecnologias digitais. Essas reflexões apontam para a inevitabilidade de considerações de natureza ontológica: tanto a respeito do caráter do digital, pensado na condição de código, quanto a respeito das linguagens de programação que dão forma lógica ao código. Ao fim, a hermenêutica digital se mostra viável pela manutenção de uma dialética entre os aspectos técnico-ontológicos e os aspectos da cultura em que se manifestam.

Palavras-chave: hermenêutica; digitalização; história; cultura

Abstract

Faced with the global context of digitization of human culture and cultural production, this thesis aims to present the fundamental traits of a digital historical hermeneutics. For this, we start from the construction of the problem from the hypothesis that digitalization has definitively altered the ontological and epistemological foundations of historical science, which gives rise to a new set of conditions for the possibility of knowledge. In the digital age, history must renew its status as a science of interpretation. One of the clear signs of this need is the recurrence of the use of the term “crisis” in the general discourse, and, for this reason, it will be a matter of examining the history of the historical discipline as the history of its successive crises, in order to understand in what sense the issue of digitization justifies this use. In a second moment, the modern hermeneutic paradigm is examined based on its presence in historical reflection and, later, on its elevation to the philosophical status of ontology. The assumptions of the hermeneutic paradigm are confronted with reflections on media theories in order to show how interpretation is a process mediated and determined by available technologies. Finally, the possibility of a digital hermeneutic is presented from reflections on digitized culture and on the engagement of history and human sciences with digital technologies. These reflections point to the inevitability of ontological considerations: both about the character of the digital, thought of as a code, and about the programming languages that give logical form to the code. In the end, digital hermeneutics proves to be viable by maintaining a dialectic between the technical-ontological aspects and the aspects of the culture in which they are manifested.

Keywords: hermeneutics; digitalization; history; culture

Sumário

Considerações Iniciais.....	8
-----------------------------	---

Parte I: A digitalização como problema para a teoria da história a partir de um ponto de vista hermenêutico

1. Crise, história e ciência.....	15
2. A fundação da história enquanto disciplina científica.....	30
3. A crise do historicismo e o problema do relativismo.....	43
4. A crise dos paradigmas e a virada linguística.....	57
5. O digital como problema para a história.....	72

Parte II: A hermenêutica tradicional e os seus limites

6. Da hermenêutica histórica para a hermenêutica filosófica.....	87
7. A <i>Universalitätsanspruch</i> da hermenêutica.....	103
8. Friedrich Kittler e a crítica ao paradigma hermenêutico.....	121

Parte III: Traços fundamentais de uma hermenêutica digital

9. Cultura, software e o problema da interface.....	136
10. Para uma hermenêutica histórica digital.....	154
11. Ontologia I: o conceito do digital.....	168
12. Ontologia II: a linguagem do digital.....	177

Referências bibliográficas.....	192
---------------------------------	-----

O ser que pode ser compreendido é linguagem

H.-G. Gadamer

Verdadeiros são apenas os pensamentos que não compreendem a si mesmos

T. W. Adorno

Se cada época da história se assenta sobre uma filosofia primeira, então a nossa época se assenta sobre a filosofia do código

F. A. Kittler

Considerações iniciais

Diz-se que o conceito de história, ou melhor, a versão moderna desse conceito, nasceu conjuntamente à percepção generalizada de uma mudança fundamental na experiência do tempo. Retrospectivamente se permite constatar que se tratava, de fato, do engendramento de uma nova era na história da humanidade. Provavelmente o mesmo pode ser afirmado a respeito do presente momento, largamente determinado pelo advento da digitalização. A percepção da mudança radical na experiência do tempo é acompanhada por mudanças estruturais que têm alterado o modo da relação humana com o mundo.

A presença da computação digital na sociedade pode ser sintetizada como um processo que se iniciou com os grandes computadores — desenvolvidos para propósitos militares, científicos e industriais utilizados simultaneamente por diversas pessoas —, passou pelo surgimento do computador pessoal que, por conseguinte, inaugurou uma época de computação individual e, por fim, atingiu no presente um ponto no qual adquiriu um estatuto de ubiquidade¹, isto é, no qual a computação permeia todos os âmbitos da sociedade por meio de uma variedade de dispositivos conectados entre si por redes globais. Essa ubiquidade, por sua vez, representa um processo progressivo de substituição de aparatos e dispositivos analógicos que até então sustentavam atividades cotidianas básicas que envolvem transações financeiras, modos de comunicação e experiências de mobilidade, entre muitas outras.

Com essa substituição em progresso, a automatização de procedimentos chegou a um ponto de intervenção e agência humanas mínimas. Isso porque os processos de digitalização possibilitaram novas formas de comunicação entre dispositivos cada vez mais eficientes, permitindo que atividades básicas essenciais fossem completamente gerenciadas por máquinas. Por meio de uma troca ininterrupta de dados e informação, essas tecnologias são capazes de controlar e examinar o funcionamento de sistemas sociais vitais, cuja magnitude aponta para as quantidades extraordinárias de dados rapidamente processados e armazenados a cada momento, que não apenas ultrapassam as possibilidades cognitivas humanas, como as têm

¹ DOURISH, Paul; BELL, Genevieve. **Divining a Digital Future. Mess and Mythology in Ubiquitous Computing**. Cambridge: The MIT Press, 2011.

alterado e moldado². Com efeito, na era digital, a sociedade se transformou em uma sociedade da informação, na qual esta se converteu no recurso mais valioso, fundando, a seu turno, uma economia da informação.³

Para além da dimensão estrutural, na qual os processos dos grandes sistemas que organizam o mundo contemporâneo se tornam cada vez mais dependentes dessas tecnologias, a computação digital em rede também alterou profundamente a esfera cultural. Os softwares se tornaram o meio pelo qual bilhões de pessoas se relacionam com o mundo e entre elas mesmas, o meio no qual linguagens, ideologias e rituais são compartilhados e constituídos, o que possibilitou novas identidades, novas formas de relações afetivas e de relações de trabalho. O desenvolvimento de plataformas sociais digitais trouxe para o domínio da internet o circuito de produção cultural de um modo geral, não apenas transferindo práticas para um novo meio, mas transformando-as e criando práticas novas mediante novas técnicas e ferramentas. O software, nesse sentido, opera como um metameio⁴, na medida em que não só comporta todas as mídias predecessoras — ao digitalizá-las, isto é, ao codificá-las —, mas também ao passo que desenvolve mídias até então inexistentes.

Essas mudanças estruturais em todas as esferas da vida muitas vezes têm sido dirigidas por ideais de progresso tecnológico que, de certo modo, trazem consigo uma espécie de promessa de uma sociedade mais justa e organizada. Byung-Chul Han⁵ afirma que a sociedade da informação contemporânea promove um ideal de transparência que supostamente tem como motivação assegurar a liberdade e emancipação. No entanto, o que esse ideal esconde é que a propriedade da informação, ao mesmo tempo em que tem capacidade de promover a supracitada liberdade, também pode acentuar o controle e a manipulação. Essa possibilidade se concretizou em um episódio histórico⁶ envolvendo as eleições presidenciais norte-americanas de 2016. De forma sucinta, trata-se da descoberta da manipulação de eleitores a partir do uso desautorizado — feito por uma empresa privada de ciência da informação — de dados de aproximadamente 87 milhões de usuários extraídos da plataforma de rede social *Facebook*. Esses dados foram algoritmicamente selecionados e interpretados em busca de traçar perfis psicográficos de usuários com a finalidade de microdirecionamento (*microtargeting*) eleitoral por meio da exposição de propaganda política. Ao fim, mesmo que

² Cf. CARR, Nicholas. **The Shallows. What the Internet is doing to our brains**. New York: W. W. Norton & Company, 2010.

³ HAN, Byung-Chul. **The Transparency Society**. Stanford: Stanford University Press, 2015, p. 37-41.

⁴ MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. New York: Bloomsbury, 2013, p. 44.

⁵ HAN, op. cit., 2015.

⁶ Episódio por meio do qual muitos outros foram descobertos.

pouco possa ser afirmado a respeito do impacto dessa manipulação no resultado das eleições, o deslocamento do centro de poder — que coloca em questão a soberania das instituições políticas dos Estados-nação — foi mundialmente evidenciado pela descoberta do uso de ferramentas invisíveis de inteligência artificial que coletam e analisam dados sem autorização dos seus detentores originais com finalidades desconhecidas.⁷

O que esse episódio torna claro é que novas estruturas e modos de organização da sociedade e da cultura também geram novos problemas. As tecnologias digitais — das ferramentas de extração de dados às redes sociais — operam com camadas de abstração e ocultamento que tornam a compreensão de seu funcionamento um fenômeno particular, impondo dificuldades próprias à disciplina histórica, de modo particular, e às ciências humanas, de modo geral. Ao mesmo tempo, o problema de compreender a cultura digitalizada em sua miríade de novos artefatos não pode ser dissociado do problema de lançar mão e de compreender as novas técnicas e práticas digitais⁸, oferecidas por tal cultura e cada vez mais indispensáveis, em confrontação com formas tradicionais. Trata-se de compreender o digital pelo digital, o que implica em modos específicos de criar e compartilhar conhecimento. Esse imperativo não se refere apenas à análise do contexto contemporâneo, mas contempla o passado de um modo geral, cujas fontes são cada vez mais acessíveis e manipuláveis por meios digitais. Com efeito, as interpretações sobre o passado têm sofrido mudanças perceptíveis.

Frente a esse breve panorama, o objetivo desta tese é contribuir para a elaboração de uma hermenêutica histórica digital. A primeira parte trata da construção do problema a partir da hipótese de que o estado global contemporâneo da digitalização tem alterado de modo definitivo os fundamentos ontológicos e epistemológicos da ciência histórica, o que dá lugar a um novo conjunto de condições de possibilidade do conhecimento. Na era digital, a história deve renovar seu estatuto enquanto ciência da interpretação. Um dos sinais claros dessa necessidade se dá pela recorrência do uso do termo “crise” no discurso geral, e, por essa razão, tratar-se-á de examinar a história da disciplina histórica como a história de suas sucessivas crises, a fim de compreender em que sentido a questão da digitalização justifica essa utilização. Para isso, o próprio conceito de crise será examinado, sobretudo a partir da análise que Reinhart Koselleck empreende a respeito do termo em seu *Geschichtliche Grundbegriffe* (Dicionário de conceitos históricos fundamentais), traçando sua história desde suas origens gregas até o

⁷ Cf. HU, Margaret. Cambridge Analytica’s black box. *Big Data & Society*, July-December, 2020, p. 1-6.

⁸ Como *crowdsourcing*, *blogging*, uso de bancos de dados, análise espacial, mídia visual e de simulações de jogos, bem como diversos tipos de colaborações online. Essas práticas muitas vezes se amparam em valores acadêmicos de *open peer review* e *open access*.

presente. Os ganhos dessa análise permitem, por um lado, a aproximação da reflexão com a epistemologia histórica, especialmente com o pensamento de Gaston Bachelard exposto em *Le Nouvel Esprit scientifique* (O novo espírito científico), o qual, por sua vez, fornece interessantes perspectivas para lidar com os problemas das ciências e da tecnologia. Por outro lado, esses ganhos fornecem indicações heurísticas para a análise de momentos relevantes na história da disciplina histórica. Em primeiro lugar, o exame do processo de fundação da história na condição de disciplina científica ao longo dos séculos XVIII e XIX. Após um breve panorama do surgimento e desenvolvimento do conceito de história na modernidade, a análise se direciona para a concepção de história em Leopold von Ranke, por meio do exame de textos teóricos e prefácios do historiador. Em segundo lugar, a investigação a respeito do problema do relativismo dentro do contexto da crise do historicismo, cuja principal fonte de análise são os textos de Ernst Troeltsch, especialmente *Die Krisis des Historismus* (A crise do historicismo). Em terceiro lugar, o exame do debate em torno da chamada crise dos paradigmas, com ênfase no pensamento de Hayden White, especialmente por meio do texto *O fardo da história* e da obra *Meta-história*.

Após analisar esses três contextos em que o conceito de crise ou seu campo semântico foram mobilizados dentro do debate a respeito da fundamentação da disciplina histórica, alguns apontamentos históricos sobre as tecnologias de computação e de comunicação serão apresentados. Como será exposto, a justificação da utilização do conceito de crise para descrever a relação da história disciplinar com o paradigma da digitalização se baseia na constatação de que a cultura contemporânea de um modo geral é largamente produzida e determinada por tecnologias digitais, isto é, de que a cultura e as mídias que criam e representam a experiência passam a ser digitalmente produzidas, inscritas, gravadas e transmitidas em largas quantidades e por técnicas e ferramentas a princípio desconhecidas. Assim, a proposição final é de que, por um lado, um estado de crise de fato se instaura nos âmbitos ligados à produção do conhecimento histórico, uma crise ligada à dificuldade em lidar com os novos aspectos e processos de produção da cultura. Se a modernidade engendrou um conceito de história a partir de mudanças estruturais vivenciadas, cabe a questão de qual conceito de história as mudanças presentes podem dar forma. Por outro lado, de que uma possibilidade de resolução de certos problemas se dá pela exploração da hipótese de uma hermenêutica histórica digital como forma de refletir a respeito dos pressupostos que possibilitam a compreensão histórica na era digital.

A segunda parte da tese trata de apresentar o pensamento hermenêutico tradicional — tradicional em relação à possibilidade de uma hermenêutica digital — e confrontá-lo com

críticas advindas de novos paradigmas filosóficos. Em primeiro lugar, após breves colocações a respeito da história da hermenêutica, será apresentada a concepção de uma hermenêutica histórica no pensamento de Johann Gustav Droysen a partir de leituras de trechos de sua *Historik*. Em seguida, a hermenêutica da facticidade de Martin Heidegger será examinada, com foco nas obras *Ontologia: hermenêutica da facticidade* e *Ser e Tempo*, como parte do processo no qual a hermenêutica adquire o estatuto filosófico de uma ontologia. Partindo de Heidegger, a questão da universalidade da hermenêutica (*Universalitätsanspruch*) é analisada no pensamento de Hans-Georg Gadamer, especialmente a partir de *Verdade e Método*. Por meio dessa reflexão, o potencial hermenêutico da experiência da arte é reabilitado, mas sobretudo aquele da experiência histórica. Com Gadamer, a história passa a ser filosoficamente fundamentada em uma hermenêutica formulada ao redor de noções centrais como a de jogo, consciência histórica efetual e, especialmente, de linguagem como meio da compreensão. Em segundo lugar, será apresentada a crítica de Friedrich Kittler ao empreendimento hermenêutico de um modo geral, isto é, tanto no nível de uma teoria histórica da interpretação como no de uma ontologia da compreensão. Essa crítica é exposta a partir da análise da obra *Aufschreibesysteme 1800-1900* (Sistemas de inscrição 1800-1900), na qual a hermenêutica aparece como um fenômeno historicamente determinado por um sistema de inscrição, isto é, por um conjunto de tecnologias e práticas que viabilizam a ideia da universalidade da hermenêutica como a busca constante pela plenitude de sentido. A crítica de Kittler serve especialmente ao propósito de enfatizar os aspectos materiais e institucionais das tecnologias encarregadas do processamento, armazenamento e distribuição da informação, isto é, de enfatizar a necessidade de uma teoria das mídias como modo de compreensão da cultura de um modo geral. Nesse sentido, a hipótese apresentada aqui, baseada em Kittler, é a de que o pensamento histórico-hermenêutico tradicional não consegue dar conta satisfatoriamente do problema tecnológico da digitalização, porque em parte negligencia os novos fundamentos materiais que esse problema pressupõe e que dizem respeito à própria hermenêutica como paradigma de investigação contemporâneo.

Finalmente, a terceira parte da tese representa a tentativa de apresentar os traços fundamentais de uma hermenêutica histórica digital. Em primeiro lugar, as colocações apresentadas no fim da primeira parte e que dizem respeito à digitalização da cultura são aprofundadas, especialmente a partir das reflexões de Lev Manovich contidas em *Software takes command* (Software toma o controle), reflexões que largamente compartilham os pressupostos do pensamento de Kittler e que, nesse sentido, serão apresentadas frente à possibilidade de um sistema de inscrição digital. Além disso, a análise do tema da digitalização

da cultura é direcionada para a interface como problema hermenêutico frente ao reconhecimento de sua dimensão de ocultamento e da necessidade de ultrapassá-la. Essas análises pretendem confirmar e reiterar a tese de que a cultura contemporânea é determinada por software. Em segundo lugar, as propostas de engajamento da história e das ciências humanas com tecnologias digitais serão reunidas a fim de mostrar como elas têm pensado a relação entre as técnicas e métodos digitais com o acesso a extensos bancos de dados e em que sentido elas dialogam com a ideia de uma hermenêutica digital. Algumas dessas propostas que reivindicam uma tal hermenêutica são apresentadas e, juntamente a elas, é afirmada a necessidade de que o pensamento hermenêutico se confronte com a tecnologia digital considerando-a como uma espécie de pré-estrutura da compreensão, uma estrutura que torna a compreensão no (e do) mundo digital contemporâneo possível. Isso aponta para a inevitabilidade de considerações de natureza ontológica: tanto a respeito do caráter do digital, pensado na condição de código, quanto a respeito das linguagens de programação que dão forma lógica ao código. São essas duas últimas considerações que encerram esta tese. Por um lado, procura-se responder à questão do que é o digital e dos processos por meio dos quais ele vem a ser o que é na condição de software, o que significa dar atenção às dinâmicas que envolvem a escrita de código e aos processos de engenharia de software que comandam a produção digital. Por outro lado, trata-se de analisar as linguagens que permeiam esse processo de produção, com ênfase nas linguagens de programação e em seus aspectos sintáticos como forma de apresentar o conjunto de regras sob as quais a escrita de software é possível. Ao fim, a hermenêutica digital se mostra viável pela manutenção de uma dialética entre os aspectos técnico-ontológicos e os aspectos da cultura em que se manifestam.

PARTE I

A digitalização como problema para a teoria da história a partir de um ponto de vista hermenêutico

Crise, história e ciência

Considerações iniciais: o conceito de crise como heurística histórica — Apontamentos teórico-históricos do conceito de crise — Crise e filosofia das ciências

A presente parte procura analisar o problema que toma forma a partir da recorrente anúncio de um certo discurso sobre uma suposta nova crise dentro da ciência histórica instaurada pela situação tecnológica e cultural do presente, engendrada pelo advento da digitalização. A recorrência da utilização do termo “crise” é um dos sinais característicos das duas primeiras décadas do século XXI. Essa recorrência, não obstante, não data de agora, o que revela que sua adoção no vocabulário cotidiano, como também científico, já é algo bem estabelecido. Assim, não se deve perder de vista o processo de trivialização advindo do uso generalizado do conceito de crise, processo que toma lugar ao longo de boa parte do século XX e do século XXI nos mais diversos campos, chegando, ao fim, a uma forma de esvaziamento de significado, como já apontado por Reinhart Koselleck⁹. Desse modo, parafraseando Paul Veyne, se “tudo é crise, logo a crise não existe”¹⁰, de forma que uma série de questões emerge, a saber: o que é, afinal, uma crise? Qual é a utilidade e relevância do uso de um tal conceito no âmbito do discurso científico? A evidente banalização do termo, portanto, serve de legítimo questionamento sobre a validade de seu emprego.

Em resposta a tal questionamento, afirma-se a utilidade do uso do conceito de crise enquanto heurística histórica. Heurística aqui não possui o significado preciso e o lugar específico tal como na *Historik* de Droysen, apesar de compartilhar inevitavelmente sua orientação. Afinal, a heurística em Droysen não é propriamente o conjunto de fontes e materiais dos quais se dispõe o historiador, mas sim o arranjo específico que tais fontes e materiais configuram a partir — e somente a partir — daquilo que Droysen denomina como a “pergunta

⁹ Cf. KOSELLECK, R. Krise. In: BRUNNER, O.; CONZE, W.; KOSELLECK, R. (Hrsg.). **Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Band 3 (H - Me)**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1982, p. 617-650.

¹⁰ VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 23.

histórica” (*historische Frage*), a qual ele chega mesmo a denominar como “pergunta heurística” (*heuristische Frage*), tal qual se encontra na versão publicada de suas lições de 1857.¹¹

O termo “heurística” remonta ao grego (*heuriskein*), cujo verbo significa originalmente “descobrir”. Ainda no contexto grego, o conceito também é associado à maiêutica socrática e à arte de fazer perguntas. Já na modernidade, ele é encontrado sobretudo nos manuais de lógica e matemática. Por exemplo, Hamilton afirma, em sua *Lógica*, que a heurística é o conjunto de regras da invenção e da descoberta, o que permite aproximá-la das ideias de teoria e metodologia, sem, no entanto, identificá-las, como na filosofia da ciência de Imre Lakatos. Ao mesmo tempo, o termo heurística aparece como contraponto ao raciocínio estritamente dedutivo, por se basear na indução e na analogia. No século XX, o termo é adotado pela ciência da computação e passa a corresponder à teoria de “resolução de problemas” (*problem-solving*), uso que persiste no campo até hoje (aplicado, por exemplo, em inteligência artificial como *machine learning*).¹² A heurística, portanto, se refere a determinados processos ou exercícios que enfatizam o caráter analógico do pensamento, o qual opera com as categorias do plausível, do verossímil, do aproximado, do possível a fim de direcionar e enriquecer a investigação e preencher lacunas. Referências, ao fim, que Droysen de modo algum ignorou, mas que, ao menos formalmente, limitou à primeira etapa da fase Metódica dentro do sistema de sua *Historik*, a etapa da Heurística, justamente. Assim, retorna-se a Paul Veyne, para o qual a heurística, pensada em termos de história comparada, orientaria o empreendimento historiográfico de um modo geral.¹³ Paul Veyne, por sua vez, tem em mente o “valor heurístico” (*heuristischer Wert*) — como também sistemático — que Max Weber confere à sua teoria dos tipos ideais, concepção inicialmente formulada em sua confrontação com Wilhelm Roscher e Karl Knies.¹⁴

São essas ideias que justificam a adjetivação aqui empregada, a saber, de uma heurística histórica. Isso porque o tratamento do conceito de crise não se dá por ele mesmo, mas sim por sua consideração como um índice para a realização de uma história, tratamento o qual, frente ao aparente esvaziamento de significado do conceito, faz necessários dois rearranjos: primeiro,

¹¹ DROYSEN, J. G. **Historik**. Band 1: Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857). Grundriß der Historik in der ersten handschriftlichen (1857/1858) und in der letzten gedruckten Fassung (1882). Stuttgart: Friedrich Frommann Verlag Günther Holzboog GmbH & Co, 1977, p. 105-110.

¹² ROMANYCIA, M. H. J.; PELLETIER, F. J. What is a heuristic? In: **Computational Intelligence**, volume 1, issue 1, january 1985, p. 47-58.

¹³ VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 138-144.

¹⁴ Cf. WEBER, Max. Roscher und Knies und die logischen Probleme der historischen Nationalökonomie. In: **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922, p. 115-131.

é necessário investir na história do termo, isto é, partir do conceito para a história de seu campo semântico. Segundo, e conseqüentemente, é necessário subverter a função original do conceito — de unificar uma variedade heterogênea e atribuir a ela um determinado sentido — em favor da observação da emergência de seus usos, de seus modos de emprego. Nesse sentido, em vez de um termo unívoco, o conceito passa a ser considerado enquanto um campo semântico plural habitado por diversos outros conceitos. Em vez de juízo, o conceito passa a ser usado como índice. Em vez de fim, meio para a própria possibilidade de compreensão de uma determinada situação, como a atual.

É sob a condição do esclarecimento do conceito que a avaliação e exploração da recorrente hipótese de uma crise da ciência histórica no presente se revelam profícuas, as quais, a seu turno, serão realizadas por meio de uma história da disciplina histórica que tem como fio condutor momentos decisivos em que uma certa consciência de crise se manifestou entre historiadores, filósofos e teóricos da história, não necessariamente pelo uso do termo, mas sobretudo do seu campo semântico. Com efeito, trata-se de mostrar como a disciplina histórica enfrentou as diversas assim denominadas “crises” engendradas por mudanças estruturais da realidade social e cultural, considerando que a própria noção de ciência também se define a partir de tais enfrentamentos. Ao mesmo tempo, se é possível falar da continuidade de uma unidade que recebe o nome de ciência e que identifica um conjunto de práticas realizadas nos dois últimos séculos, faz-se necessário determinar quais princípios garantem essa unidade. Sustenta-se que um desses princípios seja primordialmente hermenêutico, isto é, que se estabeleça mediante a constituição de uma teoria da interpretação¹⁵.

A análise do conceito de crise, revelando seus principais significados, permite a aproximação à história e filosofia da ciência, já que, desde Gaston Bachelard, com sua ênfase na descontinuidade, o campo semântico do conceito de crise é mobilizado de modo fundamental. Reclamar os resultados da história e filosofia das ciências, de todo modo, não implica partir da pressuposição de que esse campo se configure como um bloco homogêneo ou que seus resultados serão aplicados sistematicamente. Trata-se mais de lançar mão de estratégias de investigação que podem ser extraídas de reflexões presentes ao longo do processo de constituição do campo e que serão úteis no desdobramento de toda a tese. Nesse sentido, serão considerados autores cujos escritos foram produzidos em tempos e situações distintos, mas que ainda oferecem uma contribuição para o esclarecimento de elementos fundamentais

¹⁵ O que, coerentemente à denominação de Paul Ricoeur, configura uma ciência da interpretação (*science de l'interprétation*). Cf. RICOEUR, P. **De l'interprétation. Essai sur Freud**. Paris: Le Seuil, 1965, p. 47.

da história das ciências. Ademais, o objetivo não é definir um conceito unívoco, preciso e determinante de ciência ao qual a história supostamente deveria ser conformada, mas sim voltar-se à análise teórico-filosófica das práticas e discursos científicos, de modo a permitir o uso de conceitos e abordagens ligados ao campo da filosofia e história das ciências que dizem respeito especialmente às noções de crise, ruptura e descontinuidade, termos que compartilham um campo semântico e que são indispensáveis para pensar os processos históricos de desenvolvimento das ciências.

Com efeito, a abordagem ao conceito de crise pretende se justificar não por razões puramente analíticas, mas sim pela percepção do estabelecimento do conceito no discurso geral e, especificamente, no âmbito acadêmico brasileiro. Levando-se em consideração essa dualidade — a percepção da recorrência discursiva e o próprio emprego do termo —, o reconhecimento da existência de uma crise no cerne do empreendimento historiográfico pressupõe esclarecer o conceito e, por fim, verificar se tal concepção — da existência de uma crise — de fato se justifica. À primeira tarefa corresponde um esforço filológico e conceitual. À segunda cabe a aplicação dos resultados adquiridos a fim de avaliar, por meio de uma história, sua adequação. Por meio dessa história, as questões impostas pelo advento da digitalização e o juízo a respeito delas não serão considerados exclusivamente por si e em si mesmos: ela cumpre também o propósito de tentar compreender em que termos se colocam essas questões a partir daquilo que se apresentou na tradição histórica (como paradigma disciplinar) enquanto problema e, no limite, identificar os novos problemas que só se tornaram possíveis, ou relevantes, com a digitalização da cultura global e suas implicações. Ao fim, mais do que provar uma hipótese, trata-se de explorar e formular problemas. São nesses termos que a primeira parte da presente tese busca a sua legitimação. Ela busca fundamentar o trabalho e definir os termos e princípios sob os quais os problemas serão encarados sob a perspectiva da disciplina histórica.

*

O verbete “crise” (*Krisis*) ocupa um lugar privilegiado no dicionário de conceitos históricos organizado por Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck, e não por acaso: o conceito tem um valor significativo para a disciplina histórica na modernidade por mobilizar uma série de reflexões ligadas ao problema do tempo histórico. O conceito, no entanto, tem raízes profundas que se desdobram no período pré-moderno. Originalmente, crise vem do grego, *κρίση*, o qual advém do verbo que significa separar (*scheiden*), escolher (*auswählen*),

julgar (*beurteilen*) e decidir (*entscheiden*). O conceito, ao mesmo tempo, indicava o advento de um momento crucial e enfatizava a demanda por decisões apropriadas que possuíam o sentido de um juízo, o que revela a unidade conceitual do que ulteriormente viria a caracterizar duas esferas semânticas distintas, compreendidas, respectivamente, pelos conceitos de crise e de crítica (*Kritik*). De todo modo, apesar dos múltiplos sentidos que dispunha, o uso do conceito de crise se encontrava relativamente bem circunscrito na Antiguidade Clássica grega: do âmbito jurídico, o termo passa a figurar na esfera política e cívica. Empregado inicialmente para apontar a instauração de uma espécie de tribunal, bem como a decisão legal que dele resultaria, o conceito passa a ser amplamente aplicado às decisões políticas de um modo geral que se originavam da reivindicação de uma comunidade cívica pautada por valores de justiça.¹⁶

Para além de sua presença no cotidiano da vida política e cívica (“jurídica”) da Grécia Clássica, o conceito de crise teve seu campo semântico alargado por seu uso em outras duas esferas bem delimitadas na língua grega e que se estabeleceu por meio da ampla difusão de documentos escritos. Primeiro, o domínio da medicina, com a progressiva elaboração e compilação dos tratados médicos que viriam a constituir o *Corpus Hippocraticum* desde o século V a.C, cuja influência se fez presente até a baixa Idade Média. Nele se revela uma verdadeira “teoria médica da crise”¹⁷ que — conservando a posterior separação entre uma “crise objetiva” e uma “crítica subjetiva” — compreende tanto o diagnóstico advindo da observação quanto o juízo a respeito do desenvolvimento da enfermidade, o momento no qual uma decisão precisa ser tomada a fim de garantir a condução à restauração da saúde ou à morte. Ademais, um conjunto de tipologias conferiu ao uso médico do conceito de crise uma série de distinções temporais que dizem respeito ao desdobramento de uma doença, ao seu início, ao seu ritmo, regularidade e recorrência.¹⁸

Em segundo lugar, o domínio teológico¹⁹, no qual o conceito de crise figura na *Septuaginta* — a tradução grega do Antigo Testamento em hebraico, realizada a partir do século III a.C —, bem como no Novo Testamento, originalmente escrito em grego. O significado jurídico do termo é essencialmente retomado, mas transposto para a escatologia judaico-cristã: o julgamento passa a ser o inevitável Juízo Final — *judicium*, que aqui equivale

¹⁶ KOSELLECK, Reinhart. Krise. In: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Hrsg.). **Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Band 3 (H - Me)**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1982, p. 617-618.

¹⁷ Para uma análise mais pormenorizada do uso médico do conceito de crise, cf. LECOURT, Dominique. **Dictionnaire de la pensée médicale**. Paris: Presses Universitaires France, 2004, p. 297-300.

¹⁸ KOSELLECK, op. cit., p. 619.

¹⁹ Para mais detalhes, cf. KASPER, Walter (Hrsg.). **Lexikon für Theologie und Kirche. Band 6**. Freiburg im Breisgau: Verlag Herder, 1997, p. 483-485.

ao conceito grego de crise — e a justiça não é a do homem, mas a divina, cuja promessa é a salvação e a vida eterna, mas que, não obstante, também pode levar à condenação. Ademais, com o Cristianismo, a Anunciação do Juízo Final alimenta uma ambiguidade na qual o Apocalipse, mesmo ainda por vir, é experienciado presentemente como um processo com uma finalidade explícita. Nessa ambiguidade, “um horizonte de expectativa [*Erwartungshorizont*] é delineado que qualifica teologicamente o tempo histórico porvindouro”²⁰.

A transposição do conceito para o latim e, subsequentemente, para as línguas europeias nacionais representa a passagem da delimitação do uso do conceito de crise a campos semânticos e disciplinas específicas — direito, teologia e medicina — para a sua expansão ao mundo político-social, no qual seu campo semântico também é alargado pelo seu uso metafórico, o que faz com que o termo passe progressivamente a ocupar uma posição fundamental. O conceito médico de crise foi hegemônico em boa parte da Idade Moderna europeia, a princípio na França e na Inglaterra e posteriormente na Alemanha. As metáforas do “corpo coletivo” (ou nacional) tomaram uma nova forma com a aplicação do conceito de crise enquanto um diagnóstico para tratar de questões políticas, econômicas e militares para as quais se impunha o imperativo de decisões e ações radicais a fim de garantir a restauração de um suposto estado de saúde do Estado e de se evitar sua morte, tratada como a única alternativa distinta possível. É desse modo que o termo passa a assumir algo como um caráter retórico em discursos e debates, já que o estabelecimento de opções diametralmente opostas como as únicas válidas era, ao fim, arbitrário, baseado em determinados valores e princípios.²¹

O desdobramento do processo de expansão do emprego do conceito de crise tornou isso cada vez mais claro: “a sensação da experiência de crise se torna generalizada [e] os diagnósticos e prognósticos que se ligam a ela são diversos”. Essa complexificação revela a introdução de uma dimensão propriamente histórica ao conceito de crise, na medida em que o termo passa a “generalizar a experiência moderna a tal ponto que ‘crise’ se torna doravante um conceito fixo para a própria ‘história’”, isto é, “a determinação fundamental [*Grundbestimmung*] do tempo histórico”.²² É desse modo que, a partir da segunda metade do século XVIII, uma versão secularizada da vertente teológica do conceito de crise se torna não apenas possível, mas primordial, precisamente na forma da filosofia da história enquanto uma interpretação do curso da história a partir do ponto de vista do presente.

²⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Krise*. In: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Hrsg.). **Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Band 3 (H - Me)**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1982, p. 618-619.

²¹ *Ibid.*, p. 619-621; p. 624-626.

²² *Ibid.*, p. 626-7.

Sendo assim, o conceito de crise nessa nova cunhagem, inequivocamente moderna, passou a aceitar outras possibilidades interpretativas, as quais às vezes só poderiam ser distinguidas analiticamente, e que, com efeito, coexistiram concretamente nos modos de pensar de indivíduos e grupos, mesmo que de modo ambíguo. Por um lado, ainda em estrita conexão às suas origens médicas e teológicas, crise se liga tanto ao contexto que leva ao momento decisivo que requer a ação, e que pode ocorrer novamente — identificando-se completamente à noção de doença —, como a um evento singular que chega em um ponto peremptório que, quando ultrapassado, engendra o novo, aquilo cujo caráter é distinto de tudo o que até então ocorreu — uma versão do Juízo Final. Por outro lado, porém, mais próxima ao campo semântico histórico e temporal, a noção de crise também passou a constituir um modo com o qual se buscava abordar a recorrência estrutural de situações críticas de distintas magnitudes e sua relação com seus respectivos prognósticos. Ademais, o termo crise é concebido como uma categoria de periodização, resultado do diagnóstico que demarca uma época de transições propriamente históricas, o que fez com que ele fosse frequentemente empregado como sinônimo de revolução.

Desse modo, a própria função do conceito também muda, na medida em que a ele se aplicam as incumbências de ser não somente a causa, mas o indicador, ou mesmo evocador, de mudanças ou de decisões que se objetivam. Essas distintas possibilidades interpretativas nada mais representam do que o esforço²³ em tentar compreender a complexidade do mundo moderno, cujas origens se procura determinar e, ao mesmo tempo, cujo futuro se mostra aberto a distintos prognósticos, não mais necessariamente ligados a alternativas dualistas e opostas.²⁴ Ao fim, “é justamente essa possibilidade de combinação que distingue o termo enquanto conceito: ele se apossa de experiências antigas e as transforma metaforicamente a fim de liberar novas expectativas. ‘Crise’ faz parte da assinatura estrutural da modernidade”²⁵.

Essas tendências são reforçadas ao longo do século XIX, no qual se inaugura uma “era da crise”, cujos desdobramentos chegam ao tempo presente. O emprego do termo é de tal modo exacerbado que o conceito perde rigor teórico. Não obstante, o termo continuou a ser largamente empregado em diversos campos, especialmente no campo da economia — em

²³ Essas tentativas, no âmbito das filosofias da história no século XVIII, diversas e até mesmo opostas, podem ser vistas nos usos de intelectuais como Rousseau, Diderot, Thomas Paine, Edmund Burke, Chateaubriand, Saint-Simon, Herder etc. Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Krise*. In: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Hrsg.). **Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Band 3 (H - Me)**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1982, p. 628-632; KOSELLECK, R. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

²⁴ Id., 1982, p. 626-627.

²⁵ Ibid., p. 629.

muitos aspectos motivado pela semântica médica da crise com o uso de termos como “doença”, “patologia”, “convulsão”, “relapsia” etc. —, campo que, com a adoção da expressão, contribuiu decisivamente para o estatuto ecumênico do conceito, levando-o para a linguagem corrente, na medida em que as diversas assim denominadas “crises econômicas” eram diretamente experienciadas em uma vida cotidiana cada vez mais determinada por um sistema de produção que progressivamente se estendia a nível global e a todos os âmbitos da vida — o sistema capitalista. Essas crises eram caracterizadas como recorrentes, mas sobretudo transitórias. A princípio locais, elas passaram a ser globais, revelando também o sentimento de experienciar um fenômeno completamente novo. Essa caracterização permitiu a conquista de um certo rigor teórico circunscrito a determinadas análises históricas e comparativas, com a elaboração de tipologias e, não menos, de filosofias da história: a consideração de seu caráter transitório, por exemplo, levou a interpretações otimistas que enxergavam nas crises manifestações do progresso na história europeia.²⁶

Com efeito, o termo estava estabelecido no campo da teoria econômica no século XIX — bem como difundido no senso comum pelos veículos de comunicação — com tamanha variedade semântica que até mesmo os usos do conceito no século XX, a despeito de sua especificidade temporal substantiva, não conseguiram ultrapassar. Pelo contrário, uma dimensão foi nitidamente depauperada: “a antiga força do conceito de impor alternativas insuperáveis, rígidas e inegociáveis desvaneceu-se na incerteza de alternativas disponíveis passíveis de escolha”. Não obstante, o conceito de “‘crise’ ainda atesta uma contínua novidade de nossa época, interpretada como uma época de transição”, como também pode indicar o caráter de uma condição imanente e permanente do mundo: a história enquanto uma “crise contínua” desprovida tanto de seu sentido apocalíptico (*endzeitliche*) quanto de seu sentido transitório.²⁷

*

Não somente na economia, o conceito de crise também encontra na disciplina histórica uma tentativa de uso mais inequívoco. Por um lado, no pensamento histórico de certo modo herdeiro das chamadas filosofias especulativas da história, representado, dentre outros, pelos

²⁶ KOSELLECK, Reinhart. Krise. In: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Hrsg.). **Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Band 3 (H - Me)**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1982, p. 644.

²⁷ *Ibid.*, p. 648-649.

assim chamados “jovens hegelianos” e caracterizado, dentre outros fatores, pela incorporação de elementos de natureza escatológica. Aqui, “crise permanece um conceito de reflexão da filosofia da história voltado para uma execução consciente de tendências manifestadas pela crítica”²⁸. A crítica é o motor da crise, que revela o prenúncio de novos tempos de igualdade social e liberdade com a solução de problemas na ordem prática da ação e que não exclui a possibilidade de novas revoluções e, ademais, caso seja ignorada, levará ao colapso. Trata-se propriamente de realizar na prática os supostos ganhos da teoria. É assim que a visão otimista de certos economistas encontra na teoria marxista um contraponto. Baseando-se em uma teoria econômica das crises, as análises de Marx e Engels chegaram a uma interpretação do conceito, na forma de filosofia da história, enquanto modo de revolução social. Em um sentido estritamente econômico, o conceito de crise organiza a dinâmica dos ciclos econômicos. No caso do sistema capitalista, uma série de contradições internas — marcada pela discrepância entre o *ethos* capitalista e uma visão humanista de sociedade — contribuiria para o acúmulo de crises as quais, levando o sistema aos seus limites, em vez de serem superadas (no sentido dialético da *Aufhebung*), constituiriam, no cerne de uma grande crise, as condições ideais para a emergência de uma revolução.²⁹

Por outro lado, o conceito de crise também foi empregado por historiadores mais próximos às denominadas filosofias críticas da história³⁰, nas quais se manifesta a pretensão de investigar as condições de possibilidade do conhecimento histórico, isto é, de fundamentar a ciência histórica em bases epistemológicas, no sentido da crítica da teoria do conhecimento (*Erkenntnistheorie*) que remonta a Kant. Segundo tais figuras, em um claro abrandamento do elemento escatológico, os corolários das crises permaneceriam abertos e indeterminados, apesar da possibilidade do esboço de prognósticos plausíveis permanecer viável. No início da década de 1850, Droysen reconhecia que a humanidade se encontrava “em uma daquelas grandes crises que conduz de uma época global (*Weltepoche*) para outra”³¹ a qual, todavia, não se poderia ao certo determinar. Duas décadas depois, Burckhardt, em suas *Weltgeschichtliche Betrachtungen*³², transformava a noção de crise em uma categoria histórico-antropológica de

²⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Krise*. In: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Hrsg.). **Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Band 3 (H - Me)**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1982, p. 628.

²⁹ *Ibid.*, p. 645-647.

³⁰ Cf. ARON, Raymond. **La philosophie critique de l'histoire. Essai sur une théorie allemande de l'histoire**. Paris: Vrin, 1969, p. 15-20.

³¹ DROYSEN, J. G. *Die Krise der europäischen Kultur*. In: BIRTSCHE, Günter; RÜSEN, Jörn (Hrsg.). **Texte zur Geschichtstheorie: mit ungedruckten Materialien zur 'Historik'**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1972, p. 59.

³² BURCKHARDT, J. **Weltgeschichtliche Betrachtungen**. München: Verlag C.H.Beck, 2018, p. 167-216.

investigação do passado, a fim de distinguir tipologias que seriam usadas para caracterizar, em grau e natureza, os diversos momentos de transformações e transições históricas, com vistas a fundamentar a tese de uma suposta singularidade do processo de transformação estrutural e generalizada protagonizado pelo século XIX europeu, o que tornaria legítimo o emprego do conceito de crise.³³

A virada para o século XX, com o desenrolar das grandes catástrofes, apenas agravou essa consciência de crise sem, no entanto, contribuir para o esclarecimento do conceito.³⁴ Para além desse estado de coisas generalizado, o problema da crise foi especialmente tratado em relação à ciência, de um modo geral, e à história, de um modo particular. Max Weber, durante a Primeira Guerra Mundial, falava de um indivíduo enclausurado em um cotidiano cada vez mais racionalizado, burocratizado e especializado, dentro do qual a ciência³⁵, sob o signo do desencantamento do mundo, seria incapaz de arbitrar os conflitos axiológicos inerentes à realidade humana, de “ensinar algo sobre o sentido do mundo ou [...] [de] encontrar o caminho de tal sentido — se é que ele existe [...]”.³⁶ Alguns anos depois, Ernst Troeltsch, seguindo de certo modo o diagnóstico weberiano, fala de uma crise na ciência histórica como a crise ocasionada pelo mais recente desdobramento de um certo historicismo, concebido enquanto relativismo e “niilismo epistemológico”, um dos resultados nocivos da historicização do pensamento e do conhecimento. O que estava em crise, no entanto, não seria a pesquisa histórica em si, mas, para além dela, “o pensamento histórico humano em sua generalidade”, isto é, “os fundamentos e elementos filosóficos gerais do pensamento histórico”, o que, ao fim, não deixava de trazer consequências para a pesquisa. A solução do problema, a seu turno, exigia a reabilitação da filosofia da história, justamente como crítica do conhecimento histórico.³⁷

³³ KOSELLECK, Reinhart. *Krise*. In: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Hrsg.). **Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland. Band 3 (H - Me)**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1982, p. 639-40.

³⁴ Uma tentativa recente de apresentar um uso mais elucidativo e sistemático do conceito pode ser encontrada em Jörn Rüsen. Rüsen discerne três tipos de crise a partir de suas implicações para os modelos de interpretação vigentes: a crise normal, que não altera o modelo vigente de interpretação (como as crises econômicas recorrentes); a crise crítica, que promove uma alteração do modelo (como o historicismo); e a crise catastrófica, que destrói os modelos de interpretação vigentes (como o holocausto judeu). Para um esquema dessa tipologia, cf. RÜSEN, J. **Historik: Theorie der Geschichtswissenschaft**. Köln: Böhlau Verlag, 2013, p. 49-51.

³⁵ A noção de Ciência aqui é compreendida no amplo escopo do termo alemão *Wissenschaft*, como uma disciplina sistematicamente organizada: física, química e astronomia, como também estética, teologia e história, sentido que existe ao menos desde Leibniz.

³⁶ WEBER, M. *Wissenschaft als Beruf*. In: **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922, p. 539.

³⁷ TROELTSCH, E. *Die Krisis des Historismus*. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 15)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2002, p. 169-179. Esses aspectos terão um tratamento mais apropriado nos próximos tópicos, quando o tema da crise do historicismo for contemplado.

Finalmente, a questão da consideração da dimensão histórica da ciência anima um outro debate epistemológico — o qual, a despeito de uma orientação distinta, não abandona o mote kantiano de buscar as condições de possibilidade do conhecimento — ao longo do século XX, dentro do qual o conceito de crise também desempenha um papel relevante. Por um lado, a própria emergência do conjunto de problemas que passa a caracterizar esse campo se dá em resposta “a uma crise da reflexão sobre o conhecimento científico” na virada do século XIX para o século XX.³⁸ Por outro lado, considere-se, por exemplo, como Bachelard, que confere um novo sentido ao termo “epistemologia”, afirma que “todas as revoluções frutuosas do pensamento científico são crises que obrigam a uma reclassificação profunda”³⁹. Outrossim, Georges Canguilhem concebe que o “discurso científico, em sua historicidade, é atravessado de acidentes, retardado ou desviado por obstáculos, interrompido por crises, isto é, momentos de julgamento e de verdade”⁴⁰; e Thomas Kuhn, por sua vez, afirma que “a emergência de novas teorias é geralmente precedida por um período [de crise]”⁴¹. Ademais, o conceito de crise revela um dos fundamentos da própria disciplina, na medida em que, em vez de se aferrar ao uso explícito do termo, a mobilização do seu campo semântico é levada em consideração. Desse modo, Foucault, plenamente consciente de seu longo processo de trivialização, considera “crise” como um conceito “mágico” e “não operatório”. Não obstante, o interesse do autor francês se encontra, nos termos de uma história da ciência, propriamente na mudança, nos “cortes” — um dos significados originais do conceito grego de crise —, na possibilidade de “estabelecer o conjunto de transformações necessárias e suficientes para passar [de uma] forma do discurso científico” para outra.⁴²

Não é por acaso também que os estudos histórico-filosóficos tenham progressivamente investigado a ciência enquanto um conjunto de pensamentos, teorias e discursos, como realização e aplicação de teorias cujo conjunto de práticas constitui uma cultura científica ou uma episteme. Na medida em que não é mais concebível considerar um conceito unitário de ciência, o objetivo de uma história das ciências se volta às teorias específicas que cada campo

³⁸ Cf. RHEINBERGER, H.-J. *On historicizing epistemology: an essay*. Stanford: Stanford University Press, 2010, p. 1-5.

³⁹ BACHELARD, G. *Le Nouvel Esprit scientifique*. Paris: Les Presses universitaires de France, 1968, 103.

⁴⁰ CANGUILHEM, Georges. O objeto da história da ciência. CANGUILHEM, Georges. *Estudos de História e de Filosofia das Ciências*. São Paulo: Editora Forense, 2012, p. 10.

⁴¹ KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017, p. 147.

⁴² FOUCAULT, Michel. Sobre as maneiras de escrever a história (entrevista com R. Bellour). In: *Ditos & Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. São Paulo: Editora Forense, 2015, p. 67-68.

produz a fim de fundamentar sua prática de pesquisa. Com efeito, não é na busca por um conceito preciso de ciência que possa ser aplicado à disciplina histórica — e que assim permita uma história da disciplina — que aqui o campo da epistemologia histórica revela sua proficuidade. Ela se revela justamente ao explorar as implicações do malogro de um tal projeto, mesmo que o pensamento teórico do qual resulte tenha amiúde como instância concreta e prática as chamadas ciências naturais, como a física, a química e a matemática. Como o século XX permitirá perceber, as próprias ciências naturais abandonam sua condição de eminência e retornam ao mundo sublunar do qual nunca saíram, na medida em que o valor do acidente e da contingência, bem como dos aspectos socioculturais para a sua constituição, passa a ser reconhecido.

Com efeito, a epistemologia histórica de Bachelard decompõe o substantivo singular “ciência”, com o seu poder unificador, em uma série de aspectos de distintas ordens. Trata-se de “encontrar o pluralismo sob a identidade”⁴³, um movimento característico do novo espírito científico — a ciência do século XX. As ciências, em sua pluralidade, constituem regiões (ou campos) epistemológicas que são dominadas por *rationalismos* próprios que se encontram em relação dialética com os aspectos da realidade que lhes concernem, constituindo a unidade sintética da experiência, lugar “onde o espírito cognoscente é determinado pelo objeto preciso do seu conhecimento e onde, em troca, ele [objeto] determina com maior precisão a sua experiência [do sujeito]”⁴⁴. Ademais, essa experiência é sempre mediada, refletida, pela técnica científica, o conjunto de instrumentos por meio dos quais os fenômenos científicos são possíveis. A atividade científica, nesse sentido, é resultado da reflexão, do esforço intelectualizado de romper com a experiência “imediata” da vida comum e com sua suposta descrição fenomenológica pura, e constituir, assim, um conhecimento de segunda ordem, indireto, caracterizado pela construção de encadeamentos racionais possibilitados pela experimentação. Os fenômenos se transformam em objeto científico na medida em que são selecionados e purificados pelos instrumentos: eles são, assim, tecnicamente produzidos, fruto de uma *phénoménotechnique*. Ao mesmo tempo, entretanto, os mesmos fenômenos questionam os pressupostos teóricos nos quais se baseiam tais instrumentos, contribuindo para o seu aperfeiçoamento. Em relação ao conhecimento científico, portanto, a experiência cotidiana

⁴³ BACHELARD, G. **Le Nouvel Esprit scientifique**. Paris: Les Presses universitaires de France, 1968, p. 107.

⁴⁴ BACHELARD, G. **Le rationalisme appliqué**. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1966, p. 4.

vulgar se apresenta como um obstáculo: persiste entre eles uma descontinuidade epistemológica que largamente determina o ritmo do progresso científico.⁴⁵

O racionalismo é sempre materialmente “aplicado” e o materialismo sempre racionalmente “instruído”. Em sua epistemologia histórica, Bachelard mantém dualidades em constante tensão, de modo a enfatizar a natureza dinâmica e dialética das ciências e do conhecimento científico. Desse modo, as noções de realidade e objetividade, em sua denotação estática, são substituídas pelas noções de realização e objetificação, as quais representam a concretização de processos advindos da síntese de elementos de natureza idealista e de natureza realista. Em vez de uma suposta razão pura e de um objeto puro, Bachelard trata de uma “razão realizada” no experimento científico, o qual não deixa de reservar uma “contextura numenal” própria.⁴⁶ A epistemologia histórica de Bachelard não se volta às condições *a priori* de possibilidade do conhecimento — tal qual boa parte da *Erkenntnistheorie* de inspiração kantiana —, mas sim ao exame “*a posteriori*” das diversas ciências em suas racionalidades próprias, em sua estrutura e axiomas característicos. Ademais, não se trata de analisá-las a fim de reduzi-las a um denominador comum e universal, mas sim de ordená-las em sua multiplicidade e em suas formas de relação entre si. É por essa razão que a filosofia da ciência — e, por conseguinte, a história da ciência — só é possível na medida em que abandona sua posição apartada e se engaja no domínio científico concreto — com suas teorias, objetos, métodos e conceitos específicos — que almeja compreender.⁴⁷

Essa orientação define o caráter fundamental do exame daquilo que Bachelard define como a “cultura científica moderna”, dentro da qual toma lugar a convergência de elementos de três naturezas: racional, técnica e social. A ciência do século XX torna evidente que sua realização se dá mediante a mobilização dos elementos supracitados em um empreendimento coletivo. Nele figuram em determinação recíproca as teorias científicas e os instrumentos técnicos formulados e operados por indivíduos que não se encontram isolados, mas sim organizados em grupos que constituem escolas e comunidades com suas dinâmicas próprias de publicação dos resultados em periódicos ou na forma de livros. Nesses grupos, a disparidade de valores e interesses entre indivíduos é responsável por manter o espírito científico sempre em movimento, sem com isso ignorar que a manutenção da racionalidade regional que

⁴⁵ A distinção entre conhecimento científico e conhecimento comum é um motivo que percorre toda a obra bachelardiana. É no cerne dessa distinção que se encontra o par de noções de “obstáculo epistemológico” e “ruptura epistemológica”, que se transformou em uma espécie de sinédoque (bastante redutora) da filosofia de Bachelard. Cf. BACHELARD, G. **La formation de l'esprit scientifique: Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective**. Paris: Vrin, 1947.

⁴⁶ BACHELARD, G. **Le Nouvel Esprit scientifique**. Paris: Les Presses universitaires de France, 1968, p. 7-16.

⁴⁷ BACHELARD, G. **Le rationalisme appliqué**. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1966, p. 131-135.

determina o campo enquanto tal sempre exige alguma espécie de consenso. Desse modo, é à filosofia das ciências “que compete a tarefa de mostrar a importância do caráter intersubjetivo, do caráter histórico e social” da produção científica, bem como a tarefa de “pôr em evidência os valores das ciências”, “estudar psicologicamente os *interesses culturais*” e “determinar os elementos de uma verdadeira orientação profissional da cultura científica”.⁴⁸

Portanto, fica claro que as crises fazem parte da própria cultura científica em sua totalidade e que assumem, ao menos de acordo com Bachelard, um valor inequivocamente positivo. Na medida em que o caráter dialético do espírito científico mantém viva a historicidade⁴⁹ das ciências, o surgimento de crises passa a ser inevitável e incontornável. De um modo geral, a ciência opera “corrigindo” seus erros — em um embate crítico com a tradição — e aprimorando seus métodos e conceitos à luz de novas experiências. O “espírito científico é essencialmente uma retificação do saber, um alargamento dos quadros do conhecimento. [...] Toda a vida intelectual da ciência atua dialeticamente sobre essa diferencial do conhecimento, na fronteira do desconhecido”⁵⁰. Entretanto, em momentos excepcionais, o surgimento do novo impõe uma ruptura tão radical que acaba por engendrar uma revolução no pensamento científico, o qual, não obstante, não rompe completamente com a cadeia histórica da qual pertence e que lhe confere sua identidade. Assim, a história da ciência — como qualquer outra história de um objeto vivo — é um ofício sisifiano.

Com Bachelard, portanto, uma série de aspectos ligados à constituição de uma ciência são explicitados e contribuem para a elaboração da história de uma disciplina. Sua epistemologia histórica fornece uma série de instrumentos analíticos para uma história. Primeiro, mostra que as teorias, métodos e conceitos subsumidos e encobertos por um conceito, apesar da permanência do último, transformam-se constantemente, o que significa que, por exemplo, aquilo que se considerava a física no século XIX não é exatamente o que se considera no século XX. Ademais, Bachelard abranda a ideia do intelectual isolado, e enfatiza a qualidade coletiva da produção do conhecimento, o que significa que amiúde os percursos trilhados por uma disciplina são o resultado de desvios, atalhos e digressões gerados por conflitos, contribuições e críticas. Por fim, Bachelard enfatiza a materialidade da produção científica moderna, sempre mediada por tecnologias que determinam o avanço do conhecimento

⁴⁸ BACHELARD, G. *L'activité rationaliste de la physique contemporaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965, p. 10.

⁴⁹ A relação entre dialética e historicidade é analisada por Herbert Marcuse (à luz da *Ciência da Lógica* hegeliana), que procura fundamentar ontologicamente a segunda a partir da primeira. Cf. MARCUSE, H. *Hegels Ontologie und die Theorie der Geschichtlichkeit*. In: *Schriften (Band 2)*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.

⁵⁰ BACHELARD, G. *Le Nouvel Esprit scientifique*. Paris: Les Presses universitaires de France, 1968, p. 131.

científico. A tecnologia — tanto na forma do instrumento de laboratório como na forma do livro — assume um papel mediador entre a teoria e os fenômenos. Longe de ser um meio neutro, ela é carregada de valores e pressupostos e, nesse sentido, é também responsável por determinar a própria natureza do conhecimento.

Um último aspecto precisa ser acrescentado. Enquanto Bachelard é largamente associado à ideia de uma filosofia das ciências baseada na descontinuidade⁵¹, Michel Foucault — ao menos enquanto se propôs à realização e fundamentação de uma arqueologia do saber — concede uma atenção particular às estruturas, isto é, àquilo que determina que um certo estado de coisas permaneça como tal, o que, por conseguinte, acaba por conferir um valor especialmente distintivo à mudança e à transformação. No caso de Foucault, esse estado de coisas é uma espécie de estrutura constituída por uma infinidade de discursos — considerados em sua pura manifestação enquanto atos em si mesmos, e não a partir das representações e significados que mobilizam —, a qual ele denomina *episteme*, uma formação discursiva ou conglomerado discursivo, e que cuja permanência depende de um conjunto de regras reconhecidas enquanto condição de possibilidade para a própria emergência do discurso como tal. Nesse sentido, a existência dos discursos e práticas que compõem ciências e disciplinas particulares depende da manutenção das formações que as determinam.⁵² O modo como essa *episteme* pode ser pensada e concebida em relação à disciplina da história será examinado nos próximos tópicos.

⁵¹ Sem, no entanto, ignorar as continuidades que caracterizam os racionalismos regionais, os quais, a seu turno, se ligam a um “racionalismo integrante”. Cf. BACHELARD, G. **Le rationalisme appliqué**. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1966, p. 132.

⁵² FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Editora Forense, 2016, p. 84-91.

A fundação da história enquanto disciplina científica

Emergência do conceito de história como condição de possibilidade de uma história científica — O modelo alemão de história científica e sua exportação — Leopold von Ranke: método e institucionalismo histórico

O estatuto científico foi reclamado pelos próprios historiadores em um determinado momento, a saber, nas primeiras décadas do século XIX. Em sua percepção, a disciplina histórica reunia os elementos necessários para a produção de um conhecimento que pudesse reivindicar a condição de verdadeiro. No entanto, antes mesmo de tal reivindicação ser possível, a história, em sua dupla acepção moderna (como objeto e como possibilidade de conhecer tal objeto), teve de ser inventada. Nesse sentido, a emergência do conceito moderno de história se torna condição de possibilidade para uma história que se denomina científica. O surgimento tanto do conceito de história como do pensamento histórico científico toma lugar em uma atmosfera de crise e instabilidade, constituindo-se como uma espécie de reação e resposta a tais circunstâncias. Ademais, o esclarecimento dessa emergência permite identificar um conjunto de reflexões que já contemplavam problemas que figurariam no centro de futuros debates a respeito dos fundamentos da disciplina, tornando válida a questão de por que em um determinado momento esses problemas, já reconhecidos como tais, assumiram o caráter de uma crise.

Ao longo do século XVIII, um duplo desenvolvimento no que diz respeito à questão da história é progressivamente consumado. Tratada entre o século XV e o século XVIII sempre no plural, enquanto unidades individuais, a história passa a ser subsumida no substantivo singular, o coletivo⁵³ que abarca a soma de todas as histórias particulares — a história —, e

⁵³ Na língua alemã, a denotação coletiva do substantivo *Geschichte* costumava ser caracterizada por seu acompanhamento por termos como *an sich* (em si), *für sich* (por si), *selbst* (própria), *überhaupt* (em absoluto) que eventualmente se tornaram tácitos.

que, enquanto totalidade, assume um caráter qualitativo próprio. Justamente, a partir do momento em que se reconhece na história a qualidade de uma entidade em si mesma, para além dos acontecimentos individuais — precisamente como substrato de tais acontecimentos, como sua condição de possibilidade — ela passa, assim, a reivindicar uma realidade própria que proporciona uma nova forma de experienciar o tempo, isto é, um tempo genuinamente histórico. Então considerada como um domínio autônomo, a história passa a “orientar toda a experiência humana”⁵⁴, como um agente do devir, o que evidencia as raízes teológicas da acepção moderna do conceito. A história, não obstante, se difunde como instância supostamente secularizada, a qual, enquanto tal, modifica a concepção de passado, presente e futuro. Ademais, enquanto objeto de si mesma, a história “passa a classificar sua própria representação”⁵⁵. Na medida em que a possibilidade de se conhecer a realidade da história — por meio da própria história — é disponibilizada e que se percebe seu conteúdo realista, semelhante ao próprio espaço de vivência, esse conhecimento passa a reunir uma progressiva comunhão de juízos históricos com pretensão à verdade cronologicamente sistematizados.

Por conseguinte, além de um conceito de realidade, a segunda metade do século XVIII também testemunhou a transformação da história, enquanto singular coletivo, em um conceito de reflexão. No território de língua alemã, esse processo é representado pela paulatina substituição do termo de origem latina, *Historie* — empregado especialmente em referência ao estudo e à narrativa dos acontecimentos —, pelo termo *Geschichte*. Ao fim do século, *Geschichte* conciliava em si, simultaneamente, a realidade objetiva da história, a narrativa de seus eventos e a reflexão geral a seu respeito — desde a sua caracterização estrutural à sua função moral e pedagógica —, constituindo, assim, “um tipo de categoria transcendental que visava às condições de possibilidade de histórias [*Geschichten*]”. Ao mesmo tempo, essa identidade terminológica foi considerada autoevidente — por exemplo, por Hegel e por Droysen —, na medida em que a fronteira entre a realidade histórica e o conhecimento sobre ela desvanecia. Para Koselleck, essa sobreposição não surgiu e resistiu sem motivo: o conceito de história assumiu sua generalidade e complexidade peculiares pela própria necessidade de reflexão a respeito da experiência moderna em sua especificidade, a saber, de uma experiência histórica.⁵⁶

⁵⁴ KOSELLECK, R. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, R.; MEIER, C.; GÜNTHER, H.; ENGELS, O. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 123.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 124.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 134-5.

Esses dois íntimos desenvolvimentos estabeleceram as bases das futuras reflexões que viriam a constituir o campo da história; ou melhor, eles possibilitaram, com o novo espaço de experiência alcançado, que um conjunto de problemas fosse colocado e tratado. É assim que, concomitantemente ao surgimento do coletivo singular — e especificamente ligado ao seu aspecto de reflexão sobre a história —, o termo “filosofia da história” passa a ser utilizado. Trata-se aqui da própria capacidade do singular coletivo de ser filosofia, lógica, crítica e teoria da história; de, por meio de tal reflexão, esclarecer não apenas o “campo de seu objeto”, mas a forma como a disciplina histórica lida com ele. Isso se dá propriamente com a libertação da história dos outros campos humanísticos pela filosofia iluminista, ao longo do século XVIII, na reflexão estética, moral e racional. Essas reflexões, recíprocas e concomitantes, “liberaram o novo e complexo conceito de *Geschichte*”⁵⁷.

A reflexão estética toma lugar com o questionamento sobre a composição da narrativa histórica verdadeira dos acontecimentos e em que medida essa narrativa deveria (ou não) se valer da teoria poética desenvolvida e maturada desde Aristóteles. Desse modo, entre o imperativo historiográfico de apresentar a verdade — com sua reivindicação inerente de credibilidade — e a liberdade poética de articular os fatos sob os signos do possível e do geral — isto é, mobilizando atributos filosóficos da imaginação e da abstração —, a solução se deu por uma terceira via. O que isso significou para a história⁵⁸ foi que, paulatinamente, se reconheceu a exigência de uma “representação pragmática” dos conjuntos de eventos que conferisse à já admitida miríade caótica de fontes — e, assim, dos próprios fatos — uma unidade sistêmica na qual tais eventos se encontravam ligados em uma “ordem interna”. Finalmente, tratava-se de incorporar a teoria poetológica, com suas métricas e diretrizes e sua habilidade de “criar unidades de sentido”, de unificar o diverso. Não obstante, o motivo propriamente estético dessas reflexões é ultrapassado, uma vez que não se tratava apenas de representar a história, mas também de refletir de modo geral a respeito do seu sistema e dos nexos que mantêm a coerência de suas partes, ao mesmo tempo em que tais nexos eram constituídos pela própria reflexão. Com efeito, o “plano do autor e a unidade interna que a própria história registrava foram se sobrepondo”, o que foi largamente fundamentado pelo transcendentalismo kantiano, ao depositar no sujeito as condições de possibilidade da realidade

⁵⁷ Reflexões que tiveram como protagonistas H. M. G. Köster, J. Bodin, J. H. Zedler, D. Diderot, J. C. Gatterer, J. M. Chladenius, I. Iselin, A. L. Schlözer; e, posteriormente, J. G. Herder e W. von Humboldt.

⁵⁸ Para a literatura, significou o nascimento do romance burguês. A poesia (literatura de um modo geral) tentou incorporar cada vez mais as exigências e a credibilidade de uma apreensão da realidade histórica na forma do romance realista. Cf. KOSELLECK, R. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, R.; MEIER, C.; GÜNTHER, H.; ENGELS, O. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 138-140.

(histórica). O historiador, na limitação subjetiva de seu ponto de vista, tem a capacidade, inspirado na capacidade filosófica própria do seu ofício, de revelar a unidade da própria história, da história em si.⁵⁹

O mesmo processo de elevação filosófica do conceito de história pode ser verificado no âmbito da reflexão moral. A prática antiga de colher exemplos no passado por meio da seleção de histórias particulares deu lugar à processualização da história, isto é, ao reconhecimento da história como tal enquanto a instância que instaura o tribunal no mundo com o objetivo não só de ensinar virtudes e melhorar as condutas, mas também de fornecer as leis e regras e de trazer a justiça, as quais não poderiam estar baseadas em outra coisa, senão na verdade histórica encontrada nos seus fatos. Ao deixar que a história fale por si mesma, os historiadores anulam a possibilidade de juízos subjetivos. De todo modo, que essas leis, regras e juízos devessem ser extraídos da história pela reflexão filosófica dos historiadores, não parecia configurar um paradoxo. Assim, enquanto juíza de um mundo cada vez mais secularizado, cabia à história absolver ou condenar. A sua sentença não seria aplicada para o mundo do além: “a moral da história foi temporalizada em direção à história como processo”, onde o desenrolar dos acontecimentos se dá em um constante ato de julgar. O julgamento, assim, se torna signo de historicidade.⁶⁰

Por fim, a reflexão que concerne à relação entre as hipóteses racionais sobre a história e a própria “razão da história”. A filosofia iluminista, com sua postura crítica à teologia, contribuiu decisivamente para a busca de razões na própria história (para além de qualquer providência divina ou plano natural). Novamente, não bastava listar um conjunto de eventos históricos aleatório, mas sim, com o auxílio de uma reflexão filosófica rigorosa, “interpretar a multiplicidade e a sucessão de realidades históricas”, “superar lacunas no conhecimento dos fatos e tirar conclusões sobre o desconhecido a partir do conhecido” sem, no entanto, “precisar recorrer a razões ou fins supra-históricos”, ignorando acasos e os supostos feitos da providência divina.⁶¹ Em suma, tratava-se de elaborar filosoficamente hipóteses sobre a história. O passo adiante foi dado pela filosofia idealista alemã, na qual a relação com os elementos teológicos é muito mais ambígua. De todo modo, isso não impediu a tentativa de fundamentar a história racionalmente. Com efeito, no ápice da relação entre filosofia e história — se comparada à reflexão estética e moral —, reconhece-se a história como imanentemente racional, a qual, em

⁵⁹ KOSELLECK, R. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, R.; MEIER, C.; GÜNTHER, H.; ENGELS, O. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 143-144.

⁶⁰ Ibid., p. 148-9.

⁶¹ Ibid., p. 152.

sua racionalidade, se desdobra progressivamente e realiza os produtos formulados pela razão, desde a própria consciência individual à *Weltgeschichte*, o que significa que tais produtos poderiam ser historicamente compreendidos. Essa ideia foi compartilhada, em sua essência, por Schelling, Fichte e Hegel, e tem no último sua formulação mais radical.⁶²

Todas essas reflexões surgiram em um contexto de transformações estruturais que culminaram na Revolução Francesa — como visto mais acima, um período contemporaneamente reconhecido como um tempo de crise. Foi justamente a reflexão histórico-filosófica sobre essa experiência de constante novidade e de aceleração — sob o imperativo de dar conta de sua singularidade — que permitiu o reconhecimento de um novo tempo que viria a ser comandado pelo novo conceito de história, um sistema no qual as revoluções passaram a ser incorporadas ao quadro geral de sentido. Na Alemanha, essa reflexão, tomada pela filosofia idealista, mesmo que inspirada pela filosofia iluminista, ocorre de maneira crítica a ela: a ideia de uma causalidade racionalista, mecânica, foi preterida por uma noção, de inspiração largamente teológica, na qual o tempo histórico, inerente a todas as situações, concedia a cada uma delas um caráter temporal único. Tais situações seriam movidas, em última instância, não por causas, mas por forças dinâmicas que, ao engendrar os eventos, imprimiriam à unidade da história seu movimento característico. Com efeito, não de grandezas abstratas, o tempo histórico seria um conceito de experiências individuais concretas.

Essa concepção — da unicidade da história e da individualidade histórico-temporal de cada acontecimento — teve como consequência o descrédito da capacidade das histórias individuais de servirem de inventário de exemplos e de regras, na medida em que suas situações particulares não mais se identificavam às novas, criando entre presente e passado um intervalo cada vez maior. Desse modo, a crença na capacidade retrospectivamente reconhecida das histórias passadas de servirem de prognósticos foi substituída pela expectativa em relação a um novo futuro. Essa expectativa — concebida como um projeto — deveria determinar a ação no processo temporal da história. Desse modo, frente à indagação de qual seria, então, sua função e lugar na reflexão histórica — haja vista que perdia sua posição de mestre —, o passado se tornou objeto de uma investigação realizada sob o signo da época presente, na qual não mais se tratava do passado por si mesmo, mas pelo seu valor determinado pela interpretação orientada por demandas presentes, que poderiam mudar no intervalo de uma geração. A ciência histórica, assim, em sua análise crítica do passado, teria um fim em si mesma. Inobstante os

⁶² KOSELLECK, R. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, R.; MEIER, C.; GÜNTHER, H.; ENGELS, O. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 154-6.

intervalos entre as dimensões temporais, era necessário “reconhecer a história como um todo, a realidade, seu transcurso e sua direção, que leva do passado ao futuro”, isto é, “a qualidade histórica” adquirida pelo tempo, o que possibilitou a ontologia que determina o ser pela história por meio da qual ele veio a ser o que é.⁶³

No pensamento filosófico sobre a história, a história natural e a história sacra foram superadas pela história universal (*Weltgeschichte*) — e incorporadas a ela em suas respectivas formas historicizadas —, a qual, fundamentada filosoficamente no novo conceito de história, com a humanidade como seu sujeito primordial, deveria tomar a posição de uma ciência mestra. Com a história concreta do sistema do mundo e suas interconexões, a história universal educaria o futuro cidadão mundial com base em uma doutrina cosmopolita. A *Weltgeschichte*, assim, se transforma no modo próprio de explorar a experiência moderna, a base empírica do conceito autorreflexivo de história, sem, no entanto, perder a fé em uma “realidade metafísica para além do mundo histórico” que garantiria o caráter transcendental significativo de seu processo.⁶⁴

*

Como pode ser constatado, o século XVIII testemunhou, em toda a sua dimensão de crise, o desenvolvimento de uma realidade e um tempo que passaram a ser qualificados de históricos e aos quais se manifestou posteriormente a necessidade de uma ciência. Assim, a filosofia da história não só é anterior à ciência histórica, mas proporciona as premissas teóricas das quais a última se fez valer. De fato, a tentativa de elaborar uma história científica durante o século XIX alemão se deu sobre “um campo de experiência que antes não podia ser formulado”⁶⁵, e cuja conquista permitiu a delimitação de um objeto e a forma e valor (ou função) de seu conhecimento. Em certo sentido, portanto, pode ser dito que as condições histórico-filosóficas para a reivindicação de uma história científica — nos termos específicos que ocorreram nesse período, em sua conotação moderna — já estavam dadas e encontravam sua forma sintética nas reflexões de Johann Gottfried Herder. Para além de tais condições, no entanto, se fez necessário um empreendimento estimulado por condições político-sociais, as

⁶³ KOSELLECK, R. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, R.; MEIER, C.; GÜNTHER, H.; ENGELS, O. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 160-4.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 179; p. 183; IGGERS, G. **The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present**. Middletown (Connecticut): Wesleyan University Press, 1983, p. 14.

⁶⁵ KOSELLECK, *op. cit.*, p. 119.

quais, reunidas com as primeiras, possibilitaram a institucionalização, profissionalização e cientificação da história e que deram à pesquisa, escrita e ensino seu caráter próprio.

A passagem do século XVIII para o século XIX marcou no território de língua alemã, especialmente na região prussiana, uma mudança de perspectiva que pode ser constatada nas obras de diversos autores. Nela ocorre a passagem de um conceito cosmopolita de *Weltgeschichte* — que enxergava um valor universal na humanidade — para um conceito de história, como investigação do passado, politicamente delimitado pelo Estado-nação — concebido como a concretização da individualidade coletiva de um povo na história e como a instância última de poder político e moral. Esse movimento pode ser interpretado como uma resposta a um estado de crise que culminou em uma série de reformas com efeitos diretos na sociedade alemã. As Guerras Napoleônicas despertaram, entre a classe média e nobreza prussianas, um crescente sentimento de inclinação nacionalista cuja legitimação veio a se configurar por meio do despertar de uma consciência histórica que deveria ser formada com fins a uma identidade nacional e social historicamente fundamentada. A ideia de uma ciência histórica, então, não nasce de modo espontâneo, mas em resposta a determinadas necessidades e expectativas. As reformas prussianas voltadas para o ensino atribuíam à universidade o duplo papel de pesquisa, realizada sob o cânone do método científico, e formação do indivíduo com os resultados da pesquisa, a combinação de *Wissenschaft* e *Bildung*. Esse empreendimento universitário tinha como alvo uma classe média unificada por valores humanistas.⁶⁶

Assim, uma ciência histórica foi reivindicada para cumprir com finalidades específicas, não que seu escopo, ao fim, tenha sido completamente limitado por tais finalidades. Esse processo constituiu o modelo historiográfico que seria reproduzido, com maiores ou menores variações, em diversos outros países. Na medida em que o Estado assumia o lugar de individualidade histórica primordial, o conhecimento de sua história, isto é, a investigação sistemática e metódica do processo de seu desenvolvimento em termos político-diplomáticos — as gestões de seus líderes e as relações com outras nações —, se tornava o principal (não o único) objetivo de uma história científica, a qual, a seu turno, cumpria a função de formação da identidade coletiva. Sob o signo da cientificidade se encontra um conjunto de princípios de distintas naturezas que se complementam. No nível institucional, isso significou que a escrita da história estava designada para os historiadores, sujeitos profissionalmente treinados no interior de universidades ou institutos de pesquisa (com seus cursos e seminários), não por

⁶⁶ KOSELLECK, R. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, R.; MEIER, C.; GÜNTHER, H.; ENGELS, O. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 186-188.

acaso, amiúde subsidiados pelo Estado. Além disso, também foram criados arquivos oficiais para o tratamento e armazenamento dos documentos que constituiriam as fontes primordiais. Uma rede se formava com a constituição de associações e instituições e pela publicação dos resultados de pesquisa na forma de livros ou em periódicos. Trata-se, com efeito, da formação de uma cultura científica na qual o historiador profissionalmente treinado se transformava em uma autoridade intelectual.

No nível da pesquisa, esse aparato institucional estava fundamentado no estabelecimento de um programa crítico-metodológico e de diretrizes para as formas de apresentação coerentes ao público leitor. A afirmação desse modelo de investigação do passado também passou pela tentativa de anulação de modelos já existentes, ligados à história literária e cultural, e à história *magistra vitae*. Por um lado, o historiador, orientado por tal programa, deveria seguir os ideais de objetividade e de imparcialidade: em primeiro lugar, por meio de um trabalho metucioso de seleção e organização de fontes; em seguida, pela crítica de tais fontes a fim de revelar as suas proposições verdadeiras ao procurar, em um movimento duplo, afastar-se de si para se aproximar dos sujeitos históricos. Por outro lado, a capacidade de reunir tais proposições em um todo coerente e de leitura agradável. O que está por trás desse método crítico é a postura — como citado, crítica à filosofia iluminista — de compreender a individualidade histórica de eventos e fenômenos em sua singularidade própria, em vez de encontrar conceitos gerais da razão abstrata. Essa teoria do conhecimento está, a seu turno, baseada em uma filosofia do valor que atribui um valor inerente a cada fenômeno que emerge na história, em vez de supostos valores universais. Desse modo, não apenas representado, tal fenômeno não pode ser julgado por leis gerais ou externas às condições concretas que circundam a emergência de um determinado fenômeno.⁶⁷

O sucesso do estabelecimento de uma unidade disciplinar para a história, que permitiu sua autonomização e de seus métodos frente às demais ciências humanas, assim, não pode ser separado da função social que a história, reclamada enquanto ciência, desempenhou. Muito além de uma simples “ciência do passado”, o valor que a história científica obteve tem a ver com a capacidade do conceito — em seus pressupostos filosóficos — de articular aspectos que se relacionam às três dimensões temporais, isto é, de realizar a função de proporcionar uma compreensão de si, por meio da investigação da gênese e desenvolvimento pela atualização do passado, sem, no entanto, desconsiderar o horizonte de expectativas que mobiliza a ação e que,

⁶⁷ IGGERS, G. **The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present.** Middletown (Connecticut): Wesleyan University Press, 1983, p. 40-43.

ao fim, dá o tom à consciência histórica de um grupo ou um povo, “na medida em que a derivação genética da [sua] posição [...] lhe [dá] o direito à existência dentro do campo de ação político ou social”.⁶⁸ Desse modo, politicamente engajados, “os historiadores foram aos arquivos para encontrar evidências que sustentassem seus preconceitos nacionalistas e de classe e, assim, lhes conferissem a aura de autoridade científica”.⁶⁹

*

A asserção de Leopold von Ranke de que “as grandes crises da história impulsionam novas concepções, ideais e sistemas”⁷⁰ pode ser vista como um testemunho do que ele mesmo experienciava nesse contexto de transição e reforma. A ciência histórica incorporava uma dessas concepções, como o nascimento de uma nova disciplina autônoma que servia aos interesses de uma nova sociedade. A maioria — senão a integralidade — dos elementos citados acima que constituiriam o cânone da história científica ganhou forma no pensamento histórico de Ranke, o qual, por essa razão, é largamente considerado como uma das figuras fundadoras da história científica moderna. No texto inaugural da *Revue Historique*, de 1876, Gabriel Monod colocava Ranke no grupo de historiadores alemães responsável por “dar aos estudos históricos [o] caráter de rigor científico”⁷¹. Ademais, nos Estados Unidos, foi o primeiro membro honorário da *American Historical Association* (1884), que lhe atribuiu a chancela de “pai da história científica”⁷² e, nas palavras de Meinecke, foi ainda mais do que “o grande mestre de uma ciência”⁷³.

Com efeito, Ranke contribuiu decisivamente para a autonomização da história e do método histórico em relação às demais disciplinas, uma contribuição, em certo sentido, que ultrapassa o caráter puramente metodológico e assume um caráter mais político-institucional, na medida em que revela a capacidade de assegurar o estabelecimento da ciência histórica como

⁶⁸ KOSELLECK, R. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, R.; MEIER, C.; GÜNTHER, H.; ENGELS, O. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 188.

⁶⁹ IGGERS, G. **Historiography in the Twentieth Century: From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge**. Middletown (Connecticut): Wesleyan University Press, 1997. p. 28.

⁷⁰ RANKE, L. Zur Geschichte der politischen Theorien (1835). In: ROTHACKER, E. (Hrsg.). **Leopold von Ranke. Das politische Gespräch und andere Schriften zur Wissenschaftslehre**. Halle: Max Niemeyer Verlag, 1925, p. 37.

⁷¹ MONOD, G. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. In: MALERBA, J. (org.). **Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX**. Porto Alegre: FGV/EDIPUCRS, 2010, p. 345.

⁷² Para a recepção de Ranke nos Estados Unidos e a comparação com o caso alemão, ver: IGGERS, G. The Image of Ranke in American and German Historical Thought. **History and Theory**, Vol. 2, No. 1, 1962, p. 17-40.

⁷³ MEINECKE, F. Die Entstehung des Historismus. In: **Werke (Band 3)**. Carl Hinrichs (Hrsg.). München: R. Oldenbourg Verlag, 1965, p. 585.

um campo especializado. Isso se evidencia, por um lado, pelo fato de que os próprios princípios do novo método histórico não fossem em si mesmos originais: a ideia de uma crítica das fontes primárias e dos testemunhos oculares já encontra sua primeira formulação em Tucídides e já fazia parte da cultura humanista de um modo geral. O método filológico — pautado na reconstrução de textos e contextos a partir de fragmentos —, por sua vez, fundado no século XIV, já era aplicado em estudos históricos por Friedrich August Wolf, August Boeckh e Barthold Georg Niebuhr desde o século XVIII. Não obstante, Ranke foi capaz de unificar e insistir em um programa com métodos documentais e filológicos e aplicá-lo também a textos históricos modernos e outras fontes secundárias, o que, dentro do escopo da ciência histórica, contribuiria para sua intenção de reconstrução do passado em sua vivacidade original. Assim, Ranke formou um paradigma que viria a se tornar um componente curricular obrigatório, uniformizando tanto a formação profissional de novos historiadores quanto seu método de pesquisa, organizando um empreendimento coletivo sob um método e, ao fim, contribuindo para o estabelecimento de uma disciplina independente.

Esse paradigma, largamente reconhecido e reproduzido durante o XIX como fundante da cientificidade da história e supostamente extraído das reflexões de Ranke, representa, na verdade, uma interpretação muito particular de seus variados escritos, a qual privilegia certos aspectos em detrimento de outros. Entre eles está o imperativo da objetividade, o qual aplica a crítica às fontes e testemunhos de modo adequado na medida em que o historiador abre mão de sua própria individualidade, de sua “situação atual” e do seu partido e “se imerge no objeto”⁷⁴, atingindo assim a verdade dos fatos. Ademais, a factualidade do passado caracteriza o objeto primordial da história. Para além de qualquer construção de conceitos gerais, o objetivo do empreendimento historiográfico seria apresentar os fatos históricos — os quais se permitem depreender dos documentos originais — em sua individualidade própria. Nas palavras de Ranke, “a história se inclina com simpatia para o específico, [...] ela reivindica o interesse pelo particular, [...] dedica seus esforços ao concreto”.⁷⁵ Finalmente, a ciência histórica teria o Estado como objeto primordial, na medida em que ele representa uma espécie de individualidade especial, a qual orienta, organiza e sistematiza as instituições e os indivíduos. Como observa Ranke, “as pessoas morrem, uma era sucede a outra ou é por ela

⁷⁴ RANKE, L. Reflexionen. Vom Einfluss der Theorie (1832). In: ROTHACKER, E. (Hrsg.). **Leopold von Ranke. Das politische Gespräch und andere Schriften zur Wissenschaftslehre**. Halle: Max Niemeyer Verlag, 1925, p. 7.

⁷⁵ RANKE, L. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, E. (Org.). **A história pensada. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 207.

mesma suprimida; porém, os Estados, cujo intervalo de duração em muito ultrapassa o dos indivíduos mortais, desfrutam de uma vida muito longa e sempre constante”.⁷⁶

Com isso, um conjunto de diretrizes, reunidas na forma de máximas e mandamentos, foram instituídas para criar uma base comum para a ciência histórica, constituindo uma espécie de *Organon*. A história enquanto disciplina emergia em solo alemão e seu modelo foi transmitido para outros países, com recepções que se aproximavam mais ou menos desse modelo genérico. Por um lado, amparada nas reformas educacionais prussianas no início do século XIX, uma comunidade de cientistas ligados a universidades e institutos foi formada, com pesquisas e debates publicados em livros e em periódicos. O modelo de constituição de bancas de habilitação e de seleção de professores também é um fator relevante que contribuiu para o fortalecimento e prolongamento desse paradigma historiográfico. Por outro lado, pelo estabelecimento de um cânone científico pautado em princípios claros e diretos. Um paradigma que se manteve hegemônico por décadas, a despeito de críticas. Aquelas que resultaram em sua dissolução estavam direcionadas justamente a esse escopo científico mais limitado, muitas vezes ignorando a consciência filosófica de autores a respeito dos problemas de suas próprias abordagens, como é o caso de Ranke.

Isso tudo revela o quão problemática a identidade entre o modelo historiográfico genérico e a figura de um indivíduo, tal como Ranke, rapidamente se deixa constatar. O próprio valor dos ideais pregados por ele, amiúde tomados como normas incontornáveis, cumpriam, na verdade, o propósito de aspirações, objetivos que guiariam mais uma ética do que uma epistemologia do ofício historiográfico — isto é, o “dever” do historiador. Nesse sentido, “Ranke conhecia exatamente os argumentos usuais contra a viabilidade de sua ideia de objetividade e falou dela enquanto uma ideia reguladora no sentido kantiano, e [...], enquanto conhecedor de Kant, era um realista crítico, e de modo algum ingênuo”⁷⁷. O mesmo serve para os ideais de imparcialidade e de apartidarismo⁷⁸, e, naturalmente, para a *Weltgeschichte*, sobre a qual Ranke confessa: “amiúde ponderei sobre a questão se seria de fato possível escrever uma história universal nesse sentido”, isto, é, no sentido de combinar, a nível global, “pesquisa

⁷⁶ RANKE, L. Über die Verwandtschaft und den Unterschied der Historie und der Politik (1836). In: ROTHACKER, E. (Hrsg.). **Leopold von Ranke. Das politische Gespräch und andere Schriften zur Wissenschaftslehre**. Halle: Max Niemeyer Verlag, 1925, p. 44.

⁷⁷ NIPPERDEY, T. Zum Problem der Objektivität bei Ranke. In: MOMMSEN, W. (Hrsg.). **Leopold von Ranke und die moderne Geschichtswissenschaft**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1988, p. 218.

⁷⁸ Cf. RANKE, L. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, E. (Org.). **A história pensada. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 208-212.

crítica” e “entendimento sinóptico”. “A conclusão foi: atender às mais altas exigências seria provavelmente impossível, porém, seria necessário tentar”.⁷⁹

Para além de evidenciar o abrandamento dos ideais do cânone histórico, é preciso investigar a própria concepção rankeana de história por trás dos princípios metodológicos apresentados, o que permite revelar sua complexidade pela manutenção de diversos princípios teórico-filosóficos às vezes conflitantes, cuja relação adquire diferentes valores no decurso de sua longa carreira acadêmica e de prática histórica e que estão irremediavelmente incrustados de elementos teológicos e — cada vez mais ao longo de sua vida — políticos.⁸⁰ Ranke alimentou durante sua vida — de modo mais ou menos enfático — a crença de que o processo histórico em sua factualidade diversa seria uma determinação de um plano divino. Desse modo, ao mesmo tempo em que rejeita o preceito racionalista de uma razão fundamental por detrás dos fenômenos, Ranke acredita que tudo “emana de Deus”, que as diversas expressões e momentos históricos e os indivíduos que deles participam e os povoam são manifestações divinas, e que suas aparentes contradições se resolvem no plano divino que serve como seu fundamento, onde a estrutura de seus nexos se apresenta de modo efetivo.

Isso fica claro quando se percebe que, do mesmo modo que prega o ideal de objetividade no exame metódico das fontes em busca dos fatos, Ranke também reconhece o papel ativo e criativo do historiador no processo de interpretação dos vestígios e no preenchimento de suas lacunas⁸¹, nem sempre revelando uma verdade particular encoberta, mas mesmo elaborando tal verdade ao transcender sua factualidade, a qual se torna um meio para os nexos e as ideias. Portanto, no limite, essa ambivalência não configura uma contradição, mas uma condição de possibilidade, pois ambos — o processo histórico e o historiador — compartilham uma essência que, assim, permite estabelecer uma relação entre o individual e o universal. De um modo geral, essa resolução representa o que se pode verificar em outras dualidades que surgem no pensamento histórico rankeano. Do mesmo modo que Ranke assume a unicidade de uma realidade individual em si mesma, seja em termos epistemológicos ou em termos axiológicos, ele não deixa de reconhecer nela a realização de um princípio universal, o qual, enquanto totalidade, tem qualidade superior ao individual. Até mesmo quando a

⁷⁹ RANKE, L. **Weltgeschichte. Band 1**, Horst Michael (Hrsg.). Hamburg: Gutenberg Verlag Christensen & Co, 1928, p. 20.

⁸⁰ Essa é a tese que fundamenta a obra de Krieger a respeito de Ranke. Cf. KRIEGER, L. **Ranke. The meaning of history**. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.

⁸¹ Na verdade, “Ranke entendia como objetividade não apenas o que se refere às fontes etc., mas também ao esclarecimento de seu tratamento [e] à interpretação criticamente compreensiva dos nexos” (NIPPERDEY, T. Zum Problem der Objektivität bei Ranke. In: MOMMSEN, W. (Hrsg.). **Leopold von Ranke und die moderne Geschichtswissenschaft**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1988, p. 219).

individualidade é contraposta à generalidade conceitual, Ranke não é unívoco e radical: ao mesmo tempo que rechaça a redução que o conceito impõe sobre o individual, anulando sua qualidade em favor de um esquema abstrato, ele reconhece o valor histórico de ideias e tendências dominantes (*leitende Ideen* ou *Hauptideen*) que podem inclusive tomar a forma do conceito de progresso, mas nunca enquanto instância separada e independente do nível empírico, como considerava ser o caso da filosofia de Hegel.⁸² Ao se permitir falar em progresso, Ranke também se permite falar em crises.

⁸² Cf. RANKE, L. Über die Epochen der neueren Geschichte. In: **Aus Werk und Nachlass (Band 2)**. W. P. Fuchs und T. Schieder (Hrsg.). München: R. Oldenbourg Verlag, 1971, p. 53-83.

A crise do historicismo e o problema do relativismo

*O relativismo histórico como objetividade - Ernst Troeltsch e a crise do historicismo –
Historicismo e metafísica moderna na virada do século*

O paradigma científico da história apresentado no tópico anterior encontrava no âmbito geral das ciências do espírito tamanha reputação que, em 1922, Troeltsch, ao denunciar a “crise atual da história”, ainda afirmava que a pesquisa histórica, sustentada no cânone historiográfico, permanecia intocável, e a história “uma ciência cada vez mais exata”. Isso na medida em que ainda eram cultuados “as edições críticas e o trabalho com as fontes, a arte da identificação de relações entre os eventos por meio da pesquisa e da ampla comparação de testemunhos, sua complementação e reavivamento” com o suporte de ciências auxiliares e o compromisso em relação “à verdade, ao rigor científico e a uma exatidão o mais próxima possível das ciências naturais” e com o ofício organizado em “academias e associações de historiadores” como em “seminários e círculos”.⁸³ E, de fato, essas características, sobretudo na afirmação de sua racionalidade própria, são até hoje evocadas de modo mais ou menos enfático como último recurso para uma justificação do empreendimento historiográfico.

Essa convicção no cânone científico não impediu, inobstante, o despertar progressivo de uma consciência quanto às limitações da disciplina histórica, ironicamente corroborada pela tentativa, levada aos limites, de fundamentá-la. A atitude generalizada de fundar uma epistemologia pautada exclusivamente na historicidade acabou por gerar um senso cético quanto às pretensões e categorias da ciência histórica, ao lugar que reivindica enquanto modo científico de apreensão da experiência situada no tempo histórico. Tal ceticismo, portanto, se voltava aos fundamentos da concepção de história então vigente, os quais, a seu turno, encontravam sua justificação nas pretensões universalistas da metafísica moderna, seja em sua vertente de inclinação teológica e filosófica — que atribui ao elemento divino sua

⁸³ TROELTSCH, E. Der Historismus und seine Probleme. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 16)**. Friedrich Wilhelm Graf (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2008, p. 169-171.

fundamentação última, com sua versão secularizada que, por exemplo, substitui o elemento divino pelo Estado ou pela Razão —, seja em sua vertente de inclinação científica — que compartilha a ideia de um universo como um sistema estruturado por leis lógicas, físicas e matemáticas. Desse modo, tendo como pano de fundo a crise da metafísica moderna⁸⁴ de um modo geral — amiúde designada como uma “crise espiritual” —, problemas que tradicionalmente encontravam no invólucro dessa metafísica a sua resolução última (ou norma absoluta), passam a adquirir um novo caráter. Na disciplina histórica, o problema da verdade e dos valores do conhecimento é retomado sob uma nova formulação do relativismo histórico.

Nova, porquanto a questão mais ampla a propósito do relativismo histórico — dentro da qual se encontram os temas da subjetividade do historiador, do perspectivismo histórico, da parcialidade e do partidarismo, os quais reiteram o princípio da individualidade histórica em detrimento de valores abstratos — não era em si desconhecida. Ela recebe a sua formulação moderna no próprio conceito de história que emerge no século XVIII, e, na verdade, é um dos seus aspectos constitutivos. Em sua *Einleitung zur richtigen Auslegung vernünftiger Reden und Schriften* (1742), Johann Martin Chladenius — em uma episteme caracterizada pelo espírito da Reforma e por uma atitude ainda pré-kantiana — elaborou os traços gerais de uma doutrina dos pontos de vista, a qual partia do pressuposto da possibilidade de um mesmo evento ser descrito corretamente de diferentes modos, dependendo da posição (*Standort*) do observador. Para além de sua denotação física, a ideia de posição também é empregada para indicar os diversos modos de relação (*Verbindung*) com as coisas e de pensar sobre elas, as circunstâncias que condicionam tanto a alma como o corpo a perceber (*vorstellen*) determinados aspectos de um evento em detrimento de outros, de modo que a uma mesma coisa (*Sache*) possam ser atribuídos diferentes conceitos (*Begriffe*)⁸⁵.

O que tornava uma tal doutrina dos pontos de vista possível não se baseava apenas na distinção entre a história em si (*Geschichte an sich*) e as concepções (*Vorstellungen*) a seu respeito, mas na convicção de que, a despeito de concepções diversas (e mesmo contraditórias) sobre um mesmo evento, a história em si não seria contraditória. Assim, os pontos de vista que tomam forma em uma concepção são distintos da própria história, mas sempre relativos a ela, que é em si uma unidade dotada de sentido e que possui seu próprio fundamento (una, sempre uma e mesma), o ponto de referência definitivo. Com efeito, a representação histórica de um

⁸⁴ Cf. BAMBACH, Charles R. **Heidegger, Dilthey, and the Crisis of Historicism**. New York: Cornell University Press, 1995.

⁸⁵ Do que também já se permite depreender que os conceitos têm diferentes significados ao longo do tempo. Cf. SZONDI, Peter. **Introduction to Literary Hermeneutics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 49-52.

evento seria de fato conhecimento verdadeiro da história — objeto do qual se trata na representação —, mas não a própria história. Assim, na medida em que a perspectiva é uma condição insuperável, a sua consideração recebia um valor positivo, pois ela era reconhecida como um indício de objetividade, uma vez que o historiador, na análise documental, deveria ser capaz de extrair a verdade ao reconhecer o seu próprio ponto de vista e, dentro do possível, ao afastar-se dele, ir em direção àquele das fontes, isto é, das intenções que motivaram os atores no passado. A capacidade empática, portanto, depende antes de tudo de uma espécie de autoconsciência quanto à própria posição do sujeito que interpreta. Ademais, longe de tornar impossível tal empreendimento, Chladenius acreditava que, por meio da reflexão, o historiador teria disponíveis as condições para ultrapassar os pontos de vista, em seu condicionamento histórico, e apreender a própria história objetivamente — e aqui ele testemunha sua episteme.⁸⁶

De todo modo, Chladenius, com sua doutrina dos pontos de vista, abriu o campo para reflexões ulteriores — por um lado, por Gatterer, Herder, Humboldt, por outro, por Niebuhr, Ranke e Droysen — que passaram a fundamentar a objetividade do conhecimento histórico na análise de seus pressupostos, “os critérios de formação de juízos e da representação”, e, por conseguinte, na análise de seus limites pautados no perspectivismo e a enxergar na plausibilidade um valor próprio de verdade histórica.⁸⁷ Outrossim, o reconhecimento do perspectivismo traz em seu cerne um componente temporal que evidencia a realidade do mundo histórico enquanto tal, o valor da individualidade histórica e da consideração das prerrogativas históricas de cada indivíduo, grupo e época. Com isso, assume-se que “o transcurso temporal pode modificar *ex post* a qualidade de uma história” e, por conseguinte, a pesquisa histórica, a qual, dependente temporalmente de sua própria perspectiva, deveria ser constantemente renovada, e a qual, supostamente, seria, com o passar do tempo, cada vez mais apta a denunciar os preconceitos de cada época e, assim, se aproximar de sua verdade. Justamente, a relação entre verdade e condicionamento histórico se tornou uma aporia cuja tentativa de solução, durante boa parte do século XIX, mobilizou diversas alternativas que, em casos extremos, compartilhavam somente a convicção em sua possibilidade concreta, já que a história permanecia como uma totalidade significativa dentro da qual todos os eventos se encontram em uma relação recíproca e coerente.⁸⁸

⁸⁶ SZONDI, P. **Introduction to Literary Hermeneutics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 53-58.

⁸⁷ De forma que o condicionamento implicado pela perspectiva permitiu considerá-lo como condição ou como limitação a um conhecimento histórico objetivo. Cf. KOSELLECK, R. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, R.; MEIER, C; GÜNTHER, H.; ENGELS, O. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 200-1.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 195-197.

*

Ernst Troeltsch foi um dos herdeiros desse debate, uma figura importante responsável por um diagnóstico da crise do historicismo que contribuiu decisivamente para a difusão do problema. Troeltsch, em muitos sentidos, organiza, em torno da noção de historicismo, uma discussão que remete às bases do pensamento histórico na modernidade e às suas principais personalidades, aprofundando uma reflexão que abarca quase dois séculos da tradição. É justamente ao relativismo, enquanto problema histórico, que Troeltsch se refere ao atestar a crise do historicismo. E mesmo que a expressão tenha provavelmente sido popularizada por meio de seus artigos e seu livro a respeito⁸⁹, seu pensamento representa, em certo sentido, uma continuidade à tradição da escola histórica, uma vez em que ele enxergava na história uma unidade racional de sentido movida por uma força ética incumbida de organizar a multiplicidade de manifestações e valores apreendidos pela percepção. Assim, ele insistiu ainda na busca pelas vias de superação da crise do historicismo.

Troeltsch foi, além de filósofo e sociólogo, sobretudo um teólogo, o qual, deve-se acrescentar, professava a fé católica.⁹⁰ Com efeito, é pela via da teologia que ele alcança a história, um contato que, de todo modo, remete à sua formação na Göttingen de Albrecht Ritschl⁹¹. Grosso modo, pode ser dito que o aspecto principal que conferiu à sua trajetória intelectual uma unidade foi o objetivo de desenvolvimento de uma filosofia da religião que garantisse de modo definitivo a validade dos valores fundamentais do cristianismo. A ideia de um tal desenvolvimento, a seu turno, teve como principal “oposição” a história, isto é, o pensamento histórico de um modo geral, concretizado tanto pelos *insights* das filosofias da história iluminista e idealista como pelas descobertas da ciência histórica impulsionada pelas chamadas ciências auxiliares. No pensamento de Troeltsch, no entanto, tal oposição progressivamente se transformou em uma condição de possibilidade para sua filosofia

⁸⁹ Como testemunha Karl Heussi, ainda em 1932, o termo historicismo se populariza no início do século XX, mas até 1922 seu uso ainda é relativamente raro. Com a publicação de Troeltsch, o conceito passa a ser mais usado, invariavelmente ligado ao nome do teólogo alemão e, por conseguinte, associado à expressão “crise do historicismo”. Cf. HEUSSI, Karl. **Die Krisis des Historismus**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1932, p. 5; p. 12-14.

⁹⁰ Para um comentário compreensivo em língua portuguesa a respeito do teólogo alemão, com indicações bibliográficas pertinentes, ver: MATA, S. **Ernst Troeltsch**. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX**. Porto Alegre: FGV/EDIPUCRS, 2010, p. 433-448.

⁹¹ Para uma análise dos aspectos histórico-filosóficos do pensamento teológico de Ritschl, ver: ZACHHUBER, J. **Theology as Science in Nineteenth-Century Germany**. From F. C. Baur to Ernst Troeltsch. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 175-210.

teológica. Essa espécie de virada foi marcada pela publicação de *Die Absolutheit des Christentums und die Religionsgeschichte*, em 1904. Esse livro, nas palavras de Troeltsch, foi movido por “uma profunda impressão do conflito entre o pensamento histórico e o estabelecimento normativo de verdades e valores”, mais precisamente, do “conflito geral e fundamental entre a incerteza crítica, a diversidade dinâmica e as múltiplas contradições do histórico e a necessidade de segurança, unidade e estabilidade pela qual a ideia religiosa é satisfeita”.⁹²

A concepção do cristianismo enquanto uma religião absoluta foi categoricamente refutada pela descoberta e investigação da sua historicidade, o que permitiu identificar suas afiliações e suas semelhanças com outras religiões, “rebaixando-a” a uma religião histórica. O problema do relativismo já se manifesta claramente nessas observações. Mas, não obstante, Troeltsch procurou justamente na pluralidade histórica concreta das manifestações religiosas o fundamento de sua verdade, pois todas elas supostamente convergiam para um mesmo conjunto objetivo de valores e normas. É desse modo que a história se torna o único meio de acesso, nunca integral, a valores absolutos, porquanto tais valores tomam forma e se revelam justamente por meio das manifestações históricas individuais, sendo assim passíveis de conhecimento exclusivamente pela própria história e da única maneira possível, a saber, mediante sua apreensão pela subjetividade do historiador, a qual, Troeltsch reconhece, representa uma seleção determinada pela posição espaço-temporal à qual aquele pertence.

O contexto em que esses desenvolvimentos tomaram lugar não podem ser ignorados. Troeltsch havia se mudado para Heidelberg há alguns anos, onde havia estabelecido contato com diversos filósofos, historiadores e sociólogos — figuras como Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert e Max Weber. Desse modo, não é uma coincidência que Troeltsch tenha se engajado cada vez mais com questões que envolviam a relação entre as ciências naturais e as ciências da cultura (ou do espírito), os temas relativos ao desenvolvimento de uma filosofia dos valores e a abordagem sociológica e comparativa das religiões mundiais. Com a aproximação a Weber, Troeltsch abrandava suas teses puramente teológicas e procura pensar a religião sociologicamente na modernidade ocidental capitalista, concebida, então, como uma instituição dentro da sociedade.⁹³

⁹² TROELTSCH, E. Die Stellung des Christentums unter den Weltreligionen. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 17)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2006, p. 106-107.

⁹³ Para algumas observações sobre a relação entre Weber e Troeltsch, ver: GRAF, F. W. Friendship between Experts: Notes on Weber and Troeltsch. In: MOMMSEN, W.; OSTERHAMMEL, J. (ed.). **Max Weber and his contemporaries**. New York: Routledge, 1987, p. 215-233.

A religião para Troeltsch se torna cada vez mais uma forma específica de expressão da cultura ocidental. Assim, em sua reflexão, a questão dos valores absolutos do conhecimento teológico deu lugar à questão da possibilidade de encontrar valores objetivos no mundo da vida. Esse redirecionamento marca a última fase do seu pensamento, caracterizada por uma tentativa de conciliar o neokantismo de Windelband e Rickert com a *Lebensphilosophie* de Wilhelm Dilthey⁹⁴ como meio de superar o problema do historicismo. Trata-se, ao fim, de solucionar a crise de valores do mundo ocidental moderno, na medida em que ele constitui uma unidade, uma individualidade. Isso seria possível mediante a história do desenvolvimento da civilização e dos valores que corroboraram para tal desenvolvimento, o que permitiria encontrar, por meio de uma síntese da cultura europeia ocidental, sua essência, a qual, por sua vez, indicaria as orientações para o seu futuro. O tratamento ou busca dos valores universais, assim, é abandonado em favor dos valores da civilização europeia, cujo acesso é possibilitado pelo estudo de sua história. Os elementos e princípios considerados só passam a ter sentido na medida em que o seu desenvolvimento tomou lugar no ocidente de raízes clássicas e cristãs, ou seja, em sua especificidade histórica, a qual, não obstante, representaria o auge da humanidade (da racionalidade, da liberdade etc.), e assim, em certo sentido, retornaria a uma ideia de absoluto.

Em junho de 1922, Ernst Troeltsch publica um artigo intitulado *A crise do historicismo*⁹⁵, na revista *Die neue Rundschau*. Esse texto antecipa o livro que viria a ser publicado no mesmo ano, *Der Historismus und seine Probleme*, e, de certo modo, sintetiza suas principais ideias. Por meio desse artigo, tem-se acesso não só ao diagnóstico elaborado por Troeltsch da supracitada crise do historicismo, como também ao esboço de sua possibilidade de superação⁹⁶. O texto começa com a afirmação de que a causa dessa crise não se encontraria tanto em um sentimento generalizado despertado pelos acontecimentos que colocavam em xeque o desenvolvimento progressivo da sociedade ocidental e que testemunhavam um momento de perturbação, de descontentamento geral com a quebra da suposta promessa de que o avanço científico tornaria a vida das pessoas menos árdua, do mesmo modo que as guerras e crises políticas desacreditavam o progresso intelectual. Mais do

⁹⁴ A grande obra de Troeltsch dedicada ao historicismo (*Der Historismus und seine Probleme*) foi dedicada a Windelband e Dilthey. Em 1914, Troeltsch se muda para Berlim para substituir Dilthey como titular da cadeira de filosofia da Universidade de Berlim.

⁹⁵ TROELTSCH, E. Die Krisis des Historismus. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 15)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2002, p. 437-455.

⁹⁶ No que tange a tal possibilidade, deve-se notar que ela nunca foi de fato empreendida, pois Troeltsch morreu alguns meses após a publicação do primeiro tomo de seu *Der Historismus*.

que isso, tratava-se de uma crise na ciência histórica, como um corolário dos próprios desdobramentos do pensamento histórico.

É desse modo que o multifacetado conceito de historicismo⁹⁷ assume no argumento de Troeltsch um significado preciso: trata-se da “historicização de todo nosso conhecimento e percepção [*Empfinden*] do mundo espiritual”, na qual os objetos só podem ser considerados “no curso do devir [*im Flusse des Werdens*], em uma incessante individualização sempre nova”, de modo que tudo se “dissolve e só se torna compreensível enquanto parte de um desenvolvimento histórico”. Assim, com o advento do historicismo, a diversidade de manifestações aparentemente contingentes e singulares que habitam o “mundo espiritual” passaram a dispor de uma unidade que as transcende e as fundamenta — a história —, uma vez que define algo mediante o esclarecimento do processo por meio do qual ele veio a ser o que é. Ao fim, o historicismo instaura uma nova ontologia baseada no conceito de desenvolvimento (*Entwicklung*), dentro da qual o autoconhecimento histórico se torna o “solo da própria existência [*Mutterboden des eigenen Daseins*]”. Nela, o “mundo espiritual” não é outra coisa senão “um fluxo de vida contínuo, mas em constante mudança” constituído por individualidades históricas que a todo momento surgem, se desenvolvem e se dissolvem. Graças a esse entendimento, muitos dogmas puderam ser quebrados e muitas questões importantes resolvidas. Não obstante, esse mesmo processo acabou por extinguir “todas as verdades eternas, sejam as verdades eclesiais supranaturais, [...] sejam as eternas verdades da razão e as construções racionais do Estado, do direito, da sociedade, da religião e da moral”, sejam, ao fim, “os imperativos de educação do Estado ligados à autoridade secular e sua forma de governo”. O que estava em questão, com efeito, era o estatuto das verdades sobre as quais a cultura ocidental havia erigido seu edifício.⁹⁸

O historicismo é uma forma de pensamento especificamente moderna. O seu desenvolvimento durante o século XVIII, incorporando os aspectos supostamente positivos — como o método filológico humanista e o próprio conceito de ciência iluminista — de doutrinas já existentes e criticando aqueles supostamente negativos — como o dogmatismo e o direito natural —, até a sua culminação como ciência humana primordial que contribuiu decisivamente para a constituição dos Estados nacionais, representa, para Troeltsch, uma confirmação do

⁹⁷ Para uma análise do conceito, cf. SCHOLTZ, G. Historismus, Historizismus. In: **Historische Wörterbuch der Philosophie. Band 3**. Basel: Schwabe, 1974, p. 1142-1147. Para um comentário em língua portuguesa do mesmo autor, cf. SCHOLTZ, G. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. In: **História da Historiografia**. Ouro Preto, número 6, 2011, pág. 42-63.

⁹⁸ TROELTSCH, E. Die Krisis des Historismus. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 15)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2002, p. 437-438.

progresso humano. No entanto, a ciência histórica havia se comprometido cada vez mais com “um realismo fundamentalmente imparcial e livre de valores, que busca investigar a verdade histórica e o contexto do devir [...] o mais objetiva e factualmente possível” e, por conseguinte, estava cada vez mais presa a um “aglomerado de pesquisas críticas e factuais”, que, por sua própria especialização, inviabilizavam as sínteses históricas responsáveis por elaborar os nexos que davam ao todo da história sua coerência e, pouco a pouco, foram revelando as fundações históricas de muitas das supostas verdades eternas fundamentais.⁹⁹ Assim, segundo Troeltsch, sua época experienciava um “relativismo histórico geral”, “uma agonia ou sentimento de ausência de sentido e transferia seus sentimentos gerais de frustração para a ciência, sobretudo a história”¹⁰⁰. Apesar disso, fica claro que, mesmo que possa parecer um emaranhado de manifestações aleatórias, Troeltsch acreditava que a história possuiria sob essas manifestações uma conexão interna (*innerer Zusammenhang*) e, por isso, a ciência histórica deveria “ir fundamentalmente em direção ao ideal de uma conexão geral desses contextos em um quadro do devir da humanidade”, contribuindo assim para apreender a “unidade do propósito” (*Einheitlichkeit des Zieles*) da história.

De modo mais preciso, a crise do historicismo se ligava a três aspectos, colocando problemas de três ordens. Em primeiro lugar, trata-se do endereçamento filosófico dos problemas epistemológicos e lógicos (*erkenntnistheoretisch-logisch*) da ciência histórica, que pode ser sintetizado pela questão: “como o arranjo engendrado pelo espírito cognoscente de acordo com suas leis se relaciona com a verdadeira essência e nexo das próprias coisas?”. Com efeito, questiona-se não a possibilidade da história de fato capturar e representar o passado verdadeiro, mas sim o que ela realmente realiza ao se propor tal tarefa. Troeltsch naturalmente não ignora o fato de que a história é uma “síntese cognitiva e representacional” (*erkennende und darstellende Synthese*) daquilo que resulta do processo de seleção e composição dos diversos materiais que em si já levantam questões a propósito da própria crítica das fontes enquanto processo cognitivo. Tal síntese, por sua vez, é apenas “uma minúscula fração de inacessíveis e inumeráveis processos reais”, os quais, mesmo que não se apresentem em si mesmos na representação histórica, manifestam nela suas “tendências e aspirações [...], as quais são visíveis por meio deles e ao mesmo tempo por eles determinadas”. Troeltsch reitera assim a sua convicção não somente na realidade dos processos históricos individuais, como na existência, dentro deles, de tendências gerais de desenvolvimento. Essas tendências, a seu

⁹⁹ TROELTSCH, E. Die Krisis des Historismus. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 15)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2002, p. 439.

¹⁰⁰ Ibid., p. 440-441.

turno, não poderiam ser alcançadas por meio do recurso a uma razão abstrata, mas “só podem ser apreendidas intuitivamente e compreensivamente [*intuitiv und verstehend*] enquanto unidades de sentido” efêmeras e de distintas naturezas.¹⁰¹ Com efeito, para Troeltsch, os processos e as tendências são sempre os mesmos, mas a unidade de sentido não, uma vez que é o resultado da compreensão do sujeito em seu ponto de vista particular¹⁰². Em todas as etapas citadas, então, a história científica depende da subjetividade do historiador.

São essas então as complicações lógico-epistemológicas da história. A fim de dirimir essas dificuldades inerentes ao seu ofício e, ao mesmo tempo, garantir a objetividade do conhecimento histórico mediante a aplicação rigorosa de seu método, os historiadores se viram obrigados a ceder a uma especialização cada vez maior que se voltava a campos e objetos de pesquisa cada vez menores. Assim, a síntese dos amplos contextos do desenvolvimento [*Entwicklungszusammenhänge*] histórico, a suposta vocação primordial da história científica, foi sacrificada pelos historiadores profissionais em nome de uma objetividade que transforma a história em um conglomerado de unidades sem nexos aparentes. Ademais, na medida em que “somente os amplos contextos são de significância humana geral”, pois servem à “formação e orientação da vida”, a carência por síntese passou a ser cada vez mais suprida por filosofias da história elaboradas por “diletaentes”^{103, 104}.

Em segundo lugar se encontram as consequências para a história da fundação da sociologia como disciplina — primeiro na França de St. Simons e Comte (que a queria substituir pela história), depois na Alemanha —, com sua ênfase na explicação causal e na tipologização. Por meio de um “novo modo de ver e perguntar”, a sociologia evidenciou a necessidade do estudo da sociedade a partir de novas dimensões ignoradas ou evitadas pela maioria (mas não totalidade) dos historiadores, ultrapassando o escopo intelectual, jurídico e nacional. Mais do que isso, a sociologia pregou que as bases da sociedade moderna seriam determinadas sobretudo por fatores de ordem econômica e técnica, o que, por exemplo, abria margem para a análise da questão da propriedade e dos conflitos de classe. A relevância da sociologia se manifestava na Alemanha especialmente pela “teoria da história econômica marxista”, a qual, abstraindo-se de sua ideologia, representava “um extraordinário aguçamento

¹⁰¹ TROELTSCH, E. Die Krisis des Historismus. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 15)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2002, p. 441-442.

¹⁰² Em um espírito rankeano, Troeltsch afirma que “novos tempos trazem novos modos de colocar problemas (*Fragestellungen*) e cada época precisa compreender as grandes tendências da história de forma nova a partir de seu ponto de vista (*Standpunkt*)”. Cf. *Ibid.*, p. 443.

¹⁰³ Troeltsch trata aqui explicitamente de figuras como F. Nietzsche, O. Spengler e H. G. Wells, cujas produções tiveram como “consequências um incessante enigma da história a ser interpretado, novas construções audaciosas, dúvidas pessimistas ou contemplações cétricas” (*Ibid.* p. 440).

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 442-3.

e aprofundamento dos problemas sociológicos e sua ligação com as necessidades mais reais da vida”. Assim, mesmo que questione a ênfase sociológica na economia, Troeltsch julga inviável desconsiderar a “expansão do horizonte” trazida por ela, a qual, ao fim, tornou a análise histórica ainda mais complexa e sua plena realização praticamente inviável: “a ação e interação de elementos econômico-sociais, intelectuais-culturais e político-jurídicos torna-se uma tarefa” que não pode ser resolvida de uma só vez no contexto cultural geral, e que, ademais, não pode ser reduzida a um “guia puramente lógico”. Assim, “as possibilidades de constituição de grandes sínteses largamente se esvaem”. Isso acaba por contribuir também para a especialização disciplinar e intradisciplinar, pois todo esse conjunto acaba por dissolver-se em problemas especializados que privilegiam determinados domínios e dimensões em detrimento de outros. Na medida em que falha — ou evita, ao retornar a modelos passados — em articular os elementos supracitados, a ciência histórica denuncia a sua própria crise.¹⁰⁵

Em terceiro e último lugar, também como corolário dos dois primeiros problemas — e provavelmente o que mais preocupa e interessa a Troeltsch (acusado por seu tom exclamativo) —, está o abalo do sistema ocidental de valores éticos (*ethisches Wertsystem*) vigente, fundado no “progresso humanitário, na autonomia da razão, a qual se manifesta no direito, no Estado, na economia, na sociedade, na ciência, na religião e na arte a partir de sua própria capacidade e de seus próprios impulsos, engendrando a cultura moderna como uma questão de humanidade”, e que toma lugar no contexto europeu do cosmopolitismo, mas principalmente naquele dos Estados nacionais. Não obstante sua importância, esse sistema axiológico “foi consumido por um crescente ceticismo” fundado, a seu turno, pelo colapso da filosofia hegeliana e pelo fortalecimento do irracionalismo (Nietzsche e Schopenhauer), e pelo advento do darwinismo, dos estudos etnológicos e da psicologia evolucionista como novos modos de explicação dos valores. Ademais, no âmbito concreto da história, a guerra entre as nações, o imperialismo (fundado em ideologias raciais) e o advento da cultura de massas desmantelaram o ideal de humanidade. A esses processos Troeltsch acrescenta, de modo enfático, a crise teológica: o ateísmo não apenas invalidou os valores religiosos em si mesmos, como retirou da religião, especialmente do luteranismo na Alemanha, sua própria dimensão e relevância cultural; sua própria implicação coletiva (do saber) em favor de um individualismo exacerbado. Assim, a modernidade não mais dispunha de “um sistema de valores fundamentado ontológica e metafisicamente, a partir do qual [...] os valores práticos da vida [pudessem ser organizados]

¹⁰⁵ TROELTSCH, E. Die Krisis des Historismus. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 15)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2002, p. 445-447.

em uma hierarquia unitária”. Todo esse processo culminou em uma destruição e “anarquia de valores”, na qual “não havia mais possibilidade de fundamentá-los”. Isso transformou a cultura em uma arena de batalha de um constante conflito de valores.¹⁰⁶

Essa crise generalizada da civilização ocidental¹⁰⁷ tem para Troeltsch um denominador comum que aproxima a diversidade de suas manifestações: o seu caráter histórico. Ao fim, trata-se de valores históricos cuja “origem e conteúdo foram-nos apresentados primariamente pela ciência histórica”. E, desse modo, na medida em que progressivamente cedeu ao imperativo de uma objetividade estéril — e, assim, sucumbiu ao relativismo e à especialização, nos quais, em suas pequenas partes (e somente nelas) desenraizadas do “*continuum* fluente da vida”, tudo é explicado e compreendido —, a própria ciência histórica acabou por preparar o solo e dar início ao processo de desestabilização dos sistemas de valores. Sendo assim, a crise geral que se verifica na sociedade revela, antes de tudo, uma “crise da própria história em sua estrutura mais íntima”. Ao abandonar os contextos de desenvolvimento que revelam a sua unidade primordial, a história “perdeu o leme com o qual podia navegar na imensa corrente da vida”.¹⁰⁸

Sem elaborar uma resposta estruturada ao problema do historicismo — propósito que seria desenvolvido no nunca escrito segundo tomo de *Der Historismus und seine Probleme* —, Troeltsch não deixa de indicar as direções do que tinha em mente, mas que em larga medida estava circunscrito especificamente à situação alemã. As reações imediatas à crise envolvem uma postura hostil em relação à ciência, que se traduz em um anti-historicismo, um individualismo dos posicionamentos e um racionalismo exacerbado — ao qual Troeltsch associa certas vertentes neokantianas. Por outro lado, esse contexto deu vida a um nacionalismo romântico “escandalosamente enviesado” que buscava salvaguardar as origens que conferiam

¹⁰⁶ Cf. TROELTSCH, E. Die Krisis des Historismus. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 15)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2002, p. 448-449. Nela, como afirma Troeltsch: “tudo luta contra tudo: cultura e progresso, ceticismo e a virada estética contra o cristianismo, [...]; os realistas, modernistas, nacionalistas e expressionistas contra a antiguidade, os devotos do cristianismo entre si e contra a cultura moderna, os inovadores dionisíacos e apolíneos da antiguidade contra o cristianismo e a modernidade ao mesmo tempo. Luta contra o capitalismo e a burguesia, contra o imperialismo e a guerra, luta pela nação, pelo Estado, pela guerra e pela *Realpolitik*, pela independência nacional ou pela cultura internacional e pacifista, pela economia contra a política e pela política contra a economia! Além disso, a cisão entre americanismo e europeísmo e o avanço irrefreável do americanismo na Europa, a contradição entre os valores da Europa Ocidental e da Rússia [...]. Em todas essas lutas, valores indianos, budistas e chineses do Extremo Oriente se adentram e prometem paz e redenção a uma Europa caótica, se ela abandonar seu espírito de poder e violência, sua atividade e suas antigas ideias cristãs de autonomia da personalidade. O pico da confusão foi recentemente consumado pela Guerra Mundial”.

¹⁰⁷ E de fato o é, para Troeltsch, mesmo que, por ser a “pátria mãe” da história moderna e por ter perdido a Primeira Guerra Mundial, a crise na Alemanha tenha sido mais profunda, o estatuto ocidental da crise é um fato evidente, do qual também fazem parte, além dos países europeus, Estados Unidos e Rússia.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 448-449.

unidade a uma suposta “germanidade” (*Deutschtum*).¹⁰⁹ Além disso, também se testemunhou uma espécie de regressão religiosa baseada na negação das visões modernas de mundo humanista, iluminista e historicista em favor de um retorno ao medievo. A esta atitude radical, Troeltsch contrapôs o “refortalecimento” de um “novo catolicismo”, o qual, com sua “universalidade científica fundamental”, sua sensibilidade às questões sociais, sua riqueza e capacidade adaptativa, se tornaria fundamental para a futura superação da crise na ordem prática. Às tendências chauvinistas, por sua vez, Troeltsch contrapôs a reorientação da política global que invariavelmente iria exigir que a Alemanha “retornasse à reflexão histórica e ao universalismo humano”, despertando-se de seu devaneio nacionalista (“*völkisch*”).¹¹⁰

Para além das questões de ordem prática levantadas pela crise do historicismo, tratava-se, sobretudo, da resolução do “problema do conhecimento histórico da vida” — da reorientação do significado da visão de mundo geral e da *Bildung* — mediante a reflexão científica. E, para Troeltsch, essa tarefa só seria possível com a reabilitação da relação entre história e filosofia. Somente por meio da reconquista da dimensão filosófica a história poderia atingir, com o suporte indispensável de seu arcabouço técnico e metodológico e de sua doutrina de valores, a amplitude necessária para abarcar o grandioso, significativo e efetivo (*dem Großen, Bedeutenden und Wirksamen*), isto é, para encontrar na diversidade e multiplicidade dos fenômenos históricos apreendidos na síntese cultural do presente (em sua nova interpretação) a supracitada conexão interna, a sua base histórica universal (*universalgeschichtliche Unterlage*).¹¹¹ Apenas desse modo, finalmente, com a reabilitação da filosofia da história, a ciência histórica poderá cumprir a sua tarefa de “tornar os valores históricos vívidos e atraentes, contando simplesmente a história concreta de sua formação, e preparar as decisões modernas do presente, orientando-se por meio da totalidade histórica e do contexto geral do mundo dos valores”.¹¹²

*

O que se deixa notar, então, é que a crise é o momento no qual as questões endereçadas contra o pensamento histórico desde a sua fundação — a história não só foi constantemente

¹⁰⁹ O qual, como retrospectivamente percebe-se notar e ao contrário dos prognósticos de Troeltsch, acabou radicalizando-se e culminando no nazismo.

¹¹⁰ TROELTSCH, E. Die Krisis des Historismus. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 15)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2002, p. 451-453.

¹¹¹ Ibid., p. 454.

¹¹² Ibid., p. 449.

problematizada internamente, como criticada e desqualificada externamente — chegam a um limite. O relativismo, levado ao extremo pela elevação da historicidade como princípio fundamental, se torna de fato uma aporia inexplicável, ou melhor, um problema que não mais poderia ser solucionado nas bases que se pretendiam — isto é, na metafísica moderna pautada pela unidade narrativa contínua e temporal do progresso, do sentido e da racionalidade —, justamente porque contribuiu decisivamente para o seu próprio esgotamento, para o início de uma nova era dominada pelos signos da fragmentação, da quebra de unidade e da descontinuidade.¹¹³ As indicações do supracitado limite já podem ser vistas no último quarto do século XIX pelas análises de Friedrich Nietzsche, que, sem fazer uso explícito do termo “historicismo”¹¹⁴, retoma a semântica médica do conceito de crise ao considerar o pensamento histórico moderno como uma patologia; como também as de Jacob Burckhardt e Karl Lamprecht, que denunciam, cada um a seu modo, o esgotamento das premissas da escola histórica. Também no fim do século, Wilhelm Dilthey afirmava a necessidade de uma renovação do pensamento histórico com o propósito de revelar “a insustentabilidade da metafísica atualmente dominante” e, ao mesmo tempo, abrir o caminho para a fundamentação das ciências do espírito.¹¹⁵ Com o século XX e suas catástrofes, esse limite foi ultrapassado. Max Weber, tal qual Heinrich Rickert, não mais julgava possível considerar a história uma realidade objetiva em si mesma, promovendo assim a separação entre fatos e valores. Pelo contrário, tratava-se de um todo caótico e irracional que somente faria sentido por meio da elaboração de conceitos efêmeros pela ciência.¹¹⁶ Weber foi ainda mais longe ao negar a existência de valores absolutos — e, por conseguinte, a possibilidade de fundamentação axiológica mediante um transcendentalismo lógico —, inviabilizando, com isso, qualquer possibilidade da ciência arbitrar os conflitos de valores na sociedade e, assim, rompendo o laço entre *Wissenschaft* e *Bildung*.

Essa consciência, que confere a Weber um lugar de destaque entre seus contemporâneos, assume um caráter cada vez mais radical nas décadas posteriores. O esforço de muitos desses autores se voltou à tentativa de refundar a objetividade, a legitimidade da busca pela verdade nas ciências humanas, que concederia à história sua unidade após o colapso

¹¹³ Como aponta Koselleck, e visto mais acima, o estado/consciência de crise se torna um modo privilegiado de interpretação da história.

¹¹⁴ HEUSSI, K. **Die Krisis des Historismus**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1932, p. 6-7.

¹¹⁵ DILTHEY, W. Einleitung in die Geisteswissenschaften : Versuch einer Grundlegung für das Studium der Gesellschaft und der Geschichte. In: **Gesammelte Schriften Band 1**. Bernhard Groethuysen (Hrsg.). Stuttgart/Göttingen: Teubner Verlagsgesellschaft/Vandenhoeck & Ruprecht, 1990, p. 125-126.

¹¹⁶ WEBER, M. Die Objektivität sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis. In: **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922, p. 213-214.

da metafísica moderna e a crise do historicismo, o que acabou por corroborar, em bases epistemológicas e lógicas e, ao fim, ontológicas, a consciência de sua impossibilidade nos termos que se pretendia. Trata-se, por exemplo, da reflexão de Heidegger, que atesta a passagem do problema epistemológico do historicismo para o problema ontológico da historicidade.¹¹⁷

As reflexões mais gerais a respeito do todo das ciências do espírito amiúde tinham a ciência histórica como objeto primordial, apesar de por algum tempo terem sido largamente ignoradas pelos historiadores profissionais, salvo raras exceções, como o caso de Otto Hintze. De fato, a história disciplinar já se encontrava legitimamente instalada e institucionalizada no sistema universitário, seu método era largamente reconhecido e sua comunidade de especialistas se encontrava bem estabelecida e respaldada socialmente. Ao fim, com sua consumação e reconhecimento, a crise do historicismo havia estabelecido sobretudo implicações teórico-filosóficas para a disciplina da história. Dentre elas se destacam a ideia de que a história não é uma realidade em si, mas sim um construto conceitual e de que não existem valores absolutos para guiar seu empreendimento — ou, de forma mais branda, que a impossibilidade de acesso a tais valores absolutos torna a sua consideração de pouca utilidade. Disso permitiu-se concluir não apenas que a história era incapaz de produzir um conhecimento objetivo da realidade, mas que o próprio pensamento histórico havia chegado ao seu limite. À medida em que essas conclusões passaram a ser consideradas pelos historiadores e reabordadas por filósofos, diversas respostas foram dadas ao longo das décadas seguintes, que não mais consideravam esse estado de coisas como um ponto de chegada, mas como ponto de partida que exigia uma reorientação da reflexão.

¹¹⁷ HEIDEGGER, M. Der Begriff der Zeit. **Gesamtausgabe Band 64**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2004.

Crise dos paradigmas e a virada linguística

O fardo da história e a crise do historicismo - Meta-história e a questão da ficção – Meta-história e a nova crise na história

No presente tópico, trata-se de investigar o conjunto de problemas ligado à questão da narrativa histórica, especificamente os problemas que emergiram no início da segunda metade do século XX e que foram responsáveis por instaurar no campo da história um intenso debate. Como já apontado, a reflexão sobre a relação entre história e ficção acompanha os campos desde o seu surgimento na Grécia, na qual a história, o domínio do real e do acidental, é contraposta por Aristóteles à poética, o domínio do possível e do essencial. Assim, essa contraposição sempre se manifestou e, desde a tradição retórica do humanismo, antes mesmo da cientificização da história, esse debate já era central em relação à legitimidade historiográfica em sua busca pela verdade, pensada mais em termos de plausibilidade do que de objetividade metodicamente controlada — ao mesmo tempo em que a autonomização da literatura atribui como uma de suas funções a observação da realidade a fim de encontrar a verdade por detrás dela. Mesmo com a sua cientificização, no entanto, o caráter poético da historiografia não era ignorado. Sendo assim, a especificidade do debate deve ser esclarecida, revelando em que sentido um problema novo emerge, de que modo ele é formulado e tratado, e, por fim, quais são as suas consequências para o paradigma da disciplina histórica. Esse debate está basicamente ligado à recepção da obra de Hayden White pelos historiadores e as formas que ela tomou. A recepção de White despertou diagnósticos de crise ambivalentes: enquanto alguns pensaram em termos de crise de orientação e de paradigmas, outros consideraram que White revolucionou o campo da teoria da história ao evidenciar um aspecto constitutivo da disciplina até então largamente ignorado e, assim, revelar um novo campo de problemas. Houve ainda aqueles que combinaram os dois diagnósticos. De todo modo, sua obra serve de fio condutor para um debate que se estendeu por algumas décadas e que inevitavelmente ultrapassou o escopo de seu pensamento.

A novidade desses problemas, não obstante, nasce do solo da crise do historicismo, uma crise cuja superação ainda se afigurava no horizonte de historiadores — cada vez mais inclinados a reconhecê-la — e teóricos das ciências humanas em geral. *O fardo da história*¹¹⁸ é testemunho desse estado de coisas, isto é, do fato de que ainda na década de 1960 persistia uma demanda para que os historiadores respondessem às críticas que se tornavam cada vez mais frequentes e agudas e, assim, restabelecer a autonomia e “dignidade” da disciplina histórica. Para analisar o contexto, White retoma a ideia preconizada por Humboldt e Ranke de que a história seria, ao mesmo tempo, arte e ciência, ou que se valia simultaneamente das ideias e procedimentos de ambas. Se, de fato, esse recurso, baseado em uma determinada concepção de arte e de ciência, permitiu a emergência e manutenção de uma unidade e legitimidade da história durante boa parte do século XIX — na medida em que o problema da história se colocava de modo generalizado para artistas, filósofos e cientistas —, a sua transformação, de modo intencional ou irrefletido, em um axioma acabou por corroborar seu próprio colapso. As diversas transformações estruturais que engendraram o mundo moderno exigiram de todos os domínios intelectuais uma mudança, uma renovação, as quais tanto a arte quanto a ciência responderam, o que acabou por aproximar os domínios artístico e científico com a constatação de que compartilhavam determinados processos cognitivos em sua maneira e propósitos particulares de apreensão da realidade. A história, na medida em que não acompanhou essas mudanças, se tornou obsoleta e perdeu o apanágio de sua suposta posição mediadora. A crise do historicismo contribuiu decisivamente para a consciência de que “a [disciplina da] história [...] é um tipo de acidente histórico, um produto de uma situação histórica específica”¹¹⁹ condicionada pelas especificidades de tal situação. Nesse sentido, a persistência nessa forma “acidental”, quando as condições que a determinaram mudaram radicalmente, significava a manutenção de um anacronismo disciplinar.

Sem desconsiderar as críticas oriundas do plano científico — especialmente representado pelas pretensões das ciências sociais, em certo sentido inauguradas com as críticas de Karl Lamprecht à história e que chegaram a Carl Hempel e o debate sobre as leis na história —, bem como do plano filosófico — que enfatizaram a questão do relativismo histórico e da inutilidade da história —, White procura enfatizar a “hostilidade” da arte contra o empreendimento historiográfico, especialmente da literatura, que se deixa mostrar em romances e peças escritos por autores de diferentes nacionalidades e orientações e que, nas

¹¹⁸ WHITE, H. The burden of history. In: **Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 29.

mãos do historiador norte-americano, se tornam fontes primárias. Justamente, White retira as evidências da crise das tramas elaboradas por romancistas, poetas e dramaturgos nas quais a história era representada por um personagem em decadência ou tratada como um tópico de consideração. Não apenas nutridos pelas fortes palavras de Nietzsche no último quarto do século XIX, esses escritores — como George Eliot (pseudônimo de Mary Ann Evans) e Henrik Ibsen — antes fizeram coro contemporaneamente a ele. Como já apontado anteriormente, a virada do século e os anos concomitantes e posteriores às guerras apenas inflacionaram esse sentimento entre intelectuais, especialmente entre os artistas. Escritores modernos — Luigi Pirandello, Thomas Mann, Virginia Woolf, Albert Camus etc. — alimentavam em seus textos ataques específicos à historiografia moderna com posições anti-historicistas radicais, as quais, de um modo geral, pretendiam “libertar o homem ocidental da tirania da consciência histórica”. Em uma variedade de posições, compartilhava-se a convicção de que “a história não é somente um fardo concreto imposto sobre o presente pelo passado na forma de instituições, ideias e valores antiquados, mas também *o modo de ver o mundo* que confere a essas formas antiquadas sua autoridade ilusória”, isto é, o modo característico pelo qual a disciplina histórica atuava.¹²⁰ A cultura intelectual questionava, ao fim, não só a autoridade dos historiadores sobre o domínio do passado — o seu modo particular de investigação, isto é, os problemas que mobilizavam, que não eram os problemas do presente —, mas a própria necessidade de se estudar o passado.

Desse modo, portanto, a crise do historicismo ainda está em voga em determinados sentidos, a saber, como relativismo, no lado científico, e como anti-historicismo, no lado artístico, mas não como crise dos valores universais e da realidade concreta da história — como em Troeltsch. Tanto o relativismo como o anti-historicismo apareciam como problemas significativos. O modo particular de resolução de White nesse ensaio, o qual implica um duplo movimento, apresenta as indicações teóricas que viriam a configurar *Meta-história* e, por conseguinte, os argumentos principais que moveriam o debate no campo. Por um lado, é justamente sob as demandas do presente que a história deve buscar sua renovação enquanto disciplina. Não como um “fim em si mesmo”, o estudo do passado deve servir “como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução de problemas peculiares ao nosso próprio tempo”, tal qual aquilo que permitiu que a história surgisse e se estabelecesse no início do XIX. Aqui arte e ciência retornam, não como extremos mediados pela história, mas como “técnicas de análise e de representação” da realidade que se orientam

¹²⁰ WHITE, H. The burden of history. In: **Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986, p. 39-40.

pelos problemas hodiernos e que, assim, devem inspirá-la¹²¹, pois “a história só pode servir para humanizar a experiência se permanece sensível ao mundo mais geral do pensamento e da ação do qual procede e para o qual retorna”¹²².

White, desse modo, procura atualizar o sentido de se estudar o passado e a função de tal estudo, isto é, justificar o exercício da imaginação histórica na análise da realidade considerando-se sua condição passada e não somente a forma imediata na qual ela se afigura no presente. Tal seria o caso na virada do século XVIII para o XIX, quando a história, longe de um fim em si mesma, servia ao propósito de “fornecer uma dimensão temporal para a consciência (*awareness*) que o homem tem de si mesmo” e um modo no qual o fato incontornável da mudança alinhava as dimensões temporais ao revelar o poder da ação presente de determinar o futuro; na qual o passado se afigurava como o repositório das possibilidades que, quando concretizadas, tornaram tal ação (o presente) possível e que, a seu turno, também foram resultado da ação motivada, de escolhas específicas dentre outras possíveis. Enquanto presente e passado alimentavam essa relação orgânica e dinâmica, a história cumpria com uma função que concebia “o fardo do historiador como uma incumbência moral de libertar a humanidade do fardo da história”. No momento em que essa relação foi amplamente desfeita, as críticas tornaram claro o estado de crise. Ademais, as demandas do mundo atual são outras, com suas próprias “forças dinâmicas e destrutivas” a serem enfrentadas e que, assim, instauram uma espécie de ruptura com o passado. A história agora precisa se voltar “para a descontinuidade como nunca fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são nossa sina”.¹²³

Por outro lado, isso não poderia ser realizado sem uma mudança estrutural na própria disciplina histórica. Ao manter seus fundamentos intocados e presos a concepções obsoletas, a cultura historiográfica naturalizou uma série de ideias e procedimentos cujas condições de determinação não mais se apresentavam. A adoção feita pela história da forma representativa da arte literária própria do século XIX ignorava suas expressões modernas e, ao considerar apenas o modelo do romance oitocentista, insistia em uma concepção não só de que “o propósito da arte é contar uma história”, mas que, sob o imperativo de uma certa noção de objetividade, existia uma forma específica para isso — “cronologicamente ordenada em um romance” —, contribuindo desse modo para a limitação da própria disciplina. Por trás dessa

¹²¹ WHITE, H. The burden of history. In: **Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986, p. 41.

¹²² *Ibid.*, p. 50.

¹²³ *Ibid.*, p. 48-50.

predileção se escondia uma concepção ultrapassada de objetividade que ignora que os fatos, “mais do que encontrados, são construídos pelos tipos de questões que o pesquisador faz a respeito dos fenômenos diante dele”, e que considera a cronologia como uma espécie de estrutura transcendental que precisa ser inevitavelmente satisfeita. Não só a arte realista, mas a ciência moderna, já havia abandonado esse ideal.¹²⁴

Longe, então, de uma objetividade exata que busca exaurir os aspectos supostamente verdadeiros da realidade, White advogava por uma explicação movida por metáforas, dada a sua riqueza e capacidade de articulação. Trata-se de “construir uma metáfora da própria experiência imediata”¹²⁵, uma “regra heurística” específica que, ao suspender a irreversibilidade cronológica, pretende revelar e elucidar determinados aspectos do passado em detrimento de outros. Trata-se, portanto, de investir em uma perspectiva que, a seu turno, se apresenta de um determinado modo no relato (*account*). Isso torna evidente que não basta apenas analisar a relação entre o relato e os “fatos”, pois surge o problema do estilo, isto é, o modo específico pelo qual o relato, inspirado por certas metáforas, toma sua forma característica. Essa concepção reconhece “que o estilo escolhido [...] para representar [...] uma experiência [...] carrega consigo [...] critérios específicos para determinar quando uma dada representação é internamente consistente”, ao mesmo tempo que “fornece um sistema de tradução que permite ao observador relacionar a imagem com a coisa representada em níveis específicos de objetivação”. O estilo, portanto, se torna um modo de representação sustentado por um conjunto de determinações por meio das quais se procura responder a um problema formulado a respeito da realidade a ser apreendida. Desse modo, as questões de objetividade se colocam menos no nível da “verdade” da própria representação que resulta de tal processo — isto é, de sua conformação aos “fatos” e documentos — do que na análise, no nível lógico, da relação entre a coerência e consistência das determinações do seu estilo com a representação.¹²⁶ A representação só pode ser avaliada em referência a tais determinações, as quais, respondendo a demandas imediatas, a “orientações afetivas e intelectuais”, não deixam de revelar “o caráter essencialmente provisório das construções metafóricas usadas para compreender um universo dinâmico”¹²⁷. Para White, na medida em que garantisse essa objetividade, a concepção não culminaria em um “relativismo radical”.

¹²⁴ WHITE, H. The burden of history. In: **Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986, p. 43.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 43.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 46-47.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 50.

Com essas observações, White prepara as pressuposições que viriam a fundamentar *Meta-história*¹²⁸, cujo ponto de partida é justamente a crise do historicismo — a ideia típica do século XX de que do “problema da teoria do conhecimento histórico” não poderia resultar uma solução inequívoca e definitiva, o que gerou dúvidas sobre a história como modo de existência primordial e sobre o modo científico de sua apreensão. O propósito da obra era, ao analisar comparativamente o desenvolvimento da “consciência histórica” no século XIX, apresentar o conjunto de “estilos historiográficos” predominantes nesse período formativo — e ainda utilizados no século XX de modo hegemônico — e demonstrar como esses estilos, mais do que opções incontornáveis sedimentadas pela tradição, são, na verdade, escolhas que determinam não apenas o modo como o passado é interpretado e conhecido, mas o que o passado de fato é, isto é, são escolhas que constituem a própria natureza da consciência histórica e que estruturam o modo do pensamento histórico. Assim, ao entendimento largamente difundido nesse contexto de que os problemas científicos e artísticos engendram os seus respectivos objetos, deve ser acrescido aquele segundo o qual tais processos são fundados na linguagem, considerada então como condição de possibilidade de sentido e de verdade. Essa “virada linguística”, no entanto, toma uma direção específica no pensamento de White: sua abordagem se liga menos à análise lógica e gramatical dos enunciados de um texto do que ao âmbito discursivo do texto como um todo, que enfatiza sobretudo os aspectos estéticos e éticos da produção historiográfica, de modo que, em vez de se basear na filosofia analítica e na linguística, White procurou fundamento na retórica e na teoria literária e do discurso.

Com isso, White lança mão da teoria dos estilos historiográficos baseada em uma teoria dos tropos ou arquétipos. A noção de estilo adquire assim uma dimensão mais profunda, cujo caráter ultrapassa uma concepção estreita e, em certo sentido, ingênua, de “forma”. O texto historiográfico — concebido como uma “estrutura verbal na forma de um discurso narrativo” majoritariamente em prosa — toma forma a partir de um certo modo de representação cuja escolha antecede a escrita e o qual, desse modo, prefigura linguisticamente o campo do passado, organizando-o, mas, sobretudo, adequando-o às suas pressuposições inerentes. Trata-se, ademais, de pressuposições tropológicas que são “condição de possibilidade do sentido

¹²⁸ WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

histórico”¹²⁹. Para analisar os modos específicos de pensamento histórico do século XIX — que se materializam tanto na historiografia quanto na filosofia da história —, White elabora um tipo ideal¹³⁰ da obra histórica (*historical work*) no qual se encontram seus elementos essenciais em relação aos quais os trabalhos de historiadores e filósofos devem ser confrontados a fim tornar viável sua classificação e, com isso, o esclarecimento da estrutura da “imaginação histórica” do período, “um universo distintivo de discursos dentro do qual diferentes ‘estilos’ de pensamento histórico foram possíveis”¹³¹. O fato de White considerar que esses elementos se apresentam em uma certa forma narrativa e que sua disposição específica, com determinada consistência e coerência, caracteriza um “efeito explicativo” — mais que qualquer teoria epistemológica de explicação dos fatos — define o caráter especialmente poético que ele atribui ao pensamento e à imaginação históricas.

Esse tipo ideal é composto por cinco elementos — ou, nas palavras de White, cinco níveis de conceptualização: no nível dos eventos, a crônica e a estória (*story*), somados aos três modos de enredamento (*emplotment*), argumentação e implicação ideológica. Ao nível da crônica se situam as proposições a respeito do passado, uma sequência de enunciados simples organizados temporalmente que meramente registram a manifestação de um acontecimento. A estória, a seu turno, é a composição — movida por questões da ordem do “como” e do “por que” dos acontecimentos — que transforma um conjunto de enunciados em um todo, uma trama com início, meio e fim, dentro da qual as proposições das crônicas, a princípio supostamente neutras e independentes, são codificadas em motivos que conferem à estória seu aspecto de processo diacrônico unitário. A fim de ultrapassar as proposições sobre o passado em sua simplicidade e particularidade, a estória precisa contar com o recurso inventivo, isto é, a habilidade tanto de escolher entre os vários eventos disponíveis — enfatizando-os e subordinando-os — como de determinar o valor e função (ou motivo) que um evento irá desempenhar no arranjo do plano narrativo, seu caráter inaugural, transicional ou conclusivo, o que, ao fim, confere uma determinada forma à estória, uma “coerência formal de um conjunto completo [*whole set*] de eventos considerados como um processo compreensível com início,

¹²⁹ Para uma análise da teoria tropológica de White enquanto teoria transcendental do sentido, cf. ANKERSMIT, F. **History and Tropology. The rise and fall of metaphor**. Berkeley: University of California Press, 1994, p. 9-19.

¹³⁰ White já havia feito uso da teoria weberiana do tipo ideal em sua tese de doutorado finalizada em 1955 e intitulada *The Conflict of Papal Leadership Ideals from Gregory VII to St. Bernard of Clairvaux with Special Reference to the Schism of 1130*. Mais do que isso, no entanto, “Max Weber serviu como a mais poderosa fonte de influência de White” no início de sua trajetória (Cf. PAUL, H. **Hayden White. The Historical Imagination**. Cambridge: Polity Press, 2011, p. 16).

¹³¹ WHITE, Hayden. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973, p. 5.

meio e fim discerníveis”.¹³² Para White, no entanto, esse todo narrativo que é a estória não é apenas o resultado da tentativa de explicar e tornar compreensível um determinado processo por meio do recurso a faculdades inventivas e imaginativas em busca de responder às questões do “como” e do “por que”, questões que se voltam especialmente para os nexos entre os acontecimentos e, assim, às estratégias narrativas no desenvolvimento do encadeamento do texto. A tais questões são acrescidas outras de caráter distinto: elas interrogam sobre o propósito geral da estória, isto é, dizem respeito à história como um todo, ao conjunto completo de acontecimentos enquanto tal e, por isso, requerem como resposta uma explicação pelos supracitados modos de enredamento (ou elaboração de enredo), argumentação e implicação ideológica.

O enredamento é o modo mediante o qual um conjunto de eventos e de processos da realidade toma a forma de um tipo específico de estória — como a obra historiográfica —, ou seja, o modo como assume a estrutura de um enredo determinado. Trata-se de uma categoria própria da teoria literária que procura classificar as diversas obras da literatura de acordo com a forma em que elas se organizam narrativamente, com o arquétipo que confere ao conjunto de suas estórias o seu tom dominante. Mesmo a historiografia oitocentista, em toda a rigidez de sua forma, segundo White, disporia de pelo menos quatro modos de pôr seus fatos e processos em enredo: romanesco, cômico, trágico e satírico (ou irônico). No plano em relação ao qual tais modos de enredo tomam lugar — o plano da existência humana e sua relação com mundo da experiência, em que se apresenta a possibilidade de sua dominação ou do fracasso perante ele — o romanesco e o satírico se encontram em posições opostas intermediadas pelo cômico e pelo trágico, que, diferentemente dos dois primeiros, oferecem possibilidades de reconciliações parciais, harmonizadoras e resignadoras, respectivamente. O historiador, assim, tal qual o escritor de um romance, imiscui na sua narrativa uma determinada visão do processo histórico na qual as forças humanas podem ser protagonistas de um triunfo sobre o mundo caótico da história ou vítimas de sua impossível superação. Nesse sentido, White relaciona os modos romanesco e cômico a uma representação historiográfica mais diacrônica e processual que enfatiza as transformações e a “emergência de novas forças”, mesmo que enquanto novas manifestações de “processos imutáveis em sua essência”. Os modos trágico e satírico, por sua vez, representariam uma visão mais sincrônica e estrutural, a qual enfatiza as continuidades, “uma estrutura contínua de relações”.¹³³

¹³² WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973, p. 7.

¹³³ Ibid., p. 10-11.

O modo de argumentação formal toma o problema de explicar o passado por meio do recurso a esquemas de causalidade ou leis nomológico-dedutivas e silogismos, isto é, tenta esclarecer as relações entre os eventos deduzindo-as de premissas por necessidade lógica. White distingue, em relação a tais diferentes concepções, pelo menos quatro “paradigmas” de explicação histórica por argumentação discursiva: formista (*formist*), organicista, mecanicista e contextualista. Esses paradigmas se desdobram em um espectro definido pela relação entre, por um lado, a descrição do campo histórico em seus objetos e fenômenos e, por outro, a capacidade de elaborar hipóteses e generalizações tanto sobre o campo quanto sobre os processos históricos. Desse modo, o paradigma formista se encontra em um dos extremos do plano, porquanto se move pelo ideal da hipotipose, isto é, compõe a sua explicação pela apresentação da riqueza e vivacidade de detalhes sobre seus objetos singulares, mesmo que ao preço da precisão conceitual de suas generalizações. O modelo organicista, por sua vez, mesmo que enxergue a necessidade de uma descrição dos acontecimentos em sua particularidade, a realiza enquanto meio de apresentar os princípios, forças e ideias que governam os processos históricos como um todo. Assim, em sua narrativa, as entidades individuais compõem um todo que é qualitativamente maior que a soma de suas partes. Tais princípios são sintéticos e, assim, não tomam a forma de leis abstratas de causalidade. Esse é o caso do paradigma mecanicista — o outro extremo do plano da argumentação discursiva —, que procura imprimir à sua narrativa uma explicação que se volta à redução, em um processo de abstração progressiva, das entidades históricas às manifestações de leis causais supra-históricas capazes de determinar a finalidade dos processos que as primeiras habitam. Não como parte-todo, as relações no campo histórico são concebidas como parte-parte, as quais são governadas por leis que determinam suas configurações específicas. Como modo alternativo entre, por um lado, as tendências mais abstratas dos paradigmas organicista e mecanicista e, por outro lado, a ênfase descritiva exaustiva do modelo formista, apresenta-se o paradigma contextualista. O fundamento de tal paradigma se encontra na concepção de que existe um conjunto sincrônico de inter-relações entre os diversos eventos de uma determinada parte do campo histórico. A impressão explicativa se dá na medida em que o contexto (o conjunto de conexões) é restaurado na narrativa, explicitando os nexos concretos entre os eventos, os quais tomam o lugar de regras cuja validade é circunscrita à especificidade da época ou período em questão, o que define o próprio escopo desse tipo de explicação.

De acordo com essa caracterização, os modelos formista e contextualista representam aqueles geralmente associados às pretensões explicativas dos historiadores profissionais e, por outro lado, os modelos organicista e mecanicista retratam os modos geralmente associados à

constituição de filosofias da história. Para White, na medida em que o pilar que sustenta essa distinção cai por terra, a saber, o de que os dois primeiros modos seriam os mais adequados ao paradigma científico da história — com sua antiquada inspiração em uma suposta neutralidade das ciências naturais —, evidencia-se, por conseguinte, o caráter extra-epistemológico, propriamente ideológico, da insistência na manutenção dessa distinção. O “compromisso” com o formismo e o contextualismo em detrimento do organicismo e do mecanicismo revela acima de tudo “uma decisão da parte dos historiadores [...] [que] parece assentar-se em opiniões pré-criticamente sustentadas sobre a forma que uma ciência do homem e da sociedade tem de tomar”.¹³⁴ A ideologia é o conjunto de princípios de ordem ética que determina a tomada de uma certa posição no presente das ações sociais possíveis. Dentre as diversas ideologias disponíveis, White seleciona quatro modos de explicação por implicação ideológica: anarquismo, conservadorismo, radicalismo e liberalismo — concebidos não como conceitos políticos, mas “metapolíticos”. A seleção desses modos específicos está baseada em seu reconhecimento do fato da mudança histórico-social e na capacidade dessas posições de reivindicar para seus valores um realismo de base racional e científica, o que implica que compartilham um compromisso epistemológico de provar suas posições e uma “responsabilidade cognitiva” que possibilita o debate. O espectro no qual esses modos se situam é caracterizado, por um lado, pelas diferentes visões a respeito da manutenção ou mudança da ordem social vigente, bem como da especificidade dessas mudanças em termos de orientação (social e temporal) e, por outro lado, pelas formas e funções de uma análise social elevada ao estatuto de ciência (no caso, a história) enquanto meio de justificar suas posições e indicar como elas devem ser concretizadas.

Assim, conservadorismo e anarquismo opõem-se diametralmente no plano ideológico: aquele admite certo nível de mudança sem, no entanto, alterar a ordem social do presente, ao passo que este procura dissolver a própria sociedade pela via de mudanças estruturais, movido pela ideia de uma humanidade virtuosa de um passado remoto. Mais próximo ao conservadorismo, o liberalismo, no entanto, não impede que sua crença na estrutura social vigente conceba a necessidade de mudanças em um ritmo mais acelerado, de acordo com as faculdades humanas e sua capacidade de diálogo, mas sempre com um futuro longínquo enquanto meta. O radicalismo, por sua vez, imprime em suas análises, face a um futuro imediato motivador da ação, um ritmo ainda mais acelerado, com a finalidade de transformar

¹³⁴ WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973, p. 20-21.

a sociedade ao estabelecê-la sobre novas bases. Coerentemente a isso, liberalismo e radicalismo enxergam no processo histórico motivos racionais como condições suficientes para a produção de um conhecimento científico — voltado às leis históricas, no caso do segundo, ou ao discernimento de suas tendências gerais, no caso do primeiro. Conservadorismo e anarquismo se filiam a uma noção de conhecimento histórico e evolução histórica cuja apreensão depende de atributos que transcendem as faculdades puramente racionais, como a intuição — tal qual concebida no século XIX. Para o conservador, ela permite captar a totalidade da história e confirmar a legitimidade do presente enquanto uma de suas partes, ao passo que para o anarquista ela é usada para enfatizar os valores da individualidade subjetiva.

Essa classificação dos tipos de modos explicativos que compõem os diversos estilos historiográficos pode, em um primeiro instante, passar a ideia de, no mínimo, uma divisão homogênea entre a parte poética do enredamento, a parte lógica da argumentação e a parte ética da ideologia na composição da narrativa histórica, abrandando assim a suposta proeminência do fator estético na teoria whiteana e, por conseguinte, os argumentos que aproximam a história da ficção. Por um lado, porém, essa ideia de homogeneidade já é descartada na própria caracterização dos modos. Em vez de determinar um modo específico de enredamento e argumentação, as implicações do modo ideológico são, na verdade, “derivadas da relação que o historiador presume ter existido [...] entre, de um lado, a estrutura de enredo da conceptualização narrativa e, de outro, a forma de argumentação oferecida como uma explicação explicitamente ‘científica’ (ou ‘realista’) do conjunto de eventos”.¹³⁵ Ademais, mesmo que White reconheça uma distinção entre a operação investigativa-argumentativa e a operação narrativa do enredamento, ele não deixa de salientar que pôr em enredo é também discernir formalmente as maneiras pelas quais os objetos do passado se relacionam e, por conseguinte, possibilitar a identificação de leis, tendências, descrições ou contextos. Aqui se retoma a questão da definição da história como uma suposta síntese entre arte e ciência — a combinação de um modo explicativo por elaboração de um enredo e um por argumento nomológico-dedutivo. No entanto, à diferença das ciências naturais modernas, nas quais um consenso da comunidade científica define o que é um problema e as teorias explicativas possíveis de resolvê-lo, a história não dispõe de um tal consenso, o que faz com que suas explicações estejam “fadadas a basear-se em diferentes pressupostos meta-históricos a respeito

¹³⁵ WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973, p. 27.

da natureza do campo histórico, [...] os quais dão origem a diferentes concepções dos tipos de explicações que podem ser usadas na análise historiográfica”.¹³⁶

Por outro lado, White julga inevitável fundamentar a teoria dos estilos historiográficos em uma teoria dos tropos — uma tropologia. Isso porque antes de conferir à história uma forma narrativa particular e um modelo verbal de explicação do processo histórico em relação aos quais uma posição ideológica pode ser apreendida, isto é, antes de elaborar um conjunto de fenômenos em um enredo e explicá-lo, é necessário tê-lo prefigurado como tal, constituí-lo “como um objeto de percepção mental”. Nesse processo, tal conjunto é “construído como um terreno habitado por figuras discerníveis” que estabelecem entre si determinadas relações e que podem, assim, ser organizadas de modo cada vez mais complexo mediante a elaboração de um “protocolo linguístico” preconceptual com “dimensões lexicais, gramaticais, sintáticas e semânticas”, o qual permite que o historiador “caracterize o campo [histórico] e seus elementos nos seus [do historiador] próprios termos”. Com efeito, a prefiguração é uma condição de possibilidade das histórias de um modo geral. Por meio dela, o processo de composição do estilo historiográfico desenrola-se no “contexto de uma visão coerente ou uma imagem diretiva da forma do todo do campo histórico”, cuja configuração específica, mesmo que dinâmica, concede ao trabalho historiográfico “seus atributos estilísticos distintivos”. A prefiguração, portanto, é um processo amparado em bases linguísticas e poéticas determinantes. Dada a natureza lacunar e ambígua dos documentos e vestígios, o historiador precisa imaginar (*figure*) como os eventos relativos a eles se estruturam, o que só é viável se antes prefigurar (*prefigure*) a unidade de tais eventos enquanto “um objeto possível de conhecimento”. O caráter poético dessa atitude, para White, está não só no fato de sua condição precognitiva e pré-crítica, mas também por constituir “a estrutura que será subsequentemente retratada no modelo verbal proposto pelo historiador como uma representação e explicação” do passado, determinando “os conceitos [usados] para identificar os objetos” prefigurados e “para caracterizar os tipos de relações que podem manter uns com os outros”. Em outras palavras, o “ato poético” engendra tanto o “objeto de análise” quanto a “modalidade das estratégias conceituais” de explicação do campo histórico.¹³⁷

Assim, White fornece indicações para a estrutura não só da imaginação histórica, mas do próprio pensamento figurativo de um modo geral. A imaginação histórica se assenta nos processos cognitivos básicos que tratam das relações linguísticas fundamentais entre objetos

¹³⁶ WHITE, Hayden. **Metahistory**: the historical imagination in nineteenth-century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973, p. 12-13.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 30-31.

virtuais como a primeira etapa para a sua compreensão. Essas relações, por sua vez, podem tomar diversas formas, e ao seguirem o caráter poético, podem ser classificadas de acordo com os tropos tradicionais da linguística, da semiótica e da teoria poética, a saber, metáfora e metonímia, aos quais White, para sua análise dos estilos da literatura realista, acrescenta as figuras de linguagem da sinédoque e da ironia, utilizadas desde a tradição retórica humanista.¹³⁸ Tais tropos caracterizam, com efeito, os modos de discurso disponíveis, os quais organizam a experiência que “resiste à descrição por representações inequívocas em prosa” e que são essencialmente metafóricos — sendo os outros três variações metafóricas. O tropo da metáfora basicamente procura identificar os fenômenos a partir de sua semelhança ou diferença em relação uns com os outros, é essencialmente analógico e representacional e, assim, adequado ao modo formista de explicação. A metonímia realiza o mesmo processo, mas baseando-se na redução da multiplicidade explícita de um termo para adequá-lo a outro — como “reduzir um ao estatuto de uma manifestação de outro” ou ao efeito de uma causa e vice-versa —, sendo assim apropriada ao modo mecanicista. A sinédoque, por sua vez, determina seus fenômenos por meio da relação de uma ou mais partes enquanto “um símbolo de uma qualidade que é característica do todo” e, por isso, é essencialmente intrínseca e integrativa, adequada ao modo organicista. Finalmente, o tropo da ironia assume uma dimensão distinta ao conceber a relação entre objetos a partir da premissa cética da incapacidade da linguagem de capturar o caráter essencial da realidade. Nesse sentido, a ironia opera como uma metáfora absurda que afirma algo no nível literal e o nega no nível semântico e vice-versa, tornando-se assim o tropo ideal do modo satírico de enredamento e do modo contextualista de argumentação.¹³⁹ Esse é o arcabouço teórico que White elabora para a análise dos textos historiográficos e histórico-filosóficos do século XIX europeu.¹⁴⁰

*

Com *Meta-história*, White lança as bases para uma poética da história que, de certo modo, perpassa todos os momentos de seu pensamento. Mesmo que os problemas que dirigiram sua pesquisa tenham sofrido alterações — seja no foco à tropologia e ao estruturalismo, ou ao

¹³⁸ Considerando, desse modo, tanto Jakobson, Lévi-Strauss e Lacan, por um lado, como Benveniste e Vico, por outro.

¹³⁹ Assim, a crise do historicismo representa uma fase essencialmente irônica da consciência histórica do final do século XIX. WHITE, Hayden. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973, p. 40-42.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 34-36.

narrativismo e o sublime, ou à questão ético-política —, White não abandonou as convicções de que o passado não é apreendido em si mesmo, mas a partir de estruturas metafóricas distintas disponíveis; de que a imaginação histórica, de acordo com seu caráter poético, é preenchida por elementos irracionais, míticos e ficcionais — e a historiografia, assim, deveria ser avaliada menos sob premissas epistemológicas que estéticas, retóricas, ético-morais e político-ideológicas; e, ao fim, em uma visão humanista-existencial, de que o passado é resultado de uma escolha presente fruto do valor da liberdade individual em sua interpretação. Ademais, ao afirmar a inexistência de valores metaestéticos, metaepistemológicos e metaideológicos para julgar qual estilo historiográfico, sob o signo dominante de um determinado tropo, é o mais adequado para apreender a realidade, estabeleceu-se um plano no qual todas as narrativas dispunham de um mesmo estatuto de validade. Portanto, de certo modo, a tentativa de White de tratar o problema do historicismo — do qual, como todos os historiadores modernos, era um herdeiro — pode ser vista como uma contribuição decisiva para uma nova espécie de crise, denominada por alguns como a “crise dos paradigmas”¹⁴¹ ou advento do paradigma pós-moderno na historiografia.

Como já apontado, a recepção de *Meta-História* representa um dos maiores eventos nos campos da historiografia e da teoria e filosofia da história no século XX.¹⁴² O contexto dessa recepção envolve o despertar de um interesse cada vez maior pela linguagem — não apenas por meio da teoria literária e da retórica, mas também por análises narratológicas pela via da semiótica e da semiologia — na reflexão teórica, acompanhado de certa agitação com a questão de uma progressiva dissolução das pretensões de objetividade do realismo historiográfico. Os diagnósticos ambíguos de crise encontrados nessa recepção se ligam aos dois tipos de críticas direcionadas a esses resultados. Por um lado, aquelas que consideravam que White havia operado uma revolução e, assim, compartilhando de muitas de suas premissas, criticavam determinados aspectos, visando um aperfeiçoamento ou aprofundamento de suas premissas — às vezes realizado pelo próprio White. Assim, criticou-se a forma ambígua com que White lidou com o problema da linguagem de um modo geral, bem como sua falta de clareza no uso de conceitos tais como os de ficção¹⁴³ e de prefiguração¹⁴⁴. Nessa mesma linha, inspirados pelo

¹⁴¹ NOIRIEL, Gérard. *Sur la “crise” de l’histoire*. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2005, p. 151-154; BERBERT JR., Carlos Oiti. *A história, a retórica e a crise dos paradigmas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/PPGH/Funape, 2012.

¹⁴² VANN, R., T. The Reception of Hayden White. *History and Theory*, v. 37, n. 2, 1998, p. 143-161.

¹⁴³ LIMA, L. C. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 16-22.

¹⁴⁴ SPIEGEL, G. M. Rhetorical Theory/Theoretical Rhetoric: Some Ambiguities in the Reception of Hayden White’s Work. In: DORAN, Robert (Ed.). *Philosophy of History after Hayden White*. London: Bloomsbury, 2013, p. 171-182.

campo de problemas recentemente inaugurado, historiadores e teóricos da história propuseram novas abordagens. Assim, Ankersmit pretendeu elaborar “uma teoria da história não-kantiana” que “não objetiva uma domesticação e apropriação” da realidade. Ao propor pensar epistemologicamente (conhecimento e experiência) sobre as “possibilidades e a natureza de uma escrita da história” alternativa ao transcendentalismo no qual repousam as noções de sublime e de metáfora, Ankersmit radicaliza a proposta de White, uma vez que se pretende uma ruptura com o sistema kantiano pela via aristotélica e freudiana.¹⁴⁵ Keith Jenkins, por sua vez, defendeu a tese de que a história — com a dissolução de suas concepções tradicionais de verdade, objetividade, imparcialidade, empatia e causalidade — deveria adotar a postura de um “ceticismo reflexivo positivo” de acordo com as premissas de um “mundo pós-moderno” (com tons lyotardianos), a fim de ressignificar a sua função em uma sociedade democrática.¹⁴⁶

Por outro lado, há aquelas que aceitam parcialmente suas teses, mas rechaçam suas conclusões mais radicais. É, por exemplo, o caso de Jörn Rüsen que, por um lado, reconhece que “a história é apreendida, pela linguagem e pela metáfora, como campo de experiência”, cuja “apreensão não depende da conceituação de uma teoria específica”. Isso não justificaria retirar da história seu caráter científico, pois “ter-se-ia simplesmente ignorado o potencial de racionalização, que o pensamento histórico sempre possui, ao apreender, pela linguagem, o campo de experiência do que é historicamente cognoscível”. Com efeito, o pensamento histórico seria científico, na medida em que, não obstante sua dependência da linguagem figurativa, dispõe de princípios de metodização que “submete a regras todas as operações da consciência histórica, cujas pretensões de validade se baseiam nos argumentos das narrativas, nas quais tais fundamentos são ampliados sistematicamente”.¹⁴⁷ Essa discussão, que inevitavelmente retoma o tema sobre a objetividade do conhecimento histórico, atinge um momento crítico no contexto do debate a respeito da representabilidade do holocausto.¹⁴⁸ As conclusões ambíguas apresentadas por White nesse contexto manifestam que o debate ainda se encontra aberto.

¹⁴⁵ ANKERSMIT, Frank. **History and Tropology. The rise and fall of metaphor**. Berkeley: University of California Press, 1994, p. 17-18.

¹⁴⁶ JENKINS, Keith. **Re-thinking History**. New York: Routledge, 1991.

¹⁴⁷ RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora UnB, 2010b, p. 12; p. 63.

¹⁴⁸ Cf. FRIEDLÄNDER, Saul (ed.). **Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

Apontamentos históricos do mundo digital conectado: digital enquanto problema histórico

Aspectos para uma história da tecnologia — O advento do computador digital — A convergência de computação e comunicação e o nascimento do mundo contemporâneo

Jacob Burckhardt procurou fazer uma tipologia histórica das crises com a finalidade de enfatizar o caráter singular da crise que acometia o século XIX europeu. Tratava-se, segundo Burckhardt, de mudanças estruturais responsáveis pelo engendramento de uma nova era.¹⁴⁹ Ao mesmo tempo, Reinhart Koselleck deixou claro que a relação entre evento e estrutura, entre continuidade e ruptura, depende largamente das condições que compõem a perspectiva do observador, segundo as quais um mesmo conjunto de acontecimentos pode ser visto como um só evento ou uma estrutura que podem indicar permanência ou rompimento.¹⁵⁰ Todavia, esse aspecto relativizante é suspenso em alguns momentos da história nos quais um consenso parece assegurar o caráter peculiar de um determinado período. Esse provavelmente é o caso da assim chamada “revolução digital”. A ausência de orientação resultante desse fenômeno é tamanha que parece ainda haver uma dificuldade em explicitar os elementos da crise geral gerada por essa revolução. Isso porque a mudança se tornou uma constante que parece impedir a tendência do entendimento de fixar elementos da realidade e efetuar cortes a fim de compreendê-los. Diversos aspectos constituintes dessa revolução podem mudar em poucos anos.¹⁵¹ De todo modo, no momento, um de seus traços determinantes é a manutenção de um conjunto de aplicações sustentado por uma comunidade de aproximadamente cinco bilhões de usuários conectados à internet¹⁵² por meio de uma variedade de dispositivos computacionais. De fato, essa mudança estrutural diz respeito não mais a um continente ou cultura civilizacional, mas a

¹⁴⁹ BURCKHARDT, J. **Weltgeschichtliche Betrachtungen**. München: Verlag C.H.Beck, 2018, p. 167-216.

¹⁵⁰ KOSELLECK, Reinhart. Representação, evento e estrutura. In: **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC-Rio, 2010, p. 131-145.

¹⁵¹ “O paradoxo de Zenão afirma que nunca poderemos entender verdadeiramente os computadores e a computação, pelo menos até que a inovação na área diminua ou pare” (CERUZZI, P. E. **Computing: A Concise History**. Cambridge: The MIT Press. 2012, p. 159).

¹⁵² Cf.: <https://www.internetworldstats.com/stats.htm>

todo o mundo. As implicações desse processo para as ciências humanas e a disciplina da história podem ser esclarecidas por breves apontamentos sobre a história do mundo digital conectado.

Trata-se da história de um paradigma tecnológico, isto é, da aplicação de um conjunto de ciências, cuja natureza colaborativa, segundo Bachelard, é distintivamente uma “marca dos novos tempos”¹⁵³, nos quais, mesmo que as invenções possam ser atribuídas a determinados autores, elas, na verdade, representam a culminação de uma série de interações e colaborações. Como já apontado, o exame histórico da prática científica, bem como sua aplicação na produção tecnológica, não pode deixar de considerar os valores proclamados explícita ou implicitamente pelos sujeitos que a realizam. Dada a sua natureza particularmente dinâmica de mudanças constantes e radicais, a história da tecnologia de computação e de comunicação, como história de ciências aplicadas, revela-se como um campo privilegiado no qual os aspectos intersubjetivos, históricos e sociais são decisivos para a compreensão adequada do surgimento, estabelecimento e extinção de tecnologias. Isso também se liga à rejeição do determinismo tecnológico como apanágio de uma visão retrospectiva da história.¹⁵⁴ Longe disso, as próprias ideias a respeito do conceito de computação — e, futuramente, de comunicação em rede — sofreram mudanças substantivas ao longo do seu processo de criação, reforçando o aspecto contingente de seu desenvolvimento. A sua configuração estrutural, o seu propósito e público-alvo refletem os valores e interesses dos grupos envolvidos em sua produção e manutenção, mas também os conflitos travados entre grupos e sujeitos concorrentes ou mesmo cooperantes. Por exemplo, nos Estados Unidos, a gerência tanto da tecnologia de computação quanto de comunicação foi tomada por órgãos governamentais militares que, ao seu turno, investiram massivamente em pesquisa desempenhada por universidades e institutos, o que resultou no embate, respectivamente, de valores de hierarquia, segurança e alto desempenho com aqueles de descentralização e compartilhamento do conhecimento. Quando essas tecnologias foram privatizadas e comercializadas, os valores de grandes corporações, que giravam ao redor do imperativo do lucro, entraram em conflito com aqueles defendidos por comunidades de entusiastas e *hobbyists*¹⁵⁵ surgidas com o advento do computador pessoal e do acesso à internet.

¹⁵³ BACHELARD, Gaston. **L'activité rationaliste de la physique contemporaine**. Paris: Presses Universitaires de France, 1965, p. 9.

¹⁵⁴ O que não exclui a ideia de determinismo tecnológico em absoluto, mas apenas o limita espaço-temporalmente. Basta considerar que as leis de Moore sobre o constante avanço em microeletrônica foram, sob condições específicas, válidas por décadas. Cf. CERUZZI, P. E. **Computing: A Concise History**. Cambridge: The MIT Press, 2012, p. 67-68.

¹⁵⁵ Cf. MARKOFF, John. **What the Dormouse Said: How the Sixties Counterculture Shaped the Personal Computer**. London: Penguin Books, 2005.

Desse modo, os apontamentos históricos que seguem devem ser considerados a partir de todas essas pressuposições. Seu objetivo é tornar o cenário atual mais claro em relação aos desafios endereçados à ciência histórica e ao mesmo tempo fornecer conceitos e noções básicas que serão aprofundados nas partes seguintes.

*

“Digital” se tornou um termo largamente utilizado para caracterizar uma nova era global. No entanto, ele designa muito mais do que os recentes desenvolvimentos, que podem ser, na verdade, melhor caracterizados de modo mais preciso. Ao mesmo tempo, o uso do termo não pode ser considerado equivocado, porque se refere ao paradigma tecnológico responsável pela revolução que largamente determina o estado hodierno de coisas e, assim, unifica um período — a “era digital”. Com efeito, o surgimento do computador digital¹⁵⁶, na passagem da década de 1930 para a de 1940, pode ser considerado um episódio fundador de uma história cujo desfecho provisório é o mundo atual, gerido por algoritmos executados a velocidades próximas à da luz em supercomputadores conectados em rede, não só a nível global, como espacial. Em um contexto no qual os computadores eram dispositivos mais simples, que desempenhavam exclusivamente a tarefa de realização de operações matemáticas, o paradigma do digital surgiu como alternativa ao modelo de computação vigente — denominado analógico — ao propor uma nova estrutura e uma nova forma de representação de dados que possibilitaria a resolução de problemas mais complexos e agilizaria o processamento de informações, em respostas às demandas originadas no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Desse modo, o que está em jogo desde os primórdios da história do computador pode ser sintetizado pela ideia de produzir, armazenar e transmitir informação, baseada, por sua vez, na lógica de entrada (*input*), processamento e saída (*output*). Em vez de uma representação mecânica e contínua que simula as propriedades dos próprios dados a fim de manipulá-los, os computadores digitais traduzem esses dados em um formato de acordo com sistemas numéricos representados por circuitos elétricos ou eletrônicos. O sistema decimal, utilizado na vida cotidiana, foi rapidamente preterido pelo sistema binário (que opera apenas com os valores 0 e 1), justamente porque seus dígitos poderiam ser simbolizados por meio de circuitos configurados para operar com dois tipos de corrente ou voltagem definidos — normalmente

¹⁵⁶ Que a princípio não foi completamente aceito, o que evidencia os conflitos e resistências do campo em seus processos de transição e a defesa de modos determinados modos de computação. Cf. CERUZZI, P. E. **Computing: A Concise History**. Cambridge: The MIT Press. 2012, p. 41-42.

um de nível de voltagem nulo, representando o 0 e outro com algum nível de tensão, representando o 1. A relação entre a lógica binária e a configuração dos circuitos eletrônicos foi inicialmente tratada por Alan Turing¹⁵⁷, em 1936, e aprofundada por Claude Shannon¹⁵⁸, em 1938. Com base nessa associação, foi possível realizar operações lógico-aritméticas a partir da configuração de circuitos nos quais os sinais elétricos representam valores numéricos e lógicos e podem ser manipulados de diversas formas, simulando tais operações. Com efeito, programar o computador para determinados fins a partir de determinadas instruções significa, na realidade, configurar seus circuitos de uma determinada forma.

O que isso indica, em termos mais concretos, é que toda informação que é inserida para processamento em um computador digital deve, antes de tudo, ser reduzida a formas cada vez mais simples e, então, traduzida para o sistema binário. Assim, números decimais são traduzidos diretamente para seus correspondentes binários, textos são reduzidos às suas letras, as quais são representadas por números decimais e, por fim, traduzidos para binário. Nas décadas seguintes, os computadores passaram também a processar sons, imagens e vídeos. Os sons são reduzidos às representações gráficas de suas vibrações (em ondas), cujas posições são determinadas por números decimais que são então convertidos em binário. Imagens e vídeos, a seu turno, são reduzidos a *pixels*, unidades de cores representadas por números decimais convertidos para binário. Uma vez traduzidas em dígitos binários, a informação pode ser transmitida e processada por circuitos eletrônicos de computadores digitais. Finalmente, o resultado dessa operação de processamento é traduzido, em retorno, para os formatos usuais de informação (números decimais, palavras, imagens e sons) durante o *output*.

Os circuitos dos computadores digitais foram inicialmente constituídos por tubos de vácuo — nos quais a corrente elétrica passa pelo vácuo dentro dos tubos — que permitiam a realização de operações a velocidades eletrônicas. Mas cada um deles poderia representar somente um dígito binário. Desse modo, um computador digital necessitava de milhares de tubos para realizar operações matemáticas mais complexas necessárias para a produção de determinadas aplicações, como decodificadores de mensagens criptografadas, armas antiaéreas e calculadores de trajetórias de mísseis.¹⁵⁹ Com as descobertas da física quântica, uma

¹⁵⁷ TURING, A. On Computable Numbers, with an Application to the Entscheidungsproblem. In: COPELAND, B. J. (Ed.). **The Essential Turing. Seminal Writings in Computing, Logic, Philosophy, Artificial Intelligence, and Artificial Life plus The Secrets of Enigma**. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 58-90.

¹⁵⁸ SHANNON, C., E. A symbolic analysis of relay and switching circuits. In: SLOANE, N. J. A.; WYNER, A. D. (Ed.). **Claude Elwood Shannon. Collected Papers**. New York: IEEE Press, 1993, p. 471-495.

¹⁵⁹ O ENIAC é um caso paradigmático de computador criado com esse propósito, porque permitia ser reprogramado manualmente para resolver problemas diferentes. Cf. O'REGAN, G. **Introduction to the History of Computing**. Cham: Springer, 2016, p. 60-64.

revolução na engenharia eletrônica ocorreu entre o final dos anos de 1940 e o final dos anos 1960 e, por conseguinte, uma revolução na computação digital, que definiu as bases da computação moderna e da própria era digital contemporânea. Esse processo tomou lugar com a invenção do transistor¹⁶⁰, um dispositivo eletrônico sólido capaz de controlar o fluxo e a voltagem de correntes elétricas (*switching or amplifying device*). A possibilidade de implantar transistores em chips de materiais semicondutores (como germânio e silício), facilitada pela técnica da fotolitografia, contribuiu para a sua crescente miniaturização, tornando-os unidades microscópicas.¹⁶¹ Essa mesma tecnologia permitiu o desenvolvimento de circuitos integrados¹⁶², isto é, circuitos que possuíam todos os componentes eletrônicos conectados em uma mesma placa de material semicondutor. Com os circuitos integrados era possível construir circuitos compactos em grandezas quânticas. O circuito integrado, por sua vez, permitiu a invenção do microprocessador¹⁶³, um chip com as unidades básicas de um computador, o pressuposto para o futuro computador pessoal. Essas invenções proporcionaram níveis de velocidade e eficiência de processamento incomparáveis e até então inconcebíveis. O mundo digital da era da informação que existe hoje só é possível graças a elas.

Um ponto determinante para a complexificação e aceleração dos computadores — isto é, sua capacidade de resolver diferentes problemas e cumprir com diferentes funções de modo cada vez mais rápido — juntamente à composição de circuitos mais complexos, foi a concepção (já vislumbrada na década de 1940) de armazenamento das instruções e equações nos próprios computadores, a saber, em componentes eletrônicos de memória. Isso tornou desnecessário uma constante reprogramação dos computadores, ou melhor, transferiu para o próprio computador essa função, em sua velocidade eletrônica própria, conferindo a ele um certo nível de automação necessário para acessar e combinar as instruções armazenadas durante a resolução de um problema. Parte do processo que confere ao computador sua especificidade e ineditismo tecnológicos se encontra no abandono de uma concepção na qual a máquina, mantendo uma distinção clara entre dados e instruções, possuía uma tarefa específica e, assim, era previamente e manualmente programada para realizar essa única tarefa. Em seu lugar, adotou-se um modelo em que a máquina era a base sobre a qual diversas tarefas poderiam ser

¹⁶⁰ Inventado por William Shockley, Walter Bardeen e John Brattain em 1947, o transistor figura entre as maiores invenções de toda a história. Cf. CERUZZI, P. E. **Computing: A Concise History**. Cambridge: The MIT Press. 2012, p. 68.

¹⁶¹ Recentemente aprimoradas: cf. HOLT, K. IBM says it has created the world's first 2nm chip. Yahoo! Finance, 2021. Disponível em: <https://finance.yahoo.com/news/ibm-2nm-chip-power-efficiency-100001102.html>

¹⁶² Inventado por Jack Kilby e Robert Noyce entre 1958-1959. Para compreender o contexto da invenção, cf. CERUZZI, op. cit., p. 86-88.

¹⁶³ Invenção da Intel em 1969.

desempenhadas com base em instruções armazenadas, cuja possibilidade de manipulação e combinação as aproximam dos próprios dados. Esse foi o entendimento necessário para viabilizar as concepções de software e de linguagem de programação.

Assim, com o advento de uma memória capaz de armazenar dados e instruções de programas, os computadores passaram a dispor de uma arquitetura, isto é, um *design* de sua estrutura geral, que se mantém de certo modo até o presente. Trata-se da própria definição do que é um computador: um dispositivo composto por uma unidade de entrada (*input*) de dados — inicialmente cartões perfurados e fitas magnéticas —, uma unidade de memória que (a princípio) armazena os dados e as instruções, uma unidade de controle que tem acesso à memória e executa as instruções lá armazenadas, uma unidade aritmética que realiza as operações matemáticas e uma unidade de saída (*output*) de dados (inicialmente uma impressora). O que permite a comunicação entre essas unidades é o fato de que são todas digitais, isto é, são constituídas por valores binários.

Inicialmente os computadores eram largamente utilizados para fins militares e acadêmicos¹⁶⁴. A expansão para computadores comerciais com propósitos gerais (em vez de funções muito específicas) veio junto com a demanda por novos programas (softwares) e por modos eficientes de elaborá-los. A capacidade de armazenar um programa na memória de acesso rápido e de modificá-lo com base em instruções já armazenadas abriu margem para o desenvolvimento de um programa de caráter distinto, cuja função era intermediar o processo de criação, armazenamento e modificação de outros programas, o chamado montador (*assembler*). Na medida em que um software é basicamente um conjunto de instruções, a crescente complexidade dos problemas passou a impossibilitar que os comandos para a execução de tarefas fossem escritos diretamente no formato binário (a linguagem própria da máquina), o que levou à criação de linguagens com níveis mais altos de abstração e mais próximas de modelos de linguagem humanos. Assim, com o desenvolvimento de um montador, as instruções poderiam ser criadas de acordo com códigos mais acessíveis ao programador humano juntamente com seus correspondentes já armazenados em código binário executável pelo computador.

Com um processo geral de complexificação — tanto do poder de processamento dos computadores quanto dos problemas que poderiam resolver —, as condições foram progressivamente dadas para o desenvolvimento de linguagens de programação mais

¹⁶⁴ Nesse contexto, o UNIVAC foi uma exceção, uma versão do ENIAC criada para fins comerciais. Cf. O'REGAN, G. **Introduction to the History of Computing**. Cham: Springer, 2016, p. 74-75.

incrementadas, bem como para o seu próprio reconhecimento enquanto tal, isto é, de linguagens dotadas de sintaxe e semântica próprias¹⁶⁵, com um conjunto de regras lógico-gramaticais que deveriam ser seguidas para que um programa pudesse ser executado significativamente. A conversão dessas linguagens em código binário passou a ser realizada por um programa denominado compilador, criando um processo no qual o número de etapas intermediárias entre as instruções de entrada e o código binário aumenta de acordo com a complexidade. O compilador (*compiler*) realiza, depois de uma análise léxica, sintática e semântica, uma espécie de tradução. À medida em que novas linguagens foram criadas em níveis mais altos de abstração, a programação se voltava cada vez mais para a elaboração das instruções de qual problema deveria ser resolvido do que propriamente de como ele deveria ser resolvido, isto é, os passos específicos que a máquina deveria desempenhar. Ademais, com a padronização das linguagens de programação, os computadores passaram a poder executar o mesmo programa.

Dentro dessa mesma lógica de desenvolver programas de base para a realização de distintas tarefas foi criado o sistema operacional nos anos 1950, um programa cuja principal função é intermediar a relação entre hardware — os componentes físicos do computador, unidades de entrada, processamento, memória e saída, seus circuitos — com os programas e aplicações (o software), substituindo os operadores humanos e cuidando para que o computador opere com o melhor desempenho possível. Inicialmente capaz de delegar uma tarefa de cada vez, os sistemas operacionais na década de 1960¹⁶⁶ já eram multitarefas e significativamente interativos, seja dividindo o computador para vários usuários (chamado de *time-sharing*), criando uma rede de grandes computadores (*mainframes*) ou agrupando tarefas semelhantes a fim de que fossem processadas ao mesmo tempo, em vez de uma de cada vez (*batch-oriented*). A invenção do montador, do compilador, do sistema operacional e das linguagens de programação de alto nível evidenciou os traços iniciais de uma concepção de interface (ainda não gráfica), pela qual o funcionamento interno da máquina se tornava oculto não apenas para usuários, mas para os próprios programadores, o que estabelecia, à medida em que se criavam mais níveis de linguagem, uma relação cada vez mais indireta com o computador.

Uma mudança paradigmática ocorreu durante a década de 1970 com a invenção do microcomputador (ou computador pessoal), resultado da convergência de um conjunto de elementos: a invenção do microprocessador, do circuito integrado com dispositivos de memória e acesso a dispositivos de armazenamento (fitas magnéticas e disquetes), o

¹⁶⁵ O breakthrough ocorreu em 1957, com a invenção da linguagem de programação Fortran, desenvolvida pela IBM, cuja sintaxe era próxima à “álgebra ordinária”.

¹⁶⁶ Um exemplo é o CTSS desenvolvido pelo MIT.

desenvolvimento do sistema operacional e, por fim, a ação direta de uma comunidade engajada de entusiastas majoritariamente alheia às universidades e grandes corporações. A relativa facilidade de acesso e o baixo custo dos componentes permitiram que um grupo de hobbistas desenvolvesse seus próprios computadores. Contra a tendência inicial das grandes corporações de insistir em grandes computadores para instituições (órgãos públicos, empresas e universidades), uma cultura desenvolveu-se paralelamente que enxergava no computador pessoal um item de grande utilidade na vida cotidiana. Dois passos decisivos contribuíram para o sucesso do microcomputador e sua progressiva fabricação em larga escala: o desenvolvimento de um programa que permitia que usuários criassem softwares por meio de uma linguagem de programação simples e intuitiva — denominado *interpreter*¹⁶⁷, uma espécie de compilador que exigia menos memória — e a venda do computador montado e pronto para uso, em vez dos kits que deveriam ser montados pelo próprio usuário e exigiam certos conhecimentos e habilidades.

O sucesso de vendas de computadores pessoais em larga escala também impulsionou a indústria de software, que procurava desenvolver aplicações para um mercado cada vez mais variado, inicialmente com ferramentas de produtividade, como processadores de texto e de planilhas, e jogos. Assim, muitos desses computadores já possuíam uma tela para exibição do *output* na forma de textos e tabelas, mas apenas na década de 1980 — com uma nova mudança paradigmática — ocorreu o lançamento de um computador com uma interface gráfica¹⁶⁸ (GUI — *Graphical User Interface*). O advento da interface gráfica abriu um novo horizonte de possibilidades e revolucionou a computação. Até então, a relação do usuário com o computador se dava mediante a inserção de comandos que deveriam ser previamente conhecidos. Com a interface gráfica, os comandos do sistema operacional estavam disponíveis na tela na forma de ícones e barras de menus distribuídos em “janelas” (*windows*) acessados diretamente pelo uso de mouse. A interatividade permitia que um número ainda maior de pessoas tivesse acesso ao computador, pois exigia cada vez menos conhecimento técnico prévio de seus usuários. É a partir desse contexto que os computadores começam a se assemelhar com o que existe no século XXI.

¹⁶⁷ Trata-se do Altair basic, produzido pela Microsoft, que traduzia o código fonte escrito em BASIC para o código binário da máquina. A Microsoft viria a se tornar a maior produtora de sistemas operacionais e de aplicativos. Cf. ALLAN, R. A. **A History Of The Personal Computer. The People and the Technology**. London, Ontario: Allan Publishing, 2001, p. 6/1-6/15; p. 12/1-12/28.

¹⁶⁸ Trata-se da primeira versão do Macintosh, lançada em 1984 pela Apple. Com sua interface interativa, esse computador representa os esforços de duas décadas de pesquisa e de resultados que não obtiveram tanto êxito comercial, como o caso da Xerox PARC. Cf. *Ibid.*, p. 10/1-10/24.

*

O outro elemento fundamental para se entender o estado atual de coisas é a evidenciação e desenvolvimento da dimensão comunicativa da computação. Somente quando computação e comunicação se combinaram — como se permite constatar retrospectivamente — foi que o mundo atual passou a ser concebível. E, do mesmo modo que a história da computação, a história do desenvolvimento das redes de comunicação (representada por sua versão mais conhecida, a Internet) também é preenchida por conflitos e acasos. Esse alinhamento entre computação e comunicação só tomou forma de fato durante a década de 1960, decisivamente influenciado pelos acontecimentos sociopolíticos.

No final dos anos 1950, a comunicação telefônica entre dois computadores já era possível por meio de modems, mas as dificuldades técnicas — como a incompatibilidade de computadores — se revelavam um grande empecilho. A grande mudança vem nos anos 1960, com a invenção do sistema de comunicação por comutação de pacotes¹⁶⁹ (*packet switching*). Até então, a comunicação, baseada no modelo das redes telefônicas, era realizada por meio de um modelo cumulativo e hierárquico — entre as instâncias local, regional e nacional. Os usuários estavam conectados apenas a nível local, de modo que a destruição dessa unidade inviabilizaria a comunicação de um grande grupo de pessoas. Em um contexto de Guerra Fria, com a ameaça de um ataque nuclear iminente, a inconveniência desse sistema tornou-se evidente. No sistema de comutação de pacotes, essa estrutura hierárquica daria lugar a uma ampla rede de nós de comutação (*switching nodes*) operada por diversas estações. Assim, os caminhos possíveis para que uma mensagem chegue ao seu destino se multiplicaram, mantendo a rede em funcionamento caso algumas de suas unidades fossem destruídas ou estivessem sobrecarregadas. Nesse sistema descentralizado, as mensagens permaneciam armazenadas por menos tempo (com uma técnica denominada *store-and-forward switching*), contribuindo para a simplificação dos nós e dinamicidade da rede ao criar um fluxo constante de dados e, ao fim, aumentando a segurança e reduzindo custos.

Para que tal modelo funcionasse plenamente, seria necessário que essas redes, em vez de interruptores de telefone, fossem estruturadas por computadores digitais. O roteamento de mensagens exigia, por um lado, um algoritmo eficiente que identificasse o endereço das mensagens e encontrasse a cada momento o melhor itinerário e, por outro lado, uma

¹⁶⁹ Inventado simultaneamente e de forma independente por Paul Baran (nos Estados Unidos) e Donald Davies (no Reino Unido). Cf. ABBATE, Janet. **Inventing the Internet**. Cambridge: The MIT Press, 1999, p. 10-35.

transmissão digital que conservasse a qualidade da mensagem, já que os sinais analógicos se desgastavam a cada nó, acarretando grandes distorções ao fim do itinerário, enquanto o mesmo não ocorria com as mensagens digitais. Isso porque, antes de enviadas, essas mensagens são convertidas em séries de dígitos binários. Desse forma, uma mensagem pode ser dividida em diversos pacotes de tamanho padronizado que são enviados por múltiplas rotas, cada qual com as informações de endereço necessárias para identificar o destino, e que, antes de chegar ao destinatário, são reunidos na última estação de controle. Assim, tudo que fosse possível ser convertido em código binário, poderia ser transmitido pela rede, tornando-se um meio adequado para a conexão e transferência de dados entre computadores. O projeto dessa revolução no sistema de comunicação só começou a tomar as dimensões inicialmente pretendidas no início da década de 1970, resultado do financiamento militar na pesquisa de redes, tanto com o objetivo imediato de segurança nacional como de garantir o avanço tecnológico e científico por meio de uma estrutura de conexão entre os centros de pesquisa avançada geograficamente afastados.¹⁷⁰ Tratava-se de construir uma estrutura com os melhores computadores disponíveis e desenvolver novos hardwares e softwares que garantissem as condições mínimas para a existência de uma rede, a saber, a compatibilidade entre os seus componentes (desde o aplicativo de software, passando pelo sistema operacional aos componentes de transporte de dados) por meio da padronização de protocolos com a criação do TCP (*Transmission Control Protocol*), responsável por dividir os dados em pacotes, gravar suas informações de identificação e ordem e controlar o fluxo (e tráfego) de pacotes.

O início da década de 1980 marca a passagem de uma única rede que conectava determinados pontos para uma rede que conectaria redes diferentes, viabilizada pela culminação técnica de experimentos iniciados na década anterior com comutação de pacotes por linhas telefônicas, de rádio e de satélite (pelo sistema de *broadcasting*) e a constituição de três tipos de redes. O crescimento do número de usuários trouxe questões sobre transmissão, tráfego e interferência. Inspirando-se no modelo *random access*, criado para redes de rádio capaz de coordenar a dinâmica de transmissões evitando conflito e congestionamento, a estrutura para pequenas redes locais começou a ser criada para estações de trabalho e computadores pessoais¹⁷¹, garantindo conexões relativamente rápidas e estáveis e de baixo

¹⁷⁰ Trata-se da ARPANET, a rede criada pela ARPA (*Advanced Research Projects Agency*). Para uma representação cartográfica da rede em 1974, cf. https://en.wikipedia.org/wiki/ARPANET#/media/File:Arpanet_1974.svg

¹⁷¹ A Ethernet foi o caso mais emblemático, tecnologia desenvolvida pela Xerox PARC. PARC foi um centro de inovação que contribuiu decisivamente para a computação. Cf. HILTZIK, Michael. **Dealers of Lightning: Xerox PARC and the Dawn of the Computer Age**. New York: HarperCollins, 1999.

custo em distâncias curtas. Assim, o aumento progressivo de redes locais — constituídas tanto por universidades quanto por comunidades de hobbistas que adquiriam seus computadores pessoais — levantou a questão da possibilidade de conectar todas as redes a uma só rede basilar, a ARPANET, o que exigia a superação de incompatibilidades estruturais por meio do desenvolvimento de novos protocolos. A ARPANET investiu ainda mais em sua infraestrutura, com cabos de alta velocidade distribuídos nacionalmente, à qual as outras redes poderiam se juntar. Essa rede estrutural passou a ser gerida por computadores especiais (*gateways*), responsáveis por intermediar as redes e resolver os problemas de incompatibilidade de hardware e software. Assim, ao conectar não apenas usuários, mas redes, ela possuía um nível a mais de complexidade. Por essa razão, o protocolo TCP foi atualizado e dividido, tornando-se TCP/IP (*internetwork protocol*): o primeiro transforma os dados em pacotes e os identifica e o segundo os transmite pela internet pelos nós e *gateways* até a rede local e o computador de destino. Com a implementação desses protocolos, o passo foi dado para a construção da internet. Entretanto, como essa ainda era uma rede financiada por agências militares estatais¹⁷², voltada exclusivamente para a comunicação institucional e para a pesquisa, a comercialização da tecnologia só começou de fato a acontecer nos anos seguintes, quando o controle foi passado para a *National Science Foundation* (NSF), órgão civil governamental que ampliou seu escopo, construindo novas redes de grande magnitude, ainda mais velozes e seguras para conectar supercomputadores em universidades e centros de pesquisa. Finalmente, com sua privatização em 1995 e amplo acesso disponibilizado, a era financeira e comercial da internet foi inaugurada.

Na década de 1980, computação e comunicação se enredaram de modo determinante e mantêm desde então uma forma de relação de reciprocidade. A década de 1990, a seu turno, assistiu a grandes novidades. A opção de serviços comerciais de internet estimulou o mercado de computação (pessoal e de *mainframes*), de hardware e de software. Por um lado, os avanços em tecnologia aumentaram a qualidade das conexões com a substituição das redes discadas (*dial-up*) por conexões DSL (*digital subscriber line*), que não bloqueiam a linha telefônica, como também o desenvolvimento de redes sem fio usando o modelo de *broadcasting* de ondas de rádio. Essas inovações em hardware exigiram a alteração da máquina do computador e do software. Por outro lado, a indústria de software mantinha a internet atrativa com suas aplicações, produtos e serviços. Considere-se, por exemplo, o impacto das interfaces gráficas

¹⁷² Para uma análise do envolvimento militar no processo de criação da internet e na implementação dos novos protocolos, cf. ABBATE, J. **Inventing the Internet**. Cambridge: The MIT Press, 1999, p. 133-144. Como será exposto, o militarismo é um aspecto essencial das teorias e filosofias das mídias.

para a disponibilização de conteúdo online e facilitação de seu tratamento. Outras dessas aplicações foi a *World Wide Web*¹⁷³, um aplicativo (de arquitetura aberta) voltado para a organização de informações no domínio cada vez mais caótico de redes que compunham a internet e que se sobressaiu a outros disponíveis no mesmo momento. Esse aplicativo é fundamentado por um conjunto de recursos: o uso do conceito de “escrita não linear” ou hipertexto (*hypertext*), no qual um texto (ou multimídia) contém em si uma série de referências para outras informações, disponíveis por meio de *hyperlinks* acessados pelo uso de mouse; uma espécie de linguagem de programação de hipertexto (HTML - *hypertext markup language*) para desenvolvimento de páginas; um protocolo de transferência (entre computadores e servidores) compatível com o IPT/IP, o chamado HTTP (*hypertext transfer protocol*); a padronização de endereços por meio de um localizador uniforme (URL - *uniform resource locator*); por fim, um programa para acessar e editar (ainda de modo muito limitado) a Web, o navegador (*browser*). Entretanto, a Web não possuía um sistema de indexação, o que resolvia apenas parcialmente o problema da organização do caos de informações na internet. Essa deficiência abriu espaço para a criação e estabelecimento de grandes portais (plataformas que reuniam notícias, acesso a e-mail e fóruns de discussão) e de mecanismos de busca. Outras questões dizem respeito às limitações dos navegadores que permitiam que usuários, na maioria dos casos, apenas visualizassem o conteúdo das páginas disponíveis e não pudessem criá-lo, bem como a impossibilidade de interação entre leitores e produtores pela página. O que estava em jogo era a mudança de um paradigma de comunicação e produção de conteúdo — até então unilateral, como rádio e TV — por meio da atualização do software dos navegadores.

O século XXI é inaugurado como a era da informação. Isso se deu pelo advento da chamada *Web 2.0*, um novo desenvolvimento de navegadores projetados como editores interativos que permitiam a criação de conteúdo multimídia (texto, imagem, som e vídeo, em formatos cada vez mais compactos) por qualquer usuário, o que revela a tendência na internet de produção descentralizada de informação. Ademais, não se trata apenas de conteúdo criado por usuários isolados, mas reiteradamente editado e atualizado por uma rede sustentada por grandes plataformas¹⁷⁴ de portais e redes sociais, enfatizando o caráter compartilhado, mutável e aberto da informação na internet, um meio dirigido ao usuário, ou melhor, em que a distinção entre *user e producer* se dissolve quase por completo. Na verdade, esse caráter advém de uma

¹⁷³ Desenvolvido por Tim Berners-Lee e Robert Cailliau no contexto da crescente computadorização do CERN (*Centre Européenne pour la Recherche Nucléaire*).

¹⁷⁴ Provavelmente a melhor ilustração disso é a invenção da Wikipedia. Cf. RYAN, Johnny. **A history of the Internet and the digital future**. London: Reaktion Books, 2010, 146-148.

certa filosofia de desenvolvimento de software e de computação de um modo geral difundida nos 1960 que combate a centralização e monopólio dos meios de computação por grandes corporações, em favor das diversas comunidades de usuários. Assim, a *Web 2.0* se mantém como uma aplicação em constante estado de testes, aberta a aprimoramentos e *feedbacks* de seus usuários e desenvolvedores. As possibilidades trazidas pela nova versão da Web transformaram os sites em aplicativos elaborados — com muitas versões de softwares disponíveis para a Web — que oferecem uma variedade de serviços, apenas possíveis pelo desenvolvimento de conexões cada vez mais rápidas e computadores com capacidade de processamento cada vez maior. Ademais, a *Web 2.0* possibilitou novos modelos de negócio mais lucrativos baseados na indústria dos dados pessoais e da constante produção de conteúdo passível de monetarização.

Assim, assistiu-se à progressiva constituição de comunidades virtuais, inicialmente com o advento do e-mail na década de 1980, que contribuiu, com efeito, para uma nova concepção de rede (*networking*), menos voltada para a disponibilização e compartilhamento de recursos computacionais remotos do que para a comunicação, isto é, a aproximação de recursos humanos voltada para a interação social e para o entretenimento. Nos últimos anos da década de 1990, as páginas de blogs passaram a ser o lugar privilegiado na Web para a constituição de tais comunidades, o que mudou desde os anos 2000, com o surgimento das redes sociais. Agrupando cada vez mais usuários e mídias, o mundo digital da internet tem gradualmente incorporado todos os aspectos da cultura (no sentido neokantiano das ciências da cultura), inclusive aqueles alheios a ela — por meio de um processo generalizado de digitalização — e, em um determinado momento, passou a ser o meio primordial de produção cultural.

Nesse sentido, o imperativo da disciplina histórica de compreender e tornar inteligível o mundo humano exige, para continuar a existir, uma reorientação que faz necessária uma avaliação dos pressupostos que fundamentam a própria disciplina, haja vista que o seu objeto se encontra, literalmente, sobre outras bases. Diante dessa constatação, o problema que se coloca é: como fundar uma teoria da interpretação histórica no contexto da digitalização da cultura quando a estrutura do texto e dos demais artefatos, como também das técnicas e ferramentas de leitura e visualização, se transformam em entidades com camadas de código que determinam o modo preciso dessas entidades? Assim, se foi possível às ciências humanas de um modo geral, e à história de um modo particular, ignorar o digital ou relegá-lo ao escopo delimitado de disciplinas especializadas (como a história da tecnologia ou as humanidades digitais), este não é mais o caso. Isso porque o elemento básico que constitui o objeto da história, a experiência humana, hoje é largamente um produto de meios digitais. Se o

historiador de fato se propõe a compreender esses fenômenos, não pode se contentar apenas com o produto do processo, a sua expressão final nas diversas interfaces, mas sim investigar as dimensões que tais interfaces ocultam. Enquanto isso não for realizado, à pesquisa histórica sempre faltará uma dimensão fundamental. E aqui o significado do conceito de crise que exige uma decisão frente a alternativas opostas parece ter um lugar, especialmente se for levado em consideração os modos como doravante a disciplina histórica deverá produzir conhecimento. Pensar essas questões no nível de uma hermenêutica histórica é o objetivo das próximas partes.

PARTE II

O paradigma hermenêutico e os seus limites

Da hermenêutica histórica para a hermenêutica filosófica

*Considerações preliminares — A hermenêutica histórica em J. G. Droysen — Martin
Heidegger e a hermenêutica da facticidade*

Tradicionalmente, o problema hermenêutico, o problema da interpretação, surge no momento em que o sentido de um texto não é dado de forma imediata e que, por essa razão, o texto de certo modo exige do seu leitor um esforço interpretativo. Segundo Paul Ricoeur, a interpretação trata de “decifrar um sentido escondido”, de “vencer uma distância”, tanto temporal como cultural, e, assim, ao fim, “incorporar o seu sentido”.¹⁷⁵ A expressão hermenêutica moderna, em certo sentido — precisamente a adjectivação de “moderna” —, representa algo como um pleonasma.¹⁷⁶ Mas não porque em períodos anteriores não existia a ideia de interpretação ou mesmo de hermenêutica, afinal, o conceito já está presente em Platão. E também não se pode perder de vista o fato de que as mudanças estruturais que a civilização ocidental protagonizou, mudanças pelas quais ela passou, momentos de crise, em geral compartilham uma espécie de sentimento de desorientação, uma necessidade de ressignificação de traços e aspectos fundamentais da cultura e da visão de mundo daquele povo e época.

O termo hermenêutica, então, vem do grego, *hermenéia*, e significa expressão, explicação e tradução. A hermenêutica, assim, tem em seu cerne a ideia de expressar uma explicação ou tradução. A expressão implica no ato de tornar algo manifesto, de expressar, externalizar um sentido. Nesses termos se concebe a ideia mais geral da linguagem como hermenêutica, como expressão ou mesmo tradução de pensamentos e ideias em palavras. A tradução, o outro significado do conceito grego, deve ser vista em um sentido mais amplo, como o ato de transformar signos estranhos e obscuros em unidades capazes de serem expressas em uma linguagem familiar e, assim, com significado. A tradução, assim, é vista como a

¹⁷⁵ Cf. RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações. Ensaio de Hermenêutica**. Porto: Rés-Editora, 1988.

¹⁷⁶ GRONDIN, Jean. **Introduction to philosophical hermeneutics**. New Haven and London: Yale University Press, 1994.

interpretação da expressão que, por sua vez, implica no ato de partir do signo externalizado, da expressão da linguagem, para o seu sentido interior, suas ideias, e que, como resultado, vai produzir uma nova expressão.¹⁷⁷

O primeiro intérprete, ou o primeiro tradutor, pelo menos segundo a mitologia grega, foi justamente Hermes, o deus mensageiro (cujo nome se aproxima de “hermeneus”, que significa “intérprete”). E mesmo que essa origem mitológica seja motivo de debate etimológico — na verdade a etimologia de um modo geral rejeita essa explicação mitológica, apesar do debate ainda existir —, a ideia de Hermes, como o deus mensageiro, é extremamente sugestiva, porque ela ilustra perfeitamente o fenômeno hermenêutico. Hermes está encarregado da tarefa de levar mensagens dos deuses para os mortais e vice-versa. Para que isso seja possível, é necessário, antes de tudo, que ele mesmo compreenda a mensagem a ser transmitida. Somente com a compreensão da mensagem, na língua original dos deuses, isto é, na identificação do seu significado, é que Hermes se torna capaz de traduzir a mensagem, de transformar o significado em novos signos, na língua dos mortais, de expressar a mensagem traduzida. Esses sentidos do termo *hermenêia* estão presentes de um modo ou de outro até o presente. Eles se conservaram, mas os pressupostos que sustentam esses sentidos mudaram ou pelo menos se multiplicaram. De todo modo, a hermenêutica implica sempre em uma mediação. Interpretar é estabelecer uma ponte entre o estranho e o significativo. Hermes então, era sobretudo um meio. Essa interpretação que, por assim dizer, racionaliza o mito, chamada também de interpretação alegórica, existe desde os estoicos, e de Platão e Aristóteles.¹⁷⁸

A interpretação alegórica procura evitar a literalidade de certas expressões que em si mesmas não são mais tão significativas, não dizem mais algo para novas gerações ou soam mesmo absurdas. Isso já revela algo como uma consciência de que sentidos poderiam ser encontrados por detrás, dentro daquilo que é dito de modo literal e imediato. A própria expressão, em si um resultado hermenêutico, também esconde dentro de si outros sentidos, mais profundos. A alegoria surge como estratégia retórica, como tropos retórico de expressar algo a fim de dotar de significado algo distinto, de expressar uma coisa querendo indicar para outra, subentendida. Fica clara assim uma distinção entre dois âmbitos dos objetos, o âmbito interior e o âmbito exterior — ou alegórico e literal. Desse modo, com o tempo, a alegoria foi considerada como uma espécie de técnica de interpretação que visava purificar a herança da

¹⁷⁷ GRONDIN, Jean. **Introduction to philosophical hermeneutics**. New Haven and London: Yale University Press, 1994, p. 20-23.

¹⁷⁸ GREISCH, Jean. **Hermeneutik und Metaphysik: eine Problemgeschichte**. München: Wilhelm Fink Verlag, 1993, p. 30-36; p. 39-45.

tradição, que procurava restaurar o seu suposto sentido autêntico. Isso seja no uso da alegoria para interpretação da expressão literal ou na interpretação do texto considerado como dotado de elementos alegóricos. Na Antiguidade tardia e no início da Idade Média e com a latinização do termo *hermenêia*, traduzido como “interpretação”, o significado de hermenêutica passou também a integrar não apenas as ideias de tradução e interpretação, mas de estilo e de retórica. Esses dois últimos sentidos dialogam com o sentido originário do termo, pois a estilística, na medida em que pretende tornar uma ideia mais clara e inteligível, contribui para a formação do seu sentido. Trata-se então dos meios e estratégias de tornar algo mais claro por meio da linguagem, da expressão linguística da razão, de ideias e pensamentos.¹⁷⁹

O grande objeto dessa hermenêutica que começa a ser praticada na Antiguidade tardia e que percorre toda a Idade Média, chegando na modernidade, são as escrituras sagradas. Como afirma Paul Ricoeur: “o problema hermenêutico se colocou primeiro que tudo nos limites da exegese”¹⁸⁰, na tentativa de interpretação do texto bíblico, que, a partir da Idade Média cristã, passou cada vez mais a ser visto como um conjunto de expressões e termos simbólicos, parte da aura do mistério divino. Esse é um fenômeno típico da Cristandade em seu progressivo movimento de expansão e seu confronto com outras doutrinas concorrentes, especialmente a judaica. Esse confronto é claro quando a teologia cristã se vê impossibilitada de sustentar a leitura literal da escatologia judaica, tomando recurso então na sua interpretação alegórica. O surgimento do cristianismo, assim, ligado naturalmente à figura messiânica de Jesus Cristo, tornou necessária uma reinterpretação, essencialmente alegórica, do Velho Testamento. O objetivo era encontrar Jesus em páginas que, em sua literalidade, o negavam tal qual se apresentou na história. Apesar dessa negação — talvez o termo correto seja supressão ou ocultamento —, a Bíblia, como uma fonte direta de Deus, é inquestionável na verdade que ela compartilha. A interpretação alegórica, já tomada como uma certa doutrina da interpretação, não pretende de modo algum subverter o sentido literal, mas sim conservá-lo a partir dos meios possíveis de interpretação, que, no caso, têm recurso na alegoria. Algumas teorias foram desenvolvidas na Idade Média que basicamente tratavam a escritura como um todo significativo que, no entanto, se dividia em níveis de sentido, do mais literal ao mais alegórico, e até mesmo moral. A compreensão do texto bíblico, então, se dava pela mediação dos diversos

¹⁷⁹ GRONDIN, Jean. **Introduction to philosophical hermeneutics**. New Haven and London: Yale University Press, 1994, p. 23-28.

¹⁸⁰ RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações. Ensaio de Hermenêutica**. Porto: Rés-Editora, 1988, p. 5.

níveis de significado presentes nas escrituras. De todo modo, reitera-se, nesse contexto se considerava que as escrituras tratavam de uma verdade inequívoca.¹⁸¹

Assim se pode retomar a ideia apresentada acima de que uma “hermenêutica moderna” seria um pleonasma. Em primeiro lugar, é importante deixar claro que a própria modernidade, em certo sentido, nasce de fenômenos propriamente hermenêuticos. Um exemplo está no processo europeu de expansão marítima e a descoberta das Américas e de seus povos nativos. Tanto os europeus quanto os povos indígenas experienciaram uma alteridade que talvez não possa ser comparada a outros encontros na história. Pela parte dos europeus, essa alteridade gerou uma crise que exigiu um esforço hermenêutico em incluir os novos povos à sua teodiceia, às suas redes de significado. Pode-se dizer que a própria dominação posterior exigia uma espécie de compreensão que autorizasse tal dominação. No entanto, o grande evento moderno que de fato inaugura esse paradigma é a reforma luterana. Wilhelm Dilthey considera Lutero como as bases de uma revolução hermenêutica. Mas, de todo modo, existe um consenso de que Lutero não desenvolveu uma teoria da interpretação. O seu papel na história da hermenêutica, então, é menos o de um formulador de uma teoria do que de uma figura que liderou um movimento e que, assim, abriu as portas para desenvolvimentos futuros. De todo modo, é importante salientar que Lutero promoveu o princípio da “*sola scriptura*”, que significa a primazia das escrituras, o seu lugar como ponto de partida e fonte última de significado e de verdade. Apesar de já existir desde a Alta Idade Média, esse princípio foi largamente negligenciado no tempo de Lutero, o que naturalmente motivou suas intenções de reforma. Com esse princípio, também, Lutero abriu mão das interpretações alegóricas e privilegiou o senso literal do texto bíblico, a ideia de que a própria bíblia era a chave para a sua interpretação, em suas próprias palavras. A motivação para essa interpretação estaria na fé: as escrituras fariam sentido, em si mesmas, por meio da fé. De toda forma, então, mesmo que não tenha proposto uma teoria hermenêutica sistemática, Lutero, retomando princípios já desenvolvidos, motivou uma série de mudanças na cultura e na sociedade. Disciplinas floresceram depois desse período e as humanidades começaram a tomar corpo. E isso se deve à tradução da bíblia para o alemão empreendida por Lutero e sua ampla difusão. Esse fenômeno hermenêutico foi responsável por estimular o desenvolvimento teórico-metodológico da teologia, da filologia e de uma série de disciplinas auxiliares.

¹⁸¹ GRONDIN, Jean. **Introduction to philosophical hermeneutics**. New Haven and London: Yale University Press, 1994, p. 28-39.

Com efeito, esse suposto pleonasma se dá porque é justamente na modernidade que surge, em primeiro lugar, a concepção de que a interpretação representava a realidade de acordo com uma visão de mundo, com um ponto de vista, isto é, o conjunto de fatores que determina a situação daquele que realiza a interpretação. Ou seja, deixou-se de considerar a interpretação como cópia da realidade, como uma duplicação do real. Essa consciência foi adquirida paulatinamente e progressivamente. Foi apenas no século XVII que surgiu a ideia da possibilidade de um mesmo evento ou fato ter distintas interpretações. Se o termo *hermenêia* existe em grego desde a Antiguidade, em latim, o termo “hermenêutica” só aparece no século XVII.¹⁸²

*

A hermenêutica, portanto, antes de se tornar propriamente filosófica, é desenvolvida na teologia, na filologia e, por fim, na disciplina da história. Johann Gustav Droysen se dedicou como poucos historiadores do século XIX às questões teóricas, filosóficas e metodológicas da disciplina histórica. Essas questões foram compiladas em sua obra denominada *Historik* (desenvolvida ao longo da segunda metade do século XIX), a qual pode muito bem ser traduzida por “teoria da história”. A hermenêutica assume um papel central nessa teoria da história, mesmo que Droysen não faça uso do termo. O maior testemunho desse pertencimento são as recorrentes referências de Hans-Georg Gadamer, que situa Droysen em uma posição de destaque na história da hermenêutica: a “relevância pioneira da *Historik* de Droysen para a metodologia das ciências do espírito” se dá pelo desenvolvimento de uma hermenêutica histórica de base idealista que propôs uma “autocompreensão adequada do método histórico”. Essa herança foi essencial para a tentativa ulterior de fundamentação hermenêutica das ciências do espírito, a qual Dilthey buscou empreender.¹⁸³ Assim, mesmo que não reivindique explicitamente a tradição hermenêutica, a reflexão de Droysen gira em torno de ideias e conceitos como de compreensão (*Verstehen*) e de interpretação (*Interpretation*); mas não apenas isso: trata-se do modo como tais conceitos são mobilizados, o pano de fundo sobre o qual atuam. A princípio delimitado ao âmbito metodológico da pesquisa histórica, juntamente à heurística, à crítica e à *Apodeixis* (no caso da *Historik* de 1857), ou à representação

¹⁸² A ideia de uma hermenêutica em Chladenius foi apresentada mais acima.

¹⁸³ GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Ergänzungen. Register. Gesammelte Werke (Band 2)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1993, p. 426; MACLEAN, Michael J. Johann Gustav Droysen and the Development of Historical Hermeneutics. **History and Theory**, Vol. 21, No. 3, 1982, p. 349.

(*Darstellung*, no caso da *Grundriss* de 1857-8), o conceito de compreensão assume, no entanto, um escopo mais amplo. O compreender não tem como finalidade apenas a aquisição de informações pela crítica das fontes, mas sim a provisão aos indivíduos do “verdadeiro” conhecimento histórico, a fim de que possam dar prosseguimento ao processo coletivo de desenvolvimento da história mediante a apreensão da ideia do seu todo. Em outras palavras, a história, por meio da compreensão, promovia, pelos modos adequados de apresentação do sentido histórico, a *Bildung*.

É de Droysen a famosa frase, registrada nas primeiras páginas de sua *Historik*: “a essência do método histórico é compreender ao pesquisar¹⁸⁴, é a interpretação”.¹⁸⁵ Essas palavras apontam para a harmonia necessária entre teoria e prática, não apenas na associação entre os princípios que governam o método e a prática de pesquisa que os emprega, mas, de modo mais geral, entre uma concepção de história e uma forma de enxergar a organização política e social do Estado. Os valores políticos, assim, são amparados por uma estrutura histórica, dentro da qual a ideia de progresso histórico, para Droysen, deve compreender um “contexto político mais amplo: um embate ético decisivo em direção à liberdade, no qual a vontade humana coletiva (o espírito) supera progressivamente as determinações naturais ao remodelar a natureza à luz dos grandes imperativos, ou ideias, historicamente dados”. A realização dessas ideias ou imperativos depende da busca histórica pelo ideal da *Bildung*.¹⁸⁶

A especificidade de uma história orientada por uma visão hermenêutica foi delineada por Droysen, de início, por sua postura frente à filologia clássica, com a qual a história tem uma dívida metodológica inquestionável. A intenção de Droysen, porém, é de ultrapassar o espaço delimitado pela metodologia ao atribuir à história a incumbência de compreender as ideias e forças que sustentam a continuidade histórica como única forma de dar sentido à individualidade de povos e épocas. A inteligibilidade dos eventos históricos se dá pelo fio condutor gerado pela articulação entre o todo da história e suas individualidades, dentro da qual a compreensão é o resultado de uma síntese engendrada pelo sujeito histórico em sua posição central em tal articulação (*Mittelpunkt*).¹⁸⁷

¹⁸⁴ Ou “pesquisar para compreender”.

¹⁸⁵ DROYSEN, Johann Gustav. **Historik. Band 1:** Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857). Grundriß der Historik in der ersten handschriftlichen (1857/1858) und in der letzten gedruckten Fassung (1882). Stuttgart: Friedrich Frommann Verlag Günther Holzboog GmbH & Co, 1977, p. 22.

¹⁸⁶ MACLEAN, Michael J. Johann Gustav Droysen and the Development of Historical Hermeneutics. **History and Theory**, Vol. 21, No. 3, 1982, p. 350.

¹⁸⁷ CAIANIELLO, Silvia. Introduzione. In: DROYSEN, Johann Gustav. **Istorica. Lezioni di enciclopedia e metodologia della storia (1857)**. Napoli: Guida editori, 1994, p. 53-54.

O principal objetivo de sua *Historik*, então, seria o de desenvolver um sistema no qual as regras que governam a pesquisa e o conhecimento histórico poderiam ser reveladas, de modo que a história pudesse cumprir com sua função formadora. Por trás desse sistema se encontra uma distinção entre natureza e história que revela uma dualidade do mundo da experiência, uma dualidade de modos de conhecimento, cada uma peculiar ao seu domínio próprio. Tal como muitos de seus contemporâneos, Droysen também reconhecia que sua era estava largamente determinada pelo paradigma científico sustentado pelas ciências naturais e seu fundamento metodológico matemático. E do mesmo modo como outros de seus contemporâneos, Droysen também acreditava que a legitimação das ciências históricas dependia do desenvolvimento de métodos próprios atentos à especificidade do seu objeto, do mesmo modo que ocorria no âmbito das ciências naturais. Antes de tudo, o domínio da história é caracterizado pelas categorias e conceitos ligados ao tempo. Se as ciências naturais buscam as leis por trás dos fenômenos que observam, as ciências históricas têm em sua essência a compreensão dos seus fenômenos

A compreensão seria o movimento que remete àquilo que a expressão trata de representar, isto é, o conteúdo espiritual ou, de modo mais preciso, o sentido por trás das expressões históricas. Segundo Droysen, “toda forma em que o espírito se mostra é [...] uma expressão [*Ausdruck*] de uma interioridade mais fundamental [*Innersten*] compreensível pelos outros na medida em que é percebida por meio de seus sentidos”¹⁸⁸. Essas expressões históricas existem materialmente no presente na forma de fontes e vestígios. Portanto, como o passado não nos é dado como tal, a sua reconstrução depende do processo de compreensão das expressões que chegaram ao presente, sejam os vestígios ou as fontes e testemunhos, que em si mesmos são também interpretações do passado que precisam ser sempre reinterpretadas, do mesmo modo que o passado deve ser constantemente pesquisado, seu sentido continuamente procurado. Sendo assim, é claro e inquestionável para Droysen que o produto da interpretação das fontes, em sua condição de evidências fragmentárias do passado, não é a realidade passada em si, mas sim uma construção presente¹⁸⁹ que tenta trazê-la à vida, especialmente a partir da identificação dos traços que permitem discernir a continuidade dos poderes éticos (*sittlichen Mächten*) na história humana e que são, ao fim, responsáveis pela própria constituição do

¹⁸⁸ DROYSEN, Johann Gustav. **Historik**. Band 1: Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857). Grundriß der Historik in der ersten handschriftlichen (1857/1858) und in der letzten gedruckten Fassung (1882). Stuttgart: Friedrich Frommann Verlag Günther Holzboog GmbH & Co, 1977, p. 26.

¹⁸⁹ Cf. ZAMMITO, John, H. *Hermeneutics and History*. In: FORSTER, Michael, N.; GJESDAL, Kristin. **The Cambridge Companion to Hermeneutics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 122-123.

mundo histórico, também chamado por Droysen como “mundo ético”¹⁹⁰ (*sittliche Welt*). Enquanto construção presente, a história serve a demandas imediatas, como a crise em torno dos processos políticos de paz e unificação que tomaram forma na Alemanha e na Europa em meados do século XIX.¹⁹¹

Assim, ao articular expressões e poderes, Droysen estabelece uma dialética entre parte e todo, entre as partes disponíveis e a ideia geral do passado como um todo em si. Na *Historik* de 1857, Droysen reproduz o adágio hermenêutico: “somente por meio das partes compreendemos o todo, somente pelo todo as partes”¹⁹². Na versão de 1857 (1858) do *Grundriss der Historik* — como também na versão de 1882 —, Droysen reafirma: “o individual é compreendido no todo e o todo é compreendido pelo individual”¹⁹³. O todo, então, é reconhecido como o sentido encontrado no conjunto das manifestações coletivas que incorporam os poderes éticos (a família, a linguagem, a religião, o direito, a ciência etc.). Esses poderes são como instâncias presentes nas sociedades e que se desenvolvem ao longo do tempo. Eles funcionam como fios condutores que organizam a história, por meio dos quais as individualidades tomam relevância e a partir dos quais o historiador consegue interpretar o passado.

Com efeito, um círculo hermenêutico é instaurado em que sucessivas interpretações — situadas em níveis distintos: pragmático, das condições, psicológico e das ideias — baseadas em expressões individuais e traços tomam lugar e progressivamente viabilizam a identificação de diretrizes de desenvolvimento em direção ao ideal da conexão histórica original, ao todo, o “desenvolvimento histórico universal das Ideias”. Com base nos fundamentos teóricos proporcionados por sua hermenêutica histórica, Droysen elabora o programa de uma crítica historiográfica voltada a uma nova análise histórica dentro da qual determinados eventos devem ser ressignificados, a fim de que sua relevância política e ética (no sentido de Droysen) no plano geral do desenvolvimento alemão e europeu possa ser reconhecida. Isso também significa capacitar os indivíduos com a formação histórica necessária para a realização das mudanças concretas para adequar a realidade ético-política a tal plano geral. A compreensão, ao fim, não pode ser reduzida a um método de aquisição de conhecimento: ela está na base do

¹⁹⁰ DROYSEN, Johann Gustav. **Historik. Band 1:** Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857). Grundriß der Historik in der ersten handschriftlichen (1857/1858) und in der letzten gedruckten Fassung (1882). Stuttgart: Friedrich Frommann Verlag Günther Holzboog GmbH & Co, 1977, p. 24

¹⁹¹ Ibid., p. 423-425; MACLEAN, Michael J. Johann Gustav Droysen and the Development of Historical Hermeneutics. **History and Theory**, Vol. 21, No. 3, 1982, p. 354-355; GRONDIN, Jean. **Introduction to philosophical hermeneutics**. New Haven and London: Yale University Press, 1994, p. 81-82.

¹⁹² DROYSEN, op. cit., p. 30-31.

¹⁹³ “Das Einzelne wird verstanden im Ganzen und das Ganze aus dem Einzelnen.” Ibid., p. 398.

engajamento humano com o mundo, no qual “as épocas da história se tornam estágios no progresso do autoconhecimento humano”¹⁹⁴.¹⁹⁵

É digno de nota, por um lado, como essas considerações, de certo modo, dialogam com as reflexões precedentes de Ranke, apresentadas na primeira parte deste trabalho. No entanto, em diversos momentos, Droysen elaborou sua reflexão com base em contraposições que amiúde eram protagonizadas por Ranke ou pelos ditos historiadores rankeanos. Essa atitude é confirmada em diversas correspondências contemporâneas à produção da versão da *Historik* de 1857.¹⁹⁶ Enquanto reconhece qualidades de crítica e erudição em Ranke, Droysen denuncia sua posição política conservadora, ocultada pelo ideal de objetividade e de pesquisa apartidária e desinteressada, posição, desse modo, sustentada por uma visão de história puramente monumental. Por outro lado, muito do que foi elaborado por Droysen é posteriormente retomado por Dilthey, autor que Droysen pouco referencia. Além da dialética hermenêutica da parte e do todo, a reflexão de Dilthey retoma a ideia de níveis de interpretação, como também o pressuposto de igualdade ontológica entre sujeito e objeto¹⁹⁷ e o projeto epistemológico pautado em uma crítica da razão histórica¹⁹⁸, com sua subsequente separação entre ciências naturais e ciências históricas (ou do espírito) que advém de tal crítica. Dilthey, a seu turno, apesar de reconhecer a inspiração em Droysen, como em Böckh e Humboldt, não deixa de afirmar que “uma estrutura [*Aufbau*] teórica das ciências do espírito não foi alcançada por esses pensadores”¹⁹⁹.

*

¹⁹⁴ GRONDIN, Jean. **Introduction to philosophical hermeneutics**. New Haven and London: Yale University Press, 1994, p. 83.

¹⁹⁵ MACLEAN, Michael J. Johann Gustav Droysen and the Development of Historical Hermeneutics. **History and Theory**, Vol. 21, No. 3, 1982, p. 355-7.

¹⁹⁶ Cf. *Ibid.*, p. 353-354.

¹⁹⁷ “O homem está na história e a história nele, precisamente por isso ele se eleva acima da mera criatura para a existência espiritual, que coloca o homem acima da monotonia do resto da criação, transformando-o de mera existência periférica em um novo centro [*Mittelpunkt*]”. DROYSEN, Johann Gustav. **Historik. Band 1: Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857). Grundriß der Historik in der ersten handschriftlichen (1857/1858) und in der letzten gedruckten Fassung (1882)**. Stuttgart: Friedrich Frommann Verlag Günther Holzboog GmbH & Co, 1977, p. 14.

¹⁹⁸ Segundo Jean Greisch, “Dilthey tenta corresponder ao apelo de Droysen por um Kant nas ciências históricas” (GREISCH, Jean. **Hermeneutik und Metaphysik: eine Problemgeschichte**. München: Wilhelm Fink Verlag, 1993, p. 159). Ver também: GRONDIN, op. cit., p. 80.

¹⁹⁹ DILTHEY, Wilhelm. Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften. In: **Gesammelte Schriften Band 7**. Bernhard Groethuysen (Hrsg.). Stuttgart/Göttingen: Teubner Verlagsgesellschaft/Vandenhoeck & Ruprecht, 1965, p.114-115.

Dilthey tomou para si a incumbência de construir as bases teórico-epistemológicas das ciências do espírito e encontrou na hermenêutica a via para tal. A despeito do amplo escopo de suas reflexões, ele manteve essa discussão em um nível semelhante ao de Droysen, a saber, ao nível de uma teoria do conhecimento que, inobstante, não deixa de apontar para elementos ontológicos fundamentais²⁰⁰. É apenas com Heidegger que a hermenêutica propriamente adquire um novo estatuto filosófico.²⁰¹ Na primeira fase de seu pensamento²⁰², a concepção de uma hermenêutica da facticidade se torna o principal objeto de reflexão. É essa reflexão que se torna o ponto de partida para a tese da universalidade da hermenêutica defendida por Gadamer. Heidegger é herdeiro direto do debate em torno da fundamentação das ciências históricas (do espírito ou da cultura) e contribuiu decisivamente para uma forma de resolução do problema do historicismo. Partindo do pensamento de figuras centrais desse debate (Rickert, Dilthey, Husserl e até mesmo Droysen²⁰³), Heidegger progressivamente caminha para a proposição de uma hermenêutica da facticidade.

A questão da facticidade figura desde o início do pensamento heideggeriano, em que a busca pela verdade da experiência vital individual concreta se contrapõe à tendência racionalista e lógica de abstração que largamente determinou a tradição filosófica. Em um primeiro momento, a experiência religiosa²⁰⁴ — mais precisamente, a facticidade cristã — serviu de objeto para reiterar uma tal posição, mas a análise de Heidegger subsequentemente passou a considerar o processo de formação dos conceitos filosóficos de um modo geral e da dimensão existencial intrínseca a eles. Aqui a facticidade surge como a multiplicidade das manifestações concretas do ente frente à unicidade ontológica do ser de tal ente. É na linha dessa articulação, entre experiência fática e experiência filosófica, que o reconhecimento do surgimento histórico de ontologias se torna possível. É precisamente o caráter histórico imprescindível da vida fática que afasta Heidegger de Rickert e o aproxima de Dilthey e suas noções de vivência e visão de mundo. A vivência representa a unidade de uma conexão vital

²⁰⁰ Como no caso do conceito de vida. Cf. MARCUSE, Herbert. **Hegels Ontologie und die Theorie der Geschichtlichkeit**. In: **Schriften (Band 2)**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989, p. 363-368.

²⁰¹ GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Ergänzungen. Register. Gesammelte Werke (Band 2)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1993, p. 102-103.

²⁰² Delimitada aqui, com base na maioria dos intérpretes, entre os anos de 1915 e 1927, marcados pelas publicações de sua tese de habilitação e de *Ser e Tempo*. Para uma análise desse período, no qual diversas concepções importantes foram formuladas, cf. KISIEL, Theodore. **The Genesis of Heidegger's Being and Time**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1993.

²⁰³ Heidegger realizou um seminário em 1926 denominado “*Übungen über Geschichte und historische Erkenntnis im Anschluss an J. G. Droysen, Grundriss der Historik*” (“Exercícios sobre a história e sobre o conhecimento histórico em conexão com a *Grundriss der Historik* de J. G. Droysen”).

²⁰⁴ CAMPBELL, Scott M. *The Early Heidegger's Philosophy of Life. Facticity, Being, and Language*. New York: Fordham University Press, 2012, p. 52-56.

compreensiva entre o singular e o universal, que na prática é a totalidade de uma visão de mundo, do “espírito” histórico de uma época. Essa formulação inspiradora, apesar de afirmar o contrário, ainda se mostrava demasiadamente teórica desde o seu ponto de partida.²⁰⁵ Heidegger, a fim de reinterpretar os problemas tradicionais da filosofia, insiste na necessidade da inserção na esfera da existência concreta dos entes, dos acontecimentos do mundo que os circunda, mundo que é condição de possibilidade de tais entes, mas que é ele mesmo, em sua condição de unidade de uma visão de mundo que encerra a multiplicidade de determinações e sentidos possíveis, resultado de uma gênese histórica.

Assim, o projeto de desenvolvimento de uma filosofia fenomenológica em Heidegger passa, também, por uma reinterpretação da filosofia husserliana em direção a uma hermenêutica fenomenológica da vida fática. Nela, a descrição psicológica das relações da consciência pura, isto é, a análise transcendental do fenômeno da intencionalidade, cede espaço para uma hermenêutica, cujo propósito é revelar o horizonte originário no qual os entes se apresentam, os acontecimentos do mundo que marcam a sua aparição e, por conseguinte, as conexões básicas de sentido que são constituídas nesse processo. Desse modo, a *epoché* não deve ter como meta o nível lógico-transcendental da consciência pura e suas relações com campos de objetos, mas sim o processo histórico de constituição originária das estruturas fáticas em um horizonte que estabelece o sentido dos conceitos com os quais o mundo humano é edificado.²⁰⁶

Somente assim a tradição filosófica pode ser propriamente encarada como a progressiva sedimentação de sentidos que determina o domínio dos problemas possíveis e de sua conceptualidade. Ela engendra estruturas hermenêuticas compostas pela constelação de conceitos que acompanha o surgimento de uma entidade e o modo como ela se revela no presente. Portanto, tais estruturas determinam previamente como entidades e conceitos devem ser interpretados, na medida em que eles já se encontram inseridos em quadros de sentido precedentes, em ontologias regionais. A partir disso, a *epoché* deixa de ser pensada como a redução teórica que promove a suspensão da atitude natural da consciência em direção aos seus fundamentos transcendentais puros e passa a ser considerada como destruição das estruturas hermenêuticas preestabelecidas e dos conjuntos de conceitos sedimentados pela tradição. Com isso, sua meta não é mais a transcendentalidade lógica da consciência, mas sim a exposição do horizonte originário dos fenômenos por meio do qual surge o próprio pensamento a respeito de

²⁰⁵ KISIEL, Theodore. **The Genesis of Heidegger's Being and Time**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1993, p. 315-321.

²⁰⁶ Ibid., p. 117-123.

algo como uma consciência e de sua suposta transcendentalidade, isto é, a desconstrução das estruturas fáticas nas quais os sentidos vigentes de conceitos fundamentais se encontram de tal modo instalados que se tornam naturais e inquestionáveis. Sendo assim, o questionamento (*Fragestellung*) que existe no cerne da hermenêutica fenomenológica também tem como consequência a liberação de sentidos soterrados que podem contribuir para novos modos de compreender e de lidar e colocar problemas. É por meio desse programa de destruição que Heidegger é capaz de afirmar a dependência das ontologias ocidentais à ontologia grega (à metafísica platônico-aristotélica) e, ademais, a necessidade de tematizar as próprias condições de possibilidade dessa ontologia como único modo de confrontá-la em busca de novos campos de investigação. O “retorno às coisas mesmas”, ao fim, depende da capacidade do *Dasein* — termo que aponta para a vinculação fundamental do sujeito ao mundo fático — de promover uma abertura originária à facticidade dos entes, ao solo histórico do qual provêm e aos pressupostos que determinam seu percurso de formação.²⁰⁷

Essas colocações apontam para a dimensão autorreflexiva do projeto hermenêutico heideggeriano que se dá em *Ser e Tempo* (cujo escopo é outro). No limite, ao se colocar em tal empreendimento destrutivo, o *Dasein* não pode abdicar de sua própria facticidade, dos pressupostos de seus questionamentos, mas apenas tornar-se consciente deles. Assim, o projeto se inicia no próprio *Dasein* e tem ele como fim, de modo que subsiste uma ligação entre a gênese dos pressupostos de uma tal postura e as próprias possibilidades ontológicas do *Dasein*. Com efeito, a interpretação, para Heidegger, é um traço fundamental do ser-aí, fundado em uma estrutura prévia da compreensão (*Voraus des Verstehens*) que determina aspectos característicos do sujeito preliminarmente e antecipa os seus atos linguísticos, haja vista que o simples ato de enunciar traz consigo uma série de pressupostos. Essa estrutura é previamente constituída pela facticidade do “sujeito”, sua situação existencial e, desse modo, está diretamente atrelada àquilo que Heidegger denomina como preocupação ou cuidado (*Sorge*). Preocupação é o nome que Heidegger dá ao atributo ontológico do ser do *Dasein* de estar-no-mundo fático desde o princípio, projetando suas possibilidades junto às entidades que vão ao seu encontro nesse mundo. Essa condição implica que o *Dasein* está sempre em um estado tanto de ocupação (*Besorgen*) com aquilo que está disponível à mão (*Zuhanden*) como de preocupação com os outros (*Fürsorge*).²⁰⁸ A hermenêutica da facticidade de Heidegger, portanto, seria “uma interpretação da estrutura da preocupação do *Dasein*, estrutura que se

²⁰⁷ HEIDEGGER, Martin. **Ontologia**: Hermenêutica da Facticidade. Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p. 75-86.

²⁰⁸ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. (Edição bilíngue). Campinas/Petrópolis: Editora da Unicamp/Editora Vozes, 2012, p. 537-539.

expressa antes e por trás de todo juízo e que tem sua manifestação mais elementar na compreensão”²⁰⁹. O modo de ser da compreensão tem sua origem nessa estrutura, a qual determina o caráter de projeto (*Entwurfscharakter*²¹⁰) da compreensão, guiada por projetos que visam à concretização das possibilidades do ser. Compreender e poder (*Können*) se aproximam, na medida em que o último é considerado como a possibilidade de realizar (*verwirklichen*) um determinado modo.

Não se trata, com efeito, de um tratamento epistemológico da hermenêutica, mas sim do exame de uma dimensão anterior, mais fundamental. Mais do que o conhecimento em si ou o ato de conhecer, essa hermenêutica se volta às condições para eles, a uma forma de existência, um modo de ser (*Seinsweise*) que os caracteriza. As entidades que habitam o mundo da vida, antes de propriamente interpretadas, são abarcadas por essa estrutura compreensiva constitutiva. Portanto, não a uma forma de conhecimento, a hermenêutica da facticidade se liga ao autoconhecimento existencial, prático e não-dito, baseado na estrutura do cuidado. Isso, no entanto, não levaria a um determinismo irresolúvel da tradição. Heidegger quer justamente tornar essa dimensão exposta para que os horizontes de sentido sejam acessados e a natureza essencialmente histórica da pré-estrutura da compreensão (*Verstehen*) seja desvelada. Esse processo é chamado por Heidegger de interpretação (*Auslegung*). A interpretação é o modo de desvelamento da situação e das condições nas quais o *Dasein* se coloca apto à compreensão. Assim, Heidegger inverte a ordem entre interpretação e compreensão, até então determinada pela tradição hermenêutica romântica. Nesta, a interpretação surge como um ato motivado pela incompreensão, um meio que, desse modo, visa à finalidade da compreensão, que é então um corolário: interpretar para compreender. Como, no entanto, a compreensão passa a ser situada na estrutura pré-predicativa do *Dasein*, a interpretação passa a ser um desdobramento daquilo que já foi originalmente determinado pelas possibilidades da compreensão (em suas estruturas hermenêuticas prévias) e, assim, é a sua consumação, sua realização: “a interpretação não consiste na tomada de conhecimento do compreendido, mas na elaboração [*Ausarbeitung*] das possibilidades projetadas na compreensão”.²¹¹ Ao mesmo tempo, a interpretação é também a “autoapropriação” da compreensão, a qual sempre está ligada a disposições interpretativas situacionais e que cujo esclarecimento é o primeiro passo na direção de evitar falsas

²⁰⁹ GRONDIN, Jean. **Introduction to philosophical hermeneutics**. New Haven and London: Yale University Press, 1994, p. 93.

²¹⁰ O ser se realiza somente nesse processo de relacionamento com o mundo, por via dos projetos hermeneuticamente determinados. Em vez de engendrar tais projetos, o *Dasein* é lançado a eles.

²¹¹ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. (Edição bilíngue). Campinas/Petrópolis: Editora da Unicamp/Editora Vozes, 2012, p. 421.

interpretações. A possibilidade de interpretar o mundo (ou o texto) depende desse primeiro esclarecimento, que permite que nossos pré-juízos, com suas tendências interpretativas tácitas, não escondam a “originalidade”, a alteridade própria do mundo, e, com isso, permitam o estabelecimento de um verdadeiro diálogo. Portanto, não se trata de um esvaziamento promovido por uma simples destruição, mas de situar a alteridade no pano de fundo dos pré-juízos a fim de reconhecê-la. O círculo hermenêutico em Heidegger é instaurado como uma relação recíproca entre compreensão e interpretação, o qual se situa na dimensão ontológica da estrutura do cuidado, na pré-estrutura do *Dasein*.²¹²

O esforço autorreflexivo da hermenêutica é aqui reiterado: compreender é, sobretudo, compreender a si mesmo, pois “em toda compreensão do mundo a existência está coentendida e vice-versa”²¹³. Como a concepção desse círculo evidencia, a hermenêutica filosófica de Heidegger não trata de uma “teoria da interpretação”, mas sim da própria interpretação. As teorias da interpretação são desenvolvimentos da condição compreensiva ontológica do *Dasein*. A hermenêutica, a seu turno, é o ato autorreflexivo de interpretação da facticidade, de tornar visível as estruturas fundamentais do ser ao próprio *Dasein*. A hermenêutica filosófica abre o horizonte, concede acesso, para um caminho que deve ser percorrido interpretativamente por cada indivíduo. Essa filosofia hermenêutica tem um caráter inegavelmente existencial: a busca interpretativa de si mesmo em detrimento do acolhimento de interpretações já disponíveis na tradição. Aqui também se evidencia a necessidade da desconstrução dos encobrimentos sedimentados na tradição que inviabilizam a conquista da própria existência pelo *Dasein*. Em termos práticos, trata-se do questionamento, e conseqüente esclarecimento, de conceitos e categorias fundamentais que orientam o pensamento e a ação de um modo geral, isto é, de reconquistar o acesso à experiência humana. Isso pode implicar também na necessidade de novos conceitos filosóficos que, no entanto, devem ter sua raiz na experiência da vida, concretizados (realizados) em atos e, principalmente, são antes de tudo indicações (hermenêuticas) de formas possíveis de compreensão, isto é, formas possíveis de tornar a estrutura do *Dasein* acessível para um trabalho de autorreflexão ulterior. Compreender é sempre também apropriar-se de si mesmo e do mundo, é um ato, uma aplicação que ultrapassa o caráter universal e abstrato de conceitos centrais da tradição filosófica. O interpretar em si também se transforma em uma experiência.²¹⁴

²¹² Cf. HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. (Edição bilíngue). Campinas/Petrópolis: Editora da Unicamp/Editora Vozes, 2012, p. 421-430.

²¹³ Ibid., p. 431.

²¹⁴ Cf. Ibid., p. 431-435.

Outro aspecto essencial da hermenêutica heideggeriana está em sua concepção de linguagem. O caráter pré-predicativo das estruturas hermenêuticas não significa que o ato interpretativo tome lugar fora da linguagem: significa que todo ato de linguagem que se realiza tem uma ligação fundamental com uma manifestação anterior, de caráter pré-linguístico. Trata-se do processo de interpretação de uma ação até então não nomeada, processo no qual algo é compreendido “como” alguma coisa, mesmo que na cotidianidade essa interpretação já ocorra sem ser expressa. É desse modo que o “sentido é aquilo-em-relação-a-quê do projeto, estruturado pelo ter-prévio [*Vorhabe*], ver-prévio [*Vorsicht*] e conceito-prévio [*Vorgriff*], a partir de que algo pode ser entendido como algo”.²¹⁵ A partir do ato não-nomeado uma sentença predicativa pode ser constituída. A proposição (*Aussage*) coisifica, corporifica (*verdinglichen*) a relação hermenêutica original situada na estrutura do cuidado do *Dasein*. Assim, de certo modo, toda proposição nasce de um ato hermenêutico original, porquanto sempre se remete ao tacitamente subentendido, não expresso de modo explícito. Por conseguinte, “na medida em que a proposição se funda na compreensão e exhibe uma forma-de-execução que deriva da interpretação, ela também ‘tem’ um sentido”²¹⁶.

Coerentemente à tendência que acompanha o pensamento heideggeriano, a interpretação da linguagem (*Sprache*), mesmo considerada como a natureza simbólica da compreensão e da interpretação, deve ir além da análise puramente lógica ao encontro da análise do discurso. O ato de falar (*das Reden*) e de ouvir (*das Hören*), de elaborar o discurso (*Rede*), dá forma à própria autointerpretação do *Dasein* em sua relação com o mundo e com os outros, tanto quando ele se manifesta no uso cotidiano e familiar da linguagem quanto na forma do discurso da consciência, o modo fundamental de discurso que visa a transcendência do discurso cotidiano em busca da plena apropriação do que é dito em direção à autenticidade do *Dasein*. O discurso, assim, é constitutivo do modo próprio de existência do *Dasein*. A compreensão, que também é um componente dessa estrutura básica, se faz inteligível por meio do discurso antes mesmo de sua interpretação. O *Dasein* é, portanto, um ser ontologicamente discursivo, discursividade por meio da qual o significado do ser e da existência são manifestados pela linguagem, o ser fático do discurso: essencialmente ela é sempre sobre alguma coisa, ela sempre indica o que é dito como tal, ela implica comunicação e procura sempre se tornar conhecida. O discurso articula um sentido (*Sinn*) do qual se depreende um todo de significado (*Bedeutung*), constituído por unidades significativas. Dessa forma, ele

²¹⁵ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. (Edição bilíngue). Campinas/Petrópolis: Editora da Unicamp/Editora Vozes, 2012, p. 429.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 435.

articula a inteligibilidade do *Dasein* no nível prévio em que o falar e o ouvir são, sobretudo, modos de compreensão.²¹⁷

²¹⁷ HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. (Edição bilíngue). Campinas/Petrópolis: Editora da Unicamp/Editora Vozes, 2012, p. 453-79.

A Universalitätsanspruch da hermenêutica

O problema hermenêutico na arte — A consciência histórica efetual — A linguagem como meio de realização da Universalitätsanspruch da hermenêutica

Inspirado nas reflexões de Heidegger, Gadamer promove a tese da universalidade (*Universalitätsanspruch*) da hermenêutica. Por um lado, apoiando-se nas teses do papel da linguagem nos processos humanos constitutivos. Por outro, tomando o ponto de partida heideggeriano em relação ao problema do historicismo nas ciências humanas. Heidegger refutou a ideia de uma verdade absoluta que serviria de base para as ciências do espírito, especialmente aquela pautada em um desenvolvimento metodológico da noção de compreensão, ideia que, ao fim, encobria a verdadeira disposição hermenêutica. Isso se deu por meio da revelação das pressuposições metafísicas que tal empresa compartilhava, pressuposições que reprimiam a especificidade da temporalidade humana. No lugar do projeto de uma tal fundação, Heidegger investe em um outro modo de análise, dentro da qual a compreensão precisa ser examinada a partir de um ponto de vista distinto: o da temporalidade da finitude, no qual o fenômeno da compreensão é considerado a partir da estrutura ontológica dos pré-juízos característicos da situação específica do *Dasein* e de suas respectivas possibilidades. Assim, a compreensão passa de objeto de análise com vistas à fundamentação das ciências humanas para o projeto individual de descoberta da própria situação e das possibilidades disponibilizadas a ela.

Em *Verdade e Método*, Gadamer retoma o problema do historicismo e das ciências humanas com os insights heideggerianos, isto é, assumindo as limitações do debate neokantiano e diltheyano, supostamente preso ao ideal científico moderno de método. Assim, Gadamer retorna à tradição humanista da *Bildung* para analisar em que sentido seria possível falar de uma cientificidade nas ciências do espírito, de todo modo, uma cientificidade própria. Esse regresso se justifica pela busca do contexto de formação dos conceitos centrais das ciências do espírito e do ocaso de tal contexto em favor da ciência moderna representada pela

noção de método. O caráter de cientificidade das ciências do espírito passou a ser determinado por diretrizes alheias ao seu modo próprio de produção do conhecimento.

Na primeira parte de *Verdade e Método*, Gadamer procura esclarecer o processo histórico dentro do qual conceitos centrais do humanismo foram limitados, a partir de Kant, ao âmbito estético e, com isso, despojados de seu estatuto filosófico-científico, isto é, sua capacidade de servir de meio de apreensão de verdades objetivas do mundo fenomênico. É o caso, por exemplo, dos conceitos de juízo (*Urteilkraft*) e de gosto (*Geschmack*), que, frente aos padrões de objetividade das ciências naturais, foram estetizados e subjetivados. Assim, as ciências humanas, querendo valer-se de seu estatuto de ciência, renunciaram a tais conceitos e, com isso, perderam o fundamento que havia fundado seu modo próprio de investigação, ao mesmo tempo que não conseguiram corresponder às demandas implícitas no imperativo de método das ciências naturais.

Ao tratar desse processo, Gadamer aponta para a própria concepção das ciências humanas que se deixa perceber pela via da crítica à consciência estética kantiana enquanto instância isolada e autônoma, quando, na verdade, ela está intrinsecamente ligada (e subordinada) às ciências humanas. A destruição (no sentido heideggeriano) da consciência estética abstrata, então, é uma tarefa necessária. Com essa destruição, Gadamer evidencia que a experiência estética revela uma dimensão hermenêutica própria. A crítica à consciência estética abstrata — com seu deslocamento do juízo estético para as determinações do sujeito — é acompanhada da ênfase na obra de arte por meio de sua elevação a um modo de experiência: “a obra de arte tem o seu verdadeiro ser em se tornar uma experiência que irá transformar aquele que a experimente”²¹⁸. A reivindicação de verdade da arte, para além das doutrinas baseadas nos sentimentos que possam despertar na consciência estética do sujeito²¹⁹, está baseada em sua capacidade de, por meio da experiência estética, produzir conhecimento²²⁰, isto é, de transmitir verdade, de tornar um mundo manifesto revelando seu horizonte de sentido até então velado, tal como Heidegger concebe o conceito grego de *Aletheia*²²¹. Desse modo, a

²¹⁸ GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 108.

²¹⁹ Considere-se, no âmbito da música, o caso da Doutrina dos Afetos (*Affektenlehre*), baseada na teoria cartesiana que buscava racionalizar e mecanizar os sentimentos. Cf. TADDAY, Ulrich. **Das schöne Unendliche. Ästhetik, Kritik, Geschichte der romantischen Musikanschauung**. Stuttgart/Weimar: Verlag J. B. Metzler, 1999, p. 126.

²²⁰ Para Gadamer, “também a experiência estética é uma forma de compreender-se. [...] Encontramos no mundo a obra de arte e em cada obra de arte individual um mundo”. Compreender-se aqui significa: “suspender a descontinuidade e a pontualidade da vivência na continuidade da nossa existência” (GADAMER, op. cit. p. 103).

²²¹ GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Ergänzungen. Register. Gesammelte Werke (Band 2)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1993, p. 46.

verdade do conhecimento não pode ser mensurada apenas “com o conceito do conhecimento da ciência e com o conceito de realidade da ciência da natureza”.²²²

Ademais, é por meio da reflexão sobre a arte que Gadamer recupera um conceito central em seu pensamento hermenêutico, a saber, o conceito de jogo (*Spiel*²²³). Por um lado, Gadamer considera a noção de jogo em seu sentido mais amplo, metafórico e mesmo ambíguo (como a questão da seriedade do lúdico²²⁴). Por outro lado, privilegia especialmente aquilo que dessa variedade de sentidos pensa o jogo como um mundo fechado com uma dinâmica instantânea, ininterrupta e, de certo modo, recíproca entre partes (entre elas, os jogadores e aquilo com o que se joga) que tem a si mesmo por finalidade e sem um resultado determinado de antemão, isto é, que “se executa por si mesmo, e não pela finalidade à qual tende ou pelo resultado que produz” — a partida pode acabar, mas não o jogo em si.²²⁵ Com isso, Gadamer pretende “dessubjetivizar” o conceito de jogo: o “sujeito” do jogo é o próprio jogo, mais precisamente, o ato de jogar que o jogo instaura. O jogador, a seu turno, experiencia o jogo, o que evidencia o seu caráter genuinamente mediador.²²⁶

Ademais, um outro aspecto essencial, sobretudo do jogo humano, que se permite depreender de um tal caráter de mediação, se mostra em sua possível aproximação, ou mesmo identificação, ao conceito de representação. Para Gadamer, a especificidade de um jogo, das regras e tarefas que o constituem, só se deixa perceber na representação, na sua realização, isto é, na sua autorrepresentação, de modo que o “jogar já é sempre um representar”²²⁷. Essa característica adquire uma forma ainda mais complexa pela exploração do substantivo alemão *Spiel*, que, na composição *Schauspiel*, alude para o espetáculo e, por conseguinte, para a figura do espectador (*Zuschauer*). Com efeito, o espetáculo, como sinédoque da obra de arte, continua sendo jogo, o qual “aparece como representação para o espectador [*Zuschauer*], isto é, como espetáculo [*Schauspiel*]”, de modo que o espectador também faz parte do jogo. Nesse caso, no entanto, o conceito de jogo é alterado, porquanto ele, na forma do espetáculo, é performado para o espectador, mesmo que amiúde a diferença entre este e os atores/jogadores no âmbito propriamente hermenêutico seja anulada.²²⁸

²²² GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 102-104.

²²³ Recuperação inspirada na reflexão de Huizinga. Cf. HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

²²⁴ Cf. GADAMER, op. cit., p. 111-2.

²²⁵ Contra uma absolutização do conceito de jogo, então, Gadamer reconhece o mundo do jogo delimitado a uma esfera e em contraposição ao “mundo dos fins”, Ibid., p. 113.

²²⁶ Ibid., p. 109-111.

²²⁷ Ibid., p. 114

²²⁸ Cf. Ibid., p. 113-115.

Pensado a partir do seu caráter de mediação e de representação, o conceito de jogo passa a ser considerado como o “próprio modo de ser da obra de arte”²²⁹. Isso, no entanto, só se dá na medida em que se opera, no jogo como obra de arte, uma passagem na qual o jogo (como obra de arte e como texto) é então concebido como um mundo em si mesmo que revela em sua representação uma realidade própria, passível de conhecimento, em vez de um disfarce ou uma simples imitação da realidade da vida²³⁰. Esse é o processo que Gadamer descreve como “transformação em configuração”, em uma representação como um todo de sentido. Nele, o jogo, ao se consumir na obra de arte, assume uma forma completamente nova e própria e a diferença entre vida e palco (ou obra) “é suspensão, se se sabe perceber o sentido do jogo que toma lugar [*sich abspielen*]”²³¹.

De todo modo, mesmo que sustente uma tal autonomia — enquanto um mundo em si com regras próprias —, o ser da obra de arte se revela apenas na constante dinâmica entre obra e espectador (intérprete), representando o processo no qual o sentido é revelado justamente na mediação entre as partes e que, com efeito, é infundavelmente reiterado e renovado. A verdade da obra de arte, portanto, está mais no constante ato de revelar do que na conquista de um sentido peremptório, como uma verdade absoluta a respeito do sentido de uma obra. No jogo, os participantes são absorvidos na dinâmica de regras e tarefas e do desenrolar do jogo e tem sua subjetividade “suspensa”. A obra assume uma espécie de protagonismo, ao mesmo tempo em que precisa ser jogada (performada, assistida ou interpretada) por alguém: “a apresentação de um espetáculo teatral não pode ser separada dele como algo que não pertence ao seu ser essencial. [...] Antes, na apresentação, e somente nela, — o que se torna mais claro na música — encontra-se a própria obra”²³².

A partir da metáfora do jogo, o conceito de sentido toma uma nova forma. O sentido de um texto esteve tradicionalmente ligado à identificação dos motivos originais que engendram o ato criativo do sujeito, a intenção (ou conjunto de intenções) e o contexto que tiveram como resultado a obra.²³³ Nessa perspectiva, porém, o intercâmbio entre a consciência do autor e a consciência do historiador, que tenta reproduzir os motivos da primeira, transforma a interpretação em um ato primordialmente subjetivo, na medida em que o conflito das interpretações, que contribui para a formação da tradição, não está somente no significado

²²⁹ GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 107.

²³⁰ “O representar [*spielen*] de um espetáculo não quer ser entendido como a satisfação de uma necessidade lúdica, mas como um adentrar da própria poesia na existência [*Ins-Dasein-Treten der Dichtung selbst*]” (Ibid., p. 122).

²³¹ Ibid., p. 117-8.

²³² Ibid., p. 121.

²³³ Gadamer tem em mente, dentre outros, Schleiermacher e Dilthey. Cf. Ibid., p. 171-2.

atribuído àquilo que se considera os motivos do autor, mas também na própria determinação de tais motivos. Em crítica a essa perspectiva — isto é, de uma suposta interpretação canônica²³⁴ —, Gadamer demonstra que, mesmo considerando-se o contexto originário de seu engendramento, o sentido de um texto ultrapassa as intenções do seu autor, e que é justamente no excesso de sentido que se constitui a tradição, nas interpretações que inevitavelmente levam consigo os traços da situação histórica do intérprete, sendo assim não reprodutoras, mas sempre produtoras de sentido.²³⁵

A obra de arte (tal como o texto) é transmitida com suas interpretações e, mais importante, por meio delas. As interpretações sempre buscam tornar o texto relevante para a própria época, o processo de tradução se torna um imperativo para a conservação do sentido do texto a novas situações, nas quais subsiste o esforço em expressar o mesmo de um modo novo. Dentro da metáfora do jogo, o texto vive nos atos, eventos e processos que constituem suas apresentações, as realizações interpretativas (performativas) das possibilidades que se encerram no texto e que passam a integrar suas formas, isto é, os modos como eles se manifestam. Assim, a diversidade de interpretações, mais do que modos de atribuição de sentido presos na subjetividade, pertencem às possibilidades ontológicas imiscuídas na obra. Em outras palavras, “o verdadeiro ser de uma obra é aquilo que ela é capaz de dizer, o que ultrapassa fundamentalmente toda limitação histórica”²³⁶. A interpretação reside exatamente na infundável dialética entre, por um lado, as determinações e medidas que a obra apresenta em suas apresentações e, por outro, a liberdade de “modificação produtiva da tradição”. Ao fim, autor, intérprete e performer são jogadores que participam do jogo da obra ou do texto, maior do que eles, a partir do qual toma forma a transmissão de sentido que constitui a tradição e que une presente e passado.²³⁷

*

Em *Verdade e Método*, a passagem da análise da consciência estética para a consciência histórica ocorre de acordo com a tese de que aquilo que é válido para a obra de arte, na verdade,

²³⁴ “A hermenêutica que entenda a compreensão como a reconstrução do original não passa de um exercício de transmissão de um sentido morto” GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 172.

²³⁵ Ibid., p. 123.

²³⁶ GADAMER, Hans-Georg. *Ästhetik und Hermeneutik in: Ästhetik und Poetik I. Kunst als Aussage. Gesammelte Werke (Band 8)*. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999b. p. 2.

²³⁷ GADAMER, 1999a, p. 124-6.

se estende ao todo do mundo espiritual²³⁸, já que a tradição artística, como “tudo que já não mais está imediatamente no seu mundo e não mais se expressa nele e para ele [...], encontra-se alienada de seu sentido originário e dependente do espírito que a elucide e intermedie”. Com efeito, a problemática específica da arte, na medida em que expõe o problema geral da historicidade da compreensão, deve ser transcendida. Justamente, “a hermenêutica deve à gênese da consciência histórica [sua] função central no âmbito das ciências do espírito”²³⁹. Ao fim, cabe às ciências do espírito, ou melhor, ao pensamento filosófico orientado por e para elas, não só determinar as bases sobre as quais é possível investigar a noção de verdade que nelas se manifesta e que seja adequada à sua vocação de “compreender a variabilidade de todas as experiências”²⁴⁰, mas também determinar uma forma de apreender tal verdade, tarefas alheias à experiência da arte. É no escopo mais amplo das ciências do espírito, ultrapassando-se então o âmbito da consciência estética, que se deve aprofundar a investigação sobre a questão da verdade no empreendimento hermenêutico.

A segunda parte de *Verdade e Método* trata de sistematizar uma hermenêutica das ciências humanas. Gadamer recupera o debate de fundamentação da história e das ciências do espírito a fim de evidenciar o caminho que vai das origens da hermenêutica romântica e idealista, passa pela escola histórica do século XIX e chega à filosofia da vida de Wilhelm Dilthey. Com isso, Gadamer pretende mostrar como as aporias no pensamento de Dilthey, ligadas especialmente ao problema do historicismo, representam a última tentativa e o esgotamento de uma forma de filosofia das ciências humanas baseada em um *Fragestellung* “ultrapassado”, isto é, em um modo antiquado de colocação de problemas: a forma da fundamentação epistemológica face às ciências naturais. Ao mesmo tempo que largamente influenciado pela tradição histórico-filosófica que contempla Schleiermacher, Hegel, Ranke e Droysen, Dilthey também se ocupou largamente com o empirismo inglês e com as teorias do conhecimento das ciências naturais.

De todo modo, o projeto de Dilthey de fundamentação das ciências do espírito teve como objetivo ultrapassar a dualidade entre a filosofia da experiência e as implicações idealistas que a escola histórica partilhava. O colapso da filosofia da história especulativa fez com que Dilthey retomasse o modo kantiano de colocar a questão a respeito da possibilidade

²³⁸ “A compreensão deve ser pensada como parte do acontecimento de sentido [*Sinn-geschehen*], no qual se forma e se realiza o sentido de todo enunciado, tanto dos enunciados da arte como dos de qualquer outro gênero de tradição” (GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 170).

²³⁹ Ibid., p. 170.

²⁴⁰ Ibid., p. 104.

de uma ciência da experiência histórica (do espírito) atenta à sua especificidade. É sob o imperativo dessa especificidade que Dilthey procura fundar as ciências do espírito na historicidade própria da experiência da vida humana, no fato de o indivíduo ser ele mesmo histórico e, assim, simultaneamente investigá-la e realizá-la: “é a homogeneidade de sujeito e objeto que possibilita o conhecimento histórico”²⁴¹. Dilthey procura passar progressivamente do indivíduo para a história: a conquista pelo indivíduo de um contexto vital, um conjunto de vivências que, por meio de um nexos significativo, liga parte e todo (a vida histórica).²⁴² A vida em si se apresenta como unidades de significado²⁴³ (*Bedeutung*) apreendidas pelo indivíduo, de modo que a tarefa das ciências do espírito deveria estar na compreensão das expressões (*Ausdrücke*) da vida em suas circunstâncias concretas.

Assim, “a hermenêutica [...] no pensamento de Dilthey [...] resulta conseqüentemente da fundamentação da filosofia na ‘vida’”²⁴⁴ — “criadora e inesgotável” — e, por conseguinte, na história. Isso leva Dilthey a atribuir à consciência histórica o lugar que Hegel havia conferido ao espírito absoluto, a qual “vê todos os fenômenos do mundo humano e histórico apenas como objetos nos quais o espírito reconhece a si mesmo de modo mais profundo [o modo de autoconhecimento]. Assim, “a consciência histórica se estende ao universal na medida em que compreende todos os fatos da história como manifestação da vida, da qual se originam”. Ela “preserva o espírito histórico em tudo”, um espírito de infinitude potencial.²⁴⁵ Com isso, a hermenêutica de Dilthey abandona um caráter instrumental: “mais do que um recurso [*Mittel*], ela é o meio [*Medium*] universal da consciência histórica. [...] Tudo na história é compreensível. Pois tudo é texto”²⁴⁶.

Não obstante, em vez de oferecer uma solução ao problema, a tentativa de fundamentação epistemológica das ciências do espírito apenas evidenciou uma série de aporias que Dilthey não foi capaz de desenredar. Elas já se apresentam desde o princípio, como questionamento à possibilidade de realmente elevar a experiência individual à experiência histórica, de depreender de fato do nexos vital individual o nexos da história, de ultrapassar o âmbito psicológico em direção ao hermenêutico, sem cair novamente na metafísica idealista

²⁴¹ GADAMER, Hans-Georg. *Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)*. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 226.

²⁴² DILTHEY, Wilhelm. Einleitung in die Geisteswissenschaften: Versuch einer Grundlegung für das Studium der Gesellschaft und der Geschichte. In: *Gesammelte Schriften Band 1*. Stuttgart/Göttingen: Teubner Verlagsgesellschaft/Vandenhoeck & Ruprecht, 1990, p. 142.

²⁴³ Para a aproximação do conceito de significado em Dilthey ao conceito de intencionalidade em Husserl, cf. GADAMER, op. cit., p. 229-230.

²⁴⁴ Ibid., p. 230.

²⁴⁵ Ibid., p. 233-4.

²⁴⁶ Ibid., p. 245.

que se propôs afastar.²⁴⁷ A ideia da condição de possibilidade de uma ciência do conhecimento da história estar no fato do indivíduo que a realiza e investiga ser ele mesmo histórico e, mais ainda, a elevação da consciência histórica e da historicidade da vida a um princípio absoluto de fundamentação das ciências do espírito evidenciaram a problemática do historicismo que Dilthey não soube solucionar senão pelo regresso à hermenêutica romântica e filológica, e até mesmo a um certo cartesianismo²⁴⁸.

Desse modo, a compreensão, fundada na concepção de simpatia, de nexos vitais cada vez mais amplos, atentando-se à sua individualidade histórica, ainda preserva em Dilthey, como pressuposto básico, a possibilidade de superação do ponto de vista histórico e subjetivo, dos pré-juízos do presente. Sendo assim, uma contradição parece percorrer o pensamento de Dilthey, por manter a base de seu empreendimento no indivíduo finito e histórico e aspirar para a consciência histórica o estatuto de um saber progressivamente universal do mundo da vida, tendo assim que superar sua própria condição finita e relativa para garantir o conhecimento científico baseado na apreensão dos nexos vitais. Daí a indagação: “qual é a distinção da consciência histórica [...] para que sua própria condicionalidade não deva suspender a reivindicação fundamental do conhecimento objetivo?”²⁴⁹; a saber, o conhecimento que se eleva “metodicamente acima da contingência subjetiva do próprio ponto de vista dado pela tradição acessível a ele”²⁵⁰. Ao fim, para Gadamer, apesar de sua contribuição fundamental, Dilthey falhou em tentar solucionar o problema do historicismo. Mesmo reconhecendo a distinção entre as ciências naturais e as ciências do espírito, Dilthey não conseguiu ultrapassar o paradigma metódico da ciência moderna, na medida em que sua hermenêutica deixou de conferir à experiência histórica um tratamento verdadeiramente adequado à sua especificidade.²⁵¹

A suposta superação do problema do historicismo somente ocorre, para Gadamer, não precisamente com uma “solução”, mas com a reformulação do questionamento transcendental-epistemológico operada pela fenomenologia de Heidegger, em seu diálogo crítico com Dilthey, Yorck e Husserl. Husserl tratou da constituição da temporalidade do eu-originário que permitiu

²⁴⁷ GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 231.

²⁴⁸ Cf. Ibid., p. 241-5.

²⁴⁹ Ibid., p. 238. Todavia, que fique claro: “sua fundamentação da filosofia no fato originário da vida não busca um nexo de proposições livre de contradição que quisesse se colocar no lugar dos sistemas de pensamento da filosofia precedente. [...] Ela não procura fundamentar a única filosofia possível a partir da unidade de um princípio especulativo, mas sim dar continuidade ao caminho da autorreflexão [*Selbstbesinnung*] histórica” (Ibid., p. 240-1).

²⁵⁰ Ibid., p. 240.

²⁵¹ Ibid., p. 245-6.

considerar a subjetividade humana como um conjunto de fenômenos nos “seus modos de encontrar-se dada”²⁵² e as vivências (intencionais ou não) como uma corrente disposta em um horizonte que compreende a continuidade entre passado e futuro do mundo da vida²⁵³, isto é, “o solo prévio de toda experiência”, “o todo que estamos vivendo enquanto seres históricos”²⁵⁴. A ontologia fundamental de Heidegger parte dos resultados das reflexões anteriores sobre o conceito de vida e suas implicações temporais para distinguir-se substantivamente como hermenêutica da facticidade: de fato, “nem a solução do problema do historicismo, nem uma fundamentação originária das ciências”, mas uma certa interpretação do ser cujo significado “terá de ser determinado a partir do horizonte do tempo”.²⁵⁵ É o que está implícito no próprio termo *Da-sein*, o qual tem sua especificidade na forma em que sua compreensão do ser se torna possível: a partir da existência de algo anterior, a “pré-sença” que, por um lado, ao apontar para a anterioridade, revela a determinação ontológica de sua temporalidade e, por outro, ao manifestar a diferença entre ser e ente, revela o sentido da virada heideggeriana, a saber, o caminho de ascensão do ente para o ser dentro do âmbito da facticidade. A compreensão é elevada a modo de ser originário do *Dasein* por meio da ampliação do “horizonte de problemas a que pertence a compreensão”. Fundamentalmente, “compreender” carrega consigo a marca da temporalidade, pois significa lançar-se, projetar-se a possibilidades de sentido que modificam o próprio sujeito, de modo que “todo compreender acaba sendo um compreender-se”.²⁵⁶

Os ganhos proporcionados pela reformulação heideggeriana do questionamento filosófico-hermenêutico, a saber, a conquista de uma nova fundamentação ontológica, adquirem concretude em Gadamer com o desenvolvimento de uma hermenêutica histórica (*geschichtliche Hermeneutik*). Fundada, então, na concepção da universalidade do círculo hermenêutico²⁵⁷, essa hermenêutica se articula por meio da reabilitação do conceito de pré-juízo (*Vorurteil*²⁵⁸) como condição de possibilidade da compreensão. Em vez de inviabilizá-la,

²⁵² GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 249.

²⁵³ Para Gadamer (e, antes, Heidegger), o conceito de vida, empregado por Dilthey e Husserl, atinge sua forma mais elevada com Conde Yorck, mesmo que de modo esquemático e fragmentário. Cf. *Ibid.*, p. 255-8.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 251.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 261.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 265.

²⁵⁷ A tese da universalidade do círculo hermenêutico parece encontrar na teoria da história modelos que a reiteram. Por um lado, na noção de tripla mimesis em Paul Ricoeur, cf. RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa 1. A intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a, p. 93-155. Por outro lado, na matriz disciplinar de Jörn Rüsen, cf. RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora UnB, 2010a, p. 26-38.

²⁵⁸ A opção por traduzir *Vorurteil* como “pré-juízo” parece fazer mais justiça às intenções de Gadamer com o uso do termo. Cf. *Ibid.*, p. 276-281.

é a própria historicidade implícita em tal conceito que possibilita a compreensão, porquanto “é condição para o sentido originário do interesse histórico, [...] porque a pertença a tradições pertence à finitude histórica do *Dasein* tão originária e essencialmente como seu estar-projetado para possibilidades futuras de si mesmo”²⁵⁹. É a historicidade que caracteriza (como modo de ser) a situação da qual se permite esclarecer as escolhas e determinações dos paradigmas interpretativos. Isso fica claro na denúncia da obsessão do século XIX com o ideal científico de objetividade — que se fez revelar no caso da história científica moderna, por exemplo, com a doutrina da superação dos pontos de vista — e a descoberta de sua dependência ao ideal iluminista, a seu turno, preso à metafísica da substância. Assim, o historicismo é superado quando aplicado a si mesmo. Em vez de suspensos, os pré-juízos, fundados na pré-estrutura da compreensão (*Vorstruktur des Verstehens*), são o meio de acesso ao modo particular de legitimação das ciências do espírito: “os pré-juízos de um indivíduo são, muito mais que seus juízos, a realidade histórica de seu ser”²⁶⁰.

Essa reabilitação trata de aproximar pares outrora opostos — como razão e tradição, razão e autoridade —, baseando-se no fato de que “para nós a razão somente existe como realidade e a história, [...] não é dona de si mesma, pois está sempre referida ao dado no qual se exerce”²⁶¹, não é, pois, uma faculdade abstrata, mas um modo de pensamento que se coloca a tarefa da crítica, mas que se constituiu historicamente. A compreensão, assim, não se baseia em um ato puramente subjetivo, já que os pré-juízos são adquiridos por meio da tradição, que transcende a dimensão da subjetividade (e do texto como objeto) e se refere ao todo ao qual o indivíduo pertence. A tradição, portanto, é uma forma de autoridade²⁶². Assim, a tarefa hermenêutica também trata de reconhecer criticamente, de trazer à luz os aspectos “pré-estruturais” até então ocultos da situação do evento compreensivo — em seu conjunto de projeções, inclinações e interesses preliminares —, na qual a compreensão toma lugar, para que seu objeto seja apreendido da forma mais clara possível, permitindo que as coisas “falem

²⁵⁹ GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 266.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 281.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 281.

²⁶² Em sua reabilitação, Gadamer afirma que a autoridade “não tem seu fundamento último num ato de submissão e de abdicção da razão, mas num ato de reconhecimento e de conhecimento: reconhece-se que o outro está acima de nós em juízo e perspectiva e que, por consequência, seu juízo precede. [...] Junto a isso dá-se que a autoridade não se outorga, adquire-se e tem de ser adquirida se a ela se quer apelar” (*Ibid.*, p. 283-284).

por si mesmas” e, por conseguinte, sejam ouvidas²⁶³ o mais próximo de sua alteridade própria, mesmo que a coisa “só possa adquirir vida através do aspecto sob o qual é mostrada”²⁶⁴.

A compreensão criticamente e reflexivamente realizada dá lugar justamente ao embate entre a consciência do próprio pré-juízo e a alteridade do texto que exprime sua “própria verdade” face aos sentidos antecipados do historiador, que são renovados seja por sua confirmação ou rejeição. Assim se constitui o círculo hermenêutico, processo constantemente renovado por meio do questionamento (“pautado na coisa”) da origem das visões, ideias, conceitos e hábitos linguísticos em confrontação com a tradição manifestada pelo texto e compartilhada com ele, sempre com a meta de uma “unidade de sentido” cada vez mais ampliada em direção ao todo.²⁶⁵ Esse compartilhamento da tradição mantém no historiador uma “polaridade entre familiaridade e estranheza, [...] entre a objetividade da distância, pensada historicamente, e a pertença a uma tradição”. A hermenêutica se situa justamente no entremeio dessa tensão.²⁶⁶

Ao fim, essas indicações teóricas não se voltam a regras e critérios que permitam distinguir entre os pré-juízos que levam a um “bom” entendimento e aqueles que levam a mal-entendidos — e que, por conseguinte, precisariam ser criticamente superados —, transferindo o foco, assim, para o critério de avaliação e validação do pré-juízo, antes mesmo, para a própria existência de tais critérios e seu efeito no modo como uma hermenêutica histórica²⁶⁷ pode ser elaborada. É desse modo que Gadamer reformula a questão sob o imperativo da distância temporal contra o paradigma metódico da ciência histórica moderna: o intervalo entre fonte e historiador não é um obstáculo a ser superado, mas, antes, é “uma possibilidade positiva e produtiva do compreender”, pois, em vez de um vazio, é preenchido pela continuidade da tradição. Assim, o tempo é “o fundamento que sustenta o acontecer, onde a atualidade finca suas raízes”.²⁶⁸ Para Gadamer, a distância temporal permite ampliar o momento da compreensão, renovando a circularidade hermenêutica que, a cada retorno, revela os pré-juízos que determinam a compreensão e abre a possibilidade de distinguir entre pré-juízos “falsos” e

²⁶³ “O que satisfaz nossa consciência histórica é sempre uma pluralidade de vozes nas quais ressoa o passado. Isso somente aparece na diversidade das ditas vozes: tal é a essência da tradição da qual participamos e queremos participar”. A investigação histórica “não é somente investigação, mas também mediação da tradição”, realização de “nossas experiências históricas, na medida em que nela faz-se ouvir cada vez uma voz nova em que ressoa o passado” (GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 289).

²⁶⁴ Ibid., p. 289.

²⁶⁵ Ibid., p. 272.

²⁶⁶ Ibid., p. 300-301.

²⁶⁷ Ibid., p. 281.

²⁶⁸ Ibid., p. 302.

“verdadeiros”.²⁶⁹ Não obstante, esse processo de esclarecimento é dialético: não está pautado apenas nas determinações imanentes do texto, cujo sentido ultrapassa o seu autor, mas também naquelas que caracterizam o historiador e a época à qual pertence. Considerado como um ato produtivo (menos reprodutivo), o pensamento hermenêutico questiona seus pré-juízos até então despercebidos e inquestionáveis e os renova a cada momento. Gadamer não deixa de pontuar que, ao mesmo tempo, a distância temporal pode contribuir não para o esclarecimento, mas para o ocultamento. Isso vale para a própria hermenêutica crítica e reflexiva, mantendo vivo o círculo hermenêutico.²⁷⁰

Sendo assim, a tradição possui um efeito ao mesmo tempo que a investigação. Ambas “formam uma unidade de efeito, cuja análise só poderia encontrar uma trama de efeitos recíprocos”²⁷¹, dando vida a uma história efetual. A princípio, a ideia de uma história efetual (*Wirkungsgeschichte*) se referia ao exame do impacto, efeito e influência de um trabalho, sua recepção em um determinado meio, revelando as distintas interpretações realizadas ao longo da história, bem como, por consequência, as características interpretativas de um período. Uma consciência histórica efetual, portanto, se volta aos aspectos constitutivos da situação hermenêutica, ao esclarecimento da pré-compreensão que faz parte da história efetual. Ao mesmo tempo, esse esclarecimento tem um limite o qual nenhuma consciência pode transcender, já que ela mesma é determinada pela sua própria história efetual. Todo ato de compreensão ocorre dentro do horizonte de uma história efetual, no qual se situam as entidades significativas. Com efeito, o caráter ambíguo da expressão se torna evidente. Trata-se da tentativa de transcender o que determina (surte efeito, age sobre — *wirken*) a própria consciência, a história de seus pré-juízos, não enquanto simples inclinações de juízos, mas como a “realidade história do ser”, segundo Gadamer. Ao mesmo tempo que tal consciência evoca a necessidade da elucidação da historicidade da situação hermenêutica, ela também acusa os limites de uma empresa determinados pela finitude.²⁷²

Os sentidos e significados de um texto não aguardam enquanto tais, de modo independente, um momento de apreensão (ou reprodução) por um ato compreensivo puro. Esse sentido é aplicado, produzido, realizado em uma determinada situação da história efetual (a do historiador) como resposta a uma questão que motiva o esforço interpretativo. Esse esforço não tem como finalidade o simples reconhecimento do texto como um documento histórico, o

²⁶⁹ GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 304.

²⁷⁰ Ibid., p. 300-304.

²⁷¹ Ibid., p. 287.

²⁷² Ibid., p. 306-307.

que se deixa perceber de forma mais clara, por exemplo, nos âmbitos jurídico — em que a interpretação e a execução da lei andam juntas —, teológico — em que a busca do sentido da escritura sagrada tem uma finalidade redentora — e artístico — no qual a distinção entre a interpretação e a aplicação pela via da performance é amiúde indiscernível (considere-se a execução de uma sinfonia ou a encenação de uma peça).²⁷³ A aplicação reforça que toda compreensão é também autocompreensão e, assim, aplicação de um sentido à pergunta de alguém (e de uma época) e, por conseguinte, a ele mesmo. A historicidade do processo é evidente e, com ela, as mudanças de significado de um texto. Como a compreensão, a aplicação é um evento hermenêutico constitutivo²⁷⁴ que aponta para um processo natural e cotidiano (inconsciente e acrítico) de “atualizar” sentidos, de trazer a alteridade do passado ao presente, de forma que interpretar, compreender e aplicar representam “o processo de fusão dos horizontes”²⁷⁵ [do presente e da tradição] presumivelmente dados por si mesmos”²⁷⁶. Elas não têm um “início” e um fim no sujeito. Esse processo é maior que a subjetividade, ao passo que é intersubjetivo e “transgeracional”, é maior que o sujeito e sua pretensão de consciência, vontade e autonomia perante o mundo e perante si. Para Gadamer, o fenômeno hermenêutico é um constante diálogo no qual todos participam de acordo com suas inclinações interpretativas. Esse processo altera o sentido da tradição e constrói novos.²⁷⁷

Desse modo, uma outra maneira de conceptualizar a lógica hermenêutica da aplicação é por meio da dialética da pergunta e da resposta²⁷⁸: “o fato de um texto transmitido se converter em objeto de interpretação significa que coloca uma pergunta ao intérprete”, que a não-compreensão “imediate” de seu sentido toma a forma de uma pergunta. Toda interpretação é, em algum nível e de algum modo, impulsionada por questões, as quais, a seu turno, acabam por delimitar implicitamente o escopo de suas respostas, de forma que “compreender um texto quer dizer compreender essa pergunta”.²⁷⁹ Em outras palavras, quer dizer ultrapassar aquilo

²⁷³ GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 314-5.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 313.

²⁷⁵ Gadamer aqui se inspira também em Hegel. Sua concepção de compreensão dialoga diretamente com o conceito hegeliano de conhecimento enquanto processo dialético entre consciência e mundo. Em ambos os casos, os componentes que compõem a dialética alteram-se no processo. Gadamer denomina o movimento dialético da compreensão de fusão de horizontes. Para algumas afinidades e desacordos de Gadamer em relação a Hegel, cf. PIPPIN, Robert, B. Gadamer's Hegel. In: DOSTAL, Robert, J. (ed.). **The Cambridge Companion to Gadamer**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 225-246.

²⁷⁶ GADAMER, op. cit., p. 311.

²⁷⁷ *Ibid.*, p. 312-314.

²⁷⁸ Como já apontado anteriormente por Collingwood: “todo passo no argumento depende da colocação de uma questão” (COLLINGWOOD, Robin George. **The Idea of History**. Oxford: Oxford University Press, 1956, p. 273).

²⁷⁹ GADAMER, op. cit., p. 375.

que o texto diz em direção à pergunta que ele supostamente responde, ao horizonte do perguntar ao qual pertence, horizonte dentro do qual se deve considerar, pelo questionamento à própria pergunta (o lugar ou alguém do qual ela parte), a possibilidade de distinção entre a pergunta que o texto supostamente deveria responder e aquela que realmente responde. Trata-se da necessidade do historiador, inicialmente interrogado, de começar a interrogar: “a reconstrução da pergunta a que o texto deve responder está, ela mesma, dentro de um perguntar mediante o qual nós procuramos buscar a resposta à pergunta que a tradição nos coloca”.²⁸⁰ Ao fim, considerada como a resposta a uma pergunta em diferentes níveis, a realização do processo interpretativo não só não pode abrir mão dos seus pré-juízos constitutivos, como depende deles para ocorrer: é a “concretização histórico-efetiva da dialética da pergunta e da resposta”²⁸¹, a concretização de um diálogo²⁸² (*Gespräch*).

*

A ideia do diálogo é a porta de entrada para a última parte de *Verdade e Método*, precisamente a questão do caráter linguístico (*Sprachlichkeit*) do diálogo e da compreensão e, por conseguinte, a questão da universalidade da experiência verbal de mundo. A noção de linguagem em Gadamer está intrinsecamente relacionada à ideia de diálogo, pois a primeira “é o meio em que se realiza o acordo²⁸³ [dialógico] dos interlocutores e o entendimento sobre a coisa”²⁸⁴. Essa relação fundamenta a crítica à lógica proposicional, à lógica das demonstrações de proposições abstratas isoladas passíveis de controle e verificação, tão caras à metodologia científica moderna. Gadamer privilegia mais a dimensão comunicativa e dialética da linguagem do que a gramatical e semiótica. Assim, mais do que um conjunto de formas e regras, a linguagem, em sua cotidianidade e “transparência”, é o meio não-reflexivo da compreensão (e do fazer-se compreender) do mundo pelo diálogo, vivo e dinâmico. O verdadeiro ser da linguagem não está nela enquanto signo, mas naquilo que é dito por ele, o que está contido nele: um mundo. Com efeito, o sentido de uma proposição, para Gadamer, não está retido nela mesma — considerada como uma suposta unidade de sentido autossuficiente —, mas no

²⁸⁰ GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 379-380.

²⁸¹ GRONDIN, Jean. **Introduction to philosophical hermeneutics**. New Haven and London: Yale University Press, 1994, p. 117.

²⁸² Também apontado por Collingwood em sua análise da Platão. Cf. COLLINGWOOD, Robin George. **The Idea of History**. Oxford: Oxford University Press, 1956, p. 274.

²⁸³ O caso da tradução ilustra particularmente a necessidade de um acordo. Cf. GADAMER, op. cit., p. 389-391.

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 387.

contexto ao qual ela pertence, aos diálogos dos quais ela faz parte. Só dentro deles é que a proposição tem um sentido, pois a compreensão não resulta da apreensão do significado de proposições isoladas, mas do pertencimento a uma tradição dentro da qual o que é materializado pela linguagem tem um determinado sentido por também fazer parte dela, de alguma maneira e em algum nível. Isso de modo algum significa ignorar a dimensão lógica da linguagem, pois toda proposição é formada por um conjunto de pressuposições que estão logicamente fundadas na dialética da pergunta e da resposta que “determina a compreensão como um acontecer”²⁸⁵.

É justamente o caráter dialógico e dialético da linguagem que permite a transformação e o alargamento dos horizontes de sentido. É pelo diálogo que os limites do conjunto daquilo que determina nosso mundo e se expressa pela linguagem são questionados e superados. Isso se dá pela dialética, mobilizada pela linguagem comunicativa, entre os sentidos sedimentados na tradição e o novo em iminência de expressão — a linguagem é ao mesmo tempo o que a tradição possibilita e um esforço de expressão do novo, de tornar familiar o estranho. A linguagem, imiscuída nos mais diversos processos vitais, impulsionada pela experiência hermenêutica, revela-se como uma entidade dinâmica em constante transformação, isto é, ela é fundamentalmente temporal e histórica. A fusão de horizontes realizada pela experiência hermenêutica é o que possibilita a transcendência daquilo constituído pela linguagem e, assim, da própria linguagem. Dentro da metáfora do jogo, a linguagem é o meio que liga dois jogadores e permite sua interação, a qual, a seu turno, depende do compartilhamento de um campo semântico²⁸⁶ que se refere à especificidade da situação do diálogo. É a mobilização desse campo semântico que está em jogo no diálogo. Assim, a lógica propriamente dialógica da linguagem é enfatizada em detrimento da proposicional e puramente formal, pois é nela que se encontra o esforço de compreensão do outro, da lógica da pergunta e da resposta que renova constantemente o “diálogo hermenêutico”²⁸⁷ ao mobilizar novas realidades liberadas pela linguagem. Ademais, é nesse intercâmbio que os aspectos linguísticos constitutivos permitem ser identificados e, especialmente, seu significado.

Portanto, a linguagem é o meio primordial de transmissão do sentido, a ponte que liga passado e presente. Mais do que isso, para Gadamer, linguagem e compreensão são

²⁸⁵ GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 476.

²⁸⁶ “Assim como no diálogo real, é o tema comum que une as partes entre si” (Ibid., p. 391).

²⁸⁷ Ibid., p. 391.

praticamente um único processo²⁸⁸. A história efetual se concretiza na linguagem de uma determinada época, isto é, os pré-juízos que determinam a estrutura pré-compreensiva são constituídos e transmitidos linguisticamente. Em outras palavras, pode-se dizer que o passado se manifesta no presente por meio da linguagem, especialmente, de acordo com Gadamer, por meio da escrita, na qual “se dá uma coexistência de passado e presente única em seu gênero”²⁸⁹. Gadamer enxerga entre linguagem e compreensão uma relação de determinação recíproca, de modo que os limites da compreensão se identificam aos limites da linguagem. Isso anula qualquer distinção abstrata entre realidade em si e linguagem e reforça a simultaneidade de ambas: o mundo é compreensivamente constituído e experienciado pela linguagem.²⁹⁰ Linguagem e compreensão são atributos fundamentais do *Dasein*, em vez de simples métodos disponíveis cujo uso é opcional. É a partir dessa fundação que o engajamento interpretativo com objetos particulares é possível: ele sempre pressupõe um mundo já instituído pela linguagem e em relação ao qual tais objetos têm um sentido — o mundo no qual tais objetos se manifestam. Assim, “a humanidade originária da linguagem significa, pois, ao mesmo tempo, a linguisticidade originária do estar-no-mundo do homem”.²⁹¹

No entanto, apesar de manifestado pela linguagem, o diálogo que está no cerne de cada ser nunca é exaurido por ela, pois é a “voz interior” que se liga originalmente ao questionar, isto é, um ato pré-linguístico, uma orientação no mundo no qual a linguagem está enraizada. Portanto, há sempre algo de “não-dito”. Não obstante essa limitação, é a linguagem que está no centro da reflexão gadameriana, como a condição de possibilidade da hermenêutica, a linguagem é o meio pelo qual o diálogo toma corpo. O objetivo da compreensão é de, pela linguagem, insistentemente tentar tocar o ser cuja manifestação se dá pela própria linguagem, o ser que abarca a infinidade do ainda não-dito. Esse processo dinâmico se justifica não apenas pela historicidade da finitude, mas também pela potência infinita do não-dito e não-expresso que toda manifestação linguística deixa escapar. A questão não é apenas de exaurir a experiência pela linguagem, mas que a própria linguagem, com o conjunto de regras que a determina, se transforma ao longo do processo interpretativo. Desse modo, “todo falar humano é finito no sentido de que abriga em si uma infinidade de sentido a ser desenvolvida e

²⁸⁸ Considere-se as escolhas conceituais de Gadamer. Em alemão, o termo compreensão (*Verstehen*) e o termo acordo (*Verständigung*), são variações do mesmo conceito. E não se pode perder de vista que “o diálogo é um processo do acordo” GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 389.

²⁸⁹ *Ibid.*, p. 393.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 399-400.

²⁹¹ *Ibid.*, p. 446-447.

interpretada”²⁹². Como Gadamer insiste, mais do que na expressão da compreensão, o caráter linguístico da compreensão se dá no esforço renovado de tradução, na tentativa de encontrar as palavras certas para descrever algo anterior a elas. A linguagem representa o centro (*Mitte*), o ponto médio entre sujeito e mundo. A universalidade da hermenêutica está no processo de tentativa de realização da “palavra interior”, de absorção do “processo espiritual (*seelisch*) original” por trás de um texto²⁹³.

É com o tema da universalidade que *Verdade e Método* se encerra. Na obra, o termo assume, dependendo da interpretação, pelo menos três sentidos que ao fim se complementam: da universalidade da filosofia hermenêutica — baseada na relação ontológica do homem com o mundo—, da universalidade da compreensão e da universalidade do caráter linguístico da compreensão. A respeito do último sentido, Gadamer afirma: “na medida em que o fenômeno hermenêutico se revela em seu próprio caráter linguístico, possui por si mesmo um significado universal absoluto”²⁹⁴, como também: “A linguagem é o meio [*Medium*] universal em que se realiza a própria compreensão. A forma de realização da compreensão (*Verstehen*) é a interpretação (*Auslegung*)”²⁹⁵. Ao fim, trata-se menos da universalidade da filosofia gadameriana, uma suposta posição absoluta, do que da universalidade da *dimensão* hermenêutica: em vez de sua suposta limitação ao âmbito de fundamentação (epistemológica e metodológica) das ciências do espírito, a dimensão hermenêutica em sua linguisticidade compõe um traço fundamental da facticidade humana. Assim, a hermenêutica também se tornaria um aspecto universal da filosofia, um modo universal de investigação filosófica. Gadamer também procura pensar a universalidade como derivação do substantivo “universo”, a unidade, a totalidade na qual os seres finitos vivem. Nenhuma universalidade baseada na finitude pode fundá-la na lógica proposicional. Essa contradição não é superada por Gadamer, mas mantida como argumento à sua tese. A finitude se torna o universal: só há sentido na finitude, na historicidade do compreender. Com isso, a linguagem constitui o universo no qual o fenômeno hermenêutico toma lugar, mesmo que o último não se resume à primeira, pois contempla também a “palavra interior”. Ao mesmo tempo, a universalidade da linguagem está no fato de que é sempre a ela que se recorre no esforço de expressão, de modo que tal universalidade pode também ser considerada na crença de que a linguagem reserva em potência a capacidade de expressar qualquer coisa, que ela sempre aumenta seu horizonte, mesmo sem

²⁹² GADAMER, Hans-Georg. *Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)*. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a, p. 462.

²⁹³ *Ibid.*, p. 389.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 408.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 392.

nunca o preencher completamente. Gadamer reconhece, de todo modo, que o caráter universal da linguagem (enquanto uma constante mediação e tradução) precisa ser realizado em cada indivíduo de modo intersubjetivo e institucionalizado. Assim, por mais que se trate da constituição de uma estrutura pré-conceitual das regras que determinam a capacidade linguística e interpretativa, esse processo depende completamente de um experienciar do mundo intersubjetivo, do qual tais regras emanam.²⁹⁶

²⁹⁶ Para um comentário a respeito do tema da universalidade na hermenêutica gadameriana, cf.: FIGAL, Günter. Wahrheit und Methode als ontologischer Entwurf. Der universale Aspekt der Hermeneutik. In: FIGAL, Günter (Hrsg.). **Wahrheit und Methode**. Berlin: Akademie Verlag, 2007, p. 219-235 e GRONDIN, Jean. **Introduction to philosophical hermeneutics**. New Haven and London: Yale University Press, 1994, p. 120-124.

Friedrich Kittler e a crítica ao paradigma hermenêutico

Pressupostos teóricos da reflexão de Kittler — 1800: o sistema de inscrição da hermenêutica

A hermenêutica se estabeleceu na segunda metade do século XX como um dos principais paradigmas filosóficos e, naturalmente, foi alvo de diversas críticas, especialmente no que se refere à reivindicação de universalidade advogada por Gadamer.²⁹⁷ Como essas críticas revelam, a década de 1960, para além da hermenêutica, viu emergir um conjunto de reflexões, dentre elas algumas que passaram a levar em conta a questão da relação entre oralidade e literariedade com o surgimento de tecnologias de gravação, armazenamento e transmissão de sons. Reflexões tão distintas como as de Claude Lévi-Strauss²⁹⁸ e Marshall McLuhan²⁹⁹ compartilhavam, em movimento crítico à tradição hermenêutica, uma preocupação com a materialidade da comunicação e da linguagem e, por conseguinte, com a materialidade das mídias.

Uma outra dessas críticas advém da reflexão de Friedrich Kittler, cujo foco está na análise do discurso a partir da perspectiva das mídias. Essa crítica se encontra articulada em obras específicas, mas percorre toda a sua produção intelectual. Aqui se dará ênfase a *Aufschreibesysteme 1800/1900* (1985). Como o título indica, a obra tem seu fundamento teórico sintetizado na noção de *Aufschreibesystem* — literalmente, o termo significa “sistema de inscrição”, “de registro” ou “de notação”, o qual enfatiza a materialidade e positividade do ato de inscrição.³⁰⁰ É precisamente a partir de tal noção que a essência da crítica de Kittler pode

²⁹⁷ A recepção de *Verdade e Método* foi um dos grandes eventos acadêmicos e intelectuais da segunda metade do século XX. Cf. BERNSTEIN, Richard. *The Constellation of Hermeneutics, Critical Theory, and Deconstruction*. In: DOSTAL, Robert (ed.). **The Cambridge Companion to Gadamer**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 267-282.

²⁹⁸ LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus Editora, 1990.

²⁹⁹ MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media: The Extensions of Man**. New York: McGraw-Hill, 1965.

³⁰⁰ Na verdade, o verbo *aufschreiben* é correlato, na língua inglesa, ao verbo *write down*. O aspecto material que Kittler pretende evidenciar está justamente nas preposições (*auf* e *down*) que acompanham e delimitam um emprego mais específico do verbo mais amplo “escrever”. Esse aspecto permitiu que intérpretes associassem (e identificassem) o conceito de *Aufschreiben* ao conceito foucaultiano de discurso, como também ao conceito derridiano de inscrição. Para uma reflexão sobre o conceito derridiano de inscrição no contexto da tecnologia, cf. SJÖSTRAND, Björn. **Derrida and Technology: Life, Politics, and Religion**. Cham: Springer Verlag, 2021, p. 94-101.

ser compreendida. Em suas palavras, um sistema de inscrição (ou de discurso) “designa a rede de tecnologias e instituições que permitem que uma dada cultura selecione, armazene e processe dados relevantes”³⁰¹. Essa definição sinóptica traz consigo diversos pressupostos. Em primeiro lugar, ela sinaliza para o emprego de uma espécie de método genealógico, o qual evidencia o caráter propriamente histórico e descontínuo dos sistemas discursivos, o que, por outro lado, aponta para o fato de que cada época possui uma configuração específica de sistemas, de práticas discursivas e, mais fundamentalmente, de condições e regras de processamento de informação sobre as quais tais práticas se tornam possíveis.

Essa perspectiva se aproxima evidentemente do pensamento arqueológico de Michel Foucault, com o qual Kittler dialoga. Ademais, a análise dos sistemas de discurso também compartilha o pressuposto foucaultiano de pensar práticas e discursos enquanto exterioridade, isto é, a partir das condições determinadas pelos aparatos de poder e de disciplina para o surgimento de eventos discursivos e, Kittler acrescenta, pela lógica de armazenamento, transmissão e reprodução de informação. Antes de qualquer sentido que possa ser atribuído ao que foi dito ou escrito, importa para esse modo de análise o fato positivo de que algo — em sua especificidade própria — foi dito; ainda mais: para Kittler, importa a estrutura material e tecnológica a partir da qual algo foi dito, sendo tal estrutura, assim, anterior e viabilizadora da própria ideia de sentido, mais do que um mero conjunto de instrumentos que auxiliam em sua produção.

Essa estrutura, historicamente situada e no seu modo próprio de configuração, determina o canal que seleciona, da infinidade de elementos disponíveis na realidade, o conjunto de signos que virão a ser considerados informação, bem como o seu modo de processamento, os quais caracterizam uma determinada época e cultura. Na medida em que a cultura é pensada como instância de processamento, armazenamento e transmissão de dados, ela passa a ser determinada por sua medialidade, isto é, por seu caráter de mídia, de meio (*Medium*), como condição para a emergência de práticas e fenômenos culturais (como a literatura). Assim, é o fenômeno da medialidade, considerado em sua exterioridade positiva, que interessa a Kittler. As mídias, por sua vez, são constituídas a partir das condições tecnológicas — os recursos materiais e técnicos — disponíveis em um certo momento da história. Essa disponibilidade é responsável por moldar o canal material das mídias, o que significa que é a partir de sua configuração específica que o conceito de informação é determinado. Segundo Kittler, toda mídia, de acordo com suas características próprias, produz,

³⁰¹ KITTLER, Friedrich. *Aufschreibesysteme 1800-1900*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1985, p. 501.

juntamente a dados e informação, ruídos, distorções e elementos sem sentido. O que uma mídia produz de informação é o resultado de uma relação dialética entre o sentido e o não-sentido daquilo que captura e seleciona por seu canal material. Naturalmente, essa relação varia historicamente, porquanto depende das possibilidades tecno-materiais que as mídias dispõem.

Nesse universo kittleriano de materialidade e exterioridade parece não haver lugar para as individualidades subjetivas. Esse é precisamente o caso, ao menos em um certo sentido: Kittler não apenas parte, desde o início de sua reflexão, da superação da concepção moderna de sujeito — com seus termos, como autor e agente —, como também não se interessa pela “psicologia” das novas concepções de subjetividade. Em Kittler ocorre a substituição do conceito de sujeito pelo conceito de corpo. Ao abdicar da ideia romântica de interioridade, Kittler enfatiza a corporeidade, tanto como uma tecnologia por si mesma quanto como o locus de inscrição das demais tecnologias de mídia, em cuja rede o corpo se liga como parte fundamental e pela qual é formado e reformado em concordância à lógica de processamento, armazenamento e transmissão. Como resultado da ação das mídias, o corpo é testemunho da perda de agência sofrida pelo sujeito, ou melhor, da relegação de sua função a um nível secundário. Assim, o foco não é no enredo existencialista no qual os sujeitos protagonizam, por meio de suas escolhas e ações, suas trajetórias biográficas, mas sim no sistema discursivo que torna tal enredamento possível.

Ponto de inscrição das tecnologias, o corpo é configurado, programado e treinado pelas mídias às quais se encontra vinculado. Com efeito, para Kittler, os indivíduos são objeto de análise menos como demiurgos da cultura do que como corpos que sofrem a ação de um conjunto de aparatos e procedimentos. Isso se aplica à tecnologia midiática mais básica: a própria linguagem, a qual, em vez de dominada pelos indivíduos, antecede-os, é o meio no qual e pelo qual são formados; em vez de ferramenta do homem, é o que determina (fornece) as possibilidades do humano em primeiro lugar, o que permite a constituição do sujeito, tal qual Lacan concebeu a dependência humana à estrutura simbólica da linguagem, a qual, por sua vez, estrutura o inconsciente de um modo específico, a saber, pela linguagem.³⁰² Ao mesmo tempo, com efeito, a linguagem, como as outras mídias, não é uma instância autônoma e superior: ela é caracterizada por meios técnicos, instituições e paradigmas interpretativos e, nesse sentido, se é historicamente anterior a novos indivíduos que serão sobretudo moldados

³⁰² Segundo Lacan, “o inconsciente é, em seu fundo, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem”. LACAN, Jacques. **As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981, p. 135.

por ela, não obstante, é passível de mudança — como quando do surgimento de um novo sistema de inscrição com novas tecnologias.

Ao retirar o sujeito do centro da reflexão, Kittler, por conseguinte, também abre mão das abordagens que, de um modo ou de outro, ainda se baseiam na concepção moderna de sujeito e que, por isso, acabam presas a continuidades que amiúde acabaram por esconder profundas rupturas. A análise do contexto cultural e social, a crítica das ideologias e os projetos de emancipação dão lugar à análise ou arqueologia das inscrições técnicas. Assim como Foucault afirmou que a concepção moderna de sujeito não passa de uma construção discursiva possível em razão de um certo ordenamento histórico dos saberes, Kittler insiste no fato de que essa construção se deu no solo de mídias tecnicamente reguladas, isto é, sobre um sistema de inscrição — *Aufschreibesystem*. Nesse sentido, ele vai além de Foucault.³⁰³ Ao fim, a cultura não passa de uma “máquina de informação” de grande proporção (Y 40), cuja especificidade e “função” dependem da forma como a estrutura de sua dinâmica de processamento de dados se organiza. Sendo assim, se em um momento da história, a saber, a partir do fim do século XVIII, a cultura passou a ser concebida em função da distintiva capacidade humana de dar sentido aos objetos que a permeiam, constituindo entre humanidade e cultura uma relação de determinação recíproca, e até mesmo reduzida a uma expressão dessa capacidade, isso só foi possível em razão de um determinado sistema discursivo, um aparato técnico e institucional que — por meio da produção de entidades (o Estado burocrático, a família nuclear, o sujeito autorreflexivo) a partir da determinação de práticas que empregavam um certo modo de escrever, ler e falar — viabilizou a hegemonia de uma visão essencialmente humanista e hermenêutica da cultura. Ao fim, portanto, os sistemas de inscrição, em suas práticas discursivas, não são a expressão externa e material de um sujeito transcendental, mas, de maneira oposta, a ideia de um sujeito dotado de uma interioridade é o resultado de modos determinados de instrução e programação dos sentidos em técnicas de expressão e comunicação, como a fala e a escrita. O caráter de mídia e de tecnologia (meio de comunicação) da escrita e da fala — e a consideração de sua materialidade própria — só se tornou evidente

³⁰³ “E Foucault, o último historiador ou o primeiro arqueólogo, só precisava consultar [as bibliotecas]. A suspeita de que toda a força vem dos arquivos e a eles retorna podia ser brilhantemente comprovada, pelo menos nos campos jurídico, medicinal e teológico. Tautologia da história ou seu calvário. Pois as bibliotecas, onde sempre se encontrava o arqueólogo, agrupavam e rubricavam papéis que outrora tinham sido muito diferentes quanto a endereço e chave de distribuição, quanto ao grau de confidencialidade à técnica de escrita — o arquivo de Foucault como entropia de um correio. Mesmo a escrita, antes de acabar nas bibliotecas, é um meio de comunicação cuja tecnologia a arqueologia simplesmente esqueceu. Razão pela qual todas as suas análises históricas paravam imediatamente antes do ponto no tempo onde outras mídias e outros itens começavam a perfurar o depósito de livros. Para os arquivos de sons ou as torres de rolos de filme a análise do discurso é incompetente”. KITTLER, Friedrich. **Gramophone, Film, Typewriter**. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 13).

com o surgimento das mídias analógicas (fonografia, fotografias e cinematografia). A partir disso se tornou claro que todo discurso é “tecnologizado” por mídias.

*

Essas indicações teóricas se tornam mais claras com a análise dos sistemas de inscrição. *Aufschreibesysteme* destaca três sistemas: a república dos eruditos, o sistema 1800 e o sistema 1900. De certo modo, pode-se dizer que Gadamer e Kittler compartilham um ponto de partida bastante semelhante. As primeiras reflexões de Kittler têm como foco a tradição clássica alemã, porém, antes de chegar a ela, Kittler, como Gadamer, previamente analisa a tradição humanista. *Aufschreibesysteme* começa com a chamada Era de Goethe (1770-1830), momento do “nascimento” do supracitado sujeito moderno com a concepção de “voz interior” (*Innerlichkeit*) e, com ele, do paradigma hermenêutico moderno, da história científica (da consciência histórica), da filologia, da estética e, posteriormente, da psicanálise. Não obstante o interesse de Kittler, a questão que coloca, não é de analisar o pensamento hermenêutico (filosófico e psicanalítico) por si, mas sim o sistema discursivo que o tornou possível: trata-se de revelar não apenas as condições de possibilidade, mas os limites históricos da hermenêutica. Para isso, os textos desse período, que contribuíram para a fundação do conceito de literatura³⁰⁴, são tratados como tecnologias — nesse caso, a principal tecnologia de mídia da época —, os quais são largamente e profundamente estudados por Kittler. Mais do que uma crítica literária, trata-se de uma análise do discurso em que os textos indicam para o modo no qual — a partir da rede e da configuração de instituições e meios técnicos de processamento, reprodução e armazenamento — a linguagem se materializa. Assim, mais que um estudo do sentido de um poema ou dos efeitos causados por suas características métricas, trata-se da análise que se coloca no nível das condições e mecanismos discursivos que possibilitaram que a poesia lançasse mão de tais recursos e, por conseguinte, que determinadas interpretações surgissem no horizonte de seus autores e leitores.

A tese aqui é de que a Era de Goethe representa a emergência de um novo sistema de discurso, o qual, por sua vez, foi responsável pelo engendramento de noções, conceitos e categorias até hoje centrais para o pensamento filosófico, histórico e literário. O sistema de 1800 nasceu do ocaso de um outro: a república dos eruditos (*Gelehrtenrepublik*, a *res publica*

³⁰⁴ Para Kittler, trata-se do conjunto de “regras que nos anos por volta de 1800 produziram o novo tipo de texto autoral chamado ‘literatura’”. KITTLER, Friedrich. *Lullaby of Birdland*. In: **The Truth of the Technological World Essays on the Genealogy of Presence**. Stanford: Stanford University Press, 2014, p. 31.

litteraria). A república dos eruditos é um sistema caracterizado pelo surgimento do impresso, no qual a produção do conhecimento era guiada pelas noções de autoridade e erudição, gerido por uma classe de indivíduos em um contexto em que a universidade ainda não pertencia ao Estado, pela aplicação da doutrina da retórica que moldou a produção discursiva e a efervescência da circulação de livros e de traduções.³⁰⁵

Seu colapso é tratado por Kittler como a “Tragédia do erudito”, a partir de uma leitura de *Fausto*, de Goethe, que acompanhará seu caminho ao longo do exame do romantismo. A atenção inicialmente está nos eventos discursivos que Fausto protagoniza, isto é, suas leituras, escritos e traduções, até mesmo a assinatura do pacto com Mefistófeles. A trajetória de Fausto ilustra a transição de sistemas de inscrição (de discurso), mesmo que a trama faustiana tome lugar no contexto da Reforma. Um dos episódios centrais da releitura de Kittler se dá com a tradução da bíblia empreendida por Fausto. Aqui se opera uma distinção fundamental: em sua tradução, em vez de seguir o princípio luterano da *sola scriptura*, isto é, o princípio da leitura bíblica na suposta literalidade de suas palavras, Fausto empreende uma hermenêutica que incorpora o cerne da filosofia idealista alemã, a saber, que procura justamente ultrapassar o verbo — na qualidade de uma determinação empírica — em busca do ato primordial e originário que, com efeito, teria engendrado o verbo em primeiro lugar. Esse movimento vai ao encontro da elaboração da subjetividade transcendental, do eu absoluto³⁰⁶, fundamentados no idealismo alemão pelo ato puro e livre de autoconstituição do sujeito. No *Fausto*, essa conquista do ato originário é selada pelo protagonista com uma nova tradução — ou seja, um ato hermenêutico — que subverte o trecho inaugural do Evangelho de São João. Nela, no princípio, não era o Verbo, mas sim o Ato³⁰⁷. Desse modo, “com a palavra de que seria impossível a ele valorizar o Verbo ou que mesmo o desdenhava, Fausto se afasta da república dos eruditos”.³⁰⁸

O argumento de Kittler é de que essa suposta origem — a ideia da descoberta do ato originário de constituição da subjetividade, a fundação da filosofia como ciência e o início do

³⁰⁵ KITTLER, Friedrich. *Aufschreibesysteme 1800-1900*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1985, p. 11-33.

³⁰⁶ Fichte, filósofo idealista bastante importante no contexto mais amplo do romantismo alemão, elabora em sua *Doutrina da Ciência* a concepção do eu absoluto, o qual “deve exprimir aquele ato [*Tathandlung*], que não aparece nem pode aparecer entre as determinações empíricas de nossa consciência e é o único que a torna possível”. Depois da análise de proposições lógicas simples e “indubitáveis”, Fichte alcança o “ato fundamental” do eu absoluto de pôr (*setzen*) “pura e simplesmente” em si realidade. como condição de possibilidade de todas as coisas. a instauração do eu absoluto, como atividade pura, livre e ilimitada transforma todos os seus fatos e ações em apenas predicções, determinações, de um “pôr de si mesmo” originário. Cf. FICHTE, Johann Gottlieb. *A Doutrina da Ciência* de 1794. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. In: **Fichte (Os Pensadores)**. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 43.

³⁰⁷ “Im Anfang war die Tat”.

³⁰⁸ KITTLER, Friedrich. *Aufschreibesysteme 1800-1900*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1985, p. 16.

modo hermenêutico de lidar com o texto — na verdade, apenas marcava o início de um novo sistema de discurso, dentro qual a obsessão pela própria ideia de origem e por constantes a-históricas não passa de uma função, de um atributo, que surge das tecnologias de inscrição que o compõem. Isso se dá, por um lado, por uma análise heurísticamente psicanalítica de textos, isto é, psicanaliticamente guiada, mas não determinada. Por meio dela Kittler revela como a busca do romantismo pelo sentido último, o ato originário e transcendental — do qual a linguagem seria apenas um produto, uma determinação empírica — revela na verdade uma ruptura, uma mudança radical de atitude caracterizada pela psicanálise como uma nova forma de relação do sujeito baseada em uma falta (*Mangel*) que dá lugar à reprodução da imago materna.³⁰⁹ Isso se refere a uma ligação à ideia de mãe que surge nesse contexto. Essa conclusão é corroborada por meio do exame do lugar da natureza na poesia alemã e sua aproximação da figura materna. A poesia incumbe a si mesma a tarefa de tradução da linguagem da natureza, propriamente como transformação do seu caráter inefável em palavras. Nesse contexto filosófico-literário, a natureza representa a fonte primordial da vida. Tal como a natureza, a mãe inicia seus filhos no mundo da linguagem por meio de um processo no qual o estranho se torna familiar.³¹⁰

Essa leitura psicanalítica, no entanto, não é propriamente hermenêutica, isto é, ela não se aferra ao sentido de tal leitura. Ela não pode ser hermenêutica se pretende revelar como o modo hermenêutico de leitura se instaura. Assim, não interessa a Kittler reproduzir a interpretação psicanalítica a respeito do papel da mãe, caracterizada como a fonte originária, a entidade básica de sentido do sistema discursivo de 1800 — entidade a qual, para seu esclarecimento, precisaria ser meramente interpretada, compreendida (o novo princípio do idealismo) —, mas sim mostrar de que modo (e como foi possível que) o próprio sistema de 1800, em si mesmo um meio de produção discursiva, tenha atribuído materialmente à mãe o lugar de origem da produção do discurso. Portanto, antes do desenvolvimento de noções propriamente psicanalíticas a respeito da dinâmica envolvendo a figura materna no processo de oralização de seus filhos — falta, desejo, Mãe, imago etc. —, existe um sistema de discurso dentro do qual e para o qual tais noções desempenham uma função, constituem partes que se encontram conectadas em uma rede material. Com efeito, não se trata, na verdade, de corroborar a ideia da falta propriamente psicanalítica, mas sim de identificar o ocultamento³¹¹ da centralidade que a relação entre mãe e filho passou a ocupar no processo de constituição do

³⁰⁹ KITTLER, Friedrich. *Aufschreibesysteme 1800-1900*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1985, p. 52.

³¹⁰ *Ibid.*, p. 105-108.

³¹¹ Realizado pela crítica literária, pela teoria crítica e outras críticas de ideologia e socioculturais.

sujeito a partir da segunda metade do século XVIII. Essa nova função, associada a outras, representa uma ruptura que dá vida a um novo sistema.

Esse sistema discursivo é composto por uma série de tecnologias distinguidas em instituições, indivíduos e formas de linguagem. Em primeiro lugar, a constituição da estrutura familiar burguesa e as reformas pedagógicas instituíram a mãe como a primeira instância de socialização dos filhos — e deu início à própria ideia de infância, de criança como futuro cidadão que precisa ser formado. De acordo com tal transição, cabia à mãe não apenas zelar pela manutenção de cuidados básicos, como também proporcionar a iniciação da criança no mundo da linguagem e, por conseguinte, da cultura. Essa iniciação se dava primordialmente no campo da oralidade, mas também incluía uma introdução nas técnicas de leitura e de escrita. Assim, “as mães eram agora encarregadas de transformar material infantil bruto em indivíduos equipados com um centro psíquico de ressonância e reflexividade comumente atribuído como espírito ou alma”.³¹² A chave psicanalítica retorna para mostrar como esse processo de formação era motivado por afetos de amor e prazer erótico típicos da relação entre mães e filhos nos momentos inaugurais de interação, sobretudo com a erotização da voz e da boca maternas — a leitura de livros, o canto de canções de ninar etc. —, constituindo parte fundamental de sua imago.³¹³

Novamente, no entanto, essa interação só se fez possível quando a formação e aquisição de linguagem pela via da oralidade surgiu como uma tecnologia fundada pelas reformas pedagógicas empreendidas pelo Estado alemão que “incubiam às mães, primeiro, a formação [*Erziehung*] psíquica e física de suas crianças e, logo depois, também sua alfabetização”³¹⁴. O processo de oralização do alfabeto e os métodos didáticos de instrução, por meio da identificação de sílabas gráficas a sons, foram instituídos na virada do século XVIII para o século XIX. A recente concepção do método fonético³¹⁵ — disponibilizada em diversos manuais desse período que tinham as mães como público-alvo — foi responsável por constituir uma nova forma de materialidade da linguagem que surgia no limiar entre som e palavra, entre um “sistema de fala” e um “sistema de escrita” que “assegurou um caráter estrutural de transcrição do som”³¹⁶. Nela ocorre a transformação de sons básicos em significantes básicos — /pa/ e /ma/ se tornam “papa” e “mama”³¹⁷ — que, por sua vez, proporcionam as primeiras

³¹² WINTHROP-YOUNG, Geoffrey. *Kittler and the media*. Cambridge: Polity Press, 2011, p. 32.

³¹³ KITTLER, Friedrich. *Aufschreibesysteme 1800-1900*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1985, p. 65-67.

³¹⁴ *Ibid.*, p. 37.

³¹⁵ “A pretensão de desacoplar o aprender a ler do discurso do Outro”. *Ibid.*, p. 67.

³¹⁶ *Ibid.*, p. 48.

³¹⁷ *Ibid.*, p. 62-63.

unidades de sentido, as quais, na experiência infantil, contribuem para a formação da atitude natural. Essa é a essência da ideia que funda o paradigma filosófico ao qual se liga a hermenêutica moderna, que passa a atribuir sentido a todas as entidades linguísticas que a circundam, ou melhor, que as concebe como imanentemente significativas. Essa ideia está baseada no pressuposto de que as unidades que constituem os significantes básicos da linguagem já apresentam um sentido pré-conceitual, que, a seu turno, se apoia na imago materna a partir da qual a criança passa a alimentar a expectativa — baseada em sua experiência formativa — de que a voz materna sempre expresse algo significativo. Desse modo, “a Voz da Mãe assumiu a tarefa de estabelecer [...] o sonho da pureza e universalidade das altas línguas padronizadas”³¹⁸, sonho no qual a linguagem se apresenta como um meio homogêneo em que tudo aquilo que a princípio se afigure como não-sentido, ruído e estranho é, na verdade, passível de interpretação, isto é, de atribuição de sentido. O passo decisivo de Kittler é elevar essa ideia ao âmbito estrutural, ao nível intersubjetivo no qual as relações cotidianas tomam corpo: as crianças se tornam adultos alfabetizados, escritores, filósofos e leitores que reproduzem a mesma necessidade básica de sentido e a mesma expectativa de interpretação.³¹⁹

Esses traços se encontram largamente explicitados na obsessão romântica, apresentada na literatura e na filosofia, com a busca daquilo que se denomina como a oralidade originária e transcendental, a voz interior, que, em muitos casos, deveria ser encontrada na natureza — como no caso da filosofia de Schelling — e que, especialmente na poesia, seria manifestada pela expressão individual dos sentimentos suscitados pelo encontro com a natureza. Tais traços estão presentes em diversos textos do período, alguns dos quais, por sua estrutura precisa, acabaram por se tornar paradigmáticos³²⁰. Trata-se, por exemplo, do poema de Goethe intitulado *Wanderers Nachtlied (Canção noturna do andarilho)*³²¹, detidamente analisado por

³¹⁸ KITTNER, Friedrich. *Aufschreibesysteme 1800-1900*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1985, p. 47-48.

³¹⁹ A hermenêutica aqui surge para Kittler de modo diferente. Ao contrário do que as raízes teológicas indicam, a ideia de uma plenitude semântica que emerge com a hermenêutica não seria tanto advinda da ideia teológica de que tal sentido pleno seria garantido por Deus, mas sim da “boca da mãe”. Com isso Kittler leva a hermenêutica para um contexto supra alemão, pois a nova configuração familiar foi um fenômeno que ocorreu em diversas partes da Europa.

³²⁰ Como o poema *Nachts*, de Joseph von Eichendorff, e *Lureley*, de Clemens Brentano.

³²¹ *Über allen Gipfeln*

Ist Ruh,

In allen Wipfeln

Spürest Du

Kaum einen Hauch;

Die Vögelein schweigen im Walde.

Warte nur, balde

Ruhest du auch.

No alto das colinas
há paz;

Kittler³²². Nele, Goethe tenta — por meio da exposição e execução de certas regras de composição — emular uma canção de ninar originalmente protagonizada pela voz materna, representada no poema pela natureza. Ao realizar essa emulação, Goethe reprisa o momento genealogicamente inaugural que constituiu um dos fundamentos do sistema discursivo 1800, processo para o qual Goethe contribuiu decisivamente. As canções de ninar se tornam práticas correntes somente nesse período, em substituição a modos muito distintos de induzir o sono em crianças — tal como o uso indiscriminado de drogas e sedativos.³²³ Essa prática recém-instituída tem sua singularidade por criar um modelo pedagógico: uma vez reconhecida como tal, a voz materna dá origem a um processo de constante aprendizagem em que sons se transformam em conceitos. A voz melódica e gentil que performa a canção de ninar — e que no poema de Goethe promete o descanso tão necessário ao leitor³²⁴ (ou à criança) — está em um entremeio entre “fala” e “sons da natureza”, entre razão e instinto, cultura e natureza; a voz materna é parte “‘respiração’, pela qual a criança aprende a ‘sentir’, e parte articulação, por meio da qual ela adquire linguagem”. Dessa forma, sensibilidade e capacidade de articulação seriam atributos adquiridos somente pela inserção histórica da “nova tecnologia de instalação de uma alma nas crianças”. Em vernáculo lacaniano, Kittler afirma: “a inovação histórica da voz materna estabeleceu uma relação entre o Real e o Simbólico da linguagem que libertou o próprio Imaginário: a Alma”.³²⁵

Assim, o poema de Goethe, ao remontar ao fenômeno que associa a boca da mãe e as orelhas da criança, indica a estrutura sobre a qual, a partir de certas escolhas linguísticas, tanto semânticas quanto métricas, a ideia de uma completude de sentido foi possibilitada. Trata-se da configuração específica que a linguagem deve tomar, a gramática própria dentro da qual a mãe e a linguagem que ela ensina — e, por extensão, a natureza — passam a ser entidades

não se ouve, ali nas
frondes, mais
que um sopro manso.
Nem há no bosque um trino. Aguarda:
tampouco tarda
o teu descanso.

Tradução presente em: ASCHER, Nelson. **Poesia Alheia**: 124 Poemas Traduzidos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1998.

³²² KITTLER, Friedrich. Lullaby of Birdland. In: **The Truth of the Technological World Essays on the Genealogy of Presence**. Stanford: Stanford University Press, 2014, p. 31-44.

³²³ Ibid., p. 35-36.

³²⁴ O leitor é naturalmente parte constitutiva do processo, uma vez que ele “empresta sua voz ao que está escrito; ele repete e afirma o que diz a *Canção noturna do andarilho*. Desse modo, ele mesmo entra na cadeia de seres para os quais os versos prometem descanso: primeiro, as montanhas e os pássaros, depois o autor e, por fim, [...] o leitor, ‘também’”. Ibid., p. 32.

³²⁵ Ibid, p. 38.

significativas. Assim, “o poema performa aquilo sobre o que ele fala”³²⁶, é um discurso — a poesia romântica e lírica nascente que se colocava em contraposição às normas poéticas da tradição retórica — sobre o sistema de discurso ao qual pertence.

De todo modo, a figura materna — bem como as diversas relações que ocorrem no seio da família burguesa —, por mais fundamental que seja sua função no sistema 1800, é na realidade apenas uma parte dele. Ela não poderia ser a fonte originária e incondicionada da linguagem a qual poetas e filósofos tanto ansiavam encontrar na natureza, porquanto sua função é determinada de acordo com o restante dos elementos que estão a ela conectados, no modo preciso de seu arranjo. Essa configuração de elementos é o primeiro dado positivo, a primeira realidade à qual seria possível retroceder. Nela os corpos se encontram enredados em sua materialidade — na qualidade de olhos, orelhas, mãos e cérebros — com o restante do sistema de discurso. É sobre esses corpos que a linguagem se inscreve.

Ao fim, não tanto pela oralidade, esse sistema se estruturava sobretudo no monopólio medial da escrita, em textos, escritos à mão ou impressos, que serviam como única possibilidade (ou ao menos a hegemônica) de armazenamento e transferência de informação, desde os manuais didáticos de instrução lidos pelas mães — e que as capacitavam a introduzir seus filhos no mundo da linguagem — às obras literárias e tratados filosóficos. Tal qual o processo de aquisição oral de linguagem ocorre com a passagem de ruídos (minuciosamente diferenciados) para sons e depois palavras, a alfabetização pela escrita, que se desenrola no contexto escolar das reformas de fomento à escrita cursiva³²⁷, é resultado da transformação, com o auxílio de mãos e olhos, de traços geométricos básicos em letras, palavras e proposições, isto é, em partes cuja “conexão” viria a constituir um todo, uma unidade estético-semântica.³²⁸

Esse processo de mudança das tecnologias de formação de linguagem tem sua ilustração na literatura romântica com o conto de E. T. A. Hoffmann chamado *Der goldene Topf*³²⁹ (*O pote de ouro*). No conto, Anselmus, o protagonista, um jovem aspirante a uma carreira na burocracia estatal, se apaixona por uma serpente, Serpentina, que surge após uma desventura com uma bruxa. À medida em que se apaixona por ela, os ruídos e sussurros da serpente e da natureza que a circunda se transformam em um discurso inteligível. Serpentina,

³²⁶ KITTLER, Friedrich. Lullaby of Birdland. In: **The Truth of the Technological World Essays on the Genealogy of Presence**. Stanford: Stanford University Press, 2014, p. 33.

³²⁷ KITTLER, Friedrich. **Aufschreibesysteme 1800-1900**. München: Wilhelm Fink Verlag, 1985, p. 99.

³²⁸ Como um conjunto de traços, as letras “deveriam ser inter-relacionadas, não pela diferencialidade do grafema, mas da mesma maneira que os sons do método fonético, ou seja, por sua relação familiar e transitividade. As mães demonstraram como um tom de fala mudou para outro por uma mudança mínima na posição da boca; professores demonstraram a mesma técnica com letras e movimentos de caligrafia”. (Ibid, p. 99-102).

³²⁹ Ibid., p. 95-133.

juntamente às suas duas irmãs, é filha de uma salamandra, um respeitado arquivista de manuscritos antigos, o qual precisa casar suas três filhas para se livrar de uma maldição. Para se habilitar à posição de marido, Anselmus precisa copiar manuscritos compostos por caracteres estranhos que amiúde parecem ilegíveis. Essa tarefa é realizada somente quando Serpentina retorna para a cena, em forma humana, e com suas palavras e voz melodiosa inspira o jovem a não apenas copiar os manuscritos, mas a compreender o que está escrito neles. Assim, com o cumprimento da tarefa, ambos vão para o reino espiritual de Atlantis, onde perdura a promessa de que a poesia revela todos os segredos da natureza. Não apenas a fala, o amor transmitido pela voz feminina, que é ao mesmo tempo mulher e natureza, torna a escrita inteligível e, sobretudo, significativa.³³⁰ Mais uma vez a literatura reitera uma necessidade e uma expectativa de plenitude semântica que caracterizam o modo idealista, romântico e hermenêutico possibilitado pelo sistema 1800. Tal modo ilustra de modo muito específico aquilo que para Kittler se trata puramente de transformações das materialidades das mídias. O que o conto de Hoffmann descreve nada mais é do que a aplicação de um novo programa de educação. O canto de Serpentina que inspira Anselmus “soa como um dos exercícios de alfabetização de Stephani ou Tillich”. De todo modo, uma vez alfabetizados, os indivíduos se tornam capazes de produzir e manear textos.³³¹

Com efeito, os textos são, ao mesmo tempo, o produto final do sistema discursivo, sua materialização mais própria, e o meio de programação de novos sujeitos, inicialmente pela mãe instruída e posteriormente por meio da leitura, reconhecida como a prática de lidar com textos de um modo geral na vida cotidiana. Portanto, o sistema discursivo não apenas se imprime sobre os indivíduos que nele nascem, ele determina uma certa noção de individualidade — a subjetividade moderna. Juntamente a outras unidades metafísicas engendradas nesse contexto e ligadas a uma ideia de desenvolvimento³³² típica das filosofias da história então difundidas — por exemplo, as noções de *Bildung*, romance de formação, biografia e *Weltgeschichte* —, a subjetividade moderna, do mesmo modo, emerge como “o fluxo do contínuo e do orgânico simplesmente porque era amparada pela escrita à mão cursiva, fluída”³³³. Portanto, o “indivíduo” (*In-dividuum*) surge somente com o desenvolvimento de “uma escrita à mão

³³⁰ “Desta forma, os significados passam a existir na fronteira entre som e palavra através da ampliação de significados mínimos. As rimas e assonâncias [...] produzem milagrosamente a identidade do significado, conforme a concepção romântica da linguagem [...] o acontecimento permanece um enigma para o ouvinte alfabetizado”. KITTLER, Friedrich. *Aufschreibesysteme 1800-1900*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1985, p. 97.

³³¹ *Ibid.*, p. 96-97.

³³² A epígrafe que abre 1800 no livro é uma equação que indica para uma “ampliação progressiva”.

³³³ *Ibid.*, p. 101.

organicamente coerente” e contínua, que conecta elementos em unidades à medida que se desenvolve.³³⁴ Essa é a concepção de indivíduo por trás das noções modernas de eu lírico, autor e agente. Em oposição a Hegel, para o qual a externalidade — como a escrita à mão — seria a expressão da essência individual, de sua interioridade (*das Innere*)³³⁵, Kittler argumenta justamente que uma tal interioridade foi possibilitada somente com o advento do sistema de discurso 1800, portanto, como seu corolário.³³⁶ Em seu processo de programação, o sistema de discurso determina o escopo daquilo que é possível ser, pensar, dizer e fazer; ele impõe modos próprios de leitura e interpretação.

Assim, o sistema 1800 se constituiu — ou melhor, adquiriu uma certa unidade que pode ser apreendida, reuniu elementos mínimos — ao longo de um processo que alterou a estrutura nuclear familiar e reformulou os ensinos primário, secundário e universitário por meio de reformas institucionais e da instauração de novas leis pelo emergente Estado alemão. Assim, ao mesmo tempo em que o princípio da autoria foi regulamentado por meio da regularização dos direitos autorais — princípio cuja ideia já se encontrava elaborada e empregada na literatura e na filosofia, com sua nova concepção de subjetividade —, o Estado também colocou no papel, na forma de lei, sua obrigação de “formar” as mulheres a fim de torná-las mães de seus futuros cidadãos.³³⁷ Desse modo, se a Natureza é a entidade que representa a mãe, a figura paterna é de certo modo incorporada pelo Estado e pela massa de homens que o compõe. Entre os dois domínios existe uma continuidade, na medida em que “os discursos pedagógicos desapareceram na boca da mãe apenas para reaparecerem multiplicados na forma de um aparato burocrático [...] e, portanto, textual”. Na releitura faustiana empreendida por Kittler, o Estado entra em cena com a realização do pacto com Mefistófeles, selado pelo ato distintivo de sua assinatura, a qual, “como os livros de leis, programam as pessoas sem adentrar a via da

³³⁴ KITTLER, Friedrich. *Aufschreibesysteme 1800-1900*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1985, p. 101-102.

³³⁵ “Por conseguinte, as simples linhas da mão, e igualmente o timbre e o volume da voz, como determinante individual da linguagem — e também a própria linguagem enquanto recebe da mão uma existência mais fixa do que por meio da voz e se torna escrita, e na verdade, mais precisamente, manuscrito — tudo isso é expressão do interior. Desse modo, essa expressão, como exterioridade simples, se encontra mais uma vez defronte da exterioridade multiforme da ação e do destino, perante os quais se comporta como interior. [...] Nesse caso o indivíduo terá sua manifestação e exterioridade, primeiro na boca, na mão, na voz, na escrita à mão, não menos que os outros órgãos e em suas determinidades permanentes. Só depois ele se exprimirá mais amplamente saindo para o exterior e sua efetividade no mundo”. HEGEL, Georg, W., F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 224.

³³⁶ WINTHROP-YOUNG, Geoffrey. *Kittler and the media*. Cambridge: Polity Press, 2011, p. 45.

³³⁷ “Tornou-se um dever produzir produtores autorizados de discurso. O Estado da Bildung transformou a reprodução biológica, essa simples repetição do mesmo, em produção cultural. Surgiram cada vez mais mães que eram cada vez mais maternais.” O surgimento da maternidade, essa “nova determinação de gênero”, permitiu que se atribuísse ao responsável pela educação primária de crianças um estatuto transcendental. KITTLER, op. cit., p. 70.

compreensão”³³⁸. O sistema discursivo de 1800 programa seus indivíduos para se tornarem cidadãos que virão a compor a burocracia estatal, de forma que o sistema também circunscreve as possibilidades de carreiras, desde a educação (secundária e universitária) à política e ao direito (fóruns e tribunais). Dessa forma, os “sujeitos” devem ser entendidos em seu “sentido literal, a saber, como funcionários públicos [*Beamte*]”. Não apenas um complexo aparato de poder, essa estrutura é uma máquina de informação (o Outro laciano reformulado) que coloca em rede inúmeros subsistemas e ramificações dentro dos quais os indivíduos desempenham determinadas funções, cada uma associada de um modo ou de outro com a produção e o tratamento de textos. Assim, um fluxograma cíclico toma forma no sistema 1800 no qual cabe à figura materna a entrada de dados, a informação transmitida para os filhos que posteriormente constituirá a fonte primária de processamento pela poesia e que, por fim, será assimilada pela filosofia, responsável por fornecer ao sistema discursivo sua fundamentação teórica e que, por fim, retorna às mães na forma de livros e manuais inspirados por tais insights filosóficos e literários. Mãe, poesia, filosofia e burocracia são canais que processam, armazenam e transmitem informação.³³⁹

Tal qual a república dos eruditos, o sistema 1800 também é uma estrutura histórica, isto é, um construto finito, determinado por condições cujo desaparecimento acaba por demarcar também o fim do sistema. Assim, segundo Kittler, apesar de anacronicamente chegar até o presente, pela persistência de certas funções e noções, o sistema 1800 abandonou sua existência positiva em um momento muito preciso da história: “quando a Mãe cedeu espaço para uma pluralidade de mulheres, quando a alfabetização que se transforma em carne cedeu espaço para as mídias tecnológicas, e quando a filosofia cedeu espaço para a decomposição psicofísica ou psicoanalítica da linguagem, a poesia também se desintegrou” e, com ela, a universalidade da hermenêutica.³⁴⁰

³³⁸ Cf. KITTLER, Friedrich. **Aufschreibesysteme 1800-1900**. München: Wilhelm Fink Verlag, 1985, p. 31.

³³⁹ *Ibid.*, p. 67-76.

³⁴⁰ *Ibid.*, p. 215.

PARTE III

Traços fundamentais de uma hermenêutica digital

Cultura, software e o problema da interface

A cultura após software — A interface enquanto problema hermenêutico

A última parte foi encerrada com a resolução de que o paradigma hermenêutico, tal qual filosoficamente e historicamente formulado por Gadamer, precisa sintetizar novos aspectos aos seus fundamentos teóricos para que permaneça relevante e mesmo fiel ao compromisso que repousa em seu cerne. Como paradigma histórico, a hermenêutica se constituiu na base de um sistema de inscrição cujos elementos não mais prevalecem de modo hegemônico. Nesse sentido, a hermenêutica precisa ser confrontada com o sistema de inscrição digital, o que implica renovar suas condições de possibilidade e seus limites. Isso não quer dizer, portanto, que a disciplina histórica deva (ou possa) abrir mão do pensamento hermenêutico. Se, por um lado, a tese de que o sentido é apenas um modo de relação com o mundo parece bastante razoável — o que, de fato, torna possível considerar os limites da hermenêutica — por outro, essa relação permanece na base do comportamento humano e, por conseguinte, da cultura e das ciências humanas.

Diante do fato pouco questionável de que a cultura tem sido cada vez mais digitalizada — evidenciando assim a dimensão digital de todos os aspectos da sociedade contemporânea —, o digital se torna o meio no qual se pensa, fala e age, o meio pelo qual a cultura é produzida³⁴¹ e, por essa razão, ele largamente determina os limites daquilo que é possível dizer e pensar. O software — na qualidade de uma unidade formada por código com um propósito ou conjunto de propósitos específicos — é cada vez mais condição de possibilidade da cultura, porquanto tem se tornado progressivamente o principal meio de relação da maioria das pessoas com o mundo. Ao mesmo tempo, a cultura se mostra como um locus privilegiado de análise, na medida em que as manifestações culturais digitais são amiúde o único estrato visível e, por

³⁴¹ Ao ponto em que podemos falar de uma nova indústria cultural determinada pelo digital e formada, por exemplo, por: design gráfico, arquitetura, design de produto, design de espaço, cinema, animação, design de mídia, música, gestão cultural, o próprio sistema educacional e a escrita.

consequente, a única dimensão manipulável para a grande maioria dos usuários, incluindo aqueles que trabalham com tecnologias digitais rotineiramente, como designers gráficos, e pesquisadores. No entanto, o entendimento do funcionamento da cultura na sociedade digital não pode ser meramente limitado ao seu tratamento na qualidade de expressão (interface) ou circunscrito à dimensão cultural do software³⁴² — e inerente a todos os processos técnicos. O objetivo do presente tópico é, ao contrário, apresentar a dimensão digital da cultura e mostrar como o software altera o modo como lidamos com artefatos culturais. Segundo Manovich, “nós vivemos em uma cultura de software — ou seja, uma cultura em que a produção, distribuição e recepção da maior parte do conteúdo são mediadas por software”³⁴³. Trata-se, então, de tentar apresentar o digital como um sistema de inscrição, com todas as implicações que a noção traz, a qual, em vez de inviabilizar, vai contribuir para uma hermenêutica, no caso, uma hermenêutica digital. Pensar o digital como sistema de inscrição significa considerá-lo a partir da dinâmica própria que ele estabelece entre produção (processamento), armazenamento e transmissão de informação e a partir dos seus processos de constituição dos sujeitos. Com isso, menos que enfatizar o não-hermenêutico do sistema de inscrição digital — por exemplo, o fluxo de código binário que não tem sentido para o intelecto humano e as velocidades de processamento —, o objetivo é revelar a sua dimensão propriamente hermenêutica. O software cultural, então, é o software que, dentro do grupo mais amplo de aplicações, possibilita, suporta e dá forma ao conjunto de atos que engendram a cultura, isto é, que incorporam “símbolos, significados, valores, linguagem, hábitos, crenças, ideologias, rituais, religião, códigos de etiqueta e de comportamento”³⁴⁴. A incorporação da cultura pelo software não pode ser considerada apenas como a inclusão de um novo elemento — mais precisamente, de uma nova mídia — na paisagem mais ampla dos fenômenos humanos, mas sim como a parte que altera a natureza do todo, justamente ao incluir ao domínio da cultura uma nova dimensão.

Dentro desse amplo domínio, a categorização proposta por Manovich³⁴⁵ é particularmente útil, pois é pensada menos no software em si do que na função específica que ele desempenha em um determinado momento com a finalidade de desenvolver uma atividade cultural, isto é, em seu modo específico de implementação, já que o mesmo software pode desempenhar múltiplas funções — nem todas ligadas à produção cultural. Por um lado, o conjunto de funções associadas à criação, edição e organização de artefatos culturais (por

³⁴² Tal como realizado em WARDRIP-FRUIIN, Noah; MONTFORT, Nick (ed.). **The New Media Reader**. Cambridge: The MIT Press, 2003.

³⁴³ MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. New York: Bloomsbury, 2013, p. 39.

³⁴⁴ *Ibid.*, p. 32.

³⁴⁵ *Ibid.*, p. 23.

exemplo: escrita de textos, edição de vídeos e criação de websites — *Microsoft Word*, *Photoshop* etc.), como também as funções de publicação e acesso a esses artefatos (por exemplo, as páginas de *web* que hospedam tais artefatos: *Blogger*, *Pinterest*, *Vimeo*, browsers etc.). Por outro lado, as funções ligadas às práticas de criação e compartilhamento online de conhecimento e informação (*Wikipedia*³⁴⁶), bem como a comunicação entre usuários (e-mail, redes sociais etc; o que também inclui “participação na ecologia da informação online ao expressar preferências (*likes*) e adicionar metadados” e a participação interativa em experiências virtuais (como em jogos online de computador³⁴⁷). E relativo a todas essas funções deve ser acrescido o desenvolvimento de ferramentas e serviços de software em plataformas de programação, o qual torna esse conjunto de práticas possível em primeiro lugar.

O primeiro conjunto de funções, especialmente no que concerne à criação de artefatos culturais, compreende o escopo do que Manovich qualifica como “softwares de mídia” (*media software*). O software de mídia torna possível a “criação, publicação, acesso, compartilhamento e edição [*remixing*] de diferentes tipos de mídia (como imagens, sequência de imagens em movimento, formas 3D, caracteres, espaços, texto, mapas, elementos interativos”³⁴⁸. O segundo conjunto compreende as funções voltadas especificamente à “comunicação e compartilhamento de informação” em plataformas e redes sociais, o chamado *social software*, mesmo que cada vez mais todo software de mídia venha a se tornar, em algum nível, software social e, por sua vez, todo software de compartilhamento venha a oferecer possibilidades de criação e edição de conteúdo. Ao fim, essa noção de software cultural é contemporânea e pretende “cobrir uma ampla variedade de produtos e *network services*, em oposição a *single desktop applications*”, típicas dos anos 1990 e 2000. Ou seja, não é mais possível pensar em software cultural sem considerar o aspecto inerentemente de rede (de conexão) que cada vez mais o caracteriza, a saber, sem considerar a rede mundial de computadores³⁴⁹. No contexto

³⁴⁶ Para uma análise da *Wikipedia* na historiografia, cf. Wolff, Robert. *The Historian’s Craft, Popular Memory, and Wikipedia*. In: DOUGHERTY, Jack; NAWROTZKI, Kristen (ed.). **Writing History in the Digital Age**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013, p. 64-74.

³⁴⁷ Para uma análise de como “videogames influenciam a cognição humana em um nível básico e estrutural”, cf. GUALENI, Stefano. **Virtual Worlds as Philosophical Tools. How to Philosophize with a Digital Hammer**. London: Palgrave Macmillan, 2015, p. 80-98.

³⁴⁸ MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. New York: Bloomsbury, 2013, p. 26.

³⁴⁹ A *web*, como a forma mais difundida da internet, traz consigo uma série de problemas filosóficos próprios ligados à sua arquitetura (de identificadores, protocolos e linguagens), sua condição de plataforma de mídias em rede e seus valores de comunicação a tal ponto que se reivindica uma filosofia da *web*: “A *Web* não é apenas protocolos e esquemas de nomenclatura; ela é também uma ampla transformação de nossa relação com o mundo ‘exterior’ mais amplo, com a ontologia do próprio mundo. É precisamente esse aspecto de engenharia que faz com que a filosofia da *Web* seja qualitativamente diferente da filosofia tradicional da linguagem, onde se supõe que a linguagem natural é (pelo menos para fins filosóficos) estável e, portanto, ‘natural’. Em contraste, a natureza do crescimento da *Web* e das tecnologias digitais, sem dúvida, questiona a transformação contemporânea de toda

atual, gerir e compartilhar um conteúdo é tão relevante quanto produzi-lo. Manovich fala da “coexistência de funções autorais e de acesso” como um “importante aspecto distintivo da cultura de software” do presente³⁵⁰, na qual os domínios outrora bem definidos que dividiam aplicações, sistemas operacionais e dados têm suas fronteiras esmaecidas, como também aqueles que distinguiam produção, distribuição e acesso (consumo). Em seu lugar, surgem novos domínios, como o modelo cliente-servidor, em que os servidores fornecem os recursos de processamento para diversos dispositivos individuais, por exemplo, o servidor de e-mail.

O processo histórico que caracteriza o estado atual de coisas representa a passagem de softwares isolados instalados em computadores pessoais (os chamados *desktop software*) para programas (ou aplicações) de web (*web-based software*) cujo processamento toma lugar em servidores remotos — a chamada computação na nuvem (*cloud computing*) —, como também para aplicações em dispositivos móveis. Isso significa que tanto as mídias digitais como os artefatos que elas engendram, isto é, os conteúdos criados e preservados em forma digital, apresentam novas formas de organização em comparação às mídias analógicas hegemônicas no século XX. A dinâmica de produção e a manipulação de artefatos culturais digitais viabiliza uma concepção fundamentalmente performativa³⁵¹ das mídias de software cultural. Enquanto as mídias analógicas dividem de modo relativamente claro as funções de produção, distribuição e consumo (ou acesso)³⁵² — dentro das quais o conteúdo produzido e transmitido se torna fixo, estável e, em certo sentido, definitivo —, as mídias digitais proporcionam uma experiência na qual os artefatos são modificados em tempo real³⁵³. Portanto, “documentos estáticos pré-definidos” dão lugar a “saídas [*outputs*] dinâmicas de uma computação em tempo real ocorrendo em nosso dispositivo e/ou no servidor”.³⁵⁴ Assim, mesmo o tratamento de um documento estático não elimina o fato de que a “experiência de mídia construída pelo software” envolve outros elementos mediadores e, por isso, não pode corresponder ao suposto arquivo isolado no qual tal documento se encontra armazenado, tal qual uma pintura ou um livro físico. Por meio do software, o tratamento de um artefato digital é definido pelas diversas funções, ferramentas e conceitos apresentados pela interface e que estão para além do próprio artefato

a nossa forma de vida”. Cf. HALPIN, Harry; MONNIN, Alexandre (ed.). **Philosophical Engineering. Toward a Philosophy of the Web**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2014.

³⁵⁰ MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. New York: Bloomsbury, 2013, p. 27.

³⁵¹ O caráter performativo do software cultural é uma outra mudança fundamental. Nestas o tipo de mídia delimita de modo muito preciso as possibilidades de lidar com o artefato cultural em questão.

³⁵² Por exemplo, a televisão tradicional possui um modo analógico de divisão clara de funções: “estúdio, câmeras, luz e máquinas de edição (produção), sistemas de transmissão (distribuição) e aparelhos de TV (acesso)” (Ibid., p. 28).

³⁵³ Ibid., p. 33.

³⁵⁴ Ibid., p. 33-34.

— o que se deixa perceber, por exemplo, quando um livro digital é exibido por um software que disponibiliza recursos que permitem a busca por palavras, bem como a edição e o compartilhamento do texto.³⁵⁵

A concepção de um artefato que representa uma unidade completa que é consumida integralmente — e que se deixa perceber, por exemplo, pelo paradigma analógico de transmissão de televisão do século XX — pode acabar por sugerir um modelo de comunicação unidirecional que divide o autor e sua obra (vista como uma mensagem) do consumidor, que desempenha a função de um mero receptor passivo da mensagem. Mesmo no nível de uma hermenêutica tradicional, esse modelo seria criticado de antemão, pois ignora a capacidade do intérprete de ressignificar a mensagem recebida. Porém, para além disso, as mídias digitais não apenas partem desse axioma hermenêutico, como também oferecem a possibilidade de gerenciamento dos arquivos de tal modo que o modelo comunicativo linear é rompido. Por meio dos recursos disponibilizados, os usuários são capazes de subverter a suposta ordem narrativa característica desse modelo, a qual, ao apresentar uma organização fixa de seus elementos, é responsável por determinar largamente a experiência do usuário. Os conteúdos passam a poder ser acessados aleatoriamente por meio de mecanismos de busca e, uma vez encontrados, podem ser visualizados e reproduzidos de acordo com as necessidades do usuário, o que também rompe com a ideia da unidade do artefato cultural: “o usuário é livre para navegar o documento [PDF — *Portable Document Format*], escolhendo tanto qual informação será vista quanto a sequência na qual ele/ela a vê”.³⁵⁶ A distinção material entre os recursos disponibilizados pelo software e a mídia que ele produz ou exhibe permite manter os documentos originais, o que é um outro aspecto de novidade.

Diante disso, mesmo que possa se admitir que as mídias analógicas tornem recursos semelhantes disponíveis, a distinção apresentada pelas mídias digitais com o advento da *Web 2.0* vai muito além: não apenas o gerenciamento, mas a própria criação e edição de conteúdo passam a ser possibilitadas. O conteúdo de uma mídia deixa de ser completamente definido de forma precedente por seu fabricante, pois ele pode ser constantemente alterado por intervenções e atualizações de usuários (e dos próprios produtores). Assim, as mídias digitais, no contexto das aplicações baseadas na *Web 2.0*, deixam de ser simples canais de comunicação para se tornarem plataformas de desenvolvimento de conteúdo. A profundidade da ruptura com

³⁵⁵ Para uma análise da mudança nas materialidades da leitura, cf. DRUCKER, Johanna. From A to Screen. In: HAYLES, N. Katherine; PRESSMAN, Jessica (ed.). **Comparative Textual Media: Transforming the Humanities in the Postprint Era**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013, p. 71-99.

³⁵⁶ MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. New York: Bloomsbury, 2013, p. 38.

os paradigmas do século XX pode ser identificada pelo surgimento de um conjunto de novas práticas: a modificação e o crescimento de conteúdo proporcionados por serviços e sites na *web*, mecanismos que facilitam a navegação pelos portais e interação entre usuários, a possibilidade de criação e edição de conteúdo autoral e colaborativo a partir de conteúdo já disponível, como também o acesso facilitado aos fabricantes originais, o que dá um novo sentido à lógica do *feedback*.³⁵⁷ As redes sociais, com isso, se tornam de fato software cultural quando as funções de produção e edição de conteúdo são disponibilizadas e acrescidas às de compartilhamento. Ao fim, com a substituição das mídias tecnológicas tradicionais por plataformas de software, nas quais tais mídias, outrora idiossincráticas, se encontram agora amalgamadas, o próprio conceito de mídia passou por uma significativa mudança.

Essa noção de software como um *metameio*, como a mídia das mídias, foi formulada entre as décadas de 1960 e 1970 por cientistas da computação e desenvolvedores de software³⁵⁸. Nela já havia a ideia de que não se tratava apenas de somar as mídias analógicas já existentes e de simular suas funções, propriedades e possibilidades, mas sim de criar novas mídias, que só funcionam por meio de um computador, com funcionalidades e possibilidades até então inexistentes — por exemplo, por meio da criação de novas relações entre técnicas de mídias já presentes, dando forma a novos híbridos de mídia³⁵⁹ —, o que “representa um estágio fundamentalmente novo na história das mídias, da semiose e da comunicação humanas”³⁶⁰. Essas ideias foram implementadas ao longo das décadas posteriores em um processo de expansão no qual os aplicativos desenvolvidos foram progressivamente disponibilizados para profissionais de mídia e, por fim, para usuários em geral. Assim, durante a década de 1990, o processo de simulação de mídias analógicas e a criação de mídias exclusivamente digitais foi seguido, e mesmo acompanhado, pela combinação de suas funções, técnicas e interfaces. Esses avanços tiveram os profissionais de mídia como beneficiários imediatos. Ao longo do início do século XX, com o desenvolvimento de aplicações voltadas para as incipientes mídias e redes sociais e dispositivos móveis, os softwares de criação e edição de mídias foram disponibilizados para todos os usuários. De todo modo, as ideias elaboradas a partir da década de 1960 e implementadas até a década de 1990 ainda determinam a base dos principais

³⁵⁷ MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. New York: Bloomsbury, 2013, p. 38.

³⁵⁸ Assim considerados como “pioneiros da computação cultural”. Trata-se de figuras como J. C. R. Licklider, Ivan Sutherland, Ted Nelson, Douglas Engelbart, Seymour Paper, Nicholas Negroponte e Alan Kay. O ponto, para Manovich, é que “pessoas trabalharam sistematicamente [e produziram análises teóricas] para transformar um computador em uma máquina para a criação e manipulação de mídias” (Ibid., p. 43).

³⁵⁹ Nessa perspectiva, o *Google Earth* combina “técnicas de mapeamento tradicional, os conceitos da área de Sistemas de Informação Geográfica (*GIS*), computação gráfica e animação 3D, software social, [mecanismo de] busca e outros elementos e funções” (Ibid., p. 45).

³⁶⁰ Ibid., p. 46.

softwares de mídia utilizados atualmente³⁶¹, o que indica que a natureza das mudanças recentes, ao menos no nível técnico, é primordialmente incremental.

Essas ideias representam a transformação do computador de uma máquina de cálculo e processamento de dados em um dispositivo de produção cultural e estão diretamente ligadas à criação da interface gráfica do usuário — mediada pelo uso de mouse, teclado e *touchscreen* — e do estabelecimento de redes de internet e, especialmente, do desenvolvimento de aplicativos de criação de mídias que usufruíram (e dependiam) de tais recursos — editores de texto, de imagens, sons e animações — e de linguagens de programação que tornaram esse processo menos complexo, bem como de novo hardware de processamento que o tornou mais rápido e eficiente. Até a década de 1980, todos esses elementos passaram a estar reunidos de forma integrada em um único dispositivo, uma unidade que, pela funcionalidade e pelo sucesso comercial, permanece até o presente. Visto a partir desse modelo, o computador pessoal em processo de desenvolvimento parece ter sido conjecturado apenas como uma unidade de simulação das mídias analógicas já existentes, a representação de mídias por meio de uma outra. Essa suposição é verdadeira apenas em um sentido muito limitado: quando, por exemplo, se pensa em certas formas de externalização de uma mídia produzida — a impressão de imagens, a reprodução de músicas em caixas de som etc. —, as quais funcionam, no nível da percepção, basicamente do mesmo modo. No entanto, ao se considerar esses artefatos ainda no software, para além de casos específicos de reprodução, determinadas funções surgem que tornam o computador uma mídia completamente distinta das precedentes. Os artefatos digitais podem ser alterados (suas formas e a qualidade) e combinados, bem como compartilhados pela internet. Assim, “somente um pouco do ‘novo DNA’ de um [artefato] digital [...] é devido ao seu lugar particular de nascimento, isto é, dentro de uma câmera digital” ou de um gravador de voz. Para continuar nessa metáfora, a maior parte de seu DNA é “o resultado do paradigma vigente da computação em rede em geral”.³⁶²

O computador como metameio (mídias antigas e novas combinadas) é a combinação da entrada de dados de mídia (texto, sequências de vetores e imagens, áudio etc.) com técnicas que produzem, alteram e representam esses dados. Essas técnicas podem ser tanto de criação, manipulação e acesso de mídias específicas a certos tipos de dados (*media-specific techniques*), bem como técnicas de software que lidam com dados digitais em geral (*media-independent*

³⁶¹ “Entre 1970 e 1981, o Learning Research Group da Xerox PARC, liderado por Kay, articulou sistematicamente o paradigma e as tecnologias dos vernáculos da computação de mídia tal como existe hoje”. MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. New York: Bloomsbury, 2013, p. 57.

³⁶² *Ibid.*, p. 62-3.

techniques): mecanismos de busca, *hyperlink* e diversos outros algoritmos criados para o processamento de informação em geral — por exemplo, modos de dispor (*display*) a mesma informação de modos distintos, cortar, copiar e colar etc. O software capaz de processar diferentes tipos de mídia, em vez de um conjunto de mídias diferentes, é, na verdade, composto por diversos algoritmos, cada um capaz de processar um tipo específico de dados, sendo, ao fim, um “conceito geral traduzido em algoritmos”³⁶³, uma interface que unifica tais algoritmos sob uma determinada função. Isso fica claro por meio de algumas técnicas largamente utilizadas atualmente: a capacidade de busca (*searchability*), a determinação da localidade de produção da mídia (*findability*) e a habilidade de gerar representações de dados e de suas relações, como a visualização — transformação de dados textuais em representações gráficas.

Isso revela o quanto o conceito de mídia é renovado com o uso de software, na medida em que ele dispõe de um “efeito material direto” na forma como o usuário interage com objetos culturais digitais, alterando a sua “compreensão das mídias por meio das operações [disponibilizadas] para criar, editar, interagir e compartilhar” conteúdos de mídia, “independentemente de sua estética, semântica, autoria e origem histórica”³⁶⁴. Ademais, a ideia de combinar mídias por meio de determinadas técnicas não é, de fato, uma novidade. Tanto em inovações tecnológicas quanto em movimentos artísticos existiram projetos que visavam produzir artefatos que tomariam corpo em distintas mídias e que seriam manipulados por diferentes técnicas, o que nunca ocorreu de modo integral, isto é, nunca mobilizando todas as mídias disponíveis. Somente com o advento do software a capacidade de criar técnicas — na condição de ideias materializadas em tecnologias — que se relacionam com todos os tipos de mídia se tornou possível. Enquanto a distinção de tais mídias (texto, som, imagem) permanece inultrapassável, com o software elas se aproximam como até então não ocorreu, pois passam a se “basear em um conjunto de técnicas [digitais] comuns de gerenciamento, criação e comunicação de dados”³⁶⁵.

Sendo assim, para além das distinções que separam, por um lado, mídias precedentes de mídias digitais e, por outro, técnicas multimídia de técnicas de mídias específicas, é necessário voltar-se ao fato de que os software culturais, em seu modo particular de mobilizar funções e ferramentas, são responsáveis por inaugurar um novo período da produção cultural; isto é, esse é o caso mesmo que tais mídias se refiram, por um lado, à simulação de opções analógicas precedentes, nas quais o usuário desempenha uma espécie de controle manual —

³⁶³ MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. New York: Bloomsbury, 2013, p. 113-114.

³⁶⁴ *Ibid.*, p. 122.

³⁶⁵ *Ibid.*, p. 123.

por exemplo, a digitação de um texto no *Microsoft Word* segue, de certo modo, a mesma lógica da digitação de um texto em uma máquina de escrever — ou, por outro lado, que desempenhem funções que, apesar de inspiradas em precedentes, não encontram um correspondente no mundo analógico³⁶⁶ (tipicamente denominadas de *born-digital*), as quais são capazes de apresentar níveis muito mais consideráveis de automação a partir da entrada de certos detalhes pelo usuário ou pelo próprio aplicativo — como gerar um gráfico no Microsoft Excel a partir da inserção de alguns dados. Assim, não importa o quanto a simulação digital de uma função analógica indique uma ideia de semelhança, o seu processo de engendramento segue diretrizes completamente distintas, a saber, justamente de digitalização: o artefato é codificado em dados numéricos discretos que, enquanto tais, possibilitam formas completamente novas de tratamento e “um novo nível de eficiência e velocidade no processamento, transmissão e interação com dados de mídias e conteúdos de comunicação”³⁶⁷, a partir dos quais a simulação é sempre acompanhada de possibilidades de aprimoramento (*enhancement*) e de ampliação (*augmentation*) que dependem simplesmente da mudança de valores de entrada.³⁶⁸ Ademais, ao nível do software, as ferramentas e técnicas disponibilizadas pelas aplicações digitais de um modo geral reúnem uma série de especificidades que caracterizam o grau de funcionalidade original de uma nova mídia, de um novo tipo de tecnologia. Essas funcionalidades se referem aos recursos que propiciam uma experiência distinta de interatividade e de controle e que permitem diversos níveis de customização por meio da disponibilização de interfaces produzidas de acordo com padrões estabelecidos convencionalmente.³⁶⁹

Ao fim, a conclusão de que o software alterou a cultura humana de modo decisivo se revela por si mesma, o que torna legítima a indagação do que a cultura se tornou depois do advento do software. Aqui, a polêmica tese de Friedrich Kittler de que “não há software”³⁷⁰ deve ser contraposta à tese de Manovich de que o que há é justamente o software, aquilo com o que a grande maioria das pessoas interage e o que confere às mídias suas propriedades. O argumento de Kittler é claro, a saber, de que software depende de hardware, de que, ao fim, a

³⁶⁶ Considere-se, por exemplo, as tecnologias desenvolvidas na segunda metade do século XIX que, em certo sentido, já realizavam uma espécie de codificação da realidade física, como a transformação de som em sinais eletromagnéticos analógicos no processo de gravação pelo gramofone. A partir dessa codificação, algumas opções rudimentares de controle surgiram, como a especificação do volume. Ao mesmo tempo, porém, a capacidade de gravação e edição de som que existe hoje é de outra natureza (digital) e obviamente oferece funções completamente novas, mesmo que também siga o princípio de codificação. Cf. MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. New York: Bloomsbury, 2013, p. 155-6.

³⁶⁷ Ibid., p. 133.

³⁶⁸ Ibid., p. 135-6.

³⁶⁹ Ibid., p. 141.

³⁷⁰ KITTLER, Friedrich. There is no Software. In: **The Truth of the Technological World. Essays on the genealogy of presence**. Stanford: Stanford University Press, 2013, p. 219-229.

computação se resume a fluxo de elétrons. Essa redução, no entanto, não dá conta da especificidade do conjunto de práticas que permite identificar a dimensão digital da cultura. A tese de Kittler de que a mídia determina largamente a natureza da mensagem — reinterpretando o mote de McLuhan de que “o meio é a mensagem”³⁷¹ como “a mídia determina nossa situação”³⁷² — tem com as aplicações interativas digitais um novo sentido, especialmente quando se pensa a nível do software (e não do código): para além do conteúdo digital que um artefato possui originalmente em si quando armazenado em alguma unidade de memória, as possibilidades de manipulação do conteúdo de mídia dependem largamente do programa de software utilizado para criar, modificar ou visualizar tal artefato e, por conseguinte, das características implementadas nesse programa e que foram a princípio definidas por seus desenvolvedores, sendo que programas distintos voltados às mesmas mídias normalmente possuem funções em comum, mas também funções distintas. Além disso, esses programas passam por diversas atualizações que incorporam ou excluem funções de acordo com certos objetivos. São nesses termos que ocorre a reflexão sobre a “cultura de software”³⁷³, sobre as ideias e valores por trás de escolhas de desenvolvedores, seja companhias de software, laboratórios em universidades ou comunidades de usuários. Assim, as propriedades que caracterizam um artefato cultural de uma mídia digital, mais do que o efeito de seus atributos digitais inatos e estáticos, são o “resultado do desenvolvimento e acumulação graduais de um vasto número de técnicas de software, algoritmos, estruturas de dados e convenções e metáforas de interface”³⁷⁴ que determinam, dentre diversas opções possíveis, o processo de criação, edição, representação e acesso. Assim, na medida em que a cultura vira software e o software, por sua vez, é o meio de acesso dos usuários ao conteúdo de mídia, isto é, o meio que a representa e que apresenta os comandos de suas funções, o problema da interface se torna central.³⁷⁵

*

A relação dos usuários com os softwares é mediada por interfaces, mais precisamente, as chamadas interfaces gráficas do usuário (GUI - *Graphical User Interface*) que, a seu turno,

³⁷¹ MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media: The Extensions of Man**. New York: McGraw-Hill, 1965.

³⁷² KITTLER, Friedrich. **Gramophone, Film, Typewriter**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

³⁷³ Para um programa de uma crítica cultural de software (*software criticism*), cf. FULLER, Matthew. **Behind the Blip: Essays on the Culture of Software**. New York: Autonomedia, 2003, p. 11-32.

³⁷⁴ MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. New York: Bloomsbury, 2013, p. 152.

³⁷⁵ *Ibid.*, p. 155.

também devem ser consideradas como software cultural, isto é, um conjunto de aplicações que tem por objetivo apresentar os comandos que correspondem às funções originais do programa. É por meio da mediação proporcionada pela interface do software que as funções do software “original” se deixam manifestar ao usuário. Assim, a interface delimita o escopo das funções apresentadas aos usuários que permitem criar, editar e compartilhar conteúdos culturais. Com efeito, existe uma distinção entre as funções de um programa de computador e as funções que são de fato apresentadas por meio da interface. No presente, essas interfaces não são apenas gráficas (formadas por imagens de ícones e menus), mas também sonoras, audiovisuais e táteis, o que torna o fenômeno da mediação, isto é, da interação entre usuário e interface, mais completo e complexo.

A ideia de interface faz parte da história humana. Em seu sentido mais fundamental, a interface é um modo de mediação que suprime uma distância pressuposta entre duas partes (observadores ou objetos), de forma que a interface é basicamente uma linguagem e, por conseguinte, possui um caráter hermenêutico. O modelo de interface gráfica do usuário, ao qual o termo tem sido normalmente associado com a cultura da computação, pode ser genealogicamente concebido a partir do surgimento de certas tecnologias ao longo da última metade do século XIX e primeira metade do século XX, quando da invenção do telefone, que possibilitou o diálogo entre duas partes (geograficamente) distantes, mas principalmente da televisão, que, por meio de uma tela, apresentava uma imagem gráfica de sinais enviados por transmissão de ondas.

Dentro do campo da computação, o termo *interface* compreende um conjunto de formas de mediação, desde o nível mais básico de interação entre diferentes dispositivos de hardware até o nível mais abstrato em que comandos são disponibilizados em formas simbólicas para que humanos possam se relacionar com o software, colocando em movimento uma cadeia que retorna ao nível mais básico. Sendo assim, existe interface na conexão entre usuários e hardware, como um botão pressionado para destravar uma porta, como também entre distintos hardwares, como os fios condutores que ligam o computador a aparelhos periféricos (por exemplo, a impressora). Já no âmbito do software, as interfaces convencionalmente podem se distinguir por pelo menos duas formas. Em primeiro lugar, a divisão entre hardware e software é empreendida por uma interface na qual o software delimita (*constrain*) o escopo das tarefas que o hardware deve realizar. Em si mesmo, o hardware possui virtualmente infinitas possibilidades, desde o processador ao teclado, as quais, no entanto, somente se realizam de fato por meio de um conjunto de instruções, de uma linguagem de controle. Desse modo, um software de edição de texto cria uma interface com o hardware ao mobilizar alguns de seus

recursos e, com isso, limitar suas possibilidades a determinadas funções, a saber, aquelas envolvidas com a produção e edição de arquivos de texto.³⁷⁶

Em segundo lugar, as interfaces propriamente de software, as quais, a seu turno, mantêm a lógica de delimitação de escopo. Essas interfaces passaram a ter uma divisão cronologicamente definida a partir de convenções que separam as chamadas interfaces de programação de aplicações (*API - Application Program Interface*) e as interfaces de usuário. Essa distinção é cronológica porque até o início da década de 1980 a interface que possibilitava a interação dos usuários com o computador eram as plataformas de programação, nas quais as linguagens utilizadas tinham como principal objetivo o desenvolvimento e manutenção de programas — em que os comandos estão mais ou menos no nível das linguagens de programação. Essas plataformas mudaram progressivamente à medida em que linguagens mais abstratas foram criadas até o surgimento de fato das interfaces gráficas, as quais, com efeito, podem ser consideradas como as linguagens de programação mais abstratas, de modo que a distinção apontada acima também é uma convenção. De todo modo, hoje as chamadas interfaces de programação de aplicações têm seu escopo muito bem definido e que basicamente trata do estabelecimento das conexões entre distintas aplicações, função que define a condição de possibilidade das redes de aplicações das quais atualmente dependem quase todas as atividades e operações humanas. Um exemplo são os mecanismos de busca, aplicações que necessitam da comunicação (isto é, da interface) com diversas outras aplicações e servidores que têm acesso aos dados inicialmente buscados. Naturalmente, esses mecanismos somente funcionam na medida em que há interfaces entre eles e as outras aplicações, a saber, quando um canal é estabelecido no qual uma linguagem é organizada por protocolos que permitem a padronização da comunicação. As interfaces de usuário, então, surgem como um desenvolvimento das linguagens de programação, o qual visa tornar o computador um meio acessível à grande maioria dos usuários e, por conseguinte, habilitá-lo à condição de meio produtor da cultura. Essa acessibilidade é caracterizada pelo caráter simbólico e metafórico da interface de usuário, a tentativa de simular opções familiares ou de criar versões que se assemelham a elas por meio do uso de representações textuais, visuais, sonoras e táteis. Em certo sentido, trata-se de, por meio da interface, possibilitar um diálogo.

Apesar de propriamente inventada apenas na década de 1980, as ideias por trás do conceito de interface computacional de usuário já encontram uma formulação em 1945. No

³⁷⁶ CRAMER, Florian; FULLER, Matthew. Interface In: FULLER, Matthew (ed.). **Software Studies. A Lexicon**. Cambridge: The MIT Press, 2008, p. 149-150.

centro dessa formulação estava a possibilidade de facilitar o acesso e o armazenamento de informação: “um registro, para ser útil à ciência, deve ser continuamente estendido, deve ser armazenado e, acima de tudo, deve ser consultado”. Vannevar Bush apresentou em *As We May Think* a concepção de uma mesa de trabalho (*desktop*) denominada *memex*³⁷⁷ (acrônimo de *memory* e *index*), composta por uma série de ferramentas e de monitores que permitiriam tanto a busca e o acesso quanto a cópia (por fotografia) e o armazenamento de dados. Essas ferramentas funcionam como uma interface analógica que permite a consulta de largas quantidades de material armazenado “com velocidade e flexibilidade superiores”.³⁷⁸ Em 1968, Douglas Engelbart apresentou um conjunto de recentes invenções que ampliaram as possibilidades de interface, como o mouse conectado à tela, o hipertexto, a capacidade de criar links para arquivos e a comunicação por vídeo.³⁷⁹ Alguns anos depois foi lançado o protótipo de um dos primeiros computadores pessoais, o *Xerox Alto*, o qual dispunha de uma interface composta de display em preto e branco, barras de texto, imagem de baixa resolução, alguns ícones gráficos e a capacidade de sobrepor janelas com distintas funções.³⁸⁰

O desenvolvimento de um sistema operacional com interface de usuário exigiu a elaboração de uma nova linguagem de programação capaz de transformar os comandos no formato de código em itens visuais que passaram a se tornar o meio de acesso a tais comandos. Essa linguagem de programação visual, denominada *Smalltalk*, era composta por uma plataforma de programação (editor de código, compilador e depurador) com interface gráfica, o que permitiu a programação orientada a objeto, isto é, um modo de desenvolvimento que permitia a organização de código em ícones que representam atributos e métodos. A possibilidade de visualização tornou a lógica de organização e acesso muito menos complexa. Em 1981 surgiu o primeiro computador pessoal comercial dotado de interface gráfica, o *Xerox Star*³⁸¹, cujo sistema operacional dispunha de uma interface com modelo de ícones para objetos, aplicações (editor de texto e de tabelas etc.) e arquivos que se fixavam no plano de fundo da área de trabalho e permitiam ser movidos, copiados e excluídos. Além disso, a interface era composta por janelas, barras de rolagem, tela em preto e branco e teclado virtual, e apresentava a opção de impressão que reproduzia o que era exibido na tela. Em 1983 outros avanços foram alcançados com o *Apple Lisa*, com tela de resolução 720 x 364 e cuja interface dispunha de

³⁷⁷ Para uma simulação de seu funcionamento, ver: <https://youtu.be/c539cK58ees>

³⁷⁸ BUSH, Vannevar. *As We May Think*. **The Atlantic Monthly**, July, 1945. O artigo pode ser acessado em: <https://www.ps.uni-saarland.de/~duchier/pub/vbush/vbush-all.shtml>

³⁷⁹ Essa apresentação pode ser vista em: <https://youtu.be/yJDv-zdhzMY>

³⁸⁰ O modelo pode ser visualizado em: https://en.wikipedia.org/wiki/Xerox_Alto

³⁸¹ A interface: https://en.wikipedia.org/wiki/Xerox_Star#/media/File:Xerox_8010_compound_document.jpg

menu suspenso (como o menu Iniciar do *Microsoft Windows*) e de ícones metafóricos³⁸² com design mais complexo. De um modo geral, tratava-se de uma interface que oferecia ao usuário mais opções, com a possibilidade de moção, maximização e minimização de janelas.³⁸³ A colorização da tela em 1987 (*Mac II*³⁸⁴) proporcionou uma nova experiência visual e abriu diversas possibilidades de visualização de informação, exigindo o desenvolvimento de gráficos de interface, softwares (*Adobe Illustrator* e *Photoshop*)³⁸⁵ e linguagens de programação (*Postscript*). Esse processo contribuiu decisivamente para a adoção do computador por artistas e designers e ampliou a dimensão computadorizada da produção cultural. Trata-se do surgimento de novas mídias (novos softwares) de criação e edição de imagens que revolucionaram diversos âmbitos da sociedade (da medicina às artes plásticas).³⁸⁶

O processo de expansão ocorreu especialmente a partir da segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, com a internet e a criação de novos dispositivos e, por conseguinte, com o surgimento de diferentes possibilidades de interface. O computador pessoal se estabeleceu no mercado (*Windows 3.1* em 1992 e *Mac OS 6* em 1998) e uma gama de dispositivos portáteis foi criada ou relançada (laptops com telas coloridas). No que se refere às inovações em interface, se destacam o *iPod*³⁸⁷, em 2001, com uma pequena tela, botões e roda de rolagem (*scroll wheel*), os *smartphones*, a partir de 2002, com aplicativos e conexão à internet, os *tablets*, em 2010, o *Google Glass*, em 2013, e o *Apple Watch*, em 2014, os dois últimos resultados de computação vestível (*wearable computing*). O sucesso dessas invenções se deu não apenas por processadores e sistemas operacionais capazes de sustentar distintas funções, mas também pela criação de interfaces que permitiram o gerenciamento de numerosos aplicativos e arquivos em um dispositivo portátil. Essa circunstância foi reiterada ao longo do tempo, com o desenvolvimento de aplicações baseadas na *web* e computação na nuvem, causando o aumento significativo da quantidade de aplicativos de um modo geral desde o fim da primeira década do século XXI até o presente.³⁸⁸ O tempo da computação movida pela

³⁸² Para um comentário crítico a respeito do uso de metáforas em interfaces, cf. FULLER, Matthew. **Behind the Blip: Essays on the Culture of Software**. New York: Autonomedia, 2003, p. 100-102.

³⁸³ A interface: https://en.wikipedia.org/wiki/Apple_Lisa#/media/File:Apple_Lisa_Office_System_3.1.png

³⁸⁴ A interface: https://apple.fandom.com/wiki/Macintosh_II?file=Mac_11.jpg

³⁸⁵ *Adobe Illustrator* e *Photoshop* “foram os primeiros de seu tipo, fornecendo um conjunto de ferramentas icônicas, um documento virtual e um grande conjunto de opções para ajustar vetores e pixels. O novo ambiente virtual se estendeu para além da área de trabalho de um usuário, forneceu aplicações e abriu um novo conjunto de ferramentas virtuais”. COLEMAN, Carla Viviana. **Visual experiences: a concise guide to digital interface design**. Boca Raton: CRC Press, 2018, p. 14.

³⁸⁶ *Ibid.*, p. 6-16.

³⁸⁷ https://en.wikipedia.org/wiki/IPod#/media/File:Ipod_1G.png

³⁸⁸ Para o número de aplicativos na *Google Play Store* desde 2009, ver: <https://www.statista.com/statistics/266210/number-of-available-applications-in-the-google-play-store/>

internet e por microprocessadores é um tempo de constante atualização, o que torna as interfaces eminentemente dinâmicas. Atualmente, a hegemonia do modelo tradicional de interface baseado em telas fixas está ameaçada por recentes desenvolvimentos que transcendem os limites impostos por tal modelo e que permitem o uso de gestos e sons³⁸⁹ e de realidade virtual para indicar a realização de tarefas³⁹⁰.

Com efeito, o processo geral de desenvolvimento e expansão das técnicas de computação — passando por processadores, sistemas operacionais e aplicativos de software cada vez mais complexos — dependeu (e ainda depende) da habilidade de criação de interfaces capazes de disponibilizar os recursos que o computador possui aos usuários em geral. Portanto, não basta apenas um computador com processadores rápidos e sistemas operacionais eficientes. Esses recursos em potência tornam necessário um mediador capaz de, ao mesmo tempo, torná-los acessíveis com menus, ícones e janelas adequados às suas particularidades e organizá-los de modo coerente, interativo e esteticamente agradável. Assim, a interface de usuário não poderia ser vista apenas como a expressão de processos internos: ela é parte fundamental da computação justamente ao tornar tais processos possíveis aos usuários, desde plataformas de programação que criam novos softwares a aplicativos de edição de imagens. Ademais, “a maneira como o computador disponibiliza esse uso [de seus recursos] e as suposições feitas sobre quais interações possíveis podem se desenvolver são ambos fundamentalmente culturais”.³⁹¹ Essas questões, vistas sob a ótica de que a interface é o único meio de relação da grande maioria das pessoas com computadores, na qualidade de sua parte visível, por si só já a tornam um problema hermenêutico que precisa de uma reflexão aprofundada.

Uma tal reflexão, ao mesmo tempo, precisa ultrapassar um conjunto de ideias que atribuem à interface um caráter puramente instrumental e unívoco. Reconhecida como uma tecnologia de inscrição, a interface se transforma no centro de distintas formas de relação que alteram a experiência dos usuários de modo decisivo. Assim, ela também não pode ser vista apenas como uma ferramenta que reage às ações de usuários, considerados como sujeitos que manipulam as capacidades computacionais como simples objetos. Em vez disso, “a interface

Para o número de aplicativos na *Apple Store* desde 2008, ver: <https://www.statista.com/statistics/268251/number-of-apps-in-the-itunes-app-store-since-2008/>

³⁸⁹ Cf. MAJOR, David J.; HUANG, Danny Y.; CHETTY, Marshini; FEAMSTER, Nick. Alexa, Who Am I Speaking To?: Understanding Users’ Ability to Identify Third-Party Apps on Amazon Alexa. *ACM Transactions on Internet Technology (TOIT)*, 2019, p. 1 - 22.

³⁹⁰ COLEMAN, Carla Viviana. **Visual experiences: a concise guide to digital interface design**. Boca Raton: CRC Press, 2018, p. 17-24.

³⁹¹ FULLER, Matthew. **Behind the Blip: Essays on the Culture of Software**. New York: Autonomedia, 2003, p. 12.

digital [...] torna-se parte ativa e integral das relações nela contidas e por ela remediadas”³⁹². Por um lado, essa reflexão se dá na medida em que ao (duplo) caráter mediador da interface é igualmente reconhecido o de ocultamento, isto é, na medida em que se reconhece que as interfaces “não apenas se estendem da tela e do teclado, mas também são projetadas para dissimular sua função como interfaces”. Isto é, elas “descrevem, escondem e condicionam a assimetria entre os elementos” que elas conectam, a saber, entre a limitação humana de processamento e a do computador. Ao mesmo tempo em que se trata da “representação e rearticulação de um processo que ocorre em um outro nível de escala”, de outra magnitude, trata-se também do controle de funções possibilitado pela disponibilização de recursos simbólicos que dão acesso, mediado e limitado (pois representativo), às estruturas e processos computacionais. Esse controle, no entanto, não ultrapassa o fato de que a interface “impõe e realça [*enhance*] determinados fluxos de trabalho, modos de pensar e modos de interação sobre ou em combinação com usuários humanos”. Elas definem “a sintaxe para todas as interações possíveis dentro do domínio que descrevem”.³⁹³

Como dito, o comportamento incorporado pela maioria dos indivíduos em relação às tecnologias digitais é na condição de usuário — mesmo que a distinção entre usuário e produtor seja muitas vezes obscura. Para o usuário comum (categoria na qual muitos pesquisadores em humanidades digitais se enquadram), a interface, com suas diversas dimensões e camadas, oculta os diversos mecanismos de processamento de dados. O que se apresenta de imediato é um tipo específico de saída (*output*), uma representação que de um modo geral revela apenas as informações “necessárias” e que disponibiliza somente uma quantidade limitada de funcionalidades e que oculta o restante. Com efeito, um computador digital em funcionamento mobiliza inúmeras entidades que são imperceptíveis e que não necessariamente condizem com aquilo que é apresentado pela “superfície” da interface que, a seu turno, é o principal meio de acesso às diversas aplicações e dispositivos computacionais. Com efeito, a interface não é apenas uma superfície.

Por outro lado, o reconhecimento do papel constitutivo da interface não pode conduzir a um determinismo tecnológico que reconhece a interface como uma entidade dotada de ubiquidade e de invisibilidade e o sujeito simplesmente como um usuário passivo. Sendo assim, a reflexão sobre a interface também levanta questões a respeito de temas ligados à agência, à

³⁹² SHANBAUM, Phaedra. **The Digital Interface and New Media Art Installations**. New York: Routledge, 2020, p. 34.

³⁹³ CRAMER, Florian; FULLER, Matthew. Interface In: FULLER, Matthew (ed.). **Software Studies. A Lexicon**. Cambridge: The MIT Press, 2008, p. 150-152.

materialidade e à subjetividade. De fato, ao mediar e traduzir as ações de indivíduos, as interfaces comandam as experiências no mundo virtual e nos mundos que estão a ele ligados. Elas constituem e reconfiguram formas de relacionamento do sujeito com o mundo mediado pela tecnologia. Essa intermediação é um processo cultural que possibilita não apenas o acesso e o controle de funções e de informação, mas que funciona como a mediação entre as entidades envolvidas na constituição de um objeto cultural, sejam componentes de máquina ou componentes humanos. Ao criar essas relações, a interface define formas precisas de interação que, por sua vez, engendram modos de percepção, de pensamento e de comportamento. Nesse sentido, em vez de considerar que o humano molda sua experiência pela interface, “deve-se perguntar que modelo de persona, que ‘humano’, é engendrado (*engineered*) pela Interface Humano-Computador”³⁹⁴.

No entanto, a própria tecnologia da interface é parte e produto de um sistema de inscrição. A sua capacidade de dar forma à experiência do sujeito é, a seu turno, resultado da combinação de tecnologias fundadas em certas concepções difundidas em contextos específicos e que se voltam ao tratamento de informação. Considere-se o próprio contexto de elaboração da ideia de interface digital descrito acima, com seus sujeitos e instituições. Desse modo, a questão se complexifica ao se levar em conta que a interação proporcionada pela interface envolve os artefatos culturais, os seus criadores, a própria interface e os usuários que consomem tais artefatos. Se, por um lado, a capacidade da interface de alterar e delimitar a experiência cultural não pode ser subestimada, por outro lado, os usuários participam dessa experiência ao absorver a estrutura material da interface por meio de uma espécie de engajamento pelos sentidos (visual, vocal, tátil etc.). Esse engajamento ultrapassa o simples ato de acessar informação, porquanto implica em uma participação na qual a tecnologia (interface) é de certo modo incorporada pelo indivíduo com as especificidades de sua corporeidade. Sendo assim, essa incorporação (*embodiment*) faz parte do processo geral de constituição do sujeito, no qual a experiência de si e do mundo ocorre por meio de tecnologias e no qual o uso é visto como incorporação. Portanto, o “relacionamento entre corpo e tecnologia” pode ser caracterizado como “uma experiência produzida de forma co-constitutiva e colaborativa”.³⁹⁵

³⁹⁴ FULLER, Matthew. **Behind the Blip: Essays on the Culture of Software**. New York: Autonomedia, 2003, p. 12.

³⁹⁵ SHANBAUM, Phaedra. **The Digital Interface and New Media Art Installations**. New York: Routledge, 2020, p. 58.

O caráter interativo da conexão proposta pelas recentes interfaces digitais de softwares culturais com os indivíduos é responsável pelo engendramento de distintas formas de agência que não podem mais ser limitadas ao humano e que, por conseguinte, são estendidas às entidades técnicas quando a interface toma lugar. Se o digital permite assumir a existência de distintas formas de agência e de agentes que extrapolam o humano e incluem entidades tecnológicas, isto é, aplicações de inteligência artificial, isso se dá pelas novas formas de agência possibilitadas na era digital e que se relacionam com o mundo humano por meio de interfaces. Com efeito, no presente momento, a cultura é palco de atores e agentes múltiplos, cujas relações têm determinado as experiências formativas dos indivíduos. Uma hermenêutica da interface, ao mesmo tempo em que deve reconhecer as práticas que ocorrem em seu nível e quem as protagoniza, deve também indagar a respeito do que está para além dele (e que também dispõe de suas práticas e agentes), a fim de tornar compreensível essa relação entre “exterior” e “interior”.

Para uma hermenêutica histórica digital

O digital pensado a partir das ciências humanas — O lugar de uma hermenêutica histórica digital

O último capítulo reuniu elementos básicos que permitem a colocação do problema da possibilidade de uma hermenêutica histórica digital, isto é, uma hermenêutica que se propõe a compreender os processos que largamente determinam a produção cultural na contemporaneidade a fim de compreender a própria cultura e a história. Por um lado, foi necessário circunscrever o escopo dessa hermenêutica: ela não se volta a todos os softwares desenvolvidos atualmente (mesmo que exista uma dimensão cultural em todos eles), mas apenas às aplicações digitais envolvidas na produção e disseminação da cultura e de seus artefatos, os softwares culturais, como denomina Manovich. Por outro lado, mostra-se necessário apontar o caminho do restante da reflexão. No nível epistemológico, essa hermenêutica deve fornecer uma teoria da interpretação que articule métodos e técnicas de pesquisa com objetos digitais em seu caráter simbólico. No nível ontológico, ela deve se preocupar com os aspectos constitutivos que possibilitam essa teoria da interpretação, tal como Paul Ricoeur define uma via longa de articulação do problema hermenêutico à fenomenologia, a qual tem como objetivo, dentre outros, a fundamentação das ciências históricas e que inevitavelmente deve passar pelo plano da linguagem.³⁹⁶

O engajamento das ciências humanas com as tecnologias digitais praticamente acompanhou o seu surgimento, o que significa que, mesmo que se trate de casos isolados, sempre existiram tentativas de aplicar técnicas computacionais na manipulação de artefatos culturais com finalidades humanistas. É o que uma genealogia das chamadas “humanidades digitais”³⁹⁷ permite perceber. Essa manipulação depende, desde o início, da transformação

³⁹⁶ Cf. RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações. Ensaio de Hermenêutica**. Porto: Rés-Editora, 1988.

³⁹⁷ Na maior parte do tempo, o termo não é empregado aqui como um campo em si, mas quer apenas apontar para o engajamento geral, a adoção de tecnologias digitais por parte de pesquisadores das humanidades. Para uma compreensão do termo enquanto campo com programas, centros de pesquisa e publicações, cf. BERRY, David (ed.). **Understanding Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

desses artefatos em arquivos digitais, em sua codificação discreta. Por meio dela, os recursos computacionais se tornam disponíveis aos estudiosos das humanidades. Em um primeiro momento, o envolvimento estabelecido com esses recursos indicava uma relação puramente instrumental. O acesso a ferramentas que auxiliam em diversas atividades e na rotina de pesquisa e a possibilidade de lidar com quantidades cada vez maiores de fontes disponíveis em banco de dados digitais por muito tempo não foram suficientes para sugerir novos modos de lidar com a tecnologia, enfatizando formas ainda tradicionais de pesquisa. Parte das intenções ao redor da criação do campo das humanidades digitais está baseada precisamente na necessidade de reflexão sobre esses novos modos e no desenvolvimento de técnicas computacionais não apenas instrumentais, mas essenciais para o desdobramento de novos ramos de investigação. Esse movimento é coerente à percepção dos novos conjuntos de problemas, cuja concepção foi possibilitada precisamente pelos processos de digitalização. Inicialmente, o campo das humanidades digitais foi circunscrito por uma agenda de constituição de uma larga base de dados pautada na digitalização de materiais e pelo estabelecimento das estruturas tecnológicas disponíveis com a finalidade de promover o tratamento do novo *corpus* de fontes digitais, basicamente limitado à análise de textos. Nesse sentido, segundo boa parte da literatura, esse foi um esforço eminentemente quantitativo. Em um segundo momento, o foco passou a ser determinado pelo imperativo de constituição de ambientes e ferramentas próprios para o tratamento e a criação dos arquivos digitais (*born digital*), bem como de novos paradigmas disciplinares, o que implica a manutenção de redes mais complexas entre contextos de pesquisa distintos. Em comparação ao primeiro momento, então, essas novas abordagens pretendem ser “qualitativas, interpretativas, experimentais, emotivas e generativas em caráter”.³⁹⁸

Essa distinção de momentos não deixa de apontar para um processo disciplinar mais amplo que os contempla. Inicialmente restringidas à constelação conceitual, às divisões disciplinares e aos modelos de pesquisa e de publicação das disciplinas humanistas tradicionais, a seu turno, largamente determinadas pelo paradigma da cultura escrita impressa, as humanidades digitais progressivamente foram capazes de produzir novos métodos e abordagens. O peso da cultura escrita impressa, do sistema de inscrição que vigorou até pelo menos a segunda metade do século XX, delimitou o campo das possibilidades de lidar com a

³⁹⁸ SCHNAPP, Jeffrey; PRESNER, Todd. **The Digital Humanities Manifesto 2.0**, 2009, p. 2. Disponível em: https://www.humanitiesblast.com/manifesto/Manifesto_V2.pdf

cultura a partir da metáfora do texto e seus pressupostos.³⁹⁹ Desse modo, o escopo das humanidades digitais esteve inicialmente circunscrito por práticas de pesquisa que basicamente reproduziam as práticas tradicionais ainda vigentes ou ainda se pautavam em seus modelos, à diferença das vantagens proporcionadas pelas tecnologias digitais que modificaram substancialmente a velocidade de busca de documentos (com os paradigma de *searchability* e *findability*) e o acesso a vastas quantidades de material empírico⁴⁰⁰. Portanto, a pesquisa mediada tecnologicamente ainda se limitava a uma certa análise de textos a partir do uso de sistemas de classificação, agregação e comparação de conjuntos de dados, como o chamado *text markup* — um conjunto de formas de marcação (como etiquetas) atribuídas a elementos de um texto para indicar sua relação com o restante do texto ou determinar o seu modo de exibição — ainda orientado, de certo modo, pelas diretrizes da leitura atenta e profunda (*close and deep reading*), típica da crítica tradicional. Se, por um lado, renunciar a essas diretrizes e métodos não oferece uma solução concreta ao problema das humanidades digitais, por outro, o desafio de colocar o digital no centro da reflexão das humanidades — e, por conseguinte, questionar não só as fronteiras disciplinares, mas o próprio conceito de ciências humanas — ainda persiste.

Os desenvolvimentos ulteriores das pesquisas com ferramentas e técnicas digitais contribuíram para complexificar essa reflexão. Como dito, o surgimento de artefatos engendrados no meio digital — que a princípio não existem no mundo analógico — e de novas tecnologias digitais abriu um novo campo de problemas, métodos e conceitos até então inconcebível para as humanidades. No nível da pesquisa, essas tecnologias possibilitam novas formas de combinar e enxergar relações entre dados que dependem da capacidade lógica de computadores de propor e analisar deduções e de testar hipóteses. Esse é o caso da reflexão empreendida por Nancy Katherine Hayles. Partindo do problema da metáfora do texto impresso como determinante para a composição da agenda de pesquisa nas humanidades, Hayles elabora um conjunto de análises sobre a questão da leitura⁴⁰¹ e da constituição de subjetividades no contexto da adoção de tecnologias digitais.⁴⁰² No que se refere aos modos de leitura, a primeira

³⁹⁹ KRÄMER, Sybille; BREDEKAMP, Horst. Culture, Technology, Cultural Techniques – Moving Beyond Text. **Theory, Culture & Society**. 30 (6), 2013, p 20–29.

⁴⁰⁰ Cf. MANNING, Patrick. **Big Data in History**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

⁴⁰¹ Longe de um simples atributo, “a leitura está tão intimamente relacionada ao significado que conota muito mais do que analisar [parsing] palavras; ela implica compreender um texto e, muitas vezes, formar uma teoria sobre ele”. HAYLES, Nancy Katherine. How We Think: Transforming Power and Digital Technologies. In: BERRY, David (ed.). **Understanding Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 46.

⁴⁰² Cf. HAYLES, Nancy Katherine. Bodies of Texts, Bodies of Subjects: Metaphoric Networks in New Media. In: RABINOVITZ, Lauren; GEIL, Abraham. **Memory Bytes. History, Technology, and Digital Culture**. Durham and London. Duke University Press, 2004, p. 257-282 e HAYLES, Nancy Katherine. How We Think:

questão que se apresenta é a da disponibilização de vastas quantidades de fontes para análise. A metodologia historiográfica e a crítica literária tradicionais possuem um modelo de estabelecimento e perpetuação de cânones que depende largamente de valores intersubjetivos de uma comunidade científica, ao passo que uma crítica historiográfica e literária sustentada por tecnologias digitais pode investigar um *corpus* extremamente amplo de textos que permite distinguir certas características de estilo e de convenção a partir das quais a excepcionalidade de um texto (um cânone literário ou uma fonte paradigmática), por vias de comparação, pode ser claramente definida — ou mesmo ratificada, aproveitando-se heurísticamente da crítica tradicional baseada em seus valores.

Esse tipo de pesquisa depende de um modo específico de leitura, distinto do modo tradicional pautado pela atenção e pela profundidade e que cuja realização é inviável em arquivos digitais e bancos de dados — que possuem na maioria dos casos livros e outras fontes na casa de milhões de unidades. Trata-se da chamada leitura distante (*distant reading*⁴⁰³), possibilitada pelo uso de software, sendo assim, uma espécie de *machine reading*. Por meio dela, a unidade do texto é preterida em favor da base de dados à qual ele pertence, a qual é analisada a partir de critérios que se voltam a parâmetros de comparação e que, assim, podem revelar padrões e pressuposições que permitem pensar uma base de dados de distintas maneiras originais. O surgimento desse modo de leitura contribui não apenas para o questionamento dos pressupostos teórico-filosóficos da própria ideia de leitura, mas também, e por meio de tal questionamento, para a possibilidade de pensar o lugar e a relevância das leituras atenta e distante. Isso significa, nesse sentido, repensar a prioridade de um modo em uma parte do processo de pesquisa ou mesmo sua combinação: seja “assumir que a interpretação humana constitui o ponto de partida primário”, seja “que a interpretação humana induz ao erro e deva ser empregada depois que as máquinas tiverem ‘lido’ o material” ou, por fim, que, independentemente do tipo de leitura que inicie o processo de pesquisa, sua modificação ou substituição seja realizada de acordo com as exigências materiais.⁴⁰⁴ Para Hayles, isso evidencia menos a oposição que a complementação entre os extremos representados por esses dois modos de leitura.⁴⁰⁵

Transforming Power and Digital Technologies. In: BERRY, David (ed.). **Understanding Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 42-66.

⁴⁰³ Conceito desenvolvido por Franco Moretti. Cf. MORETTI, F. **Graphs, Maps, Trees: Abstract Models for a Literary History**. New York and London: Verso, 2007.

⁴⁰⁴ HAYLES, Nancy Katherine. How We Think: Transforming Power and Digital Technologies. In: BERRY, David (ed.). **Understanding Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 47.

⁴⁰⁵ *Ibid.*, p. 45-47.

Desse modo, mesmo que ainda se trate do processo de aplicação de quadros teórico-conceituais tradicionais às pesquisas empreendidas com mídias digitais, a possibilidade de lançar mão dessas tecnologias para a produção de material e para proporcionar modos diferentes de visualização aponta para novos caminhos interpretativos. Ao mesmo tempo, é no solo comum de coexistência entre o novo e o tradicional — entre a máquina e o humano — que o conflito de valores entre ciências humanas e tecnologias digitais se revela. O reconhecimento do valor das primeiras permite que essa relação seja pensada de modo recíproco, isto é, não apenas no modo como a tecnologia altera as humanidades, mas como o emprego de tecnologias pelas humanidades pode alterar nossa própria noção de ciência e a interpretação de seu efeito no mundo humano ao suspender uma espécie de atitude natural concedida ao ideal do método científico.

Esse é, em certo sentido, o argumento de Stephen Ramsay ao procurar pensar a possibilidade de uma crítica algorítmica (*algorithmic criticism*).⁴⁰⁶ Ramsay retoma um programa semelhante àquele desenvolvido por Gadamer em *Verdade e Método*, a saber, que parte de uma crítica à tentativa de incorporação pelas ciências humanas do modelo científico de investigação representado pela noção de método⁴⁰⁷ e que busca encontrar alternativas em relação ao problema do conhecimento e da verdade na experiência da arte. Esse programa é retomado no contexto das humanidades digitais, no qual o fantasma do cientificismo, com seu apelo de objetividade, retorna para o domínio de discussão da definição e fundamentação das ciências humanas, promovendo a tendência de recuperação de uma espécie de leitura canônica (pautada no tropo da *intentio auctoris*), agora por meio do paradigma da computação, sustentado pelas ideias de calculabilidade e de exatidão lógico-matemática, em que os valores (*true or false*) de proposições precisam ser determinados. A expurgação desse fantasma — mais precisamente, dos prejuízos do emprego de ideias ligadas a uma certa metáfora científica, de uma certa maneira de tentar combinar humanidades e computação — deve ser delineada na exploração de modelos humanistas (como da arte e da crítica literária) que, sem abrir mão dos recursos das tecnologias, viabilizem “engajamento crítico, interpretação, diálogo e contemplação”. É dessa forma que Ramsay analisa, por exemplo, a noção de *Pataphysique*, do

⁴⁰⁶ RAMSAY, Stephen. **Reading machines: toward an algorithmic criticism**. Champaign: University of Illinois Press, 2011.

⁴⁰⁷ Para uma reabilitação hermenêutica do conceito de método no contexto do digital, ver: ROMELE, Alberto. **Digital Hermeneutics. Philosophical Investigations in New Media and Technologies**. New York: Routledge, 2020. Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que a crítica ao conceito de método em Gadamer está baseada na tese da inadequação entre o conceito de verdade na ciência e nas humanidades.

escritor francês Alfred Jarry, a fim de indicar como o reconhecimento de padrões⁴⁰⁸ pode ser considerado como uma prática que aproxima arte, ciência e crítica (ou interpretação).⁴⁰⁹ O objetivo dessas explorações, contra a ideia de uma “crítica literária científica” submetida à lógica de experimentação e refutação de hipóteses baseada em evidências nos dados (elevados a um estatuto superior que independe de interpretação) — que devem falsear e corrigir leituras humanas —, é chegar a uma crítica algorítmica que trata de reformular a programação “como a realização [*enactment*] de uma estratégia crítica de leitura”⁴¹⁰.

A possibilidade de, por meio de algoritmos, determinar parâmetros baseados em definições e, com isso, estabelecer um experimento focado em um conjunto de fontes, permite que certas hipóteses possam ser elaboradas e testadas no domínio das humanidades, isto é, permite que certos argumentos sejam corroborados por “fatos”. Ao mesmo tempo em que essa possibilidade revela vantagens imediatas — como responder questões objetivas a partir da organização sistemática de conjuntos de dados retirados do texto, organização que, como apontado acima, pode ser o ponto de partida para a interpretação —, ela também denuncia seus limites: a impossibilidade de prova ou falseabilidade de argumentos que definem o modo particular de questionamento das humanidades ou da história. Afinal, amiúde não se quer saber apenas que algo ocorreu em um determinado ponto da história, mas o que significa. O questionamento próprio das humanidades não tem como resposta, na maioria dos casos, um “fato”, uma comprovação ou refutação, é um modo de colocação de problemas no qual os fatos, metricamente definidos e verificados, não são o objeto primordial de investigação.⁴¹¹ Como exemplo, Ramsay cita uma análise com técnicas digitais do romance *The Waves*, de Virginia Woolf, e conclui que mesmo quando se lança mão de “procedimentos de análise de texto que se baseiam em fatos empíricos sobre a linguagem (ou em leis estatísticas e matemáticas em geral) [...] nós frequentemente nos encontramos inaptos em apontar a verdade do procedimento como a base para o juízo”.⁴¹² Assim, a verdadeira proposta de uma crítica algorítmica, enquanto “crítica derivada da manipulação algorítmica do texto”, é de transformar, deformar (*deformance*) o texto por meio de algoritmos, de modo a enfatizar o estranhamento e a

⁴⁰⁸ Para reflexões a respeito do valor epistêmico-antropológico da identificação de padrões, cf. ECO, Umberto. **A vertigem das listas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

⁴⁰⁹ RAMSAY, Stephen. **Reading machines: toward an algorithmic criticism**. Champaign: University of Illinois Press, 2011, p. 20-25

⁴¹⁰ *Ibid.*, p. XI.

⁴¹¹ *Ibid.*, p. 7-9.

⁴¹² *Ibid.*, p. 11-15.

desfamiliarização como formas de trazer novos sentidos. Essa descaracterização do texto, no entanto, segue critérios lógicos algorítmicos.⁴¹³

Desse modo, o que aproxima as humanidades das tecnologias digitais e permite o desenvolvimento de uma crítica algorítmica não é tanto a apresentação de fatos verificáveis, mas a elaboração de padrões e conjecturas — apoiada por tal apresentação — que complexificam a questão e que definem os termos do debate em busca do conhecimento e de sua verdade. O caráter próprio da lógica computacional de reduzir a realidade por meio de sua codificação, medição e verificação numéricas contribui, de modo determinante e até então impossível, para ampliar o escopo da investigação da disciplina histórica e das humanidades. Longe de limitar a compreensão à metáfora científica, os recursos computacionais podem potencializar a “heurística de transformação radical”⁴¹⁴ que está no cerne do empreendimento interpretativo. Trata-se do conjunto de procedimentos empregados na interpretação de uma fonte por meio dos quais ela não mais se apresenta em sua forma original, mas como o conjunto de dados resultante de um processo de seleção, deslocamento, contextualização e reelaboração. A transformação radical das fontes empreendida por algoritmos eleva certas propriedades de análise — como a identificação de padrões de estilo e vocabulário — a um outro nível, não mais limitado a partes do texto ou a uma seleção de fontes em um amplo repositório, proporcionando uma análise de natureza holística. Ademais, os resultados dessa análise podem ser representados visualmente de maneiras completamente distintas daquelas originalmente apresentadas⁴¹⁵, de forma que esses dados podem ser observados de novas maneiras, o que, por conseguinte, indubitavelmente indica caminhos interpretativos inteiramente novos.⁴¹⁶

Essas questões se mantêm igualmente (ou ainda mais) relevantes em situações em que pesquisadores pretendem ultrapassar as diretrizes de investigação determinadas pela metáfora textual. É o caso da pesquisa de Lev Manovich pautada por técnicas computacionais de

⁴¹³ “Os textos são procurados [browsed], pesquisados e divulgados [...], mas raramente são transformados algorítmicamente como meio de entrar no ato deliberadamente e autoconscientemente subjetivo da interpretação crítica. Declarações ousadas, leituras fortes e generalizações amplas (para não falar de interpretações errôneas [misreadings] radicais, acusações anárquicas e revoltas paratextuais agonísticas) são raras, se não totalmente ausentes da literatura do campo, onde a ênfase é muito mais colocada na metodologia e as limitações que ela impõe” RAMSAY, Stephen. **Reading machines: toward an algorithmic criticism**. Champaign: University of Illinois Press, 2011, p. 2.

⁴¹⁴ Ibid., p. 16.

⁴¹⁵ A ideia de visualização (*visualization*) no contexto das tecnologias digitais “geralmente se refere a uma imagem derivada do processamento de informações – geralmente, mas nem sempre, informações estatísticas – e que apresenta as informações de forma mais eficiente do que o texto normal. Os pesquisadores rapidamente reconheceram o potencial dos computadores para ajudar a processar informações e exibir os resultados em um formato de fácil interpretação”. Cf. Theibault, John. Visualizations and Historical Arguments. In: DOUGHERTY, Jack; NAWROTZKI, Kristen (ed.). **Writing History in the Digital Age**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013, p. 173.

⁴¹⁶ RAMSAY, op. cit., p. 15-17.

visualização de imagens e metodologicamente amparada pela noção de *Cultural Analytics*.⁴¹⁷ O problema que se coloca é o da possibilidade de análise de banco de dados compostos por vastas quantidades de imagens e de vídeos frente às limitações cognitivas humanas que se revelam na dificuldade de lidar com escalas, tanto ao nível de detalhes mínimos de unidades — o que sugere um novo tipo de leitura atenta — quanto ao nível de conjuntos extensos de unidades, bem como na dificuldade de criar sistemas de classificação capazes de abranger a diversidade de aspectos em tais conjuntos. O método consiste, em primeiro lugar, na análise computacional pormenorizada de banco de dados, por meio da qual descrições numéricas são geradas que representam características visuais detalhadas das imagens (como sombreamento e propriedades de textura). Em segundo lugar, ele consiste em uma técnica de exposição⁴¹⁸ (visualização) do conjunto completo de imagens a partir de uma organização determinada pelas características extraídas da análise computacional. A análise dos detalhes que compõem as imagens permite a definição de relações e padrões por meio dos quais similaridades e diferenças podem ser reveladas que contribuem para compreender pormenorizadamente o processo geral de mudança, isto é, não apenas perceber sua transformação, mas apontar quais detalhes especificamente sofreram alteração. Ao fim, essa análise permite “mapear o espectro total de possibilidades gráficas”⁴¹⁹.

Nesse sentido, o recurso a técnicas computacionais por meio do método da *Cultural Analytics* apresenta a vantagem imediata de permitir uma comparação precisa de imagens, haja vista que trabalha a partir de métricas que definem de modo meticuloso os aspectos da linguagem visual. Isso possibilita que um exame detalhado e minucioso de artefatos culturais seja realizado frente a um pano de fundo composto por um amplo repertório. Com efeito, ao mesmo tempo em que a compreensão de um artefato cultural singular é melhorada por sua visualização frente a padrões definidos em larga escala, a possibilidade de proposições sobre o todo — o espaço delimitado ao qual o artefato pertence — adquire concretude e deixa de ser baseada em técnicas de amostragem nas quais o todo é sobretudo uma ideia aproximada e inexata. *Close reading* e *distant reading* não são excludentes, mas apenas diferentes momentos de uma mesma pesquisa.⁴²⁰ Ademais, a classificação tradicional de imagens subentende a composição de um vocabulário de conceitos que funciona como um conjunto de rótulos que permite a comparação e divisão de imagens. No entanto, a análise pode chegar a um nível de

⁴¹⁷ MANOVICH, Lev. How to Compare One Million Images? In: BERRY, David (ed.). **Understanding Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 249-278.

⁴¹⁸ Cf. *Ibid.*, p. 256 para um exemplo.

⁴¹⁹ *Ibid.*, p. 253.

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 252-253.

profundidade de detalhe (*zoom in*) em que as variações de textura, composição, linhas e formas se tornam tão numerosas que esse modelo passa a ser insuficiente, isto é, o modelo no qual ocorre o “uso de um sistema representacional (uma linguagem natural) para descrever outro (imagens)”, de modo que “linguagens naturais não nos permitem descrever propriamente todas as características visuais de imagens ou nomear todas as suas possíveis variações”.⁴²¹

Essa diversidade de detalhes só pode ser percebida pela mediação tecnológica da realidade. A digitalização de uma imagem representa o processo de sua transformação em pixels que, em seguida, são traduzidos em números decimais. Desse modo, detalhes invisíveis para o olho humano passam a dispor de uma representação numérica e, por conseguinte, podem ser computacionalmente manipulados. É somente por meio desses procedimentos que grandes quantidades de artefatos visuais podem ser analisadas. Uma vez analisadas, essas imagens são submetidas a um modelo de visualização baseado em critérios ligados aos valores numéricos de suas características (por exemplo, brilho e saturação) que funcionam como coordenadas em um mapa, de forma que “as diferenças entre as imagens ao longo de uma dimensão visual particular são traduzidas em suas posições no espaço”. Para Manovich, *Cultural Analytics* “torna possível contornar o problema que assombrava a semiótica visual em particular, e todas as descrições humanas do visual em geral: a incapacidade da linguagem de representar adequadamente todas as variações que as imagens podem conter”. Apesar de resolver uma questão fundamental, no entanto, esse método precisa ser complementado: a cartografia iconográfica que resulta desse processo precisa ser lida e interpretada, isto é, um sentido (ou conjunto de sentidos) precisa ser a ela atribuído, uma questão posta — sem deixar de lado que o próprio escopo de questões que não apenas podem ser postas, mas de fato respondidas, aumentou consideravelmente.⁴²²

*

Os engajamentos apresentados acima apontam para o caráter hermenêutico geral da investigação empreendida pelas ciências humanas com tecnologias digitais, mesmo nos casos em que esse paradigma não é explicitamente reivindicado. De modo geral, essas reflexões revelam os caminhos de uma hermenêutica histórica digital, apontando os principais temas do debate, que tocam questões ligadas aos aspectos hermenêuticos epistemológicos e ontológicos,

⁴²¹ MANOVICH, Lev. How to Compare One Million Images? In: BERRY, David (ed.). **Understanding Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 261-2.

⁴²² Ibid., p. 262-264.

à distinção entre a relação com objetos digitais na condição de dados ou de textos e à relação entre abordagens quantitativas e qualitativas.⁴²³ Ademais, essas discussões apontam, por um lado, para o reconhecimento da necessidade da interpretação humana e, por outro, para o reconhecimento de uma certa capacidade interpretativa das tecnologias digitais, não apenas no contexto específico da pesquisa, mas no cotidiano de um modo geral.

As tentativas de esboçar concepções de uma hermenêutica digital datam da década de 1980, antes mesmo da popularização do computador pessoal e da globalização da internet. Em 1986, John Mallery, Roger Hurwitz e Gavan Duffy, cientistas do Laboratório de Inteligência Artificial do Massachusetts Institute of Technology, publicaram um artigo intitulado *Hermeneutics: From Textual Explication to Computer Understanding?*⁴²⁴. Como o contexto indica, o foco dessa hermenêutica não é (e nem poderia ser) a cultura digitalizada global, mas sim a análise das fundações teóricas do campo da inteligência artificial. Partindo de conceitos e ideias desenvolvidos pelos principais filósofos da tradição hermenêutica, os autores discutiram as possibilidades e limites interpretativos da inteligência artificial frente a contextos determinados por linguagens naturais. Em outras palavras: a possibilidade de interpretação de textos por máquinas frente ao argumento do compreender enquanto um atributo humano fundamental. Em certo sentido, esse artigo contribuiu para determinar alguns dos termos que definiriam a colocação do problema de uma hermenêutica digital, como a questão de uma teoria da interpretação de textos e artefatos digitais e da diferença de modos de interpretação entre humanos e computadores. Como definido por Ricoeur, essa teoria trata da relação entre uma inteligência interpretativa e um conjunto de símbolos em seus múltiplos sentidos.⁴²⁵

Desse modo, como teoria da interpretação, a hermenêutica digital, em um primeiro momento, considera como seu objeto o conjunto de textos computacionalmente delimitado a partir do qual um determinado texto, em sua unidade, pode ser compreendido, isto é, ela procura pensar uma unidade linguística digital básica a partir do seu todo. Não obstante, uma hermenêutica digital também deve considerar noções mais nucleares que a de texto, como a de informação⁴²⁶ e a de dados, que podem ser definidos como informação passível de processamento por um computador — isto é, do mesmo modo que informação pode ser

⁴²³ Para um amplo levantamento das discussões que reivindicaram uma hermenêutica digital, cf. ROMELE, Alberto; SEVERO, Marta; FURIA, Paolo. Digital hermeneutics: from interpreting with machines to interpretational machines. *AI & SOCIETY*, vol. 35, 2018, p. 73–86.

⁴²⁴ MALLERY, John; HURWITZ, Roger; DUFFY, Gavan. *Hermeneutics: From Textual Explication to Computer Understanding?* **A.I. memo no. 871. MIT artificial intelligence laboratory**, 1986. Disponível: <https://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/6438/AIM-871.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

⁴²⁵ RICOEUR, Paul. *De l'interprétation. Essai sur Freud*. Paris: Le Seuil, 1965, p. 33.

⁴²⁶ Para uma abordagem hermenêutica do conceito de informação, cf. ROMELE, Alberto. **Digital Hermeneutics. Philosophical Investigations in New Media and Technologies**. New York: Routledge, 2020, p. 35-42.

definida como o produto da conversão de dados em algo significativo para algo ou alguém — que, por sua vez, podem tomar distintas formas e atingir diversas escalas. Considerar uma hermenêutica digital dos dados pressupõe “desenfatizar a narrativa⁴²⁷ em favor de ilustrar as ricas complexidades entre um argumento e os dados que o sustentam”⁴²⁸, como também lançar mão de tais dados não apenas como evidência, mas como meio de “descobrir e formular questões de pesquisa”⁴²⁹.

Ao mesmo tempo, a hermenêutica também precisa se voltar a entidades menos fixas, como os traços digitais, cuja estrutura se liga menos à ideia estática de dados armazenados do que ao ato temporal de inscrição, o evento que representa o movimento de deixar traços, os quais apontam para o registro de que algo tomou lugar em um espaço e tempo determinados⁴³⁰. No contexto da computação, tudo deixa rastros e todos os rastros são registrados. Esses registros compõem caminhos interpretativos para considerar os dados do sistema computacional como um todo.⁴³¹ Apesar de fazer referência a ele, isso indica uma tentativa, por um lado, de ultrapassar o texto em direção à materialidade do aparato que contém seu registro. Por outro lado, essa tentativa aponta para a necessidade de ultrapassar as próprias limitações do texto. O texto escrito impresso é a tecnologia primordial da hermenêutica tradicional, tecnologia cujo questionamento, enquanto meio material de transmissão de sentido, foi raro, e que cujo monopólio inviabilizou o pensamento hermenêutico por outras vias que não a linguagem escrita/textual. No entanto, essa ideia geral de linguagem cedeu espaço para as tecnologias de mídia, consideradas como materializações da linguagem, as novas mediadoras da relação humana com o mundo, o que atesta a necessidade de ir além do textual para todos os formatos de mídia e seus respectivos de dados digitais.

A diversidade de formas de considerar os objetos de uma hermenêutica digital não necessariamente elege um método de interpretação em detrimento de outro. Pelo contrário, ela

⁴²⁷ A esse respeito, Hayles afirma que “o uso de ferramentas [digitais] desestabiliza pressupostos tradicionais embutidos em técnicas como a história narrativa, uma forma que necessariamente disciplina uma massa desordenada de forças conflitantes e desenvolvimentos caóticos para a narrativa linear, que por sua vez está profundamente entrelaçada com o desenvolvimento e disseminação do livro codex”. HAYLES, Nancy Katherine. *How We Think: Transforming Power and Digital Technologies*. In: BERRY, David (ed.). **Understanding Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 48.

⁴²⁸ GIBBS, Fred; OWENS, Trevor. *The Hermeneutics of Data and Historical Writing*. In: DOUGHERTY, Jack; NAWROTZKI, Kristen (ed.). **Writing History in the Digital Age**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013, p. 159.

⁴²⁹ *Ibid.*, p. 162.

⁴³⁰ Essa é, segundo Ricoeur, a forma pela qual o conceito de traço (ou de rastro) é realmente útil ao historiador. Cf. RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa 3. O tempo narrado**. São Paulo: Martins Fontes, 2010b, p. 202-211.

⁴³¹ Cf. ØSTERLUND, Carsten; CROWSTON, Kevin; JACKSON, Corey. **The hermeneutics of trace data: building an apparatus**. IFIP Working Group 8.2 Working Conference, Dublin, 2016. Disponível em: https://citsci.syr.edu/sites/crowston.syr.edu/files/Crowston_Osterlund_Jackson_The_Hermeneutics_of_Trace_Data-Full_Paper.pdf.

demanda, na maioria das vezes, um conjunto de técnicas mediadas por computadores a partir das quais o lugar, outrora exclusivo, do intérprete humano, com seu modo próprio de leitura e interpretação, passa a ser compartilhado. Mais do que isso: na medida em que a relação humana com o mundo passa a ser largamente mediada por tecnologias digitais, os modos humanos de pensar e interpretar também passam a ser moldados pela especificidade dessa nova mediação. Segundo Capurro, especialmente no contexto da internet, as tecnologias digitais têm impacto “não apenas em todos os níveis da sociedade, mas também no que diz respeito à autocompreensão do ser humano, ou seja, no que diz respeito ao fundamento ontológico ou existencial da construção digital da realidade”.⁴³² Com isso, a separação, no âmbito da pesquisa, entre o momento de processamento de informação por essas tecnologias e um segundo momento independente de interpretação humana é ilusória. Para Van Zundert, amiúde o ato hermenêutico é reduzido “a um *post-processing* daquilo que permanece dos dados após o processo de curadoria, análise e visualização. Porém, esses processos [...] têm uma hermenêutica própria”⁴³³, orientada e determinada pelos pressupostos que guiaram a constituição desses métodos em primeiro lugar. Com efeito, o reconhecimento da capacidade interpretativa das tecnologias digitais permite ver os diversos procedimentos digitais de processamento de dados como hermenêuticos. No caso do experimento de Manovich por meio da *Cultural Analytics*, a interpretação toma lugar não apenas com o resultado do conjunto de imagens dispostas de acordo com certos padrões, mas na própria determinação de tais padrões no algoritmo. Análise algorítmica e leitura atenta passam a ser vistas como complementares. Uma hermenêutica digital deve possibilitar uma articulação equilibrada (não necessariamente equivalente) e dialeticamente corretiva entre modos de leitura: o modo tradicional linear humano e o modo quantitativo de larga escala da máquina, sem deixar de lado que “a interpretação humana necessariamente entra em jogo em algum momento, pois os humanos criam os programas, os implementam e interpretam os resultados”⁴³⁴.

Como pôde ser notado, essas reflexões se encontram primordialmente no nível epistemológico e metodológico de uma hermenêutica digital e refletem o debate geral sobre o tema.⁴³⁵ No entanto, para que uma hermenêutica histórica digital possa se concretizar de fato, esse nível precisa ser superado, haja vista que um dos elementos fundamentais que definem a

⁴³² CAPURRO, Rafael. Digital hermeneutics: an outline. **AI & Society**. Volume 25, Issue 1, 2010, p. 36.

⁴³³ VAN ZUNDEERT, Joris. Screwmeneutics and Hermenerumericals: The Computationality of Hermeneutics. In: SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John (ed.). **A New Companion to Digital Humanities**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2016, p. 335.

⁴³⁴ HAYLES, Nancy Katherine. How We Think: Transforming Power and Digital Technologies. In: BERRY, David (ed.). **Understanding Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 47.

⁴³⁵ Importantes exceções são Friedrich Kittler, Rafael Capurro, Matthew Fuller, Matthew Berry e Marc Marino.

hermenêutica em comparação a outros paradigmas filosóficos das ciências humanas é precisamente o questionamento incessante pelas condições ontológicas da compreensão como forma de esclarecer seus pressupostos em direção a uma interpretação crítica e autoconsciente. Sendo assim, somente com essa superação estimulada por tal questionamento é que os elementos primordiais dessa hermenêutica se revelam em sua computacionalidade (*computationality*) e digitalidade (*digitality*), isto é, no caráter computacional e digital da cultura em sua materialidade própria, a saber, nos processos de produção de código. As propostas apresentadas acima — seja de uma crítica algorítmica, de análise cultural (na forma da *Cultural Analytics*) ou de modos de leitura e interpretação que empregam técnicas computacionais e humanas —, na medida em que se limitam à análise de textos e outros artefatos pelo intermédio técnico de algoritmos, constituem apenas parte de uma hermenêutica digital, justamente porque elas não questionam a materialidade do código dos softwares e algoritmos que lançam mão. O código é o meio de acesso às funções disponibilizadas pelo software e apresentadas por sua interface, o meio de entendimento de como elas operam e, por conseguinte, do que elas significam.

Nesse sentido, a hermenêutica deve confrontar a tecnologia digital como uma espécie de pré-estrutura da compreensão, uma estrutura que torna a compreensão no (e do) mundo contemporâneo possível. Ir para o código, portanto, não quer dizer apenas uma indicação metodológica, apesar de implicar em metodologias de leitura de código. Nesse contexto, é imprescindível manter uma dialética entre parte e todo: compreender a computação mantendo uma relação entre funções de software, algoritmos e expressões culturais e seus respectivos códigos. Essa abordagem, de um modo geral, contribui para a compreensão da cultura digital e dos softwares culturais e, de modo específico, contribui para a autoconsciência dos historiadores em relação às técnicas e métodos envolvidos em suas práticas digitais de pesquisa e, com isso, o problema da objetividade pode ganhar uma forma de solução pautada na tentativa de esclarecimento dos pressupostos de tais técnicas e métodos. Essa necessidade se torna imperativa ao se considerar que a grande maioria dos pesquisadores das humanidades envolvidos nessas práticas de investigação ainda não dispõe da competência necessária tanto para ler quanto para escrever o código dos softwares que utilizam em suas pesquisas. Por um lado, a incapacidade de leitura impossibilita perceber o modo preciso como funções são implementadas e quais delas operam de modo “invisível”. Por outro lado, isso aponta para o fato de que os softwares utilizados não foram projetados para finalidades acadêmicas, revelando um conflito de valores epistêmicos. Esses problemas apontam para a inevitabilidade de considerações de natureza ontológica: tanto a respeito do caráter do digital quanto a respeito

das linguagens de programação que dão forma ao código. Considerações que colocam o texto novamente no centro da reflexão.

Ontologia I

O conceito do digital

A engenharia de software — A materialidade do software como código

A breve reflexão ontológica aqui proposta deve ser entendida como forma de responder à questão do que é o digital e dos processos por meio dos quais ele vem a ser o que é na condição de software. Com isso, pretende-se contribuir para revelar o mundo encoberto que se encontra por trás das manifestações culturais digitais cotidianas com a finalidade de melhor compreendê-las — ou como única possibilidade de de fato compreendê-las. O objetivo, então, é apresentar as peculiaridades do software na condição de mídia material. No mundo digital, como já apontado, a materialidade parece à primeira vista pouco material: é software. Essa impressão se dá pela dimensão simbólica e abstrata do software caracterizada pelo código, impressão que, todavia, não se justifica inteiramente: por um lado, porque a materialidade do código se apresenta de imediato no próprio processo de programação e escrita, como também por meio de outros processos de manutenção e edição do texto do código. A materialidade se revela aqui no manuseio de código, nas práticas que acompanham os processos de escrita (por programadores ou por inteligência artificial) que ocorrem por meio do computador digital — o código é escrito e visualizado pelo computador. Por outro lado, e diretamente ligado ao primeiro caso, à dimensão simbólica do software deve ser acrescida uma dimensão propriamente física na qual o software se apresenta como parte de uma máquina na qual suas instruções são executadas e sua realização física se dá pela transmissão de dígitos binários por sinais eletrônicos em circuitos. Esses processos são permeados por traduções e conversões, o que não deixa de apontar para uma dimensão interpretativa. A condição de possibilidade de execução de um programa é que seu código esteja escrito em conformidade com as especificações da máquina, o que pode sugerir uma “dualidade” ontológica do software.⁴³⁶

⁴³⁶ TURNER, Raymond. **Computational Artifacts. Towards a Philosophy of Computer Science**. Berlin: Springer Verlag, 2018, p. 43-44.

De todo modo, essa suposta dualidade não deve toldar o fato de que entre essas partes existe um processo no qual o programa é escrito a partir de sua função pré-determinada — a qual não apenas define o que ele é, mas principalmente como ele deve atingir seu objetivo —, com as etapas discriminadas para a realização de tal função e só tem sentido em uma implementação bem-sucedida, quando é executado, criando um processo físico em que se determina um certo fluxo de elétrons por meios semicondutores. Com efeito, uma espécie de determinação recíproca é mantida entre os domínios simbólico e físico do programa de computador ao longo do seu desenvolvimento e, por fim, de sua execução.

Trata-se do fluxograma básico da engenharia de software, cujas diretrizes foram reunidas ao longo de décadas de desenvolvimento de software e que, portanto, têm de um modo geral determinado seus processos de produção. Em primeiro lugar, observa-se o surgimento de um problema ou de uma necessidade no mundo da vida cuja solução pode ser encontrada por meio da computação, ou mesmo a identificação de um problema em um sistema de software já existente. Em seguida, com a formulação do problema, deve-se levar em conta, por um lado, as possíveis soluções e, com isso, as funções que o programa deve desempenhar e, por outro lado, as limitações e restrições em relação a tais soluções, que envolvem a disponibilidade de hardware, software e de habilidades e expertise. Disso resulta o escopo do software, no qual os objetivos gerais são distinguidos, ainda de forma abstrata e em uma linguagem em certo sentido coloquial. A transição para uma linguagem mais técnica ocorre a partir da análise dos requisitos (*requirements specification*) do software a ser desenvolvido, na qual os objetivos gerais são retomados e traduzidos em itens mais refinados que proporcionam, por um lado, uma visão geral do sistema, por meio do auxílio de tabelas e diagramas⁴³⁷, com os principais subsistemas, módulos, entidades e operações, e, por outro, os requisitos detalhados (operacionais, de armazenamento e as regras de operação do sistema). Além disso, nessa fase também são apresentados o esboço da interface entre os subsistemas e módulos — isto é, a forma de sua conexão e interação —, as restrições do sistema (*system constraints*) e os requisitos de segurança. Com a validação dos requisitos especificados, inicia-se o processo de elaboração do projeto de software (*software design*), cujo objetivo é a composição — ao longo de um processo de refinamento de informações no qual especificações de requisitos se transformam em especificações de projeto — de um modelo da estrutura geral do software a ser desenvolvido. Esse modelo contém um projeto de arquitetura, que se refere aos subsistemas e módulos, e um

⁴³⁷ Um exemplo pode ser encontrado em: https://www.researchgate.net/figure/Three-levels-of-Software-Requirements_fig1_343431655

projeto de interface encarregado de viabilizar a integração entre essas partes e outros softwares. Além disso, ele contém um projeto de estrutura dos dados do sistema e das especificações das operações dos componentes, já apresentadas na forma de algoritmos. Ademais, projetos de documentação, comunicação (via mensagens) e segurança também são elaborados. Por fim, o projeto de interface do usuário, focado na estrutura de menus e de entrada e saída de dados, normalmente apresentada em uma tela. Com a finalização do projeto, todas as características do software, suas partes e formas de conexão, devem estar definidas de forma detalhada e clara, de modo que o processo de desenvolvimento do software possa ser iniciado. O desenvolvimento trata especificamente da programação dos itens apresentados no projeto em uma linguagem formal (ou conjunto de linguagens), de sua progressiva transformação em software por meio da escrita do código. A depender das características do software ou das preferências dos programadores, o desenvolvimento pode seguir diversos modelos (em sequência, por partes, por interações, por protótipos etc.), bem como a programação pode ser guiada por certas práticas padronizadas. Finalmente, após o desenvolvimento do software, com seu código escrito, inicia-se a etapa de implementação, isto é, a execução adequada do código em um determinado ambiente.⁴³⁸

A implementação aponta para a necessidade de uma harmonia ou “correlação entre os processos computacionais descritos abstratamente na linguagem formal e os processos da máquina que saltam elétrons em um meio semiconductor”⁴³⁹. Com efeito, trata-se da relação entre código e aparato físico na base da ontologia do software. Ademais, como apontado acima, o software em si só passa a de fato existir ao final do processo de desenvolvimento, como código implementado, compilado e executado e, por conseguinte, funcional. Até então, são os processos de tratamento de código que determinam a produção do software. Esses processos são definidos por uma série de escolhas, parâmetros e padrões de sujeitos e grupos com valores e interesses próprios e, ao mesmo tempo, são tecnicamente mediados de acordo com tais escolhas e parâmetros, desde a fase de elaboração do problema e da análise de requisitos, com o uso de softwares de edição de texto e de diagramas, em seguida, com na fase do projeto, com diagramas formados por código executável, até a fase de desenvolvimento e implementação,

⁴³⁸ Cf. GRUNER, Stefan. Software Engineering Between Technics and Science: Recent Discussions about the Foundations and the Scientificity of a Rising Discipline. *Journal for General Philosophy of Science/ Zeitschrift Für Allgemeine Wissenschaftstheorie*, vol. 41, no. 1, 2010, p. 237–60; O’REGAN, Gerard. *Introduction to the History of Computing*. Cham: Springer, 2016, p. 232-233 e, especialmente: FOSTER, Elvis C. *Software Engineering: A Methodical Approach*. Boca Raton: CRC Press, 2022 e SOMMERVILLE, Ian. *Software Engineering*. Boston: Pearson, 2016, p. 43-68.

⁴³⁹ TURNER, Raymond. *Computational Artifacts. Towards a Philosophy of Computer Science*. Berlin: Springer Verlag, 2018, p. 43-44.

em que o código é escrito e compilado em plataformas de programação. O sujeito desses processos, como dito, é o código.

*

Segundo Friedrich Kittler, código é fundamentalmente um conjunto delimitado de símbolos cujas formas particulares de relação e combinação são determinadas a princípio pelo estabelecimento de um alfabeto que, justamente, surge como forma de codificar as chamadas linguagens naturais, de converter sons de fala em letras e de transmiti-las por alguma tecnologia de comunicação. Desse modo, “como sequências de sinais ao longo do tempo, eles fazem parte de todas as tecnologias de comunicação, de todos os meios de transmissão”. O uso de mensagens criptografadas difundido na esfera militar, desde o Império Romano, respeita essas mesmas regras gerais, ao se formarem pela combinação de certos símbolos conhecidos por um determinado grupo de indivíduos para os quais a mensagem é a princípio destinada. As mensagens seguem uma lógica que relaciona “comando, código e tecnologia de comunicações”.⁴⁴⁰ Esses comandos, por sua vez, passaram a ser organizados no que viria a ser chamado de *codex*, o livro de leis.

Com a álgebra moderna, o sentido jurídico do termo foi progressivamente preterido pelo sentido técnico-matemático, com o surgimento de diversos conjuntos de caracteres com distintas procedências (números e letras, por exemplo) que permitiram que o processo de codificação se tornasse mais complexo. Essas foram as condições de possibilidade para o surgimento de equações matemáticas, com valores de constantes, variáveis e coeficientes numéricos e com suas formas de relação representados por caracteres. Para Kittler, mais do que com os Estados nacionais, a modernidade nasce no fundamento do “código polialfabético de [Battista Leone] Alberti, da álgebra de [François] Viète e do cálculo diferencial de [Gottfried Wilhelm] Leibniz”. Inspirado por Alberti, Samuel Morse criou na primeira metade do século XIX um sistema que substituíra letras por sinais estabelecidos de acordo com a frequência do aparecimento das primeiras, dando início a um processo de otimização do sistema de escrita “de acordo com critérios técnicos — isto é, sem levar em conta a semântica”.⁴⁴¹ Com a telegrafia, as noções de “cifrar” e “decifrar” foram substituídas pelas noções de “codificar” e “decodificar”. O vínculo estabelecido entre a matemática e as práticas de codificação chegaram

⁴⁴⁰ KITTLER, Friedrich. Code (or, How You Can Write Something Differently). In: FULLER, Matthew (ed.). **Software Studies. A Lexicon**. Cambridge: The MIT Press, 2008, p. 39-40.

⁴⁴¹ Ibid., p. 43.

em um ponto determinante com o modelo lógico do computador apresentado por Alan Turing e sua máquina universal, com a concepção de um sistema numérico de linguagem codificado por um alfabeto binário, o que estabeleceu as bases da computação contemporânea que permeia todos os âmbitos da cultura. De todo modo, a ideia generalizada de que o código, por sua gramática que lhe permite “se reproduzir infinitamente”, adquiriu um estatuto de ubiquidade que lhe conferiu o poder de “codificar o mundo”, isto é, de reduzir toda a realidade a código, deve ser contraposta às limitações de sua própria definição, a saber, ao fato do código se tratar ao fim de reduzidas “sequências finitas de símbolos postas uma a uma”, isto é, sequências que mantêm uma exata “correspondência entre elementos materiais e unidades de informação”. Essa condição expõe como a produção de código está sempre ameaçada de ocasionar erros de comunicação — e, por conseguinte, de execução — quando essa correspondência não é efetivada.⁴⁴² E, de fato, software quebra [*breaks down*] continuamente.⁴⁴³

Como dito anteriormente, o software é parte de um sistema de discurso. Em seu fundamento, esse sistema de discurso de mídia digital é constituído por código de software, que possui uma dimensão simbólica, mas que, ao ser compilado e executado, promove processos físicos no computador. O código é a base das aplicações e dos algoritmos que orientam a vida cotidiana e que estruturam nossa experiência de mundo. Assim, sem desconsiderar a existência de sua faceta física, a análise da materialidade do software precisa se direcionar justamente à dinâmica de produção e manutenção do código de software, dimensão na qual a viabilidade de uma hermenêutica se mostra mais perceptível⁴⁴⁴. Isso significa privilegiar as práticas de escrita, documentação e teste que tomam lugar em plataformas virtuais de programação, como também as redes de trabalho e os relacionamentos entre diversos atores, de ferramentas de programação relativamente autônomas a programadores e usuários. A historicidade dessas práticas permite perceber o código como um objeto histórico. Portanto, a materialidade está diretamente ligada às práticas de manuseio do código, o que considera tanto aquelas operadas por pessoas quanto por máquinas como, por exemplo, as formas de acesso aos diversos níveis do código por meio da utilização de outros programas, o que não deixa de ser uma mediação técnica da realidade. Ademais, o código também se “materializa” em determinadas funções, tais como repositório ou arquivo, como

⁴⁴² Kittler, Friedrich. Code (or, How You Can Write Something Differently). In: FULLER, Matthew (ed.). **Software Studies. A Lexicon**. Cambridge: The MIT Press, 2008, p. 45.

⁴⁴³ BERRY, David. **The philosophy of software: code and mediation in the digital age**. London: Palgrave Macmillan, 2011, p. 40-2.

⁴⁴⁴ O que não significa que os processos físicos não possam ser interpretados de certo modo. Cf. KIRSCHENBAUM, Matthew. Extreme Inscription: Towards a Grammatology of the Hard Drive. **TEXT Technology**, v. 2, 2004, p. 91-125.

meio de comunicação, como interface, como plataforma de programação, a qual, por sua vez, se torna um espaço para o surgimento de novas práticas. Ao se pensar não apenas na materialidade, mas na materialização, como processo, o código adquire um valor dinâmico, porquanto, ao processar informação, controlar funções e estabelecer canais de comunicação, ele está agindo sobre dados, alterando sua forma e configuração.⁴⁴⁵ É nesse sentido que o software assume a condição de um metameio: ele unifica as mídias tradicionais, não de modo mecânico, mas sim “orgânico”, pois altera a estrutura dessas mídias e as transforma em algo novo. Ele não apenas reúne mídias, mas também as estrutura.⁴⁴⁶ A computação digital tem como condição de possibilidade a conversão ou tradução da realidade em código binário, isto é, sua manipulação é possível apenas na medida em que ela é convertida, em que é codificada na forma de conjuntos simbólicos de dados discretos. Esse processo ocorre com a transformação da realidade, em sua dinâmica contínua, em conceitos e instâncias numéricas que então são processados por softwares e algoritmos. A realidade é retirada de sua duração original e fracionada pelo entendimento matemático em blocos homogêneos de informação que apenas são processados quando são formalmente padronizados.

O processo de escrita de código (ou programação), enquanto prática, possui uma historicidade que ilustra a passagem do uso de cartões perfurados para a escrita manual de algoritmos e que chega à programação atual, mediada por outros softwares que auxiliam no processo de programação e facilitada por bibliotecas de código e por modelos de práticas de programação. Se o desenvolvimento de um programa costumava exigir — em muitos sentidos por sua relativa simplicidade e pela linguagem de programação utilizada — algumas centenas de linhas de código, hoje a maioria dos aplicativos de massa possuem dezenas de milhões e até mesmo bilhões de linhas de código. Mesmo que o número de linhas não deva necessariamente ser sinônimo de complexidade, tais valores evidenciam os limites da capacidade humana de processamento de informação. Assim, a evolução histórica do desenvolvimento de software também sinaliza para a mudança de estilos de programação. A figura do programador individual, o demiurgo que traduz seu pensamento para a lógica de linguagens de programação, que escreve código como um literato, rapidamente cedeu lugar para o engenheiro de software, que tem à disposição um conjunto de recursos que intermediam sua relação com o código em si: seja por ferramentas de software, pela intervenção de outros programadores ou pelo acesso a blocos de código disponíveis em bibliotecas digitais. Isso evidencia que hoje nem mesmo os

⁴⁴⁵ BERRY, David. **The philosophy of software: code and mediation in the digital age.** London: Palgrave Macmillan, 2011, p. 32-34.

⁴⁴⁶ MANOVICH, Lev. **Software Takes Command.** New York: Bloomsbury, 2013, p. 43-46.

programadores têm consciência do código envolvido em sua prática diária de programação.⁴⁴⁷ Ademais, além de um processo histórico, a programação também revela um processo intersubjetivo que compreende a formação de comunidades e relações entre programadores e consumidores. O que isso significa é que com a formação de práticas intersubjetivas de desenvolvimento de software, valores são cristalizados que definem não só o que é um programa de computador ou uma linguagem de programação, mas como um programa deve ser escrito. Isto é, ao conjunto de regras e diretrizes lógicas que determinam a possibilidade de um programa ser executado pelo computador devem ser acrescentadas regras e diretrizes subjetivas e intersubjetivas que determinam as práticas de programação.

O desdobramento dos processos histórico e intersubjetivo da programação de software permite percebê-la como um fenômeno processual, medial e performático. Isso significa que o software é uma mídia cujo processo de construção ocorre em diversos níveis e por diversos elementos. O software pode ser formado por diversos componentes modulares, que dividem o escopo do programa em funções isoladas que podem ser executadas de modo independente. Com isso, existe a possibilidade de que alterações sejam realizadas no código enquanto diversas outras tarefas que o compõem são executadas paralelamente e ao mesmo tempo. Ademais, na qualidade de uma entidade conectada, é cada vez mais difícil falar em unidades isoladas de software quando, na verdade, o que de fato se apresenta são ecossistemas de software, redes que conectam as aplicações a diversos sistemas. Cada conexão, seja entre componentes modulares ou entre softwares, implica na necessidade de adequação das partes por um meio que precisa ser programado, isto é, uma interface de programação. Na qualidade de uma entidade dinâmica, o código é processado sequencialmente e progressivamente, linha por linha, ou proposição por proposição, mesmo que a elevada velocidade de processamento dê a (falsa) impressão de imediaticidade, ou seja, de que o código é processado de uma só vez, como em um bloco. Ao mesmo tempo, esse aspecto torna clara a distinção entre o código enquanto texto estático e enquanto texto em execução.⁴⁴⁸

Sob o conceito de código de computador se encontra uma série de elementos e de práticas que podem ser divididos em certas categorias quando se pensa, por exemplo, em nível de abstração e em condição física (estática ou dinâmica). No nível binário e estático, os dados digitais são considerados as unidades mais básicas de informação, fruto do processo de transformação da realidade contínua em estruturas simbólicas discretas. Os dados digitais

⁴⁴⁷ BERRY, David. **The philosophy of software: code and mediation in the digital age.** London: Palgrave Macmillan, 2011, p. 40.

⁴⁴⁸ Ibid., p. 32-34.

formam conjuntos de códigos binários que armazenam funções ou informações essenciais para o funcionamento do computador e de suas aplicações, como também outros conteúdos de mídia. O estado estático característico dos dados binários somente é alterado quando eles se transformam em código, isto é, quando são processados de acordo com uma série de instruções definida de antemão e de acordo com regras específicas e que é executada progressivamente (iterativamente) até a realização de seu resultado. O código age sobre os mesmos dados simbólicos discretos dos quais é feito, no entanto, manipulando-os e combinando-os de modo a atingir o objetivo para o qual foi programado.⁴⁴⁹

Assim, a realização das operações de processamento se dá propriamente pelo código de máquina, isto é, em código binário, cuja apresentação se dá no fluxo contínuo e uniforme de zeros e uns. Como já observado, no entanto, o processo de programação ocorre por meio da abstração do código binário, pelo uso do chamado código fonte (*source code*), escrito a partir de linguagens de programação, cuja apresentação se dá em formato textual, o que significa que é passível de tipos específicos de interpretação — facilitada pelo código de comentário e outras formas de documentação. As linguagens de programação, por sua vez, são repositórios (em certo sentido estáticos) de signos mais próximos à linguagem humana que obedecem a determinadas regras lógicas e que possibilitam sua compilação, isto é, sua tradução. Essas linguagens são resultado da produção humana e, com isso, definidas a partir de valores, ideias e conceitos que estão na base de certos grupos e instituições. Assim, fazer uso de uma linguagem de programação não é somente propor um certo modo de resolução de um problema, mas, antes, definir o modo como tal problema pode ser formulado: elas são modos de organizar a realidade. Em sua essência, software é dinâmico, é texto de código-fonte (de linguagem de programação) compilado, executável como código de máquina.⁴⁵⁰

A complexidade do processo de desenvolvimento de software pela escrita — com os diversos atores participantes, as atualizações de versões (*updates*) — e a reescrita de código é orientada por princípios de práticas de boa programação⁴⁵¹. Por um lado, esses princípios estão ligados à promoção da legibilidade do código, o que aponta para a dimensão estética do código de computador, uma estética baseada em valores de legibilidade, concisão, estrutura e testabilidade. Ao mesmo tempo, a discussão sobre estética, reconhecendo “a subjetividade das afirmações estéticas é o ponto de partida para reconhecer o código como um campo de discurso

⁴⁴⁹ BERRY, David. **The philosophy of software: code and mediation in the digital age**. London: Palgrave Macmillan, 2011, p. 51-52.

⁴⁵⁰ Ibid., p. 52-54.

⁴⁵¹ FOSTER, Elvis C. **Software Engineering: A Methodical Approach**. Boca Raton: CRC Press, 2022, p. 48-49.

que merece discussões aprofundadas que vão além da funcionalidade e da eficiência”.⁴⁵² Por outro lado, tais princípios se ligam à necessidade de documentação e de comentários, por meio dos quais as funções de blocos de código são explicitadas e o controle de versões pode ser realizado. Também faz parte desse processo a constante atualização de tecnologias (desde linguagens de programação a processadores) que pode tornar as outras obsoletas e incompatíveis. Tudo isso significa que o processo de manutenção de sistemas de software é bastante complexo, o que requer registros documentais amplos e detalhados, que se tornam fontes de análise tão importantes quanto o próprio código.⁴⁵³

A dimensão hermenêutica do digital, portanto, se revela antes de tudo na natureza textual do software, isto é, como código considerado como uma entidade simbólica, como artefato textual, por conseguinte, passível de interpretação. Esse é o código escrito por programadores que posteriormente será compilado e transformado em um novo código que pode ser executado pela máquina, porquanto é compreendido por ela, e, com tal execução, desempenhar uma função e apresentar um resultado. Esse processo aparentemente simples distingue pelo menos quatro etapas: a escrita do código-fonte, determinada por linguagens de programação; a sua conversão em código de máquina com as instruções; a interpretação do código pela máquina simultaneamente à sua execução e a apresentação do resultado. O processo de programação, de escrita de código, constitui de certo modo um círculo hermenêutico. Escrito por humanos, ou por algoritmos programados por humanos, o código permanece em constante ameaça de erros que muitas vezes inviabilizam sua execução. Ademais, mesmo depois do processo de escrita e de finalização do software, sempre persistem imprecisões de programação, como também novas funções são exigidas, tornando o processo de (re)escrita⁴⁵⁴ de software potencialmente infinito.

⁴⁵² MARINO, Marc. **Critical Code Studies**. Cambridge: The MIT Press, 2020.

⁴⁵³ BERRY, David. **The philosophy of software: code and mediation in the digital age**. London: Palgrave Macmillan, 2011, p. 48.

⁴⁵⁴ A própria flexibilidade do código, sua capacidade de edição e de transformação, deve ser programada. O que todos esses processos ulteriores exigem é uma certa compreensão do código original, que sofrerá as mudanças.

Ontologia II

A linguagem digital

Evolução das linguagens de programação — Linguagens de alto nível — Os paradigmas das linguagens de programação — À guisa de conclusão

Os desenvolvimentos até aqui demonstraram que a capacidade de leitura do código de software desempenha um papel fundamental para a compreensão do funcionamento de programas e sistemas, o que, por sua vez, transfere o foco de análise para as linguagens de programação. Longe de realizar uma descrição aprofundada dessas linguagens, o objetivo aqui é apresentar os elementos básicos que permitem esclarecer o que está em jogo quando se propõe uma hermenêutica digital. É esse atributo de fornecer os elementos básicos para o pensamento e sua expressão que permite identificar a linguagem à ontologia⁴⁵⁵, bem como apontá-la como o elemento essencial de uma hermenêutica, como o fazem Heidegger e Gadamer, o qual encerra sua *magnum opus* justamente com uma discussão sobre a linguagem.

As linguagens de programação são consideradas linguagens formais e artificiais, constituindo uma espécie de contraponto às linguagens consideradas “naturais”, como os idiomas. Essa artificialidade se dá sobretudo pela necessidade da linguagem de programação — em um movimento progressivo de diminuição de abstração linguística (por meio de traduções e, assim, interpretações), no qual o nível de abstração é diretamente proporcional ao de ocultamento — ter de se adequar ao modo de leitura da máquina, o que exige uma gramática

⁴⁵⁵ Essa identificação não é rara na história da filosofia. Um dos casos mais emblemáticos na filosofia moderna provavelmente é a *Ciência da Lógica*, de Hegel. Cf. PIPPIN, Robert. **Hegel's Realm of Shadows. Logic as Metaphysics in The Science of Logic**. Chicago: University of Chicago Press, 2019. Uma outra ilustração relevante é o fato de que Heidegger pretendia chamar de *Lógica* o conjunto de preleções que ao fim teve de ser chamado *Ontologia: Hermenêutica da Facticidade*. Cf. HEIDEGGER, Martin. **Ontologia: Hermenêutica da Facticidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p. 119.

com regras de sintaxe o mais inequívocas possível. Assim, os processos de computação são permeados por linguagens artificiais. A programação, apesar de fundamental, é apenas um desses processos. Como já apontado, o fluxograma básico da engenharia de software é composto por etapas permeadas por aparatos técnicos. Esses aparatos constituem linguagens por si mesmos ou fazem uso delas para cumprir suas funções. Nesse sentido, existem linguagens de arquitetura de software, utilizadas para esboçar a estrutura geral de sistemas, com seus componentes (como servidores, objetos e bases de dados) e formas de interação/conexão.⁴⁵⁶ As etapas de análise de requisitos e de elaboração do projeto exigem mais detalhes a respeito das funções do sistema e dos seus módulos em um nível maior de refinamento e, por conseguinte, fazem uso de linguagens situadas a um nível menor de abstração, as chamadas linguagens de especificação⁴⁵⁷. Por fim, na etapa de desenvolvimento, a elaboração do software se dá por meio de linguagens de programação.⁴⁵⁸

Essas distinções claras de etapas e, por conseguinte, de linguagens, nem sempre existiram na computação. Uma genealogia das linguagens de programação permite distinguir, de modo relativamente proveitoso, pelo menos cinco gerações⁴⁵⁹. A primeira geração é composta por linguagens de programação que, na verdade, são conjuntos de códigos binários e hexadecimais, sendo, assim, linguagens de máquina. Enquanto, em princípio, a execução direta do código oferece maior velocidade de processamento, a escrita de programas em código de máquina se mostrou um desafio desde o início da computação digital. Por um lado, pela extensão do código, que exige uma quantidade alta de caracteres para programar funções relativamente simples e que normalmente servem somente para o computador no qual foram programadas; por outro lado, pela facilidade de erros de escrita e, por conseguinte, pela dificuldade de correção e manutenção do código, o que torna erros de execução uma ocorrência frequente.⁴⁶⁰ Essas dificuldades apresentadas no início da computação digital tornaram clara a necessidade do desenvolvimento de linguagens mais abstratas. Desse modo, uma segunda geração de linguagens de programação surgiu, com o desenvolvimento das chamadas linguagens de montagem (*assembly languages*). Elas ainda são consideradas linguagens de baixo nível de abstração, porém significativamente mais legíveis e, por conseguinte, menos

⁴⁵⁶ Para um modelo de linguagem de descrição de arquitetura: <https://entsosaf.easos.info/Content/Resources/Images/ADL.png>

⁴⁵⁷ Para um modelo de linguagem de especificação, ver: <https://www.semanticscholar.org/paper/Formal-specification-languages-in-knowledge-and-Fensel/723d9abeeb816fd3fa73ea38129c74b6c7ce3bc2/figure/5>

⁴⁵⁸ Existem também linguagens de descrição de hardware voltadas para componentes físicos individuais. Cf. TURNER, Raymond. **Computational Artifacts. Towards a Philosophy of Computer Science**. Berlin: Springer Verlag, 2018, p. 65.

⁴⁵⁹ O'REGAN, Gerard. **Introduction to the History of Computing**. Cham: Springer, 2016, p. 190-192.

⁴⁶⁰ TURNER, op. cit. p. 67.

propensas a erros. Isso se dá pela substituição de códigos binários por abreviações mnemônicas que representam instruções e variáveis⁴⁶¹. Por meio do uso de um montador (*assembler*), essas linguagens são traduzidas para o código de máquina e então executadas. No entanto, essas linguagens só podem ser desenvolvidas para plataformas específicas, exigindo a reescrita do código para processadores de plataformas diferentes. A despeito disso, elas ainda são utilizadas em razão do acesso detalhado à arquitetura do computador e da velocidade de processamento que oferecem.⁴⁶²

As linguagens de terceira geração caracterizam uma significativa mudança. Elas são as primeiras linguagens de alto nível de abstração e podem ser utilizadas para a programação de softwares com diversos propósitos (fazendo parte das chamadas *general-purpose languages*). O seu nível de abstração as aproxima das linguagens naturais, com sintaxes e semânticas bem definidas e com conceitos representando variáveis nominais, procedimentos, tipos abstratos, funções, objetos, classes e as relações entre eles, bem como o uso de comandos lógicos, como condicional (se — *if*), iterativo (enquanto — *while*) e de atribuição (no qual, por exemplo, um valor é atribuído a uma variável: $x = 3$). Esses aspectos contribuem significativamente para facilitar o processo de escrita e, por conseguinte, melhorar a legibilidade do código e sua manutenção/correção. Ademais, essas linguagens não são dependentes e limitadas às máquinas e plataformas nas quais suas aplicações são escritas. Isso porque a incongruência entre o alto nível dessas linguagens e a capacidade de leitura de baixo nível da máquina só é passível de resolução por meio de dispositivos de conversão, como o compilador, o qual as converte em linguagens de montagem que, a seu turno, são traduzidas em código de máquina pelo montador (*assembler*). Sendo assim, o compilador é a exigência mínima de um sistema para acomodá-las. As primeiras linguagens dessa geração (*FORTRAN*, *COBOL* e *ALGOL*) são definidas por seu caráter procedural (ou algorítmico), a saber, por enfatizar a determinação dos procedimentos por meio dos quais uma certa tarefa deve ser realizada, isto é, em *como* algo deve ser feito. Já as linguagens mais recentes dessa geração (*Java*, *Smalltalk*, *C++*) se baseiam, nem sempre de modo integral, no paradigma de orientação por objeto, no qual as funções do programa são representadas por objetos que concentram informações e atributos em si.

Após essa geração, cujo surgimento é cronologicamente delimitado pela virada da década de 1950 para a década de 1960, a divisão e classificação das novas linguagens de programação é mais problemática. As linguagens de quarta geração, em princípio, mais do que

⁴⁶¹ Para um exemplo de código em linguagem de montagem, ver: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f3/Motorola_6800_Assembly_Language.png

⁴⁶² Cf. STREIB, James T. **Guide to Assembly Language: A Concise Introduction**. Berlin: Springer, 2020.

os procedimentos para resolução de um problema, enfatizam a própria definição do problema, isto é, elas são dotadas de recursos linguísticos de alto nível que priorizam *o que* deve ser feito mais do que *como*. Além disso, elas são projetadas para domínios de aplicação mais específicos (constituindo parte das chamadas *domain-specific languages*), como o gerenciamento de bases de dados, a geração de relatórios e o desenvolvimento *web*. Essas características, no entanto, não impedem a combinação ou atualização de linguagens de terceira e quarta geração. De modo semelhante, as linguagens de quinta geração também se baseiam na lógica de resolução de problemas (*problem-solving*) cuja definição, no entanto, não se dá pelo desenvolvimento de um algoritmo pelo programador, mas sim pela determinação de parâmetros (*constraints*) que devem ser aplicados a conjuntos de programas já existentes no computador. O campo de aplicação dessas linguagens é majoritariamente o de pesquisa em inteligência artificial, como, por exemplo, *machine learning*. O que se permite depreender retrospectivamente dessa genealogia é que uma grande ruptura tomou lugar com o surgimento das linguagens de alto nível, sem as quais o desenvolvimento dos grandes ecossistemas de softwares conectados do presente seria improvável e, por conseguinte, a cultura digital.

*

A primeira linguagem de programação de alto nível, chamada *Plankalkül*⁴⁶³, foi concebida em 1946, a qual, no entanto, se manteve apenas como um construto teórico, já que o seu compilador não pôde ser desenvolvido. Não obstante, ela já apresentava uma série de características que viriam a inspirar as demais linguagens de alto nível, como a representação de tipos de dados por matrizes, comandos de proposições condicionais e de iteração (por meio do comando *while*) e a especificação de variáveis, isto é, símbolos com diversos valores. A primeira implementação de uma linguagem de alto nível ocorreu apenas em 1957, com o desenvolvimento da linguagem *FORTRAN*⁴⁶⁴ e do seu compilador. Na época, ela dispunha de variáveis nominais, expressões, comandos de atribuição para criação de novas variáveis, proposições condicionais (comando *if*), comandos de iteração e funções compostas por instruções (ex. nota). Alguns anos depois, surgiu a linguagem *COBOL*⁴⁶⁵ (*Common Business*

⁴⁶³ Para um exemplo, cf.: <https://gregorias.github.io/images/2014/11/Plankalkul.png>

⁴⁶⁴ Para um exemplo, cf.: <https://www.researchgate.net/profile/Mitsuaki-Kawamura/publication/330835244/figure/fig3/AS:853303206375426@1580454746609/Color-online-Example-of-the-Fortran-source-code-to-generate-input-file.png>

⁴⁶⁵ Exemplo: https://9b74456f2e4bcbc20970-51751c7e8fb38e7c8b474cab6c7dc602.ssl.cf5.rackcdn.com/2021-06/vscode_new_image.png

Oriented Language), cujo escopo, voltado menos para propósitos científicos e mais comerciais, motivou a composição de uma sintaxe mais próxima ao inglês, a fim de conferir à linguagem maior facilidade de escrita e legibilidade. Em seguida, foram desenvolvidas as linguagens *ALGOL*, das quais a *ALGOL 60*⁴⁶⁶ obteve maior destaque e inspirou linguagens futuras. Além do uso de proposições condicionais e iterativas, ela permite a criação de tipos e estruturas de dados e blocos de estruturas que permitem armazenar listas de proposições que facilitam, por exemplo, a criação de novas funções, bem como mecanismos de passagem de parâmetros entre variáveis.⁴⁶⁷

No início dos anos 1970, inspirada e baseada na *ALGOL*, a linguagem *Pascal*⁴⁶⁸ foi desenvolvida com o objetivo de facilitar a programação estruturada, largamente amparada na concepção de modularidade, isto é, de que um programa de computador deve ser composto por módulos, partes ou blocos interdependentes que são projetados e programados separadamente, o que, por um lado, reduz a necessidade de conhecimento de todo o código envolvido na programação de um programa e, por outro, permite que partes sejam alteradas/atualizadas sem que todo o sistema precise ser reprogramado. Esses blocos representam formas refinadas e menos complexas de procedimentos e estruturas de dados que compõem o problema que define o sistema, dividindo-o em partes cuja resolução se torna simplificada e autônoma.⁴⁶⁹ Como suas predecessoras, a linguagem *Pascal* dispõe de comandos condicionais, de repetição, de atribuição e iterativos, facilitados pelo método de recursão, que permite que uma função invoque a si mesma quando o comando é executado. Ademais, a linguagem possibilita a construção de tipos de dados (valores e operações passíveis de execução por uma variável) complexos e de funções dentro de funções.⁴⁷⁰ Também no início da década de 1970, foi desenvolvida a linguagem *C*⁴⁷¹ (sucessora das linguagens *BCPL* e *B*), até hoje umas das mais importantes linguagens de alto nível. O principal objetivo de sua criação foi o desenvolvimento de um sistema operacional⁴⁷² — que até então eram desenvolvidos com linguagens de montagem —, cujo êxito levou, nos anos seguintes, à sua popularização e incorporação em outros sistemas. Na qualidade de uma linguagem de propósito geral, *C* pode ser utilizada em diversas aplicações e compilada em diversas plataformas de programação e sistemas

⁴⁶⁶ Exemplo: <https://blogs.mathworks.com/images/cleve/Solve.jpeg>

⁴⁶⁷ O'REGAN, Gerard. **Introduction to the History of Computing**. Cham: Springer, 2016, p. 192-196.

⁴⁶⁸ Exemplo: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/32/LagrangePAS.png>

⁴⁶⁹ MITCHELL, John C. **Concepts in Programming Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 235.

⁴⁷⁰ O'REGAN, op. cit., p. 196-198.

⁴⁷¹ Exemplo: <http://codeprogramming.org/wp-content/uploads/2020/06/Untitled-1.png>

⁴⁷² Trata-se do *Unix*, desenvolvido nos AT&T Bell Laboratories.

operacionais. Além disso, ao mesmo tempo em que é uma linguagem de alto nível, ela também oferece recursos que permitem lidar com código de baixo nível. Ela dispõe dos comandos condicionais, iterativos, de atribuição e recursão e, em comparação às linguagens precedentes, possui mais tipos de dados e viabiliza a criação de novos mais complexos. Como a *Pascal*, *C* também estrutura seu código em blocos, também chamados de funções.⁴⁷³

Também na década de 1970, surgiu a linguagem *Smalltalk*⁴⁷⁴, por meio da qual a expressão “programação orientada por objeto” passou a ser progressivamente empregada. Inspirada em uma linguagem chamada *Simula 67*, que já dispunha de classes e instâncias, *Smalltalk* funciona à base de objetos que se comunicam com o mundo exterior por meio de mensagens.⁴⁷⁵ Em 1983, uma extensão da linguagem *C* foi desenvolvida para acomodar a programação orientada por objetos, a chamada *C++*⁴⁷⁶ que, ao passo que manteve muitos dos atributos que tornaram *C* uma linguagem tão popular, como sua eficiência e flexibilidade, também incorporou mudanças significativas. Por exemplo, o conceito de estrutura, limitado em *C* à conservação de dados, foi ampliado em *C++* para o conceito de classe, que, além de dados, também pode conservar funções. Nessa configuração, o objeto se torna uma variável da classe.⁴⁷⁷ *Java*⁴⁷⁸ é outra linguagem relevante que contribuiu para expandir o paradigma dos objetos, a qual surgiu no início dos anos 1990, e que se baseou na sintaxe de linguagens como *C*, *Smalltalk* e *C++*. Um dos seus principais objetivos foi servir de base para o desenvolvimento de aplicações independentemente da plataforma. Para isso, o código original em *Java* é convertido em *bytecode*, código que se situa no nível de instruções de máquina e, em seguida, é executado em uma plataforma denominada *Java virtual machine*, a qual, ao ser instalada no computador, se adapta às especificidades do hardware. Uma vez instalada, a plataforma pode receber qualquer programa, independentemente das especificidades do sistema no qual ele foi escrito.⁴⁷⁹

A progressiva expansão da internet, especialmente através da *web*, tornou clara a necessidade de desenvolvimento de aplicações próprias para esse meio e de navegadores

⁴⁷³ RITCHIE, Dennis M. The Development of the C Programming Language. In: BERGIN, Thomas, J.; GIBSON, Richard G. **History of Programming Languages (II)**. New York: ACM Press, 1996, p. 673-675.

⁴⁷⁴ Exemplo: <https://i.ytimg.com/vi/8GRwNM3hBDA/maxresdefault.jpg>

⁴⁷⁵ KAY, Alan C. The Early History of Smalltalk. In: BERGIN, Thomas, J.; GIBSON, Richard G. **History of Programming Languages (II)**. New York: ACM Press, 1996, p. 515-517; 525-532.

⁴⁷⁶ Exemplo: https://devblogs.microsoft.com/cppblog/wp-content/uploads/sites/9/2019/02/box_sample.cpp_.png

⁴⁷⁷ STROUSTRUP, Bjarne. A History of C++: 1979-1991. In: BERGIN, Thomas, J.; GIBSON, Richard G. **History of Programming Languages (II)**. New York: ACM Press, 1996, p. 716-131.

⁴⁷⁸ Exemplo: <https://www.researchgate.net/profile/Md-Masudur-Rahman-2/publication/317401664/figure/fig2/AS:504826271408129@1497371370743/Source-Code-Example-Customerjava-Partial.png>

⁴⁷⁹ O'REGAN, Gerard. **Introduction to the History of Computing**. Cham: Springer, 2016, p. 201-202.

(*browsers*) aptos a processar e tornar disponíveis as funções e informações de tais aplicações. Esse processo levou à criação de novas linguagens de programação adequadas à especificidade da *web*, ambiente no qual páginas são criadas por diferentes sujeitos, hospedadas por servidores de distintas companhias e acessadas por diversos navegadores que, a seu turno, se encontram instalados em variados sistemas operacionais. Uma das principais linguagens desse ramo é a *JavaScript*⁴⁸⁰ — juntamente a *HTML* e *CSS* —, criada em 1995 na *Netscape*, por Brendan Eich. A elaboração dessa linguagem fez parte de um malogrado projeto no qual se pretendia combiná-la com a linguagem *Java*, desenvolvida pela *Sun Microsystems*. Mais precisamente, como seu nome sugere, *JavaScript* seria, a princípio, uma linguagem de script orientada por objeto de pequena extensão e de domínio específico que serviria como um complemento à linguagem *Java*, voltado para o desenvolvimento de um novo navegador (*Netscape 2*) que possibilitasse aplicações da *web* baseadas em scripts. Uma linguagem de script tem como função simplificar o processo de programação ao automatizar tarefas frequentes, não por meio da implementação de estruturas de dados e componentes (como uma linguagem de programação), mas sim pela combinação de tais componentes e estruturas, o que a torna eficaz na ampliação de recursos de páginas de *web*, as quais, até então, se pautavam sobretudo na exposição de conteúdos e não tanto na possibilidade de disponibilizar aplicações. O sucesso da *JavaScript* ultrapassou o domínio específico ao qual havia sido projetada e exigiu uma série de novas implementações que a transformaram completamente (inclusive com um novo nome: *ECMAScript*), tornando-a uma linguagem de altíssimo nível de propósito geral e multiparadigma inspirada em linguagens como *C*, *Java* e *Scheme*. Esse processo foi marcado pela exigência de padronização que, em certo sentido, apenas foi alcançada em 2015.⁴⁸¹

*

Como foi possível delinear a partir do exposto, para além da divisão genealógica e da divisão baseada no nível de abstração, existem outras formas de categorizar as linguagens de programação, como, por exemplo, pelos paradigmas que as conduzem — os quais, a seu turno, são baseados em certas filosofias de programação: imperativo, orientado por objeto, funcional e lógico. Os dois primeiros paradigmas são os mais relevantes em relação aos softwares

⁴⁸⁰ Exemplo: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/91/JavaScript_screenshot.png

⁴⁸¹ WIRFS-BROCK, Allen; EICH, Brendan. JavaScript: the first 20 years. **Proceedings of the ACM on Programming Languages**, Volume 4, Issue HOPL, June 2020, pp 97-101.

culturais⁴⁸², já que os outros são usados em contextos acadêmicos e de pesquisa em inteligência artificial, e também industriais, ou seja, são específicos a esferas bem delimitadas e não influem de modo decisivo na produção cultural. Essas filosofias da programação dizem respeito às teorias que fundamentam o modo de representação da linguagem, a estrutura que determina os modelos de organização dos signos, como também às teorias da computação, que tratam dos controles mediante os quais a computação é empreendida.⁴⁸³

As linguagens funcionais, como sugere o nome, tratam da programação baseada na análise de proposições que contêm funções matemáticas. Nesse sentido, não há comandos de atribuição e, com isso, não há mudança de estado de variáveis. Assim, os programas escritos nessas linguagens enfatizam a estrutura das funções matemáticas (sua definição, funções e parâmetros) e não o seu resultado, que deve ser sempre o mesmo, e dão lugar a uma computação que analisa tais funções com base em outras. Na contramão das linguagens imperativas, as linguagens lógicas, como as funcionais, se orientam pelo paradigma da enunciação ou especificação do problema a ser examinado pelo programa na forma de asserções e objetivos. Elas se baseiam na lógica de predicados desenvolvida por Gottlob Frege e Bertrand Russell, a partir da qual a computação se dá por meio de inferências: a constituição de proposições básicas (axiomas e postulados) permite a dedução de novas proposições logicamente amparadas nas primeiras. As linguagens orientadas por esse paradigma se baseiam no rigor lógico para auxiliar nos processos de programação, em que problemas são traduzidos em teorias nas quais hipóteses podem ser testadas.⁴⁸⁴

As linguagens de programação imperativas (ou procedurais) são aquelas que apresentam um conjunto de proposições na forma de comandos por meio dos quais uma determinada tarefa deve ser desempenhada. Sendo assim, elas determinam os procedimentos e instruções para a realização dessa tarefa a partir da atribuição de valores a variáveis armazenadas na memória da máquina. Com efeito, um dos traços fundamentais desse paradigma é a alteração do estado da máquina tal qual se encontra em sua memória. Assim, ao fornecer uma abstração direta da computação realizada no nível da máquina e da linguagem de montagem, esse paradigma nas linguagens de alto nível funcionou como uma analogia, na medida em que no cerne do seu desenvolvimento estava a ideia de tornar a programação tal

⁴⁸² Para uma lista das linguagens mais utilizadas nos websites mais famosos, cf.: https://en.wikipedia.org/wiki/Programming_languages_used_in_most_popular_websites

⁴⁸³ TURNER, Raymond. **Computational Artifacts. Towards a Philosophy of Computer Science**. Berlin: Springer Verlag, 2018, p. 68; O'REGAN, Gerard. **Introduction to the History of Computing**. Cham: Springer, 2016, p. 200).

⁴⁸⁴ TURNER, op. cit., p. 71-74; O'REGAN, op. cit., p. 202-3; 206-207, MITCHELL, John C. **Concepts in Programming Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 77-79.

qual era realizada mais compreensível e não tanto alterar seus modos de realização. Nesse sentido, esse paradigma contribuiu por muito tempo para a manutenção de uma espécie de atitude natural quanto aos modos possíveis de programação, isto é, pela definição de tarefas e etapas para a resolução de um problema.⁴⁸⁵

Parte do processo histórico de elevação da abstração do código se deu pelo desenvolvimento de conceitos, comandos e estruturas que, ao ocultarem o código das instruções de máquina, tornaram a programação menos complexa. O comando de atribuição essencialmente caracteriza esse paradigma ao “imperativamente” determinar ou alterar o valor de uma variável armazenada. A mesma ideia de engendrar instruções de atribuição está presente nos demais comandos que constituem o cerne desse paradigma: as composições sequenciais; os comandos condicionais, que comandam a realização de uma tarefa caso certa condição seja satisfeita, o que inclui o uso de valores booleanos (verdadeiro ou falso); comandos iterativos, que determinam a continuação e repetição de um conjunto de instruções até um determinado ponto; comandos de recursão, que permitem a importação/invocação de uma função já armazenada; e, por fim, conjuntos de tipos de dados que permitem a construção de tipos mais complexos, cuja estrutura influencia na modelagem da linguagem, isto é, em seus meios de representação. Isso porque o tipo de dado classifica os dados para uma determinada finalidade — seja organizando em números ou em caracteres — ao estipular valores e as operações a serem executadas neles e, com isso, determinam seu significado.⁴⁸⁶

A naturalização do paradigma imperativo foi posta à prova tanto pelos paradigmas funcionais como pelos lógicos, com seu modo distinto de se colocar frente a um problema. No entanto, sua hegemonia só foi de fato rompida com o surgimento do paradigma de orientação por objeto, que é dominante no desenvolvimento de softwares de larga escala desde a década de 1990, com a ascensão das interfaces gráficas de usuário.⁴⁸⁷ A filosofia de programação subjacente ao paradigma imperativo ainda “exige que se pense em termos da estrutura do computador em vez da estrutura do problema que se tenta resolver”, o qual é amiúde extrínseco à arquitetura e modelo da máquina.⁴⁸⁸ O que está em jogo com o advento da programação orientada a objetos, então, é a possibilidade de reformular problemas e, por conseguinte,

⁴⁸⁵ TURNER, Raymond. **Computational Artifacts. Towards a Philosophy of Computer Science**. Berlin: Springer Verlag, 2018, p. 69.

⁴⁸⁶ TURNER, op. cit. p. 68-70; MITCHELL, John C. **Concepts in Programming Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 76-77.

⁴⁸⁷ O'REGAN, Gerard. **Introduction to the History of Computing**. Cham: Springer, 2016, p. 201.

⁴⁸⁸ ECKEL, Bruce. **Thinking in Java**. Hoboken: Prentice Hall PTR, 2006, p. 15.

possíveis soluções. O paradigma de orientação por objeto está fundado em uma ontologia⁴⁸⁹ que concebe o mundo em termos de objetos e de suas relações, tanto no nível da formulação do problema — que se torna mais preciso com o auxílio de objetos ligados a ele — quanto no nível da elaboração da solução — que passa a dialogar diretamente com os termos (objetos) que definem o problema.

Um objeto, ao fim, é uma unidade que contém em si tanto código — na qualidade de instruções de computador — quanto dados — as informações sobre as quais as instruções operam. Assim, ao reunir funções e informações, o objeto é capaz de processar dados, tornando-se uma entidade independente com um papel definido. A interface entre objetos e programadores ocorre por meio de mensagens nas quais se encontram todas as informações a respeito do objeto. A arquitetura desse paradigma, comumente associado à lógica aristotélica⁴⁹⁰, é constituída, em primeiro lugar, de classes dentro das quais se encontram objetos. Uma classe é responsável por definir de modo geral as características, atributos, propriedades e métodos (ou funções) que os objetos nela contidos dispõem. Classes mais complexas e amplas podem ter, antes de objetos, subclasses, que herdam os atributos, as estruturas de dados e os métodos definidos pela classe. O objeto, então, é uma instância particular e independente localizada dentro de uma classe (ou subclasse) e que possui valores próprios relativos aos atributos determinados a princípio pela classe, isto é, eles apresentam um estado próprio delimitado pelos parâmetros das classes às quais pertencem. As informações e os detalhes dos comportamentos contidos nas classes e nos objetos são abstraídos por meio de um princípio denominado “encapsulamento”. Uma vez “escondidas”, essas informações são mobilizadas somente por mensagens, mas não diretamente acessadas, o que contribui para a simplicidade da linguagem. Mediante tais mensagens é possível transmitir dados entre objetos, como também requerer a realização de operações ou de métodos que variam de acordo com a implementação dos objetos, de modo que a mesma mensagem enviada para diferentes objetos pode obter diferentes resultados. Nessa perspectiva, um programa é um conjunto de objetos em interface transmitindo dados e invocando métodos uns dos outros.⁴⁹¹

⁴⁸⁹ Nas palavras de Alan Kay: “tudo é um objeto”. Cf. KAY, Alan C. The Early History of Smalltalk. In: BERGIN, Thomas, J.; GIBSON, Richard G. **History of Programming Languages (II)**. New York: ACM Press, 1996, p. 534.

⁴⁹⁰ Para uma análise dos termos nos quais uma tal associação é possível, cf: RAYSIDE, Derek; CAMPBELL, Gerard. An Aristotelian Understanding of Object-Oriented Programming. **ACM SIGPLAN Notices**, 35, 2000, p. 337–353.

⁴⁹¹ ECKEL, Bruce. **Thinking in Java**. Hoboken: Prentice Hall PTR, 2006, p. 16-17; JONES, Cliff B. **Understanding Programming Languages**. Cham: Springer, 2020, p. 85; MITCHELL, John C. **Concepts in Programming Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 277-293.

*

As linguagens de programação, assim, podem ser categorizadas de diferentes formas que enfatizam, cada uma a seu modo, um aspecto de especificidade. Para além de suas distinções, no entanto, toda linguagem de programação é o resultado da associação entre elementos sintáticos e atributos semânticos que, em seu estado ideal, possibilitam a implementação de um programa. O primeiro pressuposto de uma tal implementação é de que o texto de código esteja sintaticamente correto de acordo com sua gramática, o conjunto lógico de regras e símbolos que a estrutura e que permite a composição de determinadas proposições. A implementação depende da possibilidade de compilação da sintaxe de um programa em instruções executáveis de máquina. As sintaxes das linguagens de programação, a despeito de sua variedade de estilos, são orientadas por padrões e teorias, como a notação de Backus-Naur, criada na década de 1950 com o objetivo de descrever as regras sintáticas da linguagem *ALGOL 60*, mas que se tornou um modelo geral de especificação sintática das linguagens de programação, isto é, uma metassintaxe.⁴⁹² Segundo essa notação, a estrutura sintática básica de uma linguagem é composta por regras que seguem o modelo:

<símbolo> ::= <proposição com símbolos>

no qual “<símbolo>” representa o chamado “não-terminal”, um símbolo fixo que constitui a estrutura da gramática da linguagem e que necessita de uma definição, uma sequência de símbolos (ou sequências separadas por uma barra vertical) que delimita o conjunto das proposições possíveis, que pode ser composta por novos símbolos fixos ou por símbolos chamados “terminais”, que constituem concretamente a linguagem e que não necessitam de mais definições.⁴⁹³ O símbolo fixo é separado de sua definição por “::=”. Sendo assim, um exemplo hipotético de uma regra sintática seria:

<Oração> ::= <Pronome> <Verbo> <Complemento>

<Pronome> ::= Ele / você

<Verbo> ::= compra / vende

⁴⁹² Também conhecida como Formalismo de Backus-Naur (*Backus-Naur Form* — *BNF*). Cf. JONES, Cliff B. **Understanding Programming Languages**. Cham: Springer, 2020, p. 19-20.

⁴⁹³ MITCHELL, John C. **Concepts in Programming Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 52-53.

$\langle \text{Complemento} \rangle ::= \textit{bananas} / \textit{maçãs}$

a qual tem como expressões possíveis: “ele vende maçãs” e “você compra bananas”, entre outras. A regra geral “ $\langle \textit{oração} \rangle$ ” é composta por outros símbolos não-terminais (“ $\langle \textit{Pronome} \rangle$ ”, “ $\langle \textit{Verbo} \rangle$ ” e “ $\langle \textit{Complemento} \rangle$ ”) para os quais novas regras precisam ser determinadas com símbolos terminais (“ele”, “vende” etc.).

Desse modo, a sintaxe de comandos usuais de programas, tais como de atribuição, condição e repetição, pode ser representada do seguinte modo:

$\langle \textit{Comandos} \rangle ::= \langle \textit{Atrib} \rangle / \langle \textit{Cond} \rangle / \langle \textit{Rep} \rangle$

$\langle \textit{Atrib} \rangle ::= \langle \textit{Var} \rangle := \langle \textit{Valor} \rangle$

$\langle \textit{Cond} \rangle ::= \textit{se} \langle \textit{Expr} \rangle \textit{ então} \langle \textit{Decl} \rangle / \textit{senão} \langle \textit{Decl} \rangle$

$\langle \textit{Rep} \rangle ::= \textit{enquanto} \langle \textit{Expr} \rangle \textit{ faça} \langle \textit{Decl} \rangle$

O comando de atribuição define, pelo uso do operador “:=”, um valor a uma variável, ao passo que o comando condicional requer uma certa tarefa da máquina, apresentada na forma de uma declaração, caso uma condição, na forma de uma expressão, seja satisfeita e outra caso não. O comando de repetição requer da máquina que uma certa tarefa seja realizada até que uma condição continue a ser satisfeita. Essa é a forma básica em que programas se comportam sintaticamente.

A constituição sintática de linguagens de programação perpassa a determinação das estruturas, comandos e variáveis e das regras segundo as quais os primeiros devem operar, delimitando o conjunto de instruções válidas. O caráter linguístico desse processo exige uma série de precauções que têm como objetivo o funcionamento efetivo da linguagem. Nesse sentido, o principal obstáculo a ser superado é a ambiguidade sintática, a possibilidade de que construções sintáticas deem margem para diferentes significados e, por conseguinte, diferentes implementações.⁴⁹⁴

Com efeito, os elementos sintáticos estão diretamente ligados às possibilidades semânticas dos programas e de sua implementação, obviamente não de um modo unívoco, haja vista que programas escritos de modo sintaticamente adequado — isto é, programas cujo código é passível de uma compilação bem-sucedida — podem engendrar resultados

⁴⁹⁴ JONES, Cliff B. **Understanding Programming Languages**. Cham: Springer, 2020, p. 20-25.

completamente distintos daqueles determinados no projeto. Em ciência da computação, mais do que o sentido do texto, a definição semântica indica aquilo que um programa realiza ou deve realizar a partir da aplicação de um modelo matemático aos componentes e às sentenças (*strings*) que compõem o código. Nesse âmbito, na medida em que os conceitos que formam uma linguagem de programação são termos técnicos com significados supostamente precisos, pode-se considerar que os aspectos semânticos precisam se adequar a critérios de formalidade mais rigorosos que aqueles das linguagens naturais.⁴⁹⁵

*

O conjunto dessas reflexões, que procuram tocar os elementos de uma ontologia do digital pensada a partir da unidade do software, é fundamental para a definição do programa de uma hermenêutica histórica digital. Desde a sua elevação ao estatuto de uma filosofia com Gadamer, a hermenêutica coloca para si a tarefa de esclarecimento das estruturas que tornam a compreensão dos objetos do passado possível. Para isso, ela empreende uma reflexão que parte de formas concretas de experiência do mundo, tais como a experiência da arte e a experiência da história engendrada pela historiografia científica. A historiografia é uma forma privilegiada de hermenêutica, pois nela o princípio da consciência histórica efetual se revela da forma mais clara: trata-se da fusão de horizontes que permite que os textos da tradição sejam interpretados por historiadores, mantendo a alteridade dos primeiros e, ao mesmo tempo, considerando os pressupostos compreensivos da situação histórica dos últimos. Essa hermenêutica, no entanto, está baseada em uma noção de texto ainda presa a sistemas de inscrição passados. No contexto digital, o texto, pensado como código de software, ganha novas camadas materiais que tornam sua compreensão mais árdua e renovam os limites de uma hermenêutica, pautados agora pelas particularidades técnicas e lógicas dos processos que definem as máquinas computacionais. Frente às limitações que o sistema de inscrição digital impõe ao empreendimento hermenêutico, as possibilidades de realização do programa citado acima repousam na atenção aos aspectos constitutivos do paradigma digital.

A sintaxe é o elemento que unifica os diversos softwares e aplicações digitais na medida em que organiza o código por meio de uma gramática. Isso significa que o código de um programa existe sob um conjunto de regras determinadas a princípio. Assim, a leitura do código

⁴⁹⁵ TURNER, Raymond. **Computational Artifacts. Towards a Philosophy of Computer Science**. Berlin: Springer Verlag, 2018, p. 77.

— no conjunto de suas variáveis, argumentos e funções —, de sua documentação e de seus comentários deve ser orientada pelas diretrizes sintáticas da linguagem (ou linguagens) de programação utilizadas no desenvolvimento do software em questão. O que impede que o código seja lido como um texto como outro qualquer é a sua natureza dinâmica: o código, quando executado, sofre mudanças de estado, as quais podem ser monitoradas por programas auxiliares que compõem a plataforma de desenvolvimento e que permite que o código seja visto do modo como os programadores o veem. Dentro dessas plataformas, a leitura do código, em busca de suas principais ideias e unidades significativas, é na maioria dos casos não-linear.

No entanto, o texto de código, como todo artefato humano tecnicamente mediado, não pode ser suficientemente compreendido por e em si mesmo, mas somente no plano mais geral do contexto ao qual pertence. Em um primeiro momento, esse contexto deve ser delimitado pelos processos que compõem a engenharia de software. A partir desses processos, é necessário indagar sobre a autoria do código — o programador ou grupo de programadores e os valores que compartilham —, sobre as finalidades do software que justificam o projeto e os paradigmas de programação utilizados, como as ferramentas de desenvolvimento e linguagens de programação. O código é escrito em um certo estilo que define os softwares de uma determinada categoria. Com isso, a comparação de textos pertencentes à mesma categoria ou a categorias semelhantes é uma forma de identificar diferenças que permitem apontar tanto inovações quanto anomalias. Parte do contexto também se refere ao público-alvo, o que inclui as plataformas em que o software pode ser implementado e o processo de recepção que influencia na elaboração de novas versões. Da mesma forma, é necessário indagar sobre a historicidade do código, isto é, sobre suas mudanças ao longo do tempo e sobre as condições materiais e sociais que determinaram tais mudanças. Essas reflexões estão na base de uma hermenêutica digital, na medida em que se referem aos processos constitutivos do software. Esses processos podem ser questionados de diversas formas pelo historiador e a partir de diversas perspectivas interpretativas que advêm de paradigmas tradicionais das ciências humanas. O código, afinal, é um artefato cultural, de natureza textual, escrito por humanos em algum nível, é um testemunho, um documento dessa cultura e, como outros, pode ser analisado e interpretado de variadas maneiras.⁴⁹⁶ O que é relevante aqui, de todo modo, é o nível no qual essas reflexões se encontram, isto é, ao nível do código. É contando com a atenção interpretativa a esse nível que a hermenêutica pode ascender a outros níveis de reflexão. Essa

⁴⁹⁶ BERRY, David. **The philosophy of software: code and mediation in the digital age**. London: Palgrave Macmillan, 2011, p. 68-74 ; MARINO, Marc. **Critical Code Studies**. Cambridge: The MIT Press, 2020, p. 26-33.

ascensão é mesmo necessária: um círculo hermenêutico deve ser instaurado no qual o historiador é capaz de interpretar o código em relação às suas expressões e concretizações, nos objetos que ele engendra, nas técnicas e ferramentas que ele desenvolve e em suas respectivas interfaces, da mesma forma que nos efeitos que causa nas práticas culturais e nas mudanças sociais que estimula. É apenas nessa dialética que a hermenêutica digital pode ser realizada.

Referências bibliográficas

- ABBATE, Janet. **Inventing the Internet**. Cambridge: The MIT Press, 1999.
- ALLAN, Roy A. **A history of the Personal Computer: the People and the Technology**. London, Ontario: Allan Publishing, 2001.
- ANKERSMIT, Frank. **History and Tropology. The rise and fall of metaphor**. Berkeley: University of California Press, 1994.
- ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. **Re-Figuring Hayden White**. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- ARON, Raymond. **La philosophie critique de l'histoire. Essai sur une théorie allemande de l'histoire**. Paris: Vrin, 1969.
- ASCHER, Nelson. **Poesia Alheia: 124 Poemas Traduzidos**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1998.
- BACHELARD, Gaston. **La formation de l'esprit scientifique: Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective**. Paris: Vrin, 1947.
- BACHELARD, Gaston. **L'activité rationaliste de la physique contemporaine**. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.
- BACHELARD, Gaston. **Le rationalisme appliqué**. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.
- BACHELARD, Gaston. **Le Nouvel Esprit scientifique**. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1968.
- BAMBACH, Charles R. **Heidegger, Dilthey, and the Crisis of Historicism**. New York: Cornell University Press, 1995.
- BERBERT JR., Carlos Oiti. **A história, a retórica e a crise dos paradigmas**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/PPGH/Funape, 2012.
- BERNSTEIN, Richard. The Constellation of Hermeneutics, Critical Theory, and Deconstruction. In: DOSTAL, Robert (ed.). **The Cambridge Companion to Gadamer**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BERRY, David (ed.). **Understanding Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan, 2012.
- BERRY, David. **The philosophy of software: code and mediation in the digital age**. London: Palgrave Macmillan, 2011.

BURCKHARDT, Jacob. **Weltgeschichtliche Betrachtungen**. München: Verlag C. H. Beck, 2018.

BUSH, Vannevar. As We May Think. **The Atlantic Monthly**, July, 1945.

CAIANIELLO, Silvia. Introduzione. In: DROYSEN, Johann Gustav. **Istorica. Lezioni di enciclopedia e metodologia della storia (1857)**. Napoli: Guida editori, 1994.

CAMPBELL, Scott M. **The Early Heidegger's Philosophy of Life. Facticity, Being, and Language**. New York: Fordham University Press, 2012.

CANGUILHEM, Georges. **Estudos de História e de Filosofia das Ciências**. São Paulo: Editora Forense, 2012.

CAPURRO, Rafael. Digital hermeneutics: an outline. **AI & Society**. Volume 25, Issue 1, 2010.

CARR, Nicholas. **The Shallows. What the Internet is doing to our brains**. New York: W. W. Norton & Company, 2010.

CERUZZI, Paul E. **Computing: A Concise History**. Cambridge: The MIT Press, 2012.

COLEMAN, Carla Viviana. **Visual experiences: a concise guide to digital interface design**. Boca Raton: CRC Press, 2018.

COLLINGWOOD, Robin George. **The Idea of History**. Oxford: Oxford University Press, 1956.

CRAMER, Florian; FULLER, Matthew. Interface In: FULLER, Matthew (ed.). **Software Studies. A Lexicon**. Cambridge: The MIT Press, 2008.

DILTHEY, Wilhelm. Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften. In: **Gesammelte Schriften Band 7**. Bernhard Groethuysen (Hrsg.). Stuttgart/Göttingen: Teubner Verlagsgesellschaft/ Vandenhoeck & Ruprecht, 1965.

DILTHEY, Wilhelm. Einleitung in die Geisteswissenschaften: Versuch einer Grundlegung für das Studium der Gesellschaft und der Geschichte. In: **Gesammelte Schriften Band 1**. Bernhard Groethuysen (Hrsg.). Stuttgart/Göttingen: Teubner Verlagsgesellschaft/ Vandenhoeck & Ruprecht, 1990.

DOUGHERTY, Jack; NAWROTZKI, Kristen (ed.). **Writing History in the Digital Age**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.

DROYSEN, Johann Gustav. Die Krise der europäischen Kultur. In: BIRTSCHE, Günter; RÜSEN, Jörn (Hrsg.). **Texte zur Geschichtstheorie: mit ungedruckten Materialien zur 'Historik'**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1972, p. 54-59.

DROYSEN, Johann Gustav. **Historik. Band 1: Rekonstruktion der ersten vollständigen Fassung der Vorlesungen (1857)**. Grundriß der Historik in der ersten handschriftlichen

(1857/1858) und in der letzten gedruckten Fassung (1882). Stuttgart: Friedrich Frommann Verlag Günther Holzboog GmbH & Co, 1977.

ECO, Umberto. **A vertigem das listas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

ECKEL, Bruce. **Thinking in Java**. Hoboken: Prentice Hall PTR, 2006.

FICHTE, Johann Gottlieb. A Doutrina da Ciência de 1794. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. In: **Fichte (Os Pensadores)**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FIGAL, Günter. Wahrheit und Methode als ontologischer Entwurf. Der universale Aspekt der Hermeneutik. In: **Wahrheit und Methode**. Berlin: Akademie Verlag, 2007.

FOSTER, Elvis C. **Software Engineering: A Methodical Approach**. Boca Raton: CRC Press, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. São Paulo: Editora Forense, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Editora Forense, 2016.

FRIEDLÄNDER, Saul (ed.). **Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

FULLER, Matthew. **Behind the Blip: Essays on the Culture of Software**. New York: Autonomedia, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. **Ästhetik und Hermeneutik in: Ästhetik und Poetik I. Kunst als Aussage. Gesammelte Werke (Band 8)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999b.

GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik. Gesammelte Werke (Band 1)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1999a.

GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode. Ergänzungen. Register. Gesammelte Werke (Band 2)**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1993.

GIBBS, Fred; OWENS, Trevor. The Hermeneutics of Data and Historical Writing. In: DOUGHERTY, Jack; NAWROTZKI, Kristen (ed.). **Writing History in the Digital Age**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.

GRAF, Friedrich Wilhelm. Friendship between Experts: Notes on Weber and Troeltsch. In: MOMMSEN, Wolfgang, J.; OSTERHAMMEL, Jürgen (ed.). **Max Weber and his contemporaries**. New York: Routledge, 1987, p. 215-233.

GREISCH, Jean. **Hermeneutik und Metaphysik: eine Problemgeschichte**. München: Wilhelm Fink Verlag, 1993.

GRONDIN, Jean. **Introduction to philosophical hermeneutics**. New Haven and London: Yale University Press, 1994.

GRUNER, Stefan. Software Engineering Between Technics and Science: Recent Discussions about the Foundations and the Scientificity of a Rising Discipline. **Journal for General Philosophy of Science/ Zeitschrift Für Allgemeine Wissenschaftstheorie**, vol. 41, no. 1, 2010.

GUALENI, Stefano. **Virtual Worlds as Philosophical Tools. How to Philosophize with a Digital Hammer**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

HALPIN, Harry; MONNIN, Alexandre (ed.). **Philosophical Engineering. Toward a Philosophy of the Web**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2014.

HAN, Byung-Chul. **The Transparency Society**. Stanford: Stanford University Press, 2015.

HAYLES, N. Katherine. Bodies of Texts, Bodies of Subjects: Metaphoric Networks in New Media. In: RABINOVITZ, Lauren; GEIL, Abraham. **Memory Bytes. History, Technology, and Digital Culture**. Durham and London. Duke University Press, 2004

HAYLES, N. Katherine. How We Think: Transforming Power and Digital Technologies. In: BERRY, David (ed.). **Understanding Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

HAYLES, N. Katherine; PRESSMAN, Jessica (ed.). **Comparative Textual Media: Transforming the Humanities in the Postprint Era**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

HEUSSI, Karl. **Die Krisis des Historismus**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1932.

HEIDEGGER, Martin. Der Begriff der Zeit. **Gesamtausgabe Band 64**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2004.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia: Hermenêutica da Facticidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. (Edição bilíngue). Campinas/Petrópolis: Editora da Unicamp/Editora Vozes, 2012.

HILTZIK, Michael. **Dealers of Lightning: Xerox PARC and the Dawn of the Computer Age**. New York: HarperCollins, 1999.

HU, Margaret. **Cambridge Analytica's black box**. Big Data & Society, July-December, 2020.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

IGGERS, Georg. The Image of Ranke in American and German Historical Thought. **History and Theory**, Vol. 2, No. 1, 1962, p. 17-40.

IGGERS, Georg. **The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present**. Middletown (Connecticut): Wesleyan University Press, 1983.

IGGERS, Georg. **Historiography in the Twentieth Century: From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge**. Middletown (Connecticut): Wesleyan University Press, 1997.

JENKINS, Keith. **Re-thinking History**. New York: Routledge, 1991.

JONES, Cliff B. **Understanding Programming Languages**. Cham: Springer, 2020.

KASPER, Walter (Hrsg.). **Lexikon für Theologie und Kirche. Band 6**. Freiburg im Breisgau: Verlag Herder, 1997.

KAY, Alan C. The Early History of Smalltalk. In: BERGIN, Thomas, J.; GIBSON, Richard G. **History of Programming Languages (II)**. New York: ACM Press, 1996.

KIRSCHENBAUM, Matthew. Extreme Inscription: Towards a Grammatology of the Hard Drive. **TEXT Technology**, v. 2, 2004.

KISIEL, Theodore. **The Genesis of Heidegger's Being and Time**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1993.

KITTLER, Friedrich. **Aufschreibesysteme 1800-1900**. München: Wilhelm Fink Verlag, 1985.

KITTLER, Friedrich. Code (or, How You Can Write Something Differently). In: FULLER, Matthew (ed.). **Software Studies. A Lexicon**. Cambridge: The MIT Press, 2008.

KITTLER, Friedrich. **Gramophone, Film, Typewriter**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

KITTLER, Friedrich. Lullaby of Birdland. In: **The Truth of the Technological World Essays on the Genealogy of Presence**. Stanford: Stanford University Press, 2014.

KITTLER, Friedrich. There is no Software. In: **The Truth of the Technological World. Essays on the genealogy of presence**. Stanford: Stanford University Press, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. Krise. In: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Hrsg.). **Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland**. Band 3 (H - Me). Stuttgart: Klett-Cotta, 1982, p. 617-650.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC-Rio, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC-Rio, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart.; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 119-184.

KRÄMER, Sybille; BREDEKAMP, Horst. Culture, Technology, Cultural Techniques – Moving Beyond Text. **Theory, Culture & Society**. 30 (6), 2013.

KRIEGER, Leonard. **Ranke. The meaning of history**. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

LACAN, Jacques. **As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

LACAPRA, Dominick. A Poetics of Historiography: Hayden White's *Tropics of Discourse*. In: **Rethinking Intellectual History. Text, Contexts, Language**. Ithaca: Cornell University Press, 1983, p. 72-83.

LECOURT, Dominique. **Dictionnaire de la pensée médicale**. Paris: Presses Universitaires France, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus Editora, 1990.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARKOFF, John. **What the Dormouse Said: How the Sixties Counterculture Shaped the Personal Computer**. London: Penguin Books, 2005.

MARCUSE, Herbert. Hegels Ontologie und die Theorie der Geschichtlichkeit. In: **Schriften (Band 2)**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.

MARINO, Marc. **Critical Code Studies**. Cambridge: The MIT Press, 2020.

MATA, Sérgio da. **Ernst Troeltsch**. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX**. Porto Alegre: FGV/EDIPUCRS, 2010, p. 433-448.

MACLEAN, Michael J. Johann Gustav Droysen and the Development of Historical Hermeneutics. **History and Theory**, Vol. 21, No. 3, 1982.

MAJOR, David J.; HUANG, Danny Y.; CHETTY, Marshini; FEAMSTER, Nick. Alexa, Who Am I Speaking To?: Understanding Users' Ability to Identify Third-Party Apps on Amazon Alexa. **ACM Transactions on Internet Technology (TOIT)**, 2019.

MALLERY, John; HURWITZ, Roger; DUFFY, Gavan. **Hermeneutics: From Textual Explication to Computer Understanding?** A.I. memo no. 871. MIT artificial intelligence laboratory, 1986. Disponível: <https://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/6438/AIM-871.pdf?sequence=2&isAllowed=y>.

MANNING, Patrick. **Big Data in History**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

MANOVICH, Lev. How to Compare One Million Images? In: BERRY, David (ed.). **Understanding Digital Humanities**. London: Palgrave Macmillan, 2012

MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. New York: Bloomsbury, 2013.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding Media: The Extensions of Man**. New York: McGraw-Hill, 1965.

MEINECKE, Friedrich. Die Entstehung des Historismus. In: **Werke (Band 3)**. Carl Hinrichs (Hrsg.). München: R. Oldenbourg Verlag, 1965.

MITCHELL, John C. **Concepts in Programming Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MONOD, Gabriel. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história. O caminho da ciência no longo século XIX**. Porto Alegre: FGV/EDIPUCRS, 2010, p. 332-352.

MORETTI, F. **Graphs, Maps, Trees: Abstract Models for a Literary History**. New York and London: Verso, 2007.

NIPPERDEY, Thomas. Zum Problem der Objektivität bei Ranke. In: MOMMSEN, Wolfgang (Hrsg.). **Leopold von Ranke und die moderne Geschichtswissenschaft**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1988.

NOIRIEL, Gérard. **Sur la “crise” de l’histoire**. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2005.

O’REGAN, Gerard. **Introduction to the History of Computing**. Cham: Springer, 2016.

ØSTERLUND, Carsten; CROWSTON, Kevin; JACKSON, Corey. **The hermeneutics of trace data: building an apparatus**. IFIP Working Group 8.2 Working Conference, Dublin, 2016. Disponível em: https://citsci.syr.edu/sites/crowston.syr.edu/files/Crowston_Osterlund_Jackson_The_Hermeneutics_of_Trace_Data-Full_Paper.pdf.

PAUL, Herman. **Hayden White. The Historical Imagination**. Cambridge: Polity Press, 2011.

PIPPIN, Robert. Gadamer 's Hegel. In: DOSTAL, Robert, J. (ed.). **The Cambridge Companion to Gadamer**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PIPPIN, Robert. **Hegel’s Realm of Shadows. Logic as Metaphysics in The Science of Logic**. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

RANKE, Leopold von. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, Estevão (Org.). **A história pensada. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

RANKE, Leopold von. **Weltgeschichte. Band 1**, Horst Michael (Hrsg.). Hamburg: Gutenberg Verlag Christensen & Co, 1928.

RANKE, Leopold von. Über die Epochen der neueren Geschichte. In: **Aus Werk und Nachlass (Band 2)**. Walther Peter Fuchs und Theodor Schieder (Hrsg.). München: R. Oldenbourg Verlag, 1971.

- RAMSAY, Stephen. **Reading machines: toward an algorithmic criticism**. Champaign: University of Illinois Press, 2011.
- RAYSIDE, Derek; CAMPBELL, Gerard. An Aristotelian Understanding of Object-Oriented Programming. **ACM SIGPLAN Notices**, v. 35, 2000.
- RHEINBERGER, Hans-Jörg. **On historicizing epistemology: an essay**. Stanford: Stanford University Press, 2010.
- RICOEUR, Paul. **De l'interprétation. Essai sur Freud**. Paris: Le Seuil, 1965.
- RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações. Ensaio de Hermenêutica**. Porto: Rés-Editora, 1988.
- RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa 1. A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa 3. O tempo narrado**. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.
- RITCHIE, Dennis M. The Development of the C Programming Language. In: BERGIN, Thomas, J.; GIBSON, Richard G. **History of Programming Languages (II)**. New York: ACM Press, 1996.
- ROMANYCIA, Marc H. J.; PELLETIER, Francis Jeffrey. What is a heuristic? In: **Computational Intelligence**, Volume 1, Issue 1, January 1985, p. 47-58.
- ROMELE, Alberto. **Digital Hermeneutics. Philosophical Investigations in New Media and Technologies**. New York: Routledge, 2020.
- ROMELE, Alberto; SEVERO, Marta; FURIA, Paolo. Digital hermeneutics: from interpreting with machines to interpretational machines. **AI & SOCIETY**, vol. 35, 2018.
- ROTHACKER, Erich (Hrsg.). **Leopold von Ranke. Das politische Gespräch und andere Schriften zur Wissenschaftslehre**. Halle: Max Niemeyer Verlag, 1925.
- RYAN, Johnny. **A history of the Internet and the digital future**. London: Reaktion Books, 2010.
- RÜSEN, Jörn. **Historik: Theorie der Geschichtswissenschaft**. Köln: Böhlau Verlag, 2013.
- RÜSEN, Jörn. Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2010a.
- RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora UnB, 2010b.
- SCHNAPP, Jeffrey; PRESNER, Todd. **The Digital Humanities Manifesto 2.0**, 2009, p. 2. Disponível em: https://www.humanitiesblast.com/manifesto/Manifesto_V2.pdf.

SCHOLTZ, Gunter. Historismus, Historizismus. In: **Historische Wörterbuch der Philosophie. Band 3**. Basel: Schwabe, 1974, p. 1142-1147.

SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. In: **História da Historiografia**. Ouro Preto, número 6, 2011.

SHANBAUM, Phaedra. **The Digital Interface and New Media Art Installations**. New York: Routledge, 2020.

SHANNON, Claude, E. A symbolic analysis of relay and switching circuits. In: SLOANE, N. J. A.; WYNER, Aaron D. (Ed.). **Claude Elwood Shannon. Collected Papers**. New York: IEEE Press, 1993, p. 471-495.

SJÖSTRAND, Björn. **Derrida and Technology: Life, Politics, and Religion**. Cham: Springer Verlag, 2021.

SOMMERVILLE, Ian. **Software Engineering**. Boston: Pearson, 2016.

SPIEGEL, Gabrielle M. Rhetorical Theory/Theoretical Rhetoric: Some Ambiguities in the Reception of Hayden White's Work. In: DORAN, Robert (Ed.). **Philosophy of History after Hayden White**. London: Bloomsbury, 2013, p. 171-182.

STREIB, James T. **Guide to Assembly Language: A Concise Introduction**. Berlin: Springer, 2020.

STROUSTRUP, Bjarne. A History of C++: 1979-1991. In: BERGIN, Thomas, J.; GIBSON, Richard G. **History of Programming Languages (II)**. New York: ACM Press, 1996.

SZONDI, Peter. **Introduction to Literary Hermeneutics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TADDAY, Ulrich. **Das schöne Unendliche. Ästhetik, Kritik, Geschichte der romantischen Musikanschauung**. Stuttgart/Weimar: Verlag J. B. Metzler, 1999.

TROELTSCH, Ernst. Die Krisis des Historismus. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 15)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2002, p. 437-455.

TROELTSCH, Ernst. Die Stellung des Christentums unter den Weltreligionen. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 17)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2006, p. 105-118.

TROELTSCH, Ernst. Der Historismus und seine Probleme. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 16)**. Friedrich Wilhelm Graf (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2008.

TURING, Alan. On Computable Numbers, with an Application to the Entscheidungsproblem. In: COPELAND, B. Jack (Ed.). **The Essential Turing. Seminal Writings in Computing, Logic, Philosophy, Artificial Intelligence, and Artificial Life plus The Secrets of Enigma**. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 58-90.

TURNER, Raymond. **Computational Artifacts. Towards a Philosophy of Computer Science.** Berlin: Springer Verlag, 2018.

VANN, Richard, T. The Reception of Hayden White. **History and Theory**, v. 37, n. 2, 1998, p. 143-161.

VAN ZUNDERT, Joris. Screwmeneutics and Hermenumericals: The Computationality of Hermeneutics. In: SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John (ed.). **A New Companion to Digital Humanities.** Hoboken: John Wiley & Sons, 2016.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História.** Lisboa: Edições 70, 2008.

WARDROP-FRUIN, Noah; MONTFORT, Nick (ed.). **The New Media Reader.** Cambridge: The MIT Press, 2003.

WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre.** Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922.

WHITE, Hayden. **Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

WHITE, Hayden. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

WINTHROP-YOUNG, Geoffrey. **Kittler and the media.** Cambridge: Polity Press, 2011.

WIRFS-BROCK, Allen; EICH, Brendan. JavaScript: the first 20 years. **Proceedings of the ACM on Programming Languages**, Volume 4, Issue HOPL, June 2020.

ZACHHUBER, Johannes. **Theology as Science in Nineteenth-Century Germany.** From F. C. Baur to Ernst Troeltsch. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ZAMMITO, John, H. Hermeneutics and History. In: FORSTER, Michael, N.; GJESDAL, Kristin. **The Cambridge Companion to Hermeneutics.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019.